

ANAIIS DO 14º

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

JAÚ-SP. NOVENBRO, 2017

FACULDADES INTEGRADAS DE JAÚ



ANAIS DO 14 ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DAS FIJ

Jau – SP
11 de novembro de 2017

As contribuições assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores

Ficha Catalográfica

E562

ENIC: Anais do 14º Encontro de Iniciação Científica. –
Novembro de 2017. / Jaú-SP. Fundação Educacional “Dr. Raul
Bauab” – JAHU / Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2017.

1- Estudos Científicos Periódicos. 2. Núcleos de Ensino, Pesquisa
e Extensão - Periódicos. I. Faculdades Integradas de Jaú. - I.
Título

CDD 001.42

As ideias emitidas nos artigos são de inteira responsabilidade de seus autores.

É permitida a reprodução dos artigos desde que citada a fonte.

Catálogo na fonte Bibliotecária: Yone da Silva – CRB 8/7465

FACULDADES INTEGRADAS DE JAU

Direção

Nathália Mariah Mazzeo Issa Vieira

Coordenadora do Núcleo Institucional de Pesquisa e Iniciação Científica - NIPIC

Solimar Guindo Messias Bonjardim

Responsável pelo 14º Encontro de Iniciação Científica – FIJ

Solimar Guindo Messias Bonjardim

Conselho Avaliativo

Ademir Testa Junior	Lucia Helena Ormelese De Barros
Alessandro Gabriel Macedo Veiga	Magda Cristina Scipioni Verissimo
Ana Claudia Ferrari Dos Santos	Marcel Henrique Bertonzzin
Antônio Henrique Barbosa Real	Marcelo Mott Peccioli Paulini
Bianca Didoni	Maria Madalena Lazari Kawashima
Bianca Giordana Zaniratto	Mariene Mara Contador Furtado
Celia Regina Auler Pereira Furuta	Nágila Garcia Galan de Oliveira
Cintia Milene Favaro Bochembuzio	Nathaly Barbieri Marcondes Cesar
Danilo Brancalhão Berbel	Patrícia Pelegrina Rosseto
Eduardo Toledo Arruda Galvão De Franca	Paula Grippa Sant'Ana
Elaine Cristina Gardinal Pizato	Paulo Fernando Do Nascimento Afonso
Eliomar Borges Furquim	Paulo Romeiro De Almeida Soares
Erika Sinara Lenharo Orti Raduan	Perola Liciane Baptista Cruz E Silva
Evandro Antônio Bertoluci	Renan Floret Turini Claro
Flavio Luis Grava Scalco	Renata Cristina De Oliveira Souza Castro
Giovanna Castilho Davatz Lopes	Rinaldo Correr
Isabella Unterrichter Rechtenhal	Rosemeire Simone Dellacrode Giovanazzi
Joao Guilherme Da Costa Franco Silva	Simone Aparecida Bighetti
D'Arcadia	Susana Gabriela Ragazzi Candido
Jose Augusto Pereira Ribeiro	Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli
Jose Rafael Pena	Vanderlei De Freitas Nascimento Junior
Juliana Inhesta Limão Thiengo	Vinicius Martins Carrasco De Oliveira
Juliana Zacarias Fabre Tebaldi	Wanderlei Sebastiao Gabini
Liara Rodrigues De Oliveira	

Capa

Hélio Junior Barbosa de Carvalho

Diagramação e Editoração

Hélio Junior Barbosa de Carvalho

Solimar Guindo M. Bonjardim

APRESENTAÇÃO

Os Anais do 14º Encontro de Iniciação Científica das Faculdades Integradas de Jaú, realizado em novembro de 2017, apresentam aos seus autores e demais leitores os resumos das exposições ocorridas no referido encontro, envolvendo uma multiplicidade de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.

O evento, que se configurou como espaço de encontro entre pesquisadores, professores e estudantes de graduação e pós-graduação, foi permeado por discussões e diálogos multidisciplinares acerca da valorização da pesquisa na contemporaneidade. Almeja-se que a iniciativa de reunir pesquisas que tratem, de modo transversal e multidisciplinar, de temas diversos, contribua para adensar o debate científico.

A partir dessa perspectiva, o objetivo do 14º ENIC foi proporcionar discussões que evidenciam a importância do reconhecimento e da valorização da pesquisa em todos os níveis de estudo e, nessa direção, espera-se que, como depositários de saberes e fazeres, tais ações não se percam no tempo-espaço, mas sejam reconfiguradas e ressignificadas.

Para além do debate sobre o papel da pesquisa e do ensino, as discussões realizadas no Encontro oportunizaram uma reflexão sobre a importância da valorização da pesquisa científica, além de permitir o conhecimento das linhas de pesquisa e produção científica dos colegas professores. Com o intuito de que essas produções possam ser apreendidas como extensão dos espaços de reflexão e debate, os Anais do 14º ENIC pretendem, a partir dos resumos apresentados, dar prosseguimento aos diálogos iniciados no Encontro. Portanto, caro leitor, usufrua e reflita conosco sobre as questões apresentadas nos trabalhos que integram esta edição.

Profa. Dra. Solimar G. M. Bonjardim
Organizadora do 14º Encontro de Iniciação Científica
Coordenadora do Núcleo Institucional de Pesquisa e Iniciação Científica
Faculdades Integradas de Jaú - FIJ

Sumário

ADMINISTRAÇÃO	6
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	16
COMUNICAÇÃO SOCIAL	24
DIREITO	37
EDUCAÇÃO FÍSICA	91
ENFERMAGEM	113
LICENCIATURA EM LETRAS	135
PEDAGOGIA	147
PSICOLOGIA	179
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA	208



ADMINISTRAÇÃO

TÉCNICAS DE GESTÃO EMPRESARIAL EM EVENTOS DO TERCEIRO SETOR

Welington Renan Lima; Josiane Dias do Val; Adriano Cogo Segantini; Matheus Alexandre Martin Penedo; Wilson Cesar Lima Junior

O Terceiro Setor é composto por Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades religiosas, associações, entre outras, e vem conquistando maior visibilidade na sociedade, sendo objeto de estudo de muitos especialistas da área. O objetivo deste trabalho é mostrar a ação de uma instituição que utilizou processos, organização e profissionalização na realização de um evento, evidenciando aspectos relacionados ao planejamento e desenvolvimento administrativo. O profissionalismo adotado por essas instituições para o desenvolvimento de seus eventos é que vem trazendo uma nova visão empresarial para o setor, proporcionando o crescimento da área na sociedade, bem como o auxílio na melhoria social, buscando sanar as deficiências do Primeiro (Governos) e do Segundo Setor (Mercado). O estudo envolveu um case de evento promovido por uma instituição religiosa em uma cidade do interior do estado de São Paulo, que aplicou algumas técnicas de gestão empresarial para contribuir na qualidade do evento, alavancando a visibilidade da instituição. Com foco e objetivos alinhados a estas técnicas, a entidade atingiu ótimos resultados quanto à gestão de pessoas, organização de trabalho e planejamento. A conclusão do estudo é que a utilização de algumas técnicas de gestão empresarial possibilita iniciar a quebra do paradigma de que entidades religiosas não utilizam tais ferramentas, buscando desmistificar o amadorismo através da profissionalização presente na realização de eventos e atividades desenvolvidas pela instituição estudada.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Profissionalismo. Técnicas de Gestão. Eventos.

A IMPORTÂNCIA DO INVESTIMENTO EM TREINAMENTO NO SETOR DO AGRONEGÓCIO

Thauany Maia Pessotto; Jaqueline Fernanda Antonio; Karina Fernanda CandarolaMobilon; Franciele Lima de Souza; Eliomar Borges Furquim

Em um mundo cada vez mais competitivo, as empresas buscam novos métodos e processos, a fim de se preparar para as exigências do mercado. O desenvolvimento econômico por meio do agronegócio vem trazendo resultados positivos para a economia brasileira, a modernização e o aumento das pressões competitivas, obrigam as empresas a redefinirem suas estratégias para continuarem nesse mercado e assim se adequarem as inovações. O crescimento e o sucesso de qualquer organização, está relacionado com o desenvolvimento de seus colaboradores, tornando-se capacitados para enfrentar todos os desafios da empresa, sendo assim, o treinamento é uma ferramenta de preparo para esse colaborador. Dados da Revista Exame (2016) justificam a realização do trabalho, mencionando que as empresas que contam com funcionários treinados podem ter aumento de até 30% nos lucros. Para tanto, objetivou-se examinar os investimentos com o treinamento e sua gestão, mostrando a sua

importância para o crescimento da organização e as melhorias no processo corporativo. A metodologia utilizada foi a revisão da bibliografia, além dos dados colhidos em uma empresa prestadora de treinamentos no setor agrícola na cidade de Jaú - SP. Diante dos resultados obtidos, foi possível analisar os resultados da implementação do centro de treinamento e os investimentos, despesas e receita que mostram como está o desenvolvimento da indústria e o retorno do capital investido. A conclusão é que o treinamento é um programa muito amplo, transmite conhecimentos que na prática os funcionários adquirem e atingem um nível de desempenho desejado tanto para ele quanto para a organização, pois o programa de treinamento contribui para que funcionários adquirirem seu auto-conhecimento, autodesenvolvimento e sua autoestima em sua vida profissional. Este é um fator importante para o bom desempenho da organização, fator que é imprescindível para o sucesso da empresa, para que ela se mantenha firme no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Organizações. Agronegócio. Treinamento. Investimento.

UMA VISÃO ADMINISTRATIVA DA GESTÃO PÚBLICA DA SAÚDE

Bruna Fernanda Urbanetto; MarielenTirolo de Lima; Daiane Rampazo Teixeira; Juliana Zacarias FabreTebaldí.

O Sistema Único de Saúde surgiu pela necessidade de atender plenamente a população, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que passou a tratar a saúde como um direito de todos e dever do Estado, no sentido de prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Criado através da Lei Federal de nº 8.080/1990, o sistema é descentralizado e hierarquizado com responsabilidades definidas para as três esferas de governo. O financiamento ocorre por meio de recursos do orçamento da seguridade social, entre outros impostos federais, estaduais e municipais, e demais financiamentos da iniciativa privada. Desde a sua criação enfrenta alguns desafios que envolvem tanto o financiamento quanto a qualidade dos serviços prestados. Atualmente o público assistido pelo serviço público de saúde pertence às classes sociais menos favorecidas em termos econômicos. O presente estudo teve como objetivo contribuir para a compreensão dos problemas enfrentados pelos gestores da saúde e as estratégias utilizadas para melhoria das condições existentes no sistema em todos os seus níveis, a fim de suprir as necessidades da população. A análise compreende desde o acesso à saúde assegurado pela constituição até as políticas públicas envolvidas no processo para o cumprimento da legislação. Finalmente, verificou-se a possibilidade da utilização dos contratos de parcerias público-privada como objetivo de melhorias na prestação dos serviços com base em uma perspectiva administrativista e política, que origina a possibilidade de reestruturação do sistema através de mudança de paradigma quanto ao papel dos parceiros.

Palavras-chave: Direito à Saúde. Parcerias. Gestão Pública.

FRANQUIAS EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE JAÚ/SP

Natasha Iasmin Betto; TathianeMassambani Esperança; Lucas Serrano Garro; Tiago Felipe Bortolatto; Clerison Joséde Souza Bueno

Franchising é um sistema baseado na relação contratual desenvolvida entre o franqueador e o franqueado. O franqueador cede ao franqueado, mediante o pagamento da taxa de aquisição e dos royalties o direito de uso de sua marca ou patente, direito de distribuição exclusiva ou semi-exclusiva de produtos ou serviços e direito de uso de tecnologia de implantação e administração de negócios ou sistema operacional desenvolvidos ou detidos pelo franqueador. O franqueado, por sua vez, tem a responsabilidade da comercialização desses produtos e serviços dentro de um formato estabelecido e testado pelo franqueador. Com as estatísticas de falência de empresas e a recessão do mercado, o franchising cresceu, pois transmitiu ao empreendedor a segurança de começar o seu negócio

utilizando a fachada de uma marca tradicional estabelecida no mercado, agregando maior valor a produtos e serviços, com um custo mínimo. Dentro do sistema de franquias, o segmento de educação e treinamento é um dos mais tradicionais no mercado brasileiro. O presente estudo apresentou o conceito e o funcionamento do sistema de franquias; as vantagens e desvantagens que o negócio pode acarretar para franqueador, franqueado e consumidor; a legislação aplicável; as fases contratuais e as motivações e as dificuldades de implantação. O objetivo do trabalho foi a análise comparativa entre as principais franquias no ramo educacional na cidade de Jaú, para verificar os motivos e os resultados e demonstrar a viabilidade do investimento. Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizado o método de pesquisa de campo, coletando dados através de um questionário aplicado aos responsáveis pelas franquias. Os resultados apresentados com a pesquisa mostraram que o principal fator por se optar pela abertura de uma franquia é a realização pessoal e que o retorno nesse segmento é vantajoso, pois o tempo de recuperação é curto em relação ao valor investido.

Palavras-chave: Franquias. Educação. Jaú.

ISO 14000 E O SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

Guilherme Rossi; Matheus Rodrigues Carriel; Gabriela Fernanda do Nascimento; Luís Felipe Pires;
Juliana Zacarias FabreTebaldi

A ISO 14000 é um instrumento normativo relacionado ao sistema de gestão ambiental e tem como finalidade auxiliar a organização na implantação e execução do gerenciamento ambiental. O sistema de gestão ambiental propõe-se a buscar alternativas diárias para minimizar os impactos causados ao meio ambiente, analisando o processo produtivo da organização e corrigindo-o para que não cause efeito negativo ao meio ambiente. A pesquisa apresenta os benefícios da implantação de um sistema de gestão ambiental baseado nas normas ISO 14000, no sentido de aumentar a qualidade dos produtos e serviços da organização, bem como a qualidade de vida de seus colaboradores e da sociedade. Para a realização do trabalho foi necessário o levantamento de dados na Indústria P. B. Zanzini Móveis, entre os anos de 2001 a 2016, e entender como funciona o seu sistema de gestão ambiental e o Programa Reciclo. O resultado foi o aumento significativo de resíduos reciclados na cidade de Dois Córregos e os benefícios para os colaboradores da empresa e a sociedade. A pesquisa é relevante para compreender a importância de ter um sistema de gestão ambiental baseado nas normas família ISO 14000 em empresas de qualquer porte. Nos 15 anos do Programa na empresa mencionada, foram mais de 3.000 toneladas de lixo reciclado no município de Dois Córregos, sendo que 2.100 toneladas foram papel, evitando que 250.000 m² de árvores fossem cortadas. Dentro do Programa Reciclo, 400 colaboradores foram beneficiados com o auxílio educacional (ajuda nos custos para curso de graduação, pós-graduação e línguas). Há benefícios tanto para o ambiente interno, como a produção mais limpa, quanto para o ambiente externo, como cativar novos clientes, manter os clientes já conquistados e, por consequência, relacionar-se de forma positiva com a sociedade em que esta inserida.

Palavras-chave: Meio ambiente. Sustentabilidade. ISO.

LOGÍSTICA REVERSA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS

Camila Manzano; Patricia Lavorato; Diego Daniel Alvaredo; Eduardo Aparecido Peixe; Eliomar Borges Furquim

Um grande desafio atualmente no setor empresarial é o de estabelecer o equilíbrio entre a relação de consumo e a sustentabilidade. Essa situação está motivando uma mudança nos processos produtivos das empresas e influenciando as estratégias organizacionais. Nesse contexto, um tema que vem ganhando destaque é o conceito de Logística Reversa, cuja finalidade é garantir a destinação correta

de um produto pós consumo, podendo ser reutilizado, o que significa recuperar o seu valor perante ao mercado ou descartado, sendo encaminhado a um destino ambientalmente adequado. A questão da logística reversa gera grandes debates e a justificativa foi desenvolver esta pesquisa com destaque para os resíduos sólidos eletrônicos. O objetivo foi mostrar como um componente eletrônico reaproveitado pode ser um diferencial não só na perspectiva rentável da organização, mas também na visão do cliente que interpreta esse processo como uma preocupação social com a preservação do meio ambiente. As informações foram obtidas diretamente de uma empresa de reciclagem de produtos eletrônicos na região de Bauru-SP, agregando conceitos variados da logística reversa. Além da proteção dos recursos naturais, a logística reversa possibilita oportunidades econômicas, como redução de custos nas operações, geração de empregos e valorização da imagem da empresa. A implantação desse sistema exige uma reestruturação dos processos da instituição, bem como uma responsabilidade compartilhada desde o produtor até o consumidor final. O apoio governamental também é importante e essencial para o controle efetivo da destinação desses resíduos. Usufruir do meio ambiente é um direito de todos, portanto, é lógico distribuir essa tarefa de proteção entre os agentes envolvidos, principalmente porque tais medidas minimizam os prejuízos as gerações futuras. Palavras-chave: Logística Reversa. Meio Ambiente. Resíduos Sólidos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL DA LIDERANÇA NO TERCEIRO SETOR

Leonardo de TillioJuares; Letícia Francischini; Maria Madalena LazariKawashima

A responsabilidade social de um líder no terceiro setor é de extrema importância pois este setor atua diretamente nas áreas sociais e dentro dele, estão as organizações filantrópicas e sem fins lucrativos que precisam trabalhar com ética e transparência. Essas organizações buscam alternativas para problemas sociais que o governo não consegue resolver pois esses problemas são em grandes números e em diversas áreas, como na educação, saúde, meio-ambiente, cidadania, inclusão, etc. É possível encontrar com facilidade informações sobre a liderança em organizações privadas, mas a liderança do terceiro setor não é muito divulgada. Diante disso, o objetivo foi identificar a responsabilidade social do líder no terceiro setor, definindo o que é o terceiro setor, a responsabilidade social, a liderança e analisando a importância do conhecimento do líder sobre as questões sociais. Para elaboração do trabalho foi realizado pesquisa bibliográfica e os materiais usados foram livros, dissertações, artigos e revistas. Para atingir sua missão, a empresa do terceiro setor precisa de uma liderança responsável socialmente, capaz de gerar confiança e atrair voluntários para projetos sociais. A preocupação de empresas privadas em serem responsáveis socialmente, gera parcerias que contribuem para o trabalho das organizações de terceiro setor. As ações de um líder responsável socialmente deve favorecer o bem da empresa, dos colaboradores, da sociedade e não apenas do líder. Deve estar ciente que neste setor a busca será por benefícios à sociedade, e não para seus interesses pessoais. A responsabilidade social de um líder é agir buscando qualidade de vida para as pessoas, mantendo a ética e contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da sociedade. Neste sentido o terceiro setor é importante para agrupar e manter os diferentes interesses de uma sociedade dentro de uma identidade social adequada e justa.

Palavras-chave: Liderança. Terceiro Setor. Responsabilidade Social.

MOTIVAÇÃO NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

Fernanda Aparecida Aguiar Pinto; Larissa Aparecida Mendes; Natalia Izaias; William Henrique Moisés; Eliomar Borges Furquim

As organizações enfrentaram grandes mudanças da era industrial para era contemporânea, ocasionando a substituição do "chefe" no qual tinha um perfil autoritário e centralizava o poder

visando apenas o lucro. Após as organizações começarem a refletir que os métodos arcaicos estavam ficando ultrapassado e que os colaboradores não estavam com o mesmo potencial de produtividade, buscaram novas alternativas que ao longo do tempo começaram a ter uma visão ampla para o novo método de liderança e motivação. Este modelo de liderança e motivação trouxe mudanças que eram vistas como algo inovador perante os colaboradores, no qual tinham uma relação direta e indireta com o líder. O objetivo foi analisar os processos organizacionais que geram motivação em tempos de crise, identificando fatores de motivação internos e externos para conceituar o ambiente organizacional, mostrando a importância e eficácia dos fatores de motivacionais. O estudo foi realizado através da revisão da bibliografia sobre o tema, com pesquisas em revistas, livros e artigos especializados. Foi analisado que o processo de liderança e motivação organizacional gera benefícios internos e externos no ambiente organizacional e que a motivação é um dos fatores que está mais relacionado com o desempenho, visto que a integração do líder com a motivação faz com que se adote ao título de líder motivacional, onde é considerado um estimulador. Observou-se que as teorias utilizadas de Maslow, Herzberg e McGregor se relacionam entre si, fazendo com que sejam alcançados os objetivos dos indivíduos e o da empresa. Maslow por sua vez mostra que a busca da autorealização sempre ira ser contínua, Herzberg visa a vontade de que o indivíduo busca em crescer e a relação das políticas administrativas com o mesmo e por fim McGregor visa os dois perfis que é possível encontrar na organização, ou seja, os fatores motivacionais produzem a satisfação com trabalho. A conclusão é que a organização que incentiva os seus colaboradores a serem motivados sempre estará em crescimento, porque assim trará maiores resultados e benefícios: aumento de produção, redução do tempo, aumento do mercado consumidor, aumento do lucro, dentre outros.

Palavras-chave: Motivação. Liderança. Organização.

A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DOS ALUNOS QUE CURSAM ADMINISTRAÇÃO NAS FIJ

João Pedro Furlaneto Durante; Isabela Beatriz Sarti; Desirée Caroline Costa; Maria Madalena Lazari Kawashima

A Qualidade de Vida no trabalho está em evidência devido ao cenário atual do mercado de trabalho, do constante crescimento da globalização e passou a ser uma peça chave nas organizações visando melhorar a produtividade por meio da satisfação dos colaboradores. As transformações relacionadas à globalização, flexibilização, competitividade e além de diferentes formas de gestão do trabalho passaram a ser analisadas por profissionais e estudantes interessados nas organizações. Nos anos 50 iniciam-se as pesquisas relacionadas à qualidade de vida no trabalho, dando início a origem a uma abordagem sociotécnica relacionada à organização do trabalho, bem como o interesse pela satisfação e o bem-estar do trabalhador. A constante busca por melhoria na condição de vida no trabalho acontece ao optar por modificações nas práticas e nos processos organizacionais, no ambiente físico e nas formas de relacionamentos. A Qualidade de Vida no Trabalho é compreendida por meio da percepção e escolhas de bem-estar compatíveis com hábitos pessoais, familiares e organizacionais saudáveis, de forma ética e sustentável. Esse estudo teve como objetivo identificar as dimensões da qualidade de vida no trabalho dos alunos que cursam Administração nas Faculdades Integradas de Jaú. Foram coletados os dados de 111 alunos através de um questionário individual estruturado aplicado durante o intervalo das aulas. Os resultados mostraram que os mesmos julgam o ambiente de trabalho, em que exercem sua atividade laboral agradável, tendo os equipamentos compatíveis com a função desenvolvida. Também a capacitação e orientação para a execução do trabalho é percebida de forma positiva, onde oportuniza-se o reconhecimento profissional. Entretanto, os fatores relacionados ao reconhecimento profissional e as atividades para redução do estresse ocupacional, parecem como baixa ocorrência, apesar desses fatores também contribuírem significativamente para o bem-estar e para satisfação no trabalho. Diante disto, fica evidente a necessidade de ser criar estratégias que possam ser implementadas com o objetivo de promover no ambiente de trabalho condições que melhorem o desenvolvimento de seus colaboradores. Em síntese evidenciamos que a

implantação da qualidade de vida no trabalho está cada vez mais sendo adepta de empresas que visam ofertar um melhor ambiente para atrair melhor atendimento ao consumidor, produtividade, mão de obra qualificada ou então apenas em manter os qualificados, pois o cenário organizacional vem tornando-se cada vez mais competitivo.

Palavras-chave: Qualidade de Vida no Trabalho. Administração. Organizações.

ASSÉDIO MORAL NO ÂMBITO ORGANIZACIONAL

Carolina Ambrosio de Campos Villela; Mariane Pereira Cruz; Diana KeronVioto; Esveraldo Suelio da Conceição; Solimar Guindo Messias Bonjardim

11

A sociedade atual, globalizada está em constante mudança, desenvolvimento e evolução, integrantes de um país capitalista, com o foco principal em obtenção de lucro. Deste modo, o trabalho realizado pelo homem visa suprir as necessidades básicas, realizando a troca entre colaborador e organização. Essa troca acontece no que pode ser chamado de mundo trabalhista, local em que os participantes estão sujeitos a diversos conflitos, dentre eles, o assédio moral, um assunto conhecido, pouco discutido, contudo frequente no meio organizacional. O assédio caracteriza-se por uma conduta abusiva, de natureza psicológica, sendo de atitudes repetitivas e prolongadas, expondo o trabalhador a situações humilhantes e constrangedoras, ofendendo sua moral, personalidade e dignidade. Diante disso, o estudo teve como objetivo discutir sobre a ocorrência e o conhecimento do assédio moral. Para a realização da pesquisa foi realizado, num primeiro momento, pesquisa bibliográfica sobre o conceito e o universo que o cerca, e num segundo momento, uma pesquisa com alunos das Faculdades Integradas de Jau sobre o assunto. Os resultados obtidos mostram o que o assédio moral implica a existência de um dano moral, ou seja, causa um dano a moral da vítima deixando sequelas a mesma. O assediador, segundo as pesquisas, pode "atacar" sua vítima de várias formas, com atos abusivos ou hostis, de forma expressa ou não, contra uma ou mais pessoas, podendo ocorrer, no ambiente de trabalho, durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, principalmente por superiores hierárquicos, colegas ou mesmo por colegas e superiores hierárquicos e em menor proporção, podendo ser por inferiores hierárquicos e clientes, durante certo período de tempo e com certa frequência, os quais venham atingir a saúde do trabalhador, podendo deixar danos irreversíveis. O assédio moral não é um fenômeno recente, na sociedade contemporânea o estímulo a competitividade e ao individualismo vem intensificando essa prática. Por outro lado, cresce o número de pesquisadores sobre o assunto, legisladores, organismos internacionais de direitos humanos, profissionais de direito e da saúde, entre outros, que querem identificar a prevenção, e a repressão do assédio moral. Na pesquisa realizada constatou-se que 97% dos entrevistados sabem o que é assédio moral, sendo que 47% das mulheres e 29% dos homens já sofreram assédio moral, 56% não denunciaram o abuso, sendo que não denunciaram por medo de perder seu emprego, humilhação, vergonha, etc. Causando no entrevistado depressão, desânimo, insegurança, crise de choro, entre outros. Portanto, concluiu-se, que o assédio moral precisa ser um assunto mais discutido nas organizações. A gestão deverá proporcionar ao seu colaborador a oportunidade de compartilhar o ato de assédio moral. O papel da organização é dar a vítima o apoio necessário para denunciar o caso de agressão e proporcionar um ambiente saudável. Deste modo, o assédio moral precisa ser um tema mais discutido nas organizações, sendo através de palestras, reuniões e até mesmo e-mail informativo, evitando que a organização seja prejudicada de modo geral.

Palavras-chave: Assédio moral. Organização. Vítima-empregado.

O PAPEL DO PROFESSOR NA FORMAÇÃO DE LÍDERES

Ariane Rodrigues de Souza; Joelma dos Santos Chagas; Kalitha Cristina Barreto; Solimar Guindo Messias Bonjardim

A liderança é um ato que existe desde os primórdios, presente em todas as áreas. Existem líderes e liderados em diversos setores: político, religioso, empresarial e educacional. Diante disso, essa pesquisa teve como foco principal estudar as lideranças nos diversos setores e principalmente no educacional, além de identificar os tipos de professores e como os mesmos influenciam na vida de um educando motivando-o e incentivando os mesmos a tornarem-se futuros líderes. Dentro do âmbito educacional constatou-se que os professores são capazes de influenciar na formação do caráter dos futuros líderes. É no ambiente escolar que surgem e são debatidas as questões mais atuais e cabe a liderança através desse docente discernir e influenciar de forma positiva e construtiva esse educando. Os professores têm em suas mãos o poder de motivar os seus alunos a serem seres pensantes e capazes de opinar sobre diversos assuntos. Estas constatações só foram possíveis após o embasamento em fontes documentais e bibliográficas, como livros, dissertações, teses; e fontes paralelas, como internet, revistas, jornais e através da realização de uma pesquisa de campo com os docentes da rede pública e privada de ensino da cidade de Jaú - SP. Na pesquisa de campo constatou-se que a grande maioria dos professores consideram-se democráticos e incentivadores da formação discente, o que ajuda na formação do caráter do educando e, apesar de sentirem-se motivados com o crescimento pessoal do aluno, se desmotivam pelo fato de terem uma profissão desvalorizada. Contudo, apesar dos obstáculos, afirmam sempre discutirem melhores maneiras de educar e participar do crescimento discente. Portanto, concluiu-se que o professor é uma figura capaz de influenciar o caráter do educando através da convivência no dia a dia, e que a forma com que esse professor motiva o educando pode fazer com que este seja um futuro líder de sucesso.

Palavras-chave: Líderes. Motivação. Professores.

MARKETING DIGITAL: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE FAST FOOD DA CIDADE DE JAÚ

Edinei Moreira dos Santos; Caio Henrique da Silva; Leonardo Henrique Souto de Oliveira; Paula Fernanda dos Santos Pereira; Clerison José de Souza Bueno

Atualmente o marketing digital vem se tornando cada vez mais popular e com os avanços da tecnologia e disseminação da internet os consumidores estão cada vez mais engajados no meio virtual, proporcionando para as empresas que utilizando o marketing digital uma forma ágil e eficaz de localização, comunicação e alcance de seus clientes, facilitando o seu relacionamento com eles. Com os resultados satisfatórios adquiridos pelas empresas, o marketing digital vem se tornando uma ferramenta essencial para sua sobrevivência nesta era digital, pois grande parte da população está conectada a Internet diariamente, possibilitando seu uso tanto para divulgação quanto para as vendas, por isso a relevância de estar apto ao uso desta ferramenta de forma eficiente e objetiva. Nesta pesquisa foi realizado um estudo de caso com a empresa ArtBurger localizada na cidade de Jaú, para analisar quais as ferramentas de marketing digital, estão sendo utilizadas nesta empresa de fastfood e como utilizam as ferramentas e canais de marketing para promoção de sua marca. Além disso, foi investigado quais as vantagens das redes sociais para promover a sua interação com os clientes, evidenciando como a utilização do marketing digital está aproximando a relação entre cliente e fornecedor e quais as principais estratégias traçadas por esta empresa para fidelização de seus clientes. Perante os resultados adquiridos, foi constatado que a organização que se adapta aos métodos atuais de mercado, não correm riscos de estagnação e garantem a ampliação dos seus clientes, pois estão sempre atualizadas e conectadas diretamente onde os seus clientes estão. Além do mais, a velocidade do feedback praticamente simultâneo e a possibilidade de medir e mensurar o desempenho das ações permite atingir e interagir com o público específico definido pela organização, a fim de direcionar melhor os esforços e investimento para alcançar mais rapidamente os resultados.

Palavras-chave: Marketing. Marketing Digital. Fast Food. Redes Sociais. Internet.

MARKETING DE RELACIONAMENTO: FIDELIZANDO O JOVEM CONSUMIDOR

Luiz Henrique Lourencini; Richard Pires Campoi; Luan Pulido; Pâmela de Souza Oliveira; Eliomar Borges Furquim

O mercado consumidor tem se mostrado cada vez mais competitivo, onde as empresas disputam espaço e a preferência de cada consumidor, levando as empresas à desenvolverem diferenciais para atraírem novos e potenciais clientes. Nesse contexto está inserido o jovem consumidor, público com alto poder de investimento e de grande interesse às empresas devido ao seu potencial de consumo. Uma das principais características desse público é sua grande volatilidade de ideias, fato esse que diversas vezes dificulta as estratégias a serem definidas pelas empresas. A proposta desse trabalho foi demonstrar que apesar da grande volatilidade existente no jovem, utilizando do Marketing de Relacionamento, que constitui uma importante ferramenta estratégica que visa atrair e fidelizar os clientes, é possível fidelizar também esse público tão dinâmico, identificando seus hábitos de consumo, dessa forma traçar um perfil, que auxilie na criação de vínculo com esse jovem e dessa forma satisfazer suas necessidades, refletindo diretamente nos resultados que a empresa poderá obter. Para a execução do trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica através de livros, dissertações e artigos acadêmicos e também uma pesquisa de campo com questionário previamente elaborado, tendo como público alvo os graduandos do curso de Administração das Faculdades Integradas de Jaú. Dos 158 alunos do curso de Administração, 112 responderam à pesquisa. Confrontando as teorias levantadas com os resultados das pesquisas, pudemos constatar que os jovens sofrem grande influência do meio em que vivem, sendo que nessa fase da vida adulta, são ainda muito influenciados pela família e seus hábitos, pois a grande maioria ainda é solteira e reside com os pais. Através da pesquisa de opinião o perfil que foi identificado é de jovens que compram por necessidade, principalmente itens de primeira necessidade (alimentação e vestuário), estão em busca de produtos que tenham qualidade e preço, e que apesar de em dado momento da pesquisa grande parte afirmar que planejam sempre suas compras, os mesmos jovens em outro momento na sua grande maioria se julgam consumistas, confirmando a volatilidade de pensamentos desse público. Com base nos resultados apresentados, pode-se concluir que o jovem consumidor possui um alto potencial de consumo, mas que esse potencial ainda encontra-se refreado pela dependência financeira que os mesmos ainda possuem de suas famílias.

Palavras-chave: Jovem. Marketing de Relacionamento. Consumo.

MARKETING DIGITAL: IMPACTOS CAUSADOS EM UMA MARCA DIANTE DE DIVULGAÇÕES NEGATIVAS REALIZADAS NAS REDES SOCIAIS

Alex Silva de Lima; Gustavo Pires; Rafael Fernando Bonfante; Cássio Póla Mantovani; Clerison José de Souza Bueno

Tendo em vista a rápida expansão das novas tecnologias no século XX, como a criação da internet e o alto desenvolvimento das tecnologias, proporcionou uma revolução na forma de aplicação do marketing, se expandindo cada vez mais e com o número de usuários aumentando constantemente, as organizações começaram a usar deste meio de comunicação para interagir e alcançar o consumidor de maneira mais fácil. O estudo teve como finalidade demonstrar as vantagens e desvantagens que as organizações podem adquirir ao publicar e investir em marketing digital nas redes sociais, buscando apresentar os impactos diretos e indiretos para as organizações e como podem reverter os impactos negativos gerados por divulgações difamatórias, tendo assim, que estudar as ações da empresa para reduzir os riscos a sua imagem em função das divulgações dos consumidores nas redes sociais. Neste trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas, teses, dissertações relacionadas ao tema da pesquisa. Concluiu-se desta forma, que as empresas necessitam de um maior preparo para realizar um planejamento antes de publicar campanhas de marketing nas redes sociais, para que não haja

grandes riscos de reprovação do público, como nos casos onde os clientes expuseram de forma negativa a organização devido à insatisfação com as suas publicações. Isso porque, existe uma tendência grande de aumento do uso das redes sociais, como uma das mais fortes ferramentas de marketing digital, fazendo que a internet seja um dos maiores canais de divulgação, e interação e relacionamento empresa e cliente.

Palavras-chave: Marketing digital. Redes Sociais. Cliente. Internet.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO MELHORA NA QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS

14

Bruna Andriolo; Heloísa TrovarelliBorim; Fernanda Scudilio Rossi; Paulo Fernando do Nascimento Afonso

Estudo realizado pela Standard & Poor's mostra que o brasileiro não tem noção de como administrar seu dinheiro. O país ficou em 74º lugar no ranking mundial, que analisou o nível de educação financeira dos entrevistados através de perguntas relacionadas a questões como a inflação, juros compostos, aritmética e diversificação e risco. Pode-se verificar que administrar os bens e as obrigações faz parte do dia a dia das pessoas, porém, tomar boas decisões neste âmbito depende de conhecimentos básicos de administração financeira e consumo consciente. O estudo irá abordar a importância do planejamento financeiro na família, mostrando os aspectos inerentes à organização da entrada e da saída do dinheiro e as diversas formas de investimentos. O objetivo do estudo é mostrar a possibilidade de se criar uma mentalidade adequada e saudável em relação ao dinheiro, proporcionando qualidade de vida. Além do auto questionamento sobre as prioridades e excessos, as pessoas ainda lidam com a vasta oferta, facilidade de pagamento e variedade de produtos ofertados pelo mercado, gerando um conflito interno que, muitas vezes resulta em aquisições impulsivas. Esse apelo ao consumo, pode ser considerado o principal fator de endividamento do consumidor, que aliado a facilidade de crédito, leva a uma antecipação da compra, sem que haja o planejamento necessário para a mesma, resultando em aquisições a prazo, grande período para parcelamento e, conseqüentemente perda do equilíbrio financeiro. Contudo, pode-se entender que o consumo passa a afetar a saúde financeira das famílias brasileiras quando não condizem com a renda respectiva. Essas famílias, por buscarem estilos de vida com altos padrões passam a viver em realidades diferentes de seu poder aquisitivo e, com isso, entram para a lista dos inadimplentes.

Palavras-chave: Finanças. Consumo. Poupança.

A INFORMATIZAÇÃO NO PROCESSO DE VENDAS

Gabriel HilarioDoro; Kleber de Almeida Bigoto; Bruna Talita dos Santos Aguiar; Erikson Matheus BuscarioloDangio; José Augusto Pereira Ribeiro

A macroeconomia interfere na continuidade de qualquer empresa, pois conforme dados do Sebrae-SP, cerca de 63 % das empresas instaladas em nosso país são fadadas ao fracasso antes mesmo de completar cinco anos de atividade, entre os fatores que determinam essa realidade estaria a má administração. No mundo globalizado as informações são geradas e transmitidas em tempo real e através do avanço das tecnologias e da internet, a Informática tem-se mostrado imperativa em todas as áreas de conhecimento. A atual era da informatização influencia de forma decisiva a gestão das decisões estratégicas das empresas. Visto que a informatização é um processo irreversível, existem empresas que ainda não adotam a informatização como um veículo para agilizar este processo tão importante que é a venda. Com o avanço tecnológico, as empresas tendem a seguir certa evolução nos seus departamentos e setores e com isso, vem sendo exercido relevante papel na estruturação de um novo cenário competitivo. Diante deste contexto, a Tecnologia da Informação (TI) apresenta-se como uma importante ferramenta à disposição das organizações. Neste sentido, o presente trabalho

teve como objetivo analisar os aspectos relevantes do uso de TI como Ferramenta de Gestão. Para tanto, se fazer valer de Sistemas de Informações, voltados para a área de vendas (SIV), com o intuito de aprimorar e gerir melhor esse setor, agregando ferramentas que facilitam a comunicação entre todos os setores, assim, uma boa empresa é reflexo de um sistema de informação integrado e atuante. Tomando como base pesquisas bibliográficas que abordem o tema proposto, através de análises de processos de implantação, mostra-se que esta ferramenta (SIV) se implantada com sucesso faz com que as dificuldades e obstáculos encontrados pelos empresários/gestores possam ser melhor enfrentado e com maior probabilidade de serem superadas, agregando maior competitividade e, conseqüentemente, maior valor à empresas, para que possam atuar em um mercado altamente competitivo e globalizado.

Palavras-chave: Empresa. Sistema de Informação de Vendas. Tecnologia da Informação.



CIÊNCIAS CONTÁBEIS

IMPLANTAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA NO DEPARTAMENTO DE PESSOAL - ESTUDO DE CASO EM UMA ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR NA REGIÃO DE JAÚ

Yasmin Fernanda Baza Marcondes; Flavio Luis Grava Scalco

Entidades do terceiro setor que visam o trabalho socioassistencial, dependem de doações do poder público, privado e da sociedade como um todo para manter sua estrutura em desenvolvimento constante. A busca pelo melhor aproveitamento desses recursos e tomada de decisões é o controle interno. A auditoria interna foi criada justamente para assegurar a qualidade desses controles, buscando aperfeiçoamento na rotina de cada setor existente em uma organização, sendo um deles o departamento de pessoal. Uma das principais fontes de recursos para a entidade examinada é a mão de obra de aprendizes inseridos em empresas privadas conveniadas. A mesma por sua vez, cumpre com suas obrigações trabalhistas e repassam um valor, denominado pela entidade de taxa administrativa. Essa taxa é justamente para cobrir as despesas com funcionários e outros. O objetivo geral desse estudo foi implantar e expor a relevância da auditoria interna, através de avaliações, revisões e métodos eficazes para solucionar problemas e sugerir melhorias. A metodologia foi executada através de estudo de caso, onde os resultados apurados apresentaram algumas inconformidades nos documentos examinados e carência de controle interno do departamento de pessoal. A pesquisa mostrou que a auditoria interna em entidades sem fins lucrativos é uma ferramenta de extrema importância para assegurar a qualidade das informações para tomadas de decisões, aplicação e capacitação de dotações financeiras, e prevenir penalidades futuras com fiscalizações. O estudo também proporcionou aprofundamento teórico e prático, a dinâmica da profissão e sua responsabilidade com a ética, sigilo, e cumprimento as práticas contábeis de forma universal.

Palavras-chave: Controle interno. Filantrópica. Recursos.

CUSTOS AUFERIDOS NA PRODUÇÃO DE CERVEJA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS, SP

Suélem Sara Pinheiro; Patrícia Helena Preissler; Luana Maria dos Santos Moura; Waldir Antonio Gobbi Augusto

A contabilidade de custos busca coletar, identificar e analisar os dados reunidos num sistema produtivo, transformando em informações que servirão de auxílio para que a administração possa avaliar e controlar os procedimentos atuais, tomar decisões e planejar o futuro. O presente estudo aborda o processo de apuração dos custos na produção da cerveja estilo Pilsen. A justificativa do estudo é pelo fato das empresas de pequeno porte não se atentarem de maneira adequada ao seu

controle de custos, deixando a margem informações relevantes para a formação do custo. O objetivo geral foi identificar os custos que incidem na produção da cerveja artesanal e como objetivos específicos identificar quais custos incidem diretamente na produção, quais são os custos indiretos e os melhores critérios de rateio dos custos indiretos. O propósito do tema é mostrar a relevância de um sistema de custeio, não apenas para formação do preço de venda, mas também como método auxiliar para a tomada de decisão. A metodologia utilizada foi realizada através de uma revisão bibliográfica sobre o tema e o estudo de caso em uma cervejaria artesanal localizada no município de Dois Córregos-SP. A análise identificou os custos diretos e indiretos na produção, apurando o valor R\$ 2,84 por garrafa de 600 ml produzida. Por meio dos dados obtidos, pode-se verificar o preço de venda mínimo unitário como sendo de R\$ 11,15. O ponto de equilíbrio encontrado foi de 442 unidades. A conclusão foi que este é um negócio rentável, com mercado em expansão e baixo custo de produção.

Palavras-chave: Custeio. Absorção. Cervejaria.

A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA EM UMA EMPRESA ATACADISTA E VAREJISTA DE ELETRÔNICOS

Aline Almeida Bomfim; Beatriz Penachi Martins; Natália Maria Cortese; Flavio Luis Grava Scalco

A auditoria interna pode ser realizada em qualquer empresa que apresenta dificuldades em solucionar problemas de controles internos. A auditoria é realizada através de amostras, que são selecionadas aleatoriamente. A partir das amostras são feitos os testes de auditoria, que comprovarão se o controle interno da empresa é satisfatório. É por meio dos testes de auditoria que são detectadas as falhas e o auditor sugere as alterações necessárias para a correção destas. Além disso, o profissional faz o acompanhamento periódico para verificar se as correções estão sendo realizadas. O objetivo do estudo foi demonstrar a importância da auditoria interna em uma empresa que comercializa produtos eletrônicos, identificando problemas e dificuldades nos controles internos da empresa e apontando soluções. A metodologia utilizada é apresentada através de um estudo de caso com base no acompanhamento em tempo real dos controles internos da empresa. Foram analisados os relatórios de estoque, notas fiscais de entradas e saídas, e livros fiscais e contábeis, realizando testes de auditoria que constataram deficiência no controle interno de alguns departamentos, como os controles da movimentação do estoque. Pelos resultados obtidos foram identificados os problemas nos controles internos e apresentado à empresa algumas soluções cabíveis, como a realização mensal de inventário do estoque mantendo-o sempre atualizado e também registrar em tempo real as notas fiscais de compras e vendas. Mantendo a rotina nos controles internos as informações administrativas estarão sempre atualizadas, o controle interno será mais eficaz e eficiente e a empresa se previne em caso de eventuais fiscalizações, de sofrer possíveis penalidades e multas pecuniárias.

Palavras-chave: Amostras. Auditoria. Controles internos.

O IMPACTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NA CONTABILIDADE PÚBLICA - UM ESTUDO SOBRE A ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTABILISTA DO SETOR PÚBLICO DA MICRORREGIÃO DE JAÚ/SP

Gabriel Aleixo Conessa; Giovana Camila Simões Trevisanuto; Rafael Augusto Frolini; Heitor de Marchi; Flavio Luis Grava Scalco

Atualmente a população é informada através dos meios de comunicação sobre atividades que ocorrem na gestão dos recursos públicos e como sua utilização indevida impacta na sociedade. Com a instituição da Lei Complementar nº 101, no ano de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, a transparência nos gastos e arrecadações públicas ficaram mais evidentes e isso acarretou uma mudança na atuação dos profissionais responsáveis pelas escriturações contábeis das entidades

públicas. Esse trabalho pretende mostrar as mudanças ocorridas com a instituição da lei na atividade dos profissionais contábeis públicos municipais, indicando o correto funcionamento das atividades de gestão exercidas por eles, apresentando o que mudou na responsabilidade e rotina da escrituração dos fatos envolvendo o dinheiro público. O objetivo foi demonstrar quais foram as mudanças recorrentes à implementação dessa lei, bem como procurar evidenciar a opinião e parecer dos profissionais contábeis públicos que atuam na microrregião de Jaú/SP. Para abranger a totalidade de funcionários da função supracitada, realizou-se uma pesquisa de campo aplicando um questionário de caráter anônimo, com perguntas abertas e fechadas, de caráter pessoal e específico da Lei de Responsabilidade Fiscal, para trazer a opinião desses profissionais que se tornaram ainda mais importantes após o início de vigência da lei. Os profissionais declaram que a Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe benefícios relevantes para o manejo do dinheiro público, mas evidenciaram também alguns fatores negativos com a profissão especificamente, como desvalorização e complexidade de atuação. Portanto, constatou-se a necessidade de se dar maior visibilidade e mérito para essa profissão e para um assunto que mesmo com a importância e relevância para a sociedade acaba não sendo reconhecida e visada por grande parte da sociedade.

Palavras-chave: Gestão. Recursos. Transparência.

ANÁLISE DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO DAS USINAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO DA REGIÃO DE JAÚ/SP

Mariana Ciamaricone Milhorin; Fabio Roberto dos Santos; Lucas Fernando de Godoi; Guilherme Reis Frederisi; Antonio Henrique Barbosa Real

O Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, com área de 10,9 milhões de hectares cultivados no ano de 2015. O estado de São Paulo é o maior produtor com 53% (5,7 milhões ha) da área cultivada. A quantidade de cana-de-açúcar processada na safra 2016/2017 foi de 651,8 milhões de toneladas, uma queda de 2,3% em relação à safra 2015/2016, quando foram processados 666,8 milhões de toneladas. Apesar da importante participação do setor na economia brasileira, o setor sucroenergético vem enfrentando uma séria crise desde 2008, com perda de competitividade dentro e fora do Brasil. Entre 2008 e 2012, houve queda da produtividade nos canaviais brasileiros, ocasionando impacto significativo na rentabilidade do setor. As causas da queda da produtividade foram os baixos preços pagos pela cana-de-açúcar entre 2006 e 2008, após a expansão dos canaviais para novas regiões e à crise econômica de 2008. Foi a descontinuidade das políticas públicas brasileiras na área de energia que fez com que o país perdesse a liderança mundial na produção de etanol. A manutenção do preço da gasolina, prejudicou a comercialização do etanol, obrigando os produtores a rever seus investimentos. A crise no setor de biocombustível se agravou quando o Governo Federal desonerou a gasolina do recolhimento da CIDE, em 2012, diminuindo a diferença tributária da gasolina em relação ao etanol. Com alto custo de produção e preço baixo na venda, as dívidas se acumularam e descapitalizaram as empresas. O estudo teve como objetivo analisar os indicadores financeiros de liquidez e endividamento, que demonstram a capacidade das empresas em cumprirem com suas obrigações e o quanto de seus ativos ficam comprometidos com essas obrigações, sendo esses indicadores importantes para os gestores e investidores externos nas tomadas de decisões. A metodologia utilizada foi as análises econômico-financeiras de algumas unidades produtoras da região de Jaú, com informações dos demonstrativos financeiros publicados no Diário Oficial. Pelos resultados obtidos, a crise econômica mostra diferentes cenários para a região. O Grupo Tonon Bioenergia S.A. apresentou uma situação de quase falência; a Usina Della Coletta Bioenergia S.A. sinalizou com uma pequena melhora e a Usina Açucareira São Manoel S.A. mostrou que, com uma boa gestão de seus recursos é possível sobreviver numa economia conturbada.

Palavras-chave: Canavieiro. Crise. Indicadores.

GESTÃO E CONTROLE DE ESTOQUE

Ygor Dias Amaral; Renan Felize; Flavio Mangili Ferreira

O estudo foi realizado com o objetivo de demonstrar e analisar pontos importantes sobre a gestão e o controle de estoque. A partir deste, foi evidenciado aspectos importantes e diferentes maneiras na gestão de controle de estoque empresarial. Foi ressaltado o surgimento do estoque bem como todo sua evolução no decorrer do tempo. Com foco empresarial, o estudo aprofundou-se para questões de análise de todo o envolvimento do estoque, elementos como: armazenagem, estocagem, métodos e avaliações. A justificativa para o estudo foi para que as organizações adquiram maiores conhecimentos aos efeitos que o estoque pode causar. O objetivo foi analisar os elementos que compõem o processo de estocagem e obter um melhor resultado. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica de autores relevantes no estudo sobre o tema. A conclusão do estudo foi aprimoramento nas tomadas de decisões devido a confiabilidade nos reais resultados obtidos no estoque. O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como proceder em uma organização empresarial em relação aos seus estoques. A importância de mensurar o estoque de maneira correta, com base nos métodos atuais existentes de acordo com a legislação em vigor. Ao elaborar o estudo verificou-se a relevância na escolha de diferentes métodos existentes do controle de estoque em relação ao resultado final, onde o mesmo consegue influenciar diretamente no resultado financeiro da empresa. Os níveis de estoque sempre devem manter uma quantidade suficiente para suprir sua produção, de modo que nunca falte matéria prima e que não haja excesso de mercadorias, pois um excesso representa um capital parado que poderia ser utilizado em outros investimentos.

Palavras-chave: Estocagem. Evolução. Relevante.

A CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE NO PROCESSO DE UMA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Regiane Alessandra da Silva; Renan Gustavo Bonfante; Alex Damacena Gomes; Gustavo Bezerra da Silva; Flavio Mangili Ferreira

No Brasil, em 2016, houve um aumento de 44,8% nos pedidos de recuperação judicial. A Lei N. 11.101 de 09 de fevereiro de 2005, que trata da recuperação judicial, extrajudicial a falência do empresário e da sociedade empresária, foi criada para dar maior flexibilidade nas negociações entre credores e devedores. Essa regulamentação possibilitou o parcelamento e alongamento de dívidas, evitando que as empresas entrassem em processo de falência. A justificativa do estudo foi evidenciar a importância de como o processo de recuperação judicial pode ser uma alternativa para evitar a falência de empresas. O objetivo principal do trabalho foi demonstrar a importância da contabilidade no processo de uma empresa em recuperação judicial e que as demonstrações contábeis, que englobam o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado do exercício e as demonstrações dos lucros e prejuízos acumulados são relatórios essenciais e relevantes para tomada de decisão, tendo como utilidade analisar o passivo que dará origem ao processo de recuperação judicial. A metodologia utilizada no estudo teve como base a revisão bibliográfica da lei de recuperação judicial, extrajudicial a falência do empresário e da sociedade empresária. Os resultados apresentados possibilitaram à empresa a postergação do passivo credor e o retorno da normalidade de suas atividades. A conclusão do estudo foi que a participação do contador é de suma importância no processo de recuperação judicial, além da participação em conjunto de um advogado que auxiliou a empresa nas renegociações juntos aos credores, e com a colaboração desses profissionais a empresa conseguiu chegar ao seu objetivo final a finalização do processo de recuperação judicial.

Palavras-chave: Credores. Renegociações. Falência.

A IMPORTÂNCIA DO LAUDO NA PERÍCIA CONTÁBIL

Jéssica Adriane Ortolani; Nataly Cristina Pires; Rodolfo Medeiros Bueno; Antonio Henrique Barbosa Real

O curso de Ciências Contábeis tem uma disciplina voltada para Perícia Contábil, que vem se destacando nas universidades, e tem seu devido reconhecimento, frente aos magistrados, que reconhecem a necessidade de um profissional em perícia contábil, para sanar pendências ou dúvidas pertinentes ao processo falimentar, sendo que esses profissionais detêm domínio sobre noções fundamentais à produção de provas, já que sua função nesse universo é o de apresentar a veracidade a fatos técnicos e possibilitar uma melhor decisão judicial entre as partes. O fato de a perícia contábil ser realizada por um profissional de contabilidade é uma das várias atividades que esse profissional pode exercer. Encontra-se como sendo uma das mais relevantes funções, exigindo um vasto conhecimento, não só os da própria contabilidade, como também de outras ciências afins, além de uma série de atitudes éticas irrepreensíveis. O contador, quando em pleno exercício de suas funções de perito tem por obrigação evidenciar todos os esforços cabíveis e possíveis para relatar a veracidade dos fatos arguidos, transcrevendo em documento próprio, neste caso o Laudo Pericial, que será pormenorizado os resultados obtidos dos exames realizados, buscando agir sempre com o máximo de independência e absoluta ética. A perícia contábil é uma das atividades e funções que não devem ser encarada como profissão, sendo que ainda persistem problemas e obstáculos a serem superados pela classe contábil para que a perícia contábil obtenha seu devido reconhecimento, primordialmente, inserido em um processo judicial do qual requer maior rigor científico e técnico. O objetivo desse trabalho é realizar uma abordagem no que tange a perícia contábil e sua função em saneadora e descritiva em processos falimentares, reconhecendo a importância do contador, frente a ética e sua amplitude de atuação.

Palavras-chave: Contador. Empresa. Perícia Contábil.

PLANEJAMENTO FINANCEIRO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A MANUTENÇÃO DA SAÚDE FINANCEIRA FAMILIAR

Jessica Gonçalves de Figueiredo; Deborah Victoria Espíndola da Silva; Paulo Fernando do Nascimento Afonso

O Brasil enfrentou diversos problemas econômicos ao longo dos anos. Altas taxas de inflação e momentos de instabilidade econômica e política constantes fizeram parte da vida da maior parte dos brasileiros, o que culminou na falta de estímulos à prática do planejamento financeiro em nível familiar. Até os dias atuais, a maioria das famílias não planeja como irá gastar seus recursos financeiros, muitas vezes por falta de conhecimento. O projeto de pesquisa irá abordar a importância do planejamento das finanças na manutenção da saúde da vida financeira familiar, assim como os aspectos inerentes à organização da entrada e da saída do dinheiro e as diversas formas de investir o dinheiro excedente, buscando soluções práticas para a aplicação do planejamento financeiro na realidade das pessoas. O objetivo é demonstrar a importância do planejamento financeiro para o bem estar das famílias, assim como apresentar modelos de contabilização das finanças pessoais para um melhor aproveitamento econômico. O planejamento financeiro familiar assumiu papel de maior relevância, sendo um assunto mais abordado entre as famílias e meios de comunicação. A nossa sociedade precisa se reinventar para que possa superar os problemas pessoais perante a crise financeira que o nosso país se encontra. Hoje, é comum encontrar cidadãos tendo de fazer cortes nos orçamentos familiares para se readaptar à sua renda e despesas. A habilidade de planejar o orçamento familiar não é tarefa tão simples, a medida em que diariamente os componentes de uma família estão expostos às ofertas e variedades do mercado. Nesse sentido, um planejamento financeiro tem o objetivo de comprometer os indivíduos a uma análise de suas despesas, para adequá-las a sua renda

e, assim balancear o fluxo de caixa (controle de entradas e saídas). É válido ressaltar que a ausência da educação financeira desde os primeiros anos de vida, tanto por parte das escolas, quanto por parte das famílias, também atua como coadjuvante das principais causas de gastos excessivos e descontrolados, demonstrando a importância de abordar esse assunto de maneira mais séria.

Palavras-chave: Planejamento. Consumo. Investimento.

NECESSIDADE DA GESTÃO DO CAPITAL DE GIRO

Amália Aparecida dos Santos Barbosa; André Tiago Thomaz; Gabriela Lopes; Guilherme Henrique Zullo; Jose Renato Luchini

21

De acordo com a pesquisa realizada pelo IBGE (2016), aponta que 60% das empresas não sobrevivem após cinco anos de atividade. Isso se deve ao fato da ausência do comportamento empreendedor, falta de capital de giro e ausência de um planejamento prévio adequado. Diante disso, o estudo procura mostrar a importância dos indicadores financeiros na tomada de decisão e a gestão do capital de giro. A justificativa do estudo foi identificar as principais causas pela qual as empresas encerram suas atividades precocemente e quais os reflexos que afetam financeiramente e economicamente a gestão de seus administradores. Dessa forma, o objetivo do trabalho foi evidenciar a partir das demonstrações financeiras fornecidas pela Fan Store Entretenimentos S/A, empresa que atua em cadeia de valor do e-commerce, os dados necessários para o estudo da situação financeira e econômica do Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício entre os exercícios de 2014, 2015 e 2016. As informações foram coletadas a fim de aplicar os índices de liquidez, atividade, endividamento, rentabilidade e necessidade de capital de giro para mostrar como está a gestão dos recursos financeiro e econômicos desta empresa inserida da estatística do IBGE. Como resultado, conclui-se que foi possível identificar a partir da análise dos indicadores que a maior parte dos investimentos da empresa em questão tem origem do capital de terceiros, a empresa pode estar utilizando este recurso como alavancagem financeira na expectativa de aumentar os ganhos, pois seu patrimônio líquido encontra-se negativo, devido os prejuízos acumulados somados serem maiores que o capital social da empresa, elevando seu grau de endividamento.

Palavras-chave: Planejamento. Indicadores. Financeiro.

MOBILIDADE URBANA E O COMÉRCIO ELETRÔNICO

Larissa Aparecida Rovaris; Thamires Barbiero da Silva; Éricles Gilmar Braz de Almeida; Paulo Fernando do Nascimento Afonso

A mobilidade urbana é um tema complexo e deve ser tratado com grande prioridade nas cidades que tem crescido conforme os anos com o aumento de áreas industriais, construções e comércios. Isso traz como consequência a necessidade maior da população de se locomover, seja para ir ao trabalho, ao local de estudos ou outra atividade cotidiana. Com isso, o número de veículos tem crescido consideravelmente, assim como a quantidade de pessoas que utilizam os transportes públicos, como ônibus e metrô. Este fato em conjunto com a falta de planejamento de mobilidade causa o congestionamento nas vias e a superlotação dos meios de transporte. Algumas saídas têm sido criadas com a ajuda da tecnologia por meio de aplicativos, denominados startups, que colaboram em vários segmentos do trânsito. A população pode saber, por exemplo, os horários e localizações dos ônibus, se há engarrafamento nos trechos em que irá transitar e optar por diferentes serviços de táxis, entre outras diversas opções. Utilizando da problemática, esse projeto de pesquisa será desenvolvido para encontrar, através das startups, alternativas que facilitem o acesso e locomoção das pessoas. O objetivo será demonstrar como o uso da tecnologia pode facilitar os desafios da mobilidade urbana. A iniciativa de criar startups que facilitam a locomoção pode mudar a vida das pessoas e até mesmo

das empresas. A produtividade tende a aumentar quando o funcionário não precisa ficar horas dentro de um transporte. Outro ponto positivo é que as startups podem focar em inúmeras áreas da gestão de trânsito, como transporte de cargas, transporte público, estacionamentos, bicicletas, entre outros, podendo ser limitado a pequenas áreas ou grandes centros urbanos.

Palavras-chave: Startups. Produtividade. Economia.

ANÁLISE DA EXPANSÃO DO E-SPORTS NO MUNDO

Renan Correa Videira; Douglas de Melo Miranda; Paulo Fernando do Nascimento Afonso

22

O termo e-sports, ou esporte eletrônico teve origem no final da década de 90. Provavelmente a primeira ocasião em que a expressão foi utilizada se deu em um comunicado de imprensa da Online Gamers Association (OGA), uma organização que pretendia representar jogadores de videogames profissionais. Desde então, o e-sports ganhou proporção, partidas já foram transmitidas pela ESPN e as premiações dos torneios mais importantes já alcançam milhões de dólares. Atualmente uma grande variedade de jogos eletrônicos está interferindo cultural e socialmente em nosso cotidiano, muito se deve ao esporte eletrônico de alto nível. O e-sports, possui uma grande variedade de gêneros eletrônicos em suas competições atraindo milhões de torcedores e jogadores profissionais a cada ano. O estudo pretende revelar se os investidores não serão prejudicados e se não irá afetar outros setores como o econômico o político e o social. O objetivo é expor esse mercado promissor, ou seja, mercado onde há uma grande quantia de dinheiro circulando, seja por organização, premiações, patrocinadores e torcedores e apresentar este crescimento como uma forma de possíveis investimentos. Dado que o objetivo da pesquisa envolve a compreensão de um tema novo, relativamente pouco abordado, a metodologia adotada foi a pesquisa exploratória, mais especificamente a realização de um levantamento bibliográfico de autores das áreas de comunicação, marketing, psicologia e sociologia relacionados ao tema do esporte eletrônico. A ascensão dos e-sports provocou várias discussões entre jornalistas esportivos tendo como pauta a relação entre os videogames encarados como esporte e os esportes tradicionais. Em países como a Coreia do Sul e a China já existem organizações responsáveis pela regulação de torneios, transferências de ciber-atletas entre times e contratos de transmissão com emissoras de TV, no ocidente o desenvolvimento do cenário competitivo desses novos esportes é bem menor, mas existem revistas eletrônicas e publicações online norte-americanas e européias especializadas em cobrir esportes eletrônicos, e grandes marcas como Red Bull e Pizza Hut já patrocinam ciber-atletas ou competições de e-sports.

Palavras-chave: Jogos Eletrônicos. Marketing. Investimento.

SPED CONTÁBIL

Keli Silvestre; Tiago Rogerio Ortolani

A Secretaria da Receita Federal instituiu a obrigatoriedade do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), porém o mesmo vem passando por atualizações ao longo dos anos. Essa ferramenta tem como objetivo de conciliar as demonstrações contábeis e fiscais geradas nas empresas. Entretanto o programa vem com o propósito de facilitar o acesso às informações e agilizar o envio das documentações a Receita Federal. O estudo foi realizado para expor o projeto do Sistema Publico de Escrituração Digital (SPED), oficializado em janeiro de 2007. A partir da implantação do SPED as empresas ficaram em alerta para cumprir os prazos e o comprimento das obrigações acessórias. O resultado foi o fortalecimento e o controle fiscal tornando assim um método de combate a sonegação, além de ter uma maior agilidade e rapidez no acesso das informações. O objetivo do estudo foi analisar qual o melhor método de avaliação do estoque de uma empresa na ramo de calçados, comparando os sistemas PEPS, UEPS e o Custo Médio. Além disso, demonstrar como é integrado o estoque dentro do sistema do SPED para que assim possa ocorrer a apuração dos impostos. Portanto

a empresa no qual foi realizado o estudo de caso é optante do lucro presumido e o valor do custo da mercadoria vendida (CMV) não interfere na formação da base de cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL). A conclusão do estudo é que a empresa verificou que para a elaboração do seu estoque, o melhor sistema é o custo médio.

Palavras-chave: CMV. Estoque. Documentação



COMUNICAÇÃO SOCIAL

SÓ NA COZINHA: REVISTA GASTRONÔMICA PARA PESSOAS QUE MORAM SOZINHAS

Estela Cristine Lourença Domingos Capra; Joao Guilherme Da Costa Franco Silva D’Arcadia

O trabalho consiste na produção de uma revista de gastronomia impressa com foco em pessoas que moram sozinhas e que gostam de cozinhar. Intitulada como Só na Cozinha, a revista tem como objetivo apresentar temas relacionados à gastronomia de maneira simples e trazer informações que serão úteis na rotina dos leitores que não possuem muitas experiências na cozinha. A revista utiliza linguagem informal para discutir temas que envolvem a gastronomia e possui pautas informativas, comportamentais, curiosas e de prestação de serviços. A periodicidade será trimestral e terá distribuição nacional. A ideia de fazer um produto especializado para esse nicho surgiu do alto número de pessoas morando sozinhas atualmente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que já ultrapassa o número de famílias tradicionais. Parte-se do pressuposto de que é necessário que exista um veículo que atenda a demanda desse público e que não há nada semelhante no mercado editorial pesquisado. Para realização do presente trabalho foi utilizado o método de abordagem dedutivo pois a pesquisa inicia em teorias já existentes para alcançar novos resultados e revisão bibliográfica acerca do tema discutido. Entre as técnicas, foram utilizadas a entrevista de campo e entrevista de profundidade para elaboração dos textos da revista. A Só na Cozinha traz como diferencial temas mais próximos dos leitores, receitas fáceis de serem reproduzidas e com ingredientes simples e disponíveis, proporcionando maior adesão entre os leitores.

Palavras-chave: Jornalismo de revista. Jornalismo gastronômico. Democratização da gastronomia. Popularização.

AUSTRALIAN OPEN 2017 NA ESPN: UMA ANÁLISE DA COBERTURA E DAS NARRATIVAS UTILIZADAS PELO CANAL

Luiz Guilherme Romagnoli; Vinicius Martins Carrasco De Oliveira

O presente trabalho trata-se de uma monografia que aprofunda os estudos de convergência das mídias. O método utilizado é o de estudo de caso com base na metodologia de análise de conteúdo. O trabalho explora como os meios eletrônicos atuam em complementação à cobertura de eventos esportivos. A análise de caso foi aplicada em relação a como a rede ESPN do Brasil se utiliza de ferramentas convergentes durante as transmissões esportivas por ela realizadas. A análise é fundamentada em três pilares: história do jornalismo esportivo no Brasil, convergência de mídias e análise de conteúdo. O trabalho analisa como, em meio ao advento das novas tecnologias, público e emissor agem em relação

a oferta e consumo de diferentes produtos que se complementam em uma mesma narrativa histórica. A escolha do Australian Open como base para a análise se deu pela busca de um campeonato esportivo que fuja dos padrões tradicionais brasileiros de consumo, onde há domínio do futebol. A opção pelo Tênis acaba por contemplar uma área do jornalismo esportivo muitas vezes relegada a um segundo plano pela mídia tradicional. Os resultados provenientes da análise comprovam que houve, por parte da emissora estudada, a utilização de diferentes ferramentas que possibilitam a convergência de conteúdo presente em suas plataformas midiáticas (televisão, site e redes sociais). Foi possível perceber a construção de uma narrativa transmídia que promoveu a integração entre o conteúdo produzido para diferentes plataformas e expandiu o universo informativo referente ao torneio, atingindo não só seu público direto, no caso os telespectadores, como também o indireto (navegantes do site e redes sociais), angariando mais público e possibilitando um retorno maior para o canal. Palavras-chave: Cibercultura. Convergência. Jornalismo esportivo. Narrativa transmídia.

NA RAÇA: UM VIDEODOCUMENTÁRIO SOBRE A SUPERAÇÃO DE DESAFIOS POR MEIO DO ESPORTE

Gabriel de Oliveira Colonísio; Cesar Augusto Belarmino; Lucas Souza Dorta; Silvio Saraiva Junior

O trabalho propõe um videodocumentário que apresenta histórias de pessoas que sofreram algum tipo de adversidade na qual levaram-vos a determinadas situações de deficiência física e buscaram nas modalidades esportivas um estímulo para uma superação efetiva. O objetivo do trabalho consiste na exposição do esporte como agente socializador, ressaltando o fragmento intrínseco do esporte no que diz respeito aos seus benefícios e rechaçando o lado mercantil e entretido dos assuntos esportivos. O trabalho conta as diversas realidades que foram modificadas decorrente de um acontecimento, alterando a rotina, modo de pensar e visão perante a vida de acordo com relatos e depoimentos dos mesmos. Além disso, o trabalho visa demonstrar as vitórias e as conquistas dos atletas sem o viés de competição, consequentemente expondo o elemento socializador do esporte, valorizando os êxitos pessoais e os resultados obtidos a partir de seus triunfos individuais e coletivos. A partir de uma metodologia dedutiva, o trabalho adquire procedimento baseado na obtenção de depoimentos e relatos dos atletas envolvidos na elaboração do projeto, viabilizado através de métodos de procedimento de pesquisas bibliográfica e biográficas destes agentes. O jornalismo esportivo, por sua vez, evidencia-se neste trabalho de tal forma que determina as suas funções de acordo com as suas especificidades nas plataformas midiáticas, em destaque a audiovisual (TV, internet e derivados), além da sua participação nas coberturas esportivas tanto na sua integridade quanto na sua sazonalidade, salientando também o paradesporto e os métodos que esta modalidade obtém a partir das transmissões no que diz respeito às competições oficiais e não-oficiais. Entendemos também que o esporte vai além da mercantilização que há sobre o mesmo, sendo assim, o trabalho realça a parcela excêntrica do esporte, conduzindo a análise do estudo além do business e do entretenimento esportivo, manifestando a parcela humana dos atletas e dos envolvidos.

Palavras-chave: Jornalismo esportivo. Videodocumentário. Superação. Sociabilização.

CAMPANHA PUBLICITÁRIA DA EMPRESA AF FOTOGRAFIA

Sara Fialho de Souza; Camila dos Santos Silvestre; Franciele Fernanda Ferrari; Danilo B. Berbel

Este trabalho experimental de Publicidade e Propaganda sobre a empresa AF Fotografia, que atua na área fotográfica com especialidade em newborn, tem o intuito de posicionamento da marca, divulgação do serviço e segmentação do público. O objetivo é promover o serviço e a atuação da empresa no mercado em que atua, tornando cada vez mais conhecida e sendo referência em fotografia newborn. Deixando clara a fidelização e conquistando novos clientes, assim, obtendo um aumento de 20% na captação do seu público-alvo. Foi realizada pesquisa em uma plataforma virtual com a

intenção de conhecer os clientes em potencial e seus hábitos e interesses. Através dos dados obtidos, foi criada uma estratégia utilizando outdoor e complementando com as redes sociais, revista, jornal e flyers, para reter um maior número de clientes e ações necessárias para o crescimento da empresa. As mídias utilizadas na campanha foram escolhidas de acordo com os dados obtidos pela pesquisa, que indicou que nosso público se concentra em mídias sociais e externas como revista e jornais. O tempo de duração das campanhas será de 6 meses, dividido em lançamento sustentação e manutenção, visando o retorno das ações na área de vendas do serviço newborn e visibilidade para empresa. Desde o planejamento até o término, houve o cuidado para garantir os bons resultados. O detalhe está no início, quando são estabelecidas as metas e objetivos. Diante das estratégias, são realizadas campanhas, com slogan "Registrar o momento é revivê-lo para sempre?", nas seguintes peças: revista, outdoor, jornal e flyer. Para o lançamento da campanha, todas estas mídias são utilizadas na divulgação. Para sustentação, mantêm-se as mídias: revista, jornal e flyer. Para a manutenção, terceira fase da campanha, será utilizada: revista, outdoor, jornal e flyer. Considera-se esta estratégia atrativa para novos negócios da empresa, ou seja, novos clientes e destaque pelo diferencial na fotografia newborn.

Palavras-chave: Publicidade. Fotografia newborn. AF Fotografia.

REVISTA SABORES DA REGIÃO: EDIÇÃO ESPECIAL APRESENTA FESTIVAIS GASTRONÔMICOS EM JAÚ E REGIÃO

Lucas Roberto Porfirio; Bárbara Vitor Milani; Bianca Giordana Zaniratto

O presente trabalho trata-se de uma revista gastronômica com edição especial que destaca festivais gastronômicos em Jaú e região. Por meio de referências bibliográficas, coleta de dados e entrevistas, busca-se mostrar que a gastronomia tem diferentes aspectos, maneiras e sabores para trabalhar em textos e imagens de várias maneiras que atraíam leitores. Para cumprir os objetivos, o trabalho utilizou os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica por meio de livros e artigos; entrevistas com fontes para as matérias da revista; linguagem de texto de revista para escrever as pautas. A revista Sabores da Região apresenta sete matérias, dois artigos e duas entrevistas individuais com chefs de cozinha, demonstrando traços da gastronomia local na intenção de chamar a atenção do leitor que terá acesso à edição especial por meio das fotos que foram tiradas pelos autores. A revista Sabores da Região ainda destaca a cultura das cinco cidades abordadas com sua culinária em eventos anuais e o objetivo é que fomente a curiosidade nas pessoas em conhecer um pouco mais esses eventos que ocorrem todo ano e conte com a participação das pessoas. A cada dia que passa a informação está presentes na vida de toda a sociedade e principalmente em ambientes digitais. Espera-se que este trabalho amplie novos olhares e interesses para o jornalismo especializado bem como para o jornalismo gastronômico, levando características regionais e locais para o maior número de pessoas. Além disso, o trabalho tem a função de despertar nos leitores o anseio e a curiosidade de conhecer mais sobre a culinária regional de forma agradável, nessa edição especial.

Palavras-chave: Jornalismo especializado. Jornalismo de revista. Cento-Oeste Paulista. Jornalismo gastronômico.

INVICTA: REVISTA ESPORTIVA DE EMPODERAMENTO FEMININO PARA JAÚ E REGIÃO

Camila Tainah Ramos; Lucas Antônio Soares de Araujo; Joao Guilherme da C. F. Silva D'Arcadia

A presente pesquisa trata da elaboração de uma revista voltada para mulheres praticantes ou não de vários esportes. Ao abordar diversas modalidades como o vôlei, hóquei in line, futebol, dentre outros assuntos, o objetivo principal deste projeto é dar visibilidade às mulheres que praticam esportes. Constatado que não existem veículos de comunicação que abordam o esporte feminino como foco

principal, buscamos analisar a mídia tradicional ao relatar sobre o nicho esportivo feminino abordando esportes que sejam de difícil acesso à maioria das mulheres (leitoras). Com base no método de abordagem, utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos: a) dedutivo (parte de teorias existentes para analisar determinado assunto); b) pesquisa de fontes bibliográficas, livros e artigos; c) entrevistas para a elaboração do conteúdo; d) análise do público-alvo para melhor atendê-los. Observamos a falta de representatividade das revistas esportivas na região de Jaú, que costumam abordar assuntos noticiosos e de caráter social. Há inúmeras modalidades esportivas que merecem um aprofundamento da mídia tradicional e alternativa, pensando nas limitações que o esporte do interior enfrenta em decorrência da falta incentivo governamental. Portanto, a linha editorial da revista "Invicta" permeia assuntos relacionados a esportes femininos com a intenção de desconstruir a ótica machista das revistas esportivas hegemônicas. A revista "Invicta" pretende mostrar os esportes, as atletas e o cotidiano que engloba a realidade oculta do esporte regional.

Palavras-chave: Jornalismo de Revista. Gênero. Esporte feminino. Jornalismo especializado

DISPLASIA DIASTRÓFICA: A INFORMAÇÃO NA RUPTURA DE BARREIRAS

Beatriz Zambonato Santos; Beatriz Borges de Carvalho Zebini; Vinicius M. Carrasco de Oliveira

O presente Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) pretende levar o conhecimento da anomalia Displasia Diastrófica para as pessoas em Jaú por meio de um site. O parâmetro entre o preconceito e a falta de informação são dois principais problemas sobre o tipo de nanismo discutido. Com os avanços tecnológicos e a ambição dos internautas por mais informações e conhecimento temas específicos podem ser tratados de forma mais didática e abrangente pelo jornalismo digital. Diante deste cenário contemporâneo, o objetivo é levar o conhecimento da Displasia Diastrófica para a sociedade em uma plataforma multimídia que tenha conteúdo informativo e jornalístico atraente ao usuário sem que haja dispersão de leitura. A hipótese inicial era que a maioria das pessoas desconhecia o assunto. Uma pesquisa de campo com abordagem jornalística trouxe informações confirmando os dados iniciais. Metodologicamente recorre-se à revisão bibliográfica sobre o tema, sobre jornalismo especializado (ciência e saúde) e digital, além do fazer jornalístico, na tentativa de suprir a escassez de informação da patologia por parte da sociedade. Por suas características, os meios digitais com o auxílio da internet atingem mais rápido e instantaneamente maior número de pessoas podendo levá-las ao esclarecimento sobre o tema. Cumprem-se etapas de produção jornalística como pesquisa, pauta, apuração, redação textual (texto e audiovisual), roteiro de reportagem e edição, para produção e veiculação de conteúdo. Entrevistas jornalísticas com especialistas teve por objetivo a tentativa de reversão deste quadro. Na plataforma digital que compila todo o processo de trabalho, um exercício de jornalismo pautado pela responsabilidade e pelo papel social e cidadão, encontram-se narrativas jornalísticas com a missão de apresentar o desconhecido e levar informação sobre o assunto por meio da interatividade e assim contribuir para a quebra de preconceitos, apontar questões como os direitos dos portadores de Displasia Diastrófica, formas de tratamento e atendimento médico e até uma espécie de prestação de serviço que auxilie as pessoas de um modo geral e também, em especial, familiares e quem convive com a Displasia Diastrófica a encontrar apoio e ter uma melhor qualidade de vida e seu direito à cidadania preservado.

Palavras-chave: Displasia Diastrófica. Jornalismo Especializado. Jornalismo Digital. Multimídia.

REPOSICIONANDO A MARCA DREAMS MOTEL AO TOPO DO MERCADO

Fernando Gonsales de Araujo; Cleber Ricardo Clemente; Nathaly Barbieri Marcondes Cesar

O Trabalho de Conclusão de Curso do empreendimento "Dreams Motel" baseia-se no

reposicionamento da marca no mercado atual, traz consigo a captura de uma fatia de mercado e sua liderança no ramo. Planejamento é um plano-guia que contém todas as informações necessárias para execução bem-sucedida de uma viagem, trabalho, organização, e no caso da publicidade, de uma campanha/peça publicitária. Para isso, precisa-se ter conhecimento pleno sobre os pontos fortes e fracos do cliente, além do público-alvo, objetivos, entre outras informações relevantes. No caso do estudo elaborado sobre o estabelecimento Dreams Motel, verificou-se que a grande parcela de interessados em seu serviço são jovens, e que seu maior concorrente consome 40% da fatia de mercado do mesmo. Sendo assim, irá trabalhar-se na recuperação de 6,5% de mercado a cada 6 meses, e para mensurar esse desempenho, será realizada a repetição da pesquisa de campo ao término de cada período. Para isso ser possível, o estabelecimento se desprenderá do referencial de outros motéis, como o La Passion, por exemplo - outro motel da cidade - e possuirá uma comunicação próxima do seu público, irá posicionar-se com o melhor custo-benefício do mercado focando nas necessidades dos mesmos, sempre com uma abordagem mesclada de bom humor e romance. Como ferramenta desses objetivos, realizaram-se ações desde nas mídias tradicionais e digitais até as alternativas. Contudo, a principal ação será o rebranding da marca, a mudança de como a empresa trabalha sua percepção e posicionamento diante o público-alvo, além da modificação do logo. Irá trabalhar-se também com descontos de preços nos serviços e produtos ofertados pelo motel, propagandas em outdoors e rádio, além de focar a publicidade em farmácias, lojas de roupa íntima feminina, barbearias e palestras em prol da causa social, como uso de preservativos e orientações de doenças sexualmente transmissíveis.

Palavras-chave: Planejamento. Reposicionamento de marca. Motel. Rebranding.

VIVA VEGAN: UM SITE SOBRE A FILOSOFIA VEGANA COMO PRÁTICA ÉTICA DE JUSTIÇA, IGUALDADE E DIREITO À VIDA

Neila Carolina Crespo; Thiago França de Figueredo; Vania de Assis; Bianca Giordana Zaniratto

O presente trabalho trata-se de um website cujo tema volta-se para o veganismo e direito animal. A plataforma digital é hoje a que mais cresce. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2015, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 57,5% dos brasileiros possuem acesso à internet contra os 54,9% medidos pela mesma pesquisa em 2014. Isso mostra que o número tende a aumentar por causa da migração dos veículos convencionais para web e a expansão da cobertura para regiões antes não beneficiadas. Nosso objetivo ao trazer o tema veganismo para a plataforma digital é o de tornar o termo acessível ao maior número de pessoas, como também exercer o jornalismo ativista, muito utilizado nos tempos atuais pelo nome: infoativismo. Ao explorar o jornalismo alternativo, o ambiente também nos possibilita parceria por meio da loja de produtos veganos na internet, iniciativa que vem se mostrando um gerador de fomento para o segmento. Explicar sobre os termos: vegetarianismo, veganismo e vegetarianismo estrito e questionar o impacto no meio ambiente que, segundo um estudo feito pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2016, no Brasil cerca de 80% do desmatamento está ligado à pecuária. Explanamos assim o campo ético e filosófico, trazendo a consciência participativa no utilitarismo animal e na responsabilidade com o meio ambiente. Coleta de dados por meio de pesquisas e entrevistas que foram feitas no IV Congresso Vegetariano Brasileiro, promovido pela Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), em setembro de 2017, bem como outras entrevistas de ativistas da causa. Mediante bibliografia consultada e análise de entrevistas, foi possível traçar um perfil de assuntos e público para o site, o qual nos dá a diretriz adequada para que todo o conjunto (notícia, produtos e eventos divulgados) seja adequado a esse respectivo público.

Palavras-chave: Jornalismo especializado, webjornalismo, veganismo, direitos animais.

A AUSÊNCIA DE REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA MÍDIA BRASILEIRA: HERANÇA HISTÓRICA, RACISMO E LUTA PELA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS

Alan Tomaz de Andrade; Grasiela Lima

As relações étnico-raciais no Brasil sempre foram alvo de grande controvérsia, dada complexidade dessa questão no país, cuja história é caracterizada por processos de preconceito, discriminação e violências contra os negros, ao lado da construção da ideologia do branqueamento e da democracia racial, aspectos que marcaram a especificidade do racismo brasileiro. Os fatos demonstram que, durante o período escravocrata, os negros não eram considerados humanos, mas sim objetos de trabalho, peças comercializadas por um perverso sistema mercantil. Contudo, mesmo após as lutas abolicionistas e a Lei Áurea, não foram implantadas políticas sociais voltadas para a inclusão social da população negra. Assim, os 358 anos de escravização e os 129 anos pós-abolição influenciaram muito a maneira como o negro foi e ainda é visto e representado na sociedade brasileira, pois desenvolveram-se e reproduziram-se visões estereotipadas e negativas, fundamentadas no preconceito e nas desigualdades étnico-raciais. No contexto atual, a mídia é considerada um dos agentes que corrobora a reprodução destes estereótipos. Sendo assim, o presente trabalho busca discutir essa ideologia racista que respalda o período pós-abolição da escravatura, com o objetivo de apontar um dos grandes problemas vivenciados ainda hoje pelos negros brasileiros, que é a ausência de representatividade nos meios de comunicação. Tal invisibilidade é fruto de um processo histórico que nega sua cidadania e seu protagonismo na construção da identidade nacional. O estudo pauta-se pelo método de abordagem indutiva, com procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental. A partir de autores referências na discussão da temática, de levantamento de dados em pesquisas de cunho inter e multidisciplinares e numa perspectiva histórico-crítica, conclui-se que a mídia ainda se coloca como disseminadora de preconceitos e estereótipos em relação à pessoa negra, fato que contradiz sua dimensão pública e democrática. Segundo dados do IBGE 2013, o Brasil possui 53% da população que se autodeclara negra. Contudo, nos grandes veículos de comunicação constata-se que os negros ainda estão excluídos, invisíveis ou são coadjuvantes em novelas, séries, propagandas, programas de jornalismo e entretenimento. A baixa representação e a estigmatização do negro demonstra que o racismo se mantém nos espaços midiáticos, e essa falta de representatividade influencia na construção da identidade negra e na forma como ela é vista pela população em geral. Para quebrar esta relação de preconceito, discriminação e racismo, entende-se como necessária uma desconstrução dos estereótipos, principalmente através do protagonismo negro na criação de produtos midiáticos alternativos à essa mídia tradicional e preconceituosa. Por outro lado, entende-se a necessidade da promoção de uma educação realmente humanista, democrática e antirracista, assim como a exigência da responsabilidade social e ética dos meios de comunicação no que se refere ao respeito à pluralidade cultural e diversidade étnico-racial brasileira.

Palavras-chave: Negro. Racismo. Mídia. Representatividade.

DREAMS MOTEL: REPOSICIONANDO A MARCA AO TOPO DO MERCADO

Vinicius Guilherme Nardy Gomes; Douglas Luiz Bianzeno; Nathaly Barbieri Marcondes Cesar

O Trabalho de Conclusão de Curso do empreendimento "Dreams Motel" baseia-se no reposicionamento da marca no mercado atual, traz consigo a captura de uma fatia de mercado e sua liderança no ramo. A etapa da criação é a solução criativa e comunicacional, que passará a mensagem e aproximará o consumidor, definindo os valores estéticos e transmitindo-os de forma clara para o público alvo, na execução bem-sucedida de campanhas de publicidade e propaganda. Para desenvolver a criação, é preciso analisar o briefing, a fim de entender como o cliente pensa, além de observar o mercado tanto de maneira nacional, quanto local. É indispensável também conhecer o

público alvo definido em pesquisa e que deve ser atingido através das campanhas. É importante entender o planejamento das campanhas, assim como seus objetivos de marketing e comunicação, para levantar todas as informações necessárias. No caso do Dreams Motel, verificou-se no briefing que a empresa acredita no amor e carrega em sua filosofia a intenção de proporcionar bem-estar, valorizando a intimidade dos casais. O mercado local é pouco competitivo e na pesquisa, definiu-se um público alvo jovem, socialmente distribuído entre as classes C e D que frequentam o concorrente por não estar bem informado em toda a relação de custo benefício que o Dreams Motel pode oferecer. Conforme definido em planejamento a marca assumirá uma nova identidade dentro do seu mercado local, para atingir seus objetivos de marketing. A partir deste momento a criação se encarregará de transmitir as atribuições da nova marca para o público. A nova marca será sustentada por quatro pilares: amor, bom-humor, responsabilidade social e custo/benefício. O amor estará presente nas cores e símbolos utilizados na marca e sua comunicação. O bom-humor e a descontração presentes na redação publicitária, assim como nos roteiros de vídeos para internet e spot de rádio. A responsabilidade social estará presente em eventos e produção de conteúdo sobre saúde sexual e importância do uso de preservativos, assinadas pelo Dream's Motel. A relação entre custo e benefício, será transmitida através de campanhas promocionais e clube de descontos, assim como na sustentação da marca. Os novos pilares têm elementos que possibilitam o uso de chamadas impactantes, exploração de estereótipos e imagens provocativas, onde a direção de arte e redação estará sempre focada em uma abordagem que transmita os desejos do consumidor, ao invés de comunicar apenas dos pontos positivos do estabelecimento. A criação é responsável por rejuvenescer a marca Dreams Motel, assim como aproximá-la do público.

Palavras-chave: Criação. Reposicionamento. Motel.

A DOENÇA DE MIL FACES: UM RETRATO DA ESCLEROSE MÚLTIPLA EM UM FOTODOCUMENTÁRIO

Leticia dos Santos Mendes; Danilo Brancalhão Berbel

Este trabalho propõe um fotodocumentário sobre a esclerose múltipla e seus impactos nos portadores e seus familiares, com pacientes de Jaú e região. A esclerose múltipla é uma doença crônica que afeta o sistema nervoso, causando destruição da mielina, proteína fundamental na transmissão dos impulsos nervosos. A descoberta da doença e o tratamento tornaram-se mais complexos e englobam diversas áreas da medicina. Os pacientes que recebem este diagnóstico enfrentam muitas etapas até a aceitação e adequação de suas limitações para estruturar a nova rotina e conseguir conviver com os sintomas. O objetivo deste trabalho é relatar a rotina e a individualidade da manifestação da doença em cada paciente com esclerose múltipla, promovendo o conhecimento e a conscientização da doença, além de instruir e inspirar outras pessoas que convivem ou que cuidam de um portador. Além disso, este fotolivro possibilita uma análise do processo de desenvolvimento da doença, a estruturação de instituições públicas que fornecem um serviço para os portadores e a compreensão dos diversos tipos de tratamentos que são realizados em cada tipo de esclerose. O trabalho foi feito a partir de pesquisas bibliográficas a respeito das técnicas de fotojornalismo e sobre a esclerose múltipla. A estruturação do fotolivro teve como metodologia entrevistas em profundidade com pacientes, familiares e profissionais da saúde, com a produção de imagens de acordo com o conhecimento das composições fotojornalísticas. O método para a seleção dos pacientes foi realizado de acordo com a disponibilidade de pacientes da região, expondo os três tipos da esclerose múltipla: remitente recorrente; primária progressiva e secundária progressiva. Cada tipo possui sua individualidade de sintomas até chegar ao diagnóstico, por isso, é importante distinguir os diferentes modos de manifestação da esclerose e compreender os impactos em cada portador tratado no fotolivro. As etapas e pesquisas revelam repercussões da doença a nível social, físico, pessoal e psicológico, desmitificando a esclerose múltipla e fornecendo informações úteis para a expansão do conhecimento da doença dentro da sociedade. São mostrados os contrastes econômicos e sociais. Os portadores que possuem mais condições financeiras conseguem tratamentos mais sofisticados, consultas mais rápidas e mobilidade

maior para os acompanhamentos em Botucatu, cidade na região que oferece serviços especializados para esclerose. A falta de estrutura para acolher os pacientes no interior é predominante em todas as histórias, além da dificuldade burocrática para conseguir os medicamentos essenciais que controlam a doença. As experiências de vida descritas neste trabalho ajudam os portadores a acreditarem que podem ter uma boa qualidade de vida e se inspirarem nas histórias de outros pacientes que vivenciam situações semelhantes. Conclui-se que o presente fotodocumentário auxilia na compreensão da vida de um portador de esclerose múltipla e a determinação dele para obter uma vida melhor diante das dificuldades.

Palavras-chave: Esclerose múltipla. Fotodocumentário. Fotolivro. Qualidade de vida

APAJA: O PLANEJAMENTO E A CRIAÇÃO DE UMA CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA O PROJETO FILHOTES JAÚ

Gabriele Gimenez de Almeida; Jenifer Aline Cerdas; Murilo Ronchesel

O presente trabalho de planejamento e a criação da campanha publicitária para o Projeto Filhotes Jaú da APAJA, uma ONG que resgata, castra e cuida de filhotes abandonados até que eles encontrem uma família estruturada para lhe dar amor e todos os cuidados fundamentais para sua sobrevivência. Este estágio foi desenvolvido para suprir as necessidades encontradas através do briefing. A metodologia utilizada para a elaboração do planejamento e da criação foi à pesquisa bibliográfica, para conseguir um referencial teórico e assim delinear da melhor maneira a composição das campanhas, que tem como objetivo estruturar a comunicação externa do Projeto Filhotes Jaú e aumentar a sua visibilidade, aceitação e lembrança diante do consumidor. Para que isso aconteça serão utilizadas as mídias sociais, alternativas, e externas, como outdoor e cartaz, além disso, rádio, panfleto, jornal e blog também serão os meios de divulgação. O planejamento foi dividido em duas etapas: planejamento de comunicação, em que contém todas as ações necessárias para a divulgação, conscientização e arrecadação de ração para os animais abandonados; e o planejamento financeiro que foi desenvolvido com o intuito de arrecadar recursos financeiros para a sustentação da ONG e também das campanhas planejadas, pois ela não dispõe de verba suficiente. A criação tem como objetivo fixar a marca na mente do consumidor. Foi necessário à reformulação do logotipo e toda a identidade visual do Projeto, foram criados também dois mascotes, Mimi, a gatinha, e Marti, o cachorro. As campanhas seguiram a mesma identidade visual, como as cores do logotipo e algumas delas tiveram os mascotes como elemento principal no layout da ação, isso para que haja uma harmonia, continuidade e repetição, criando assim uma marca consolidada. Concluímos que a nova identidade aplicada ao cliente irá trazer mais profissionalismo e cumprirá com as necessidades de comunicação do Projeto Filhotes Jaú.

Palavras-chave: Planejamento. Criação. Campanha Publicitária. Identidade Visual.

CAMPANHA PUBLICITÁRIA: APAJA E PROJETO FILHOTES JAÚ – O BRIEFING E A MÍDIA

Raquel Ramos Diório; Débora Rodrigues Guedes; Murilo Ronchesel

Trata-se de uma campanha publicitária desenvolvida para o Projeto Filhotes de Jaú da ONG APAJA (Associação Protetora dos Animais de Jaú). O Projeto Filhotes nasceu pela necessidade da APAJA de ter um cuidado especial com os filhotes, já que são mais suscetíveis a doenças, não podendo ficar juntos dos adultos no canil. Ao serem resgatados, os filhotes seguem para lares temporários até serem adotados e ao completarem a idade certa, são castrados para não gerarem novos filhotes, que podem acabar na rua novamente. Segundo o briefing coletado com as idealizadoras do Projeto, seu público-alvo são homens ou mulheres, maiores de dezoito anos e que tenham condições para cuidar do animal, tanto em parte de alimentação, conforto e acompanhamento com médicos veterinários. O ponto

positivo é ter um trabalho específico e focado em filhotes, pois a causa animal abrange um conjunto muito grande. Com isso permite que o trabalho seja focado em filhotes, bem sucedido e feito com prioridade especialmente para o resgate de filhotes, castração e abandono, já o ponto negativo é a falta de estrutura, que acaba limitando o trabalho de suas idealizadoras e voluntários. O único meio utilizado para divulgação e comunicação institucional é o Facebook, sendo que nenhum dos posts são patrocinados, ou seja, não tem alcance de grande número de pessoas. Desta forma notou-se uma necessidade de construir uma campanha de comunicação eficiente para o cliente, pelo fato de ser uma ONG e não ter fins lucrativos, definiu-se a necessidade de levantar recursos financeiros para dar continuidade para a campanha, por meio de doações de espaços de mídias e por meio de doações de dinheiro de empresas parceiras para a compra das mídias que não serão doadas. Segundo a pesquisa quantitativa realizada, 55,5% de pessoas não o conhecem, sendo ele o objetivo principal maior da campanha, além de conscientizar a população do abandono dos animais, importância da castração, campanhas sazonais, de inverno e verão, meios de doações para o projeto e também de doações de filhotes e pedido de ajuda para a população quando existir a necessidade de doação de ração.

Palavras-chave: Marketing social. Campanha publicitária. ONG.

MEIA ENTRADA: UMA REVISTA SOBRE O CINEMA NACIONAL

Gabriel Dias Moraes; João Antonio Ribeiro Neto; Danilo Brancalhão Berbel

Propõe-se a elaboração da revista impressa "Meia Entrada", com abordagem focada no cinema nacional, incluindo seus idealizadores. O objetivo da revista é divulgação e análise de produções cinematográficas brasileiras, com matérias elaboradas a partir de entrevistas e pesquisas, buscando estimular o consumo das obras nacionais. Diante do crescente mercado audiovisual no Brasil, estudos e pesquisas se desenvolvem na medida em que a modalidade ganha crédito, mas ainda existem poucos trabalhos acadêmicos destinados à área. Trata-se de um trabalho que se estrutura através da fundamentação teórica a respeito da história do cinema, partindo do método dedutivo com levantamentos bibliográficos como base de informações. Foram selecionados filmes e temáticas pertinentes a esse universo e, a partir dessa triagem, construíram-se textos de análise crítica, artigos, notícias e entrevistas com pessoas e corporações ligadas à indústria. Sua periodicidade é trimestral. As produções textuais oferecem uma abordagem dinâmica com linguagem equilibrada entre a seriedade e descontração, que buscam evidenciar o que de mais relevante tem sido produzido no país, procurando atingir inclusive os menos familiarizados com o tema. Foi possível apresentar para o público da revista pontos distintos do cinema nacional e que normalmente se ofuscam perto das produções hollywoodianas que dominam o mercado mundial. Sendo assim, a revista fomenta discussões acerca dos grandes trabalhos brasileiros, buscando atribuí-los o devido destaque e torná-los mais próximos do público, com o intuito de tornar o mercado cada vez mais aberto para as produções nacionais. É possível concluir que o cinema nacional abrange o campo cultural, econômico e social, portanto, é importante a sua valorização enquanto bem simbólico. Logo, a Meia Entrada desempenha o papel de agente no estímulo ao consumo e valorização do cinema brasileiro.

Palavras-chave: Jornalismo cultural. Jornalismo de revista. Cinema nacional.

ESCOTISMO EM JAÚ: UM VÍDEO DOCUMENTÁRIO SOBRE APRENDIZADO, DEDICAÇÃO E COMPANHEIRISMO

Tatiana Cristina de Souza; Paulo Romeiro de Almeida Soares

O vídeo documentário é uma edição especial do Movimento Escoteiro em Jaú. Sua primeira fase foi fundada em 1917, sob comando do comerciante Álvaro Floret. A segunda fase, fundada em 1961, foi do grupo Comandante João Ribeiro de Barros, encerrada na década de 80. Enfim, o Grupo Escoteiro Ibica-re-ig foi fundado no dia 28 de junho de 1997, com o objetivo de atender crianças e jovens, entre

seis e 21 anos de idade. No grupo, é trabalhado um sistema de valores priorizando a honra, baseado na Promessa e na Lei Escoteira, por meio do trabalho em equipe e da vida ao ar livre. Com este documentário, a informação a respeito dessa atividade pode ser melhor divulgada, abrindo a possibilidade de entrada para novos membros. O objetivo é apresentar um panorama histórico do movimento escoteiro em Jaú, interior de São Paulo, e mostrar como são feitas as atividades escotistas, que vão desde a tropa lobinho até a categoria sênior. Por meio destas atividades, o grupo busca a formação de cidadãos, com abrangência de: caráter, saúde, habilidade manual e destreza, e serviço ao próximo. O vídeo documentário mostra também como a entidade sobrevive financeiramente e qual o procedimento para entrar no movimento. Para isso, foi necessário entrevistar chefes atuais, ex-integrantes, diretor executivo, família escoteira e integrantes dos ramos lobinho e pioneiro. O Grupo Escoteiro Ibica-re-ig destaca-se na formação cidadã de jovens e adultos, mas não é muito divulgado na mídia local e isso faz com que os moradores não saibam da existência desse movimento. Os responsáveis pelo escotismo em Jaú sentem a falta de ampla divulgação. O método de abordagem usado neste trabalho é o hipotético-dedutivo, já que se parte de premissas gerais a respeito do escotismo, com o objetivo de se chegar ao detalhamento, com conceitos mais específicos. Procedimento usado é o bibliográfico, com documentos monográficos, sites, livros e artigos. As técnicas usadas são a observação e a entrevista, proporcionando a o detalhamento dos fatos a partir de relatos coletados. Conclui-se a importância do movimento escoteiro na vida de crianças e jovens, tendo em vista o complemento obtido desde a educação familiar. Porém, nem todos sabem qual o verdadeiro significado do escotismo, o que destaca o valor deste vídeo documentário, que se apresenta como o primeiro registro histórico do movimento em Jaú. Assim, com o conhecimento histórico, será possível avançar, utilizando os procedimentos adequados para atrair mais pessoas para a prática cidadã do escotismo.

Palavras-chave: Escotismo. Jornal Especializado. Vídeo Documentário. Jaú. Ibica-re-ig

DESENVOLVIMENTO DE CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA O CLIENTE PARELLI SPORTS

Ana Caroline Rojo; Marina de Callis Pesce Prado Alves; Nathaly Barbieri Marcondes Cesar

O presente trabalho trata de uma campanha publicitária desenvolvida no decorrer do ano para o cliente Parelli Sports, que atua no mercado de artigos do vestuário e acessórios esportivos, situada na cidade de Jaú. A partir do briefing coletado pela "Oasis Propaganda e Marketing", foi possível colher as informações necessárias sobre o histórico da empresa, mídias utilizadas, verba, entre outros detalhes indispensáveis para o desenvolvimento das peças e a realização da campanha anual. Foi aplicada uma pesquisa de campo, com perguntas que possibilitaram a descoberta do real público-alvo do cliente e seus interesses como consumidores do segmento comercializado pela loja, auxiliando assim no planejamento das estratégias de marketing elaboradas e aplicadas pela equipe. Apesar da tradicionalidade da loja, pôde-se perceber que a Parelli Sports trabalhava muito pouco com comunicação institucional e promocional, dificultando a lembrança e visibilidade da marca. Parte do planejamento foi feito focada no marketing digital, pois foi constatada uma carência da marca no meio virtual, principalmente em redes sociais e site institucional, uma vez que o proprietário ainda não possui essa plataforma. A respectiva campanha, será dividida entre manutenção, sustentação e lançamento, durante a sua fase de maturação, para manter as devidas estratégias de marketing e reposicionar a marca no mercado que atua, com o objetivo de torná-la mais eficiente e lembrada ao público-alvo detectado. O planejamento da campanha anual, inclui mídias como: outdoors, revistas, jornais, peças para Facebook, site e spots de rádio. O objetivo de marketing e comunicação será realizado com o propósito de aumentar as vendas, fidelizar o público-alvo determinante e aumentar a visibilidade da marca, estando mais presente no cotidiano do consumidor. Conclusão: A empresa ganhou formas novas de comunicação, estando apta a realizar os seus objetivos delineados no início deste trabalho.

Palavras-chave: Marketing. Publicidade. Propaganda. Esportes. Campanha.

DAS REPRESENTAÇÕES FEMININAS DO PATRIARCADO AO EMPODERAMENTO DA MULHER: VISÕES CRÍTICAS SOBRE PADRÕES DE BELEZA IMPOSTOS PELA MÍDIA

Jaqueline Cassiano; Grasiela Lima

O presente estudo aborda a atual imposição de padrões estéticos de beleza e de comportamentos pela mídia, que reiteram valores dominantes e tradicionais sobre as mulheres. Através de pesquisa em fontes bibliográficas, como livros, revistas especializadas e artigos científicos disponibilizados pela Internet, foi possível compreender que, no decorrer do processo histórico, o patriarcado construiu estereótipos que objetificaram o corpo feminino tendo em vista a dominação masculina. As análises apontam que o padrão de beleza feminina foi radicalmente modificado no decorrer do século XX com a supervalorização da aparência e, a partir daí, houve um grande crescimento da medicalização do corpo com objetivos estéticos, assim como das indústrias de beleza e de cosméticos constituindo-se como importantes mecanismos para aprisionar os corpos e as mentes das mulheres em determinados padrões de beleza. Nesse contexto, a violência simbólica de gênero evidenciou formas de violência estética diante da busca de um corpo perfeito, idealizado, causando impactos na autopercepção e autoestima das mulheres. Dessa forma, as representações femininas divulgadas pela mídia na atualidade emergem como discriminatórias, irreais e que não contemplam a diversidade das mulheres. Levando-se em consideração estes fatos, o objetivo deste trabalho foi realizar uma abordagem crítica sobre os valores, as imagens e os discursos propagados pela mídia como representações que atualizam as relações de gênero, pois reproduzem estereótipos e visões sexistas. Os resultados encontrados permitem afirmar que o empoderamento das mulheres é fundamental para o enfrentamento da pressão por corpos que atinjam esse ideal estético. Para a promoção de uma sociedade efetivamente democrática, voltada para a igualdade de gênero e a emancipação intelectual feminina, o respeito à diversidade de corpos e etnias das mulheres devem ser garantidas e respeitadas. Nesse sentido, entende-se como necessário um movimento coletivo que subverta a estrutura patriarcal da sociedade e suas formas de violência simbólica contra as mulheres.

Palavras-chave: Padrão de Beleza. Mídia. Empoderamento Feminino.

DESENVOLVIMENTO DE CRIAÇÃO DE CAMPANHA PARA O CLIENTE PARELLI SPORTS

Mirislene Sara Antunes de Oliveira; Gabriel Lopes Ananias; Nathaly Barbieri Marcondes Cesar

O presente estudo trata da criação de campanha publicitária desenvolvida para o cliente Parelli Sports da cidade de Jaú. No início do ano, coletou-se um briefing e através dele foram percebidas as dificuldades que a empresa possui para se destacar na região. Realizamos uma pesquisa de campo com perguntas objetivas sobre o interesse do público no esporte, nos produtos vendidos e nos concorrentes para saber seu real público alvo. Assim, foi possível fazer o planejamento de uma estratégia anual de campanhas, definindo a utilização das mídias: revista, jornal, outdoor, peças para Facebook e Instagram e spots de rádio. As peças serão criadas voltadas ao esporte, à prática do mesmo e ao meio fitness que é o público-alvo que foi detectado para o nosso cliente. Distribuímos as peças com duas finalidades: as institucionais, referentes à fase de lançamento, que objetivam deixar a marca sempre em evidência e mostrando os diversos produtos que a loja oferece, veiculadas nas redes sociais diariamente de janeiro até março; e as promocionais, referentes à fase de sustentação, que devem gerar mais vendas apresentando promoções com até 20% de desconto em datas comemorativas como: Dia das Mães, Dia dos Namorados, Dia dos Pais, aniversário da loja e Natal, promoções de liquidação de estoque e promoções de desconto para clientes aniversariantes. Para cada data comemorativa serão

desenvolvidas peças no tema da mesma com fotos e detalhes ainda do esporte e seu meio fitness, que serão veiculadas nos meios online e off-line, com até um mês de antecedência. De outubro ao início de dezembro, durante a fase de manutenção, voltaremos para as institucionais ainda com o objetivo de que o público-alvo tome consciência das novidades e dos produtos disponíveis nas lojas. Ao final do trabalho, pretende-se que a empresa ganhe novos consumidores e que sua marca, com a nova estratégia de comunicação proposta, consiga manter a tradição no mercado da cidade em que atua. Palavras-chave: Criação. Publicidade. Propaganda. Esportes.

O ESTUDO DO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR ATRAVÉS DO NEUROMARKETING.

Cícero Gabriel Dantas da Silva; Michele Daiana Festa; Ingrid Andreia Bortolin de Campos; Paulo Fernando do Nascimento Afonso

Com a grande quantidade de informações que afetam o consumidor em sua rotina, fez-se necessário introduzir mecanismos e estratégias que mapeiam padrões de comportamento, afim de aprimorar novas técnicas e utilizar a publicidade para direcionar a mente do consumidor, fidelizando a marca e despertando a necessidade, interesse, desejos e emoções, atraindo-o para determinado produto e assim efetivar a comprar. A funcionalidade do neuromarketing e sua aplicabilidade em estratégias de persuasão são utilizadas para que a informação permaneça em seu subconsciente, ou seja, abaixo do princípio de percepção (nível consciente). O objetivo do estudo foi analisar a essência do comportamento do consumidor, através da ferramenta de neuromarketing. Para tal, os conceitos e definições de marketing, neurociência e neuromarketing são explanados, uma vez que essa fusão propiciou uma grande inovação em termos de ferramentas persuasivas, modelos de apresentação de negócios e estudos em uma nova área do consumo. A metodologia utilizado no estudo foi a revisão da bibliografia dos principais autores. A evolução do comportamento do consumidor é analisada afim de entender todo o mecanismo de desdobramento do processo de compra. Com o advento das novas tecnologias, criou-se um novo perfil de consumo, o consumidor não é mais passivo e recebe o tempo todo grande quantidade de informação, sendo atingido por mais de trezentas marcas publicitárias diferentes durante o dia, seja para escolher a forma de se vestir, o veículo que vai comprar, a estação de rádio que vai ouvir, tudo que existe no mundo de hoje está no meio publicitário e conectado o tempo todo. A conclusão é que o neuromarketing pode ser usado como uma ferramenta no nível de interferências no poder de decisão e métodos eficazes para aprendizagem do comportamento de consumidor.

Palavras-chave: Neuromarketing. Consumo. Publicidade. Persuasão. Comportamento.

ANÁLISE DO REPOSICIONAMENTO PUBLICITÁRIO DA CERVEJA SKOL

Danielly Souza Resaffe; Patricia Alessandra Mangili

O trabalho se trata de uma análise de caso detalhada do reposicionamento da cerveja Skol. Neste estudo, é observado a reconstrução da marca desde o ano de 2015 com a campanha intitulada como "esqueci o não em casa" quando o movimento feminista tomou as redes sociais contra a campanha que favorecia o aceite a qualquer tipo de assédio sofrido pelas mulheres no período do Carnaval. Período em que, segundo a defensoria pública, as delegacias mais recebem ligações de mulheres em situação de desespero pelo fato de estarem sendo coagidas ou perseguidas por homens. A dissertação também aborda a história do feminismo no Brasil e no mundo, o movimento das sufragistas e os acontecimentos mais relevantes. A maneira como a mulher é representada na mídia também é analisada do ponto de vista das próprias mulheres de acordo com pesquisas elaboradas por institutos brasileiros. Essa representação também é analisada do ponto de vista profissional, já que as vagas nos setores de criação são predominantemente compostos de pessoas do gênero masculino e que

geralmente reproduzem conceitos advindos de uma sociedade patriarcal e machista. A análise das peças publicitárias foi feita a partir de conceitos da análise do discurso francesa observando os elementos que compõem cada peça e a leitura deles em paralelo com o contexto social e as vivências do sujeito diante das peças, e como ele interpreta e reage a cada elemento apresentado. O trabalho parte do momento em que a marca resolveu redesenhar suas propagandas depois de repetidas campanhas com apelo sexual e das reações negativas das consumidoras que promoveram também um boicote à marca que culminou na retirada das peças do ar.

Palavras-chave: Reposicionamento Skol. Propaganda de cerveja. Análise feminista



DIREITO

SOCIEDADES PERSONIFICADAS E SOCIEDADES DESPERSONIFICADAS

Pablo Gustavo da Silva; Renato Zanolla Montefusco

Este trabalho tem como objetivo comparar a sociedade personificada e despersonificada. O direito pátrio reconhece duas espécies de sociedades, quais sejam as sociedades personificadas e as despersonificadas. De acordo com o ordenamento jurídico, as sociedades personificadas são aquelas que possuem personalidade jurídica, ou seja, “aptidão genérica” para adquirir direitos e contrair obrigações. As sociedades despersonificadas são aquelas que não têm personalidade jurídica porque seu ato constitutivo não foi registrado em órgão competente. O código civil de 2002 prevê as sociedades despersonificadas nos artigos arts. 986 a 996, e as sociedades personificadas nos artigos 997 a 1.141. Embora seja custoso constituir uma sociedade personificada, a segurança deste tipo societário implica em proteções previstas em leis e respaldo em caso de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, dentre outras circunstâncias adversas. As sociedades despersonificadas terão como consequências restrições, sendo a mais grave a ausência de limitação da responsabilidade dos sócios, que responderam solidariamente. Nesse sentido a pesquisa tem como finalidade demonstrar que apesar de a regularidade ser custosa, a lei proporcionará vantagens e proteções ao empresário regular e que os riscos e desvantagens poderão implicar em custos maiores ao empresário. O método dedutivo foi utilizado com pesquisa bibliográfica a doutrinas empresariais e legislação pátria para prover respaldo às fundamentações e análises. Há possibilidade do empresário irregular ter a sua falência decretada ou pedir a sua própria falência, porém não terá legitimidade ativa para requerer o benefício do pedido de recuperação judicial, pelos motivos que o anterior, ou seja, a falta dos seus atos constitutivos, conforme dispõe o art. 97, § 1º, da Lei 11.101/2005. O empresário irregular não poderá se beneficiar da solidariedade em relação às obrigações sociais da atividade exercida, respondendo então diretamente aquele que administrou a sociedade. A consequência do não registro impossibilitará: a participação em concorrência pública; a impossibilidade de inscrição em no Cadastro Fiscal; Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ; Cadastro de Contribuinte Mobiliário - CCM, a ausência de matrícula junto ao INSS entre outras adversas. A atual legislação que disciplina a matéria tem por objetivo favorecer o empresário regular ao promover o afastamento do devedor de suas atividades, visa preservar e otimizar a utilização produtiva dos bens, ativos e recurso produtivos, inclusive os intangíveis da empresa. Apesar disso, a empresa regular passa a adquirir automaticamente proteção ao patrimônio da empresa e a figura do sócio não se confundirá com a do negócio. Conclui-se, portanto, que o tipo societário que proporcionará ao empresário e à sociedade as proteções necessárias em face de dificuldade econômicas que as sociedade eventualmente enfrente é o da sociedade personificada, além de não se confundir com a figura do empresário.

Palavras-chave: Recuperação judicial. Recuperação extrajudicial. Personalidade Jurídica. Falência.

PROCEDIMENTALIZAÇÃO DA AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA COMO MEIO ALTERNATIVO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Janaína Gabriela Paulucci; Laís Postal Palomo; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho pretende analisar a possibilidade de procedimentalização da autotutela administrativa atuar como mecanismo alternativo de solução de conflitos. Mencionando funções e vantagens. O Estado no quadro atual tem enfrentado muitas dificuldade para solucionar os problemas de forma rápida e efetiva. A complexidade e o volume de demandas levadas ao Poder Judiciário coloca em evidência o amplo acesso a justiça, frustando assim as expectativas dos litigantes na rápida solução dos conflitos. Insta salientar que a via judicial é a única hipótese em que se observa a intangibilidade das decisões, sendo que, se encaminhado o conflito a outros agentes, órgãos ou instâncias seria possível observar a diminuição da carga processual existente no Poder Judiciário, mesmo sendo estas decisões tangíveis. Conforme descrito no artigo 5º inc. XXXV CF a ideia e a tendência natural é de consentir e incentivar a adoção de meios e soluções de conflitos extrajudiciais, no qual podemos destacar a mediação, a conciliação, a arbitragem e outras formar de procedimentalização da autotutela administrativa. Autotutela é sinônimo de zelar, defender e proteger concomitantemente ou preventivamente seus atos, condutas e atividades afim de evitar lesões a direito de terceiros. É o poder-dever da Administração rever suas decisões. Quando os atos administrativos são ilegais devem ser anulados e quando inconvenientes e inoportunos podem ser revogados de acordo com o entendimento sumular do STF, vide súmulas 346 e 473). e também conforme artigo 53 da Lei 9.784/99. O fato é que quando utilizada hipótese da dispensa à obrigatoriedade de intervenção ou apreciação do Poder Judiciário dando competência a Administração com poderes de sanar irregularidades, potencializando o controle interno e não excluindo ou afastando controles externos. É conclusivo observar a maior eficiência para solução de conflitos. De extrema atualidade e importância os métodos alternativos para se solucionar conflitos alcançam novo patamar, qual seja, a possibilidade de serem aplicados a interesses conjugados a esta categoria jurídica, ao direito público. O fato é que estes métodos tem a capacidade de ordenar os mecanismos decisórios administrativos, que assegurem, via de regra, a participação do administrado, agentes públicos e órgãos técnicos. Os sujeitos intervenientes sem dúvida subsidiam a tomada de decisões da Administração Pública estabelecendo, desta feita, instâncias parajudiciais capazes de recepcionar e resolver conflitos sem a necessidade da via judicial como único mecanismo existente, mediante o exercício da procedimentalização da autotutela administrativa. Diante da complexidade das relações sociais e o crescente volume de demandas levadas ao conhecimento do Poder Judiciário, sem que haja correspondente e necessária contrapartida de resolução tempestiva dessas lides, surge uma tendência natural de consentir e incentivar a adoção de meios de solução de conflitos extrajudiciais, entre os quais se destaca a procedimentalização da autotutela administrativa.

Palavras-chave: Procedimentalização. Autotutela. Solução Conflitos.

A (IN)ADMISSIBILIDADE DO CONTROLE JUDICIAL NOS ATOS DISCRICIONÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Kelli Simões Dias; Leandro Lorencetto; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho se propõe a fazer uma análise do ato discricionário da administração quanto ao controle do poder judicial, para tanto importante ressaltar que para a configuração de um ato administrativo perfeito, este deve estar eivado de requisitos exigidos em lei para sua validação e produção de efeitos, tais como competência, finalidade, forma, objeto e motivo, não obstante, este exercício dos poderes administrativos subordinam-se a todos os princípios explícitos e implícitos concernentes a administração. Cabendo destacar o princípio da legalidade que tem relação direta com

o Estado Democrático, visando validar as ações desempenhadas pela administração. Em determinadas hipóteses a lei concede uma determinada liberdade de ação, ou seja, o administrador tem liberdade decisória diante do caso concreto de escolher dentre soluções possíveis e válidas seguindo critérios de oportunidade e conveniência, fazendo uso do seu poder discricionário, sendo este o adverso dos atos vinculados, por não possuírem nenhuma liberdade decisória. A discricionariedade existe quando a lei expressamente atribui a Administração, como exemplo, nos casos em que a norma permite a remoção ex officio do funcionário, com a finalidade de atender a conveniência do serviço; quando a lei for omissa, hipótese em que a autoridade deverá decidir conforme os princípios norteadores do ordenamento jurídico e quando a lei prevê determinada competência, mas não consegue delimitar todas as condutas possíveis, exemplo disso é o poder de polícia. A atuação discricionária da administração é ampla, mas deve ser sempre analisada se esta em consonância com a legalidade e o mérito, uma vez que este diz respeito a oportunidade e conveniência e aquele a conformidade com a lei. A posteriori, como a própria lei delimita e legitima o ato discricionário, insurge a regra do Poder Judiciário não invadir este espaço reservado ao administrador, contudo, após a positivação dos valores e princípios na Constituição de 1988, especialmente com a constitucionalização dos princípios no artigo 37, a doutrina administrativista vem manifestando grandes preocupações com o controle dos atos administrativos discricionários, e por esta razão elaborou várias teorias com finalidade de limitar este poder discricionário e ampliar a possibilidade de apreciação pelo Poder Judiciário, como exemplo a teoria atinente ao desvio de poder e a teoria dos motivos determinantes, a primeira autoriza o Poder Judiciário a decretar nulidade ao ato quando a Administração usa do poder discricionário para finalidade diferente do que a lei fixou, desviando-se dos fins do interesse público; já a segunda teoria, incide quando a Administração motiva a prática do ato, neste o Judiciário examinará se estes motivos são verdadeiros, neste caso há muitas divergências doutrinárias, pois o judiciário estaria adentrando no poder discricionário dos administradores, mas ainda nestes, o que se defende é que não há invasão do judiciário e sim o respeito ao Princípio da Razoabilidade, a fim de evitar arbitrariedades com pretexto de agir discricionariamente. Portanto, o controle do Poder Judiciário nos atos discricionários é possível, desde que respeitada a discricionariedade administrativa assegurada pela Lei.

Palavras-chave: Controle Judicial. Atos discricionários. Princípios.

A MITIGAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CAMBIÁRIOS FRENTE AOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS E A IMPRESCINDIBILIDADE DA SEGURANÇA JURÍDICA

Débora Maria Nunhez; Juliana Zacarias Fabre Tebaldi

Os títulos de crédito surgiram na Idade Média, como documentos que instrumentalizam os direitos de crédito. O crédito, como fenômeno econômico, importa um ato de fé e confiança entre credor e devedor, vencendo o tempo e o espaço. A função precípua dos títulos de crédito é facilitar a circulação de riqueza com rapidez e segurança. O conceito de título de crédito, considerado preciso, unanimemente aceito pelos doutrinadores e adotado pelo Código Civil Brasileiro no seu artigo 887 é do ilustre jurista italiano Cesare Vivante que diz: "documento necessário para o exercício do direito, literal e autônomo, nele mencionado". O conceito de Vivante agrega os princípios angulares do título de crédito que são a cartularidade, o direito se assenta na cártula, no documento; literalidade, considera-se o que está nele contido, sem interpretações extensivas ou restritivas; autonomia, constitui direito novo e desvinculado de qualquer relação jurídica que lhe deu origem. O portador legítimo do título pode exercer seu direito de crédito, independente da demonstração das causas que deram origem ao crédito, estando isento dos vícios ou defeitos que eventualmente maculem as relações que o antecederam. Em virtude dos avanços tecnológicos, da necessidade de se manter a dinâmica negocial e atender as demandas de mercado, os títulos de crédito sofreram o que se denomina de desmaterialização, ou seja, podem ser emitidos eletronicamente, em ambiente virtual, tendo como um dos reflexos a relativização dos princípios informadores do regime cambial. O presente trabalho tem como objetivo geral abordar os títulos de crédito cheque e duplicata regidos

por legislação específica, os requisitos para sua caracterização, a validade como títulos de crédito, sua exigibilidade e as ações cambiais relacionadas. Os objetivos específicos consistem em analisar e discutir os efeitos da relativização dos princípios informadores do regime cambial manifestada nas decisões dos tribunais assim como a segurança jurídica. Na realização da pesquisa, adotar-se-á o método dedutivo e a pesquisa bibliográfica em livros e sites especializados para fundamentação das análises, discussões e possíveis conclusões. Tem-se como suporte teórico os autores Ascarelli (2005), Ulhoa Coelho (2017), Requião (2011), Wald (2010). Pretende-se trabalhar com a hipótese da diminuição da segurança jurídica em virtude da mitigação dos princípios informadores dos títulos de crédito.

Palavras-chave: Títulos de Crédito. Cheque. Duplicata. Mitigação. Ações Cambiais

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Juliana Andrade Cestari; Thaís Forti Paes de Almeida; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho destina-se a analisar o ato de improbidade administrativa e suas sanções, para tanto cumpre destacar que, disciplinada pela Lei 8.429 de 1992, a ação de improbidade trata do reconhecimento judicial de conduta ímproba contra a Administração Pública praticada de forma própria, ou seja, cometido por agente público ou, imprópria, ou seja, cometido por particulares, com a aplicação das sanções legais cabíveis, visando preservar a moralidade administrativa. Para que o ato de improbidade administrativa acarrete as sanções previstas na Constituição Federal de 1988 é necessário que exista um sujeito passivo, que será uma das entidades administrativas prevista na Lei 8.429/92; o sujeito ativo que será o agente público ou particular que concorra para a prática da improbidade ou dela se beneficie direta ou indiretamente; o ato danoso que importe enriquecimento ilícito para o sujeito ativo, ou seja, aferir qualquer vantagem patrimonial ou econômica indevida, usando-se do cargo ou função, emprego ou atividade prevista em lei, dano ao erário que importa em qualquer ação ou omissão seja ela dolosa ou culposa que causem perda ou desvio patrimonial ou atentado contra os princípios da administração pública que representa qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições públicas podendo ocorrer isolada ou concomitantemente e, por fim o elemento subjetivo que será o dolo ou a culpa. Importante saber que nem todo ato de improbidade constitui crime, mas se a conduta praticada estiver definida em lei, poderá corresponder e assim o sendo a ação cabível de apuração da improbidade tramitará conjuntamente com o processo criminal. Cada ente da federação possui em sua legislação estatutária a previsão do ilícito administrativo correspondente praticado pelo servidor público, obrigando a autoridade competente o dever de apurar através do procedimento cabível ao ato, que supostamente é ímprobo. Porém, algumas sanções decorrentes do ato de improbidade administrativa são decorrentes de competência exclusiva da União conforme se denota do § 4º do artigo 37 da Constituição Federal que dispõe que os atos de improbidade administrativa terão como consequência a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade de bens e o ressarcimento ao erário. Ora, se cada Estado ou Município pudesse disciplinar matérias a este respeito ou aplicar sanções desta natureza com o processo administrativo, seria uma invasão em matéria de ordem civil e política, ademais, a administração pública não poderia exercer função punitiva a particulares que estão fora da definição de agentes e servidores públicos, o que é naturalmente permitido em nossa legislação. Portanto, a administração pública instaurará procedimento administrativo para apuração e aplicação de sanções previstas em seu respectivo estatuto e a apuração e aplicação da parte coativa da lei afeta à Constituição fica a cargo do procedimento processual civil. Por fim, mister se faz frisar que a configuração de um ato de improbidade não depende da demonstração de dano patrimonial ao erário público, podendo estar perfeita e acabada pela singela violação à princípios

Palavras-chave: Improbidade. Constituição. Administração. Moralidade pública.

A MOROSIDADE DO INPI NO PROCESSO DE REGISTRO DE MARCAS

Ana Keila de França Siqueira Mendes; Renato Zanolla Montefusco

O presente resumo visa demonstrar que a morosidade do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) prejudica de forma sensível a livre iniciativa brasileira. Criado em 1970 o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), é uma autarquia federal que dentre outras atribuições é responsável pelo registro de marcas e patentes. O INPI conta com uma nova estrutura regimental, que foi estabelecida pelo Decreto nº 8.854, de 22 de setembro de 2016. Nesse sentido, buscou-se desenvolver críticas à morosidade nos processos de registros que acabam deixando as empresas inseguras para tal procedimento, além da escassez de servidores examinadores que hoje trabalham em um número bem inferior diante das necessidades exigidas. Para tanto, foi utilizado o método dedutivo com pesquisas bibliográficas, jornais eletrônicos, sites especializados além de artigos científicos sobre a temática, e por fim a competente legislação, qual seja, Lei 9.279 de 1996 (LPI) e Decreto 8.854 de 2016. Nesse sentido, de acordo com a legislação brasileira, são passíveis de registro como marca todos os sinais distintivos visualmente perceptíveis, não compreendidos nas proibições legais, conforme disposto no art. 122 da Lei nº 9279/96 (Lei da Propriedade Industrial). As restrições de pessoal é o principal entrave para a morosidade no registro de marcas e patentes no Brasil. Atualmente, leva em média 10,9 anos para que um registro seja concedido no País, quando a média em países desenvolvidos está em torno de três anos, estimativas apontam que há 200 mil pedidos de patente e 480 mil pedidos de registro de marcas aguardando para serem examinados. Para analisar todo o estoque acumulado, o INPI tem 200 examinadores de patentes, que analisam em média 40 pedidos por ano. As marcas ficam a cargo de 150 servidores. Seriam necessárias melhores condições para os servidores além do provimento por concurso público de novos servidores, calculando que o ideal seria o INPI ter o dobro de examinadores. Desta feita, as empresas ficam inseguras para darem início ao processo de registro, visto também terem que desembolsar valores para pagamento de taxas antecipadamente sem a certeza de obterem o registro ao final do processo, vale lembrar que os valores pagos não são reembolsados gerando ainda mais insegurança e o pouco interesse por parte das empresas em procurar o INPI para registrarem formalmente suas marcas e patentes. A celeridade nos processos e o reforço dos servidores se faz necessária para maior adesão e confiabilidade por parte das empresas, em conclusão, garantir-se-ia dessa forma o fundamento republicano da livre iniciativa e seu corolário, a livre concorrência, presente no art. 170 da carta republicana como um princípio da ordem econômica. Palavras-chave: INPI. Registro. Morosidade. Insegurança.

A EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI) - ASPECTOS RELEVANTES TRAZIDOS PELA LEI 12.441/2011.

Rebeca Milani Plassa; Murilo Henrique Svet da Silva; Jackeline Xavier da Silva; Renato Zanolla Montefusco

O presente resumo visa demonstrar aspectos relevantes no entorno da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), para tanto, uma breve introdução faz-se necessária. A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro e no mundo do Direito Empresarial pela Lei nº 12.441/2011, que modificou o artigo 980-A, e o art. 44, Inciso IV, do atual Código Civil Brasileiro surgindo com o propósito de acabar com a figura do sócio "fictício", prática comum em empresas registradas como as sociedades limitadas, que antes só poderiam ser constituídas por, no mínimo, duas pessoas, e agora podem ter no seu instrumento constitutivo um único sócio. Desta feita, tem-se como objetivo observar que a EIRELI permite a separação entre o patrimônio empresarial e privado, ou seja, caso a atividade empresária contraia dívidas, apenas o patrimônio societário da empresa será utilizado para quitá-las, exceto em casos de fraude, sendo este garantido por meio da exigência de um capital social integralizado mínimo de 100 vezes o valor do salário-mínimo no momento do registro da empresa, sendo que, há possibilidade de

escolha do modelo de tributação por parte do empresário, que melhor se adapte a sua atividade face ao porte da empresa, podendo optar, inclusive, pelo Simples Nacional; No tocante a constituição da EIRELI, esta pode ser originária ou derivada, ou seja, ela pode ser realizada originalmente, a partir da elaboração e registro do contrato que disciplinará a sua vida empresarial, ou de forma derivada, através da transformação de sociedade empresária ou empresário individual de responsabilidade ilimitada em EIRELI, admitindo-se como nome empresarial a forma de firma ou denominação social acrescido da expressão "EIRELI". Já em relação à administração deste formato empresarial, esta poderá ser feita tanto pelo seu titular ou até mesmo por uma ou mais pessoas distintas de seu instituidor, desde que, os mesmos sejam designados no ato constitutivo como administradores e tenha sido declarada a inexistência de impedimento para o exercício de tal função, nos termos do artigo 1.011 do Código Civil e na Instrução Normativa DNRC n. 17, atual DREI (Departamento de Registro Empresarial e Integração). Nesse sentido, é possível destacar que as principais vantagens de uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) são: a obtenção da personalidade jurídica, a grande extensão de ramos de atuação permitidos pela Eireli que abrangem todas as atividades rurais, industriais, comerciais e também de serviços e a grande redução na informalidade comercial, de forma que o empresário, que antes exercia atividade econômica de forma irregular, têm a possibilidade de exercer atividade econômica, em caráter profissional, de forma regular. Trata-se de uma inovação normativa, a qual busca trazer a formalidade exercentes de atividade econômica, que por vezes não se enquadram como micro empreendedores individuais ou não desejam a abertura de uma sociedade limitada para o exercício de suas atividades econômicas.

Palavras-chave: Eireli. Responsabilidade Limitada. Empresário.

ACÇÃO DE COBRANÇA DE NOTA PROMISSÓRIA PRESCRITA

Raquel Masiero de Arruda Falcão; Guilherme de Souza Mitiue; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho visa demonstrar a possibilidade de cobrança de nota promissória prescrita. A nota promissória objeto de ação de cobrança é regulada pelo Decreto nº 2044/1908 no qual estabelece em seu art. 56 as condições que lhe são aplicáveis, e, pela Lei Uniforme de Genebra incorporada no direito pátrio pelo Decreto nº 57.663/1966 que por sua vez determina que a nota promissória prescreve como cambial em 3 (três) anos, conforme consignado nos arts. 70 e 77 que estabelecem sobre as ações contra o aceitante relativa as letras terão prazo prescricional de 3 (três) anos contabilizados de seu vencimento, sendo que as ações de cobrança do portador da cártula contra os endossantes e inclusive contra o sacador prescrevem em 1 (um) ano contado o prazo a partir do protesto necessário ou da data do vencimento. Por fim estabelece que ações de cobrança de endossantes uns contra os outros prescreverão em 6 (seis) meses contabilizados do dia em que o endossante pagou a letra ou em que tenha sido ele mesmo acionado. Ademais, são aplicáveis às notas promissórias as disposições relativas às letras exceto os institutos do aceite, aval em branco e, por fim, quanto ao vencimento aquele contado a certo tempo da vista. Portanto, tem-se como objetivo demonstrar que mesmo estando prescrita uma nota promissória para ação de execução, há possibilidade da utilização da mesma em uma ação de cobrança ou monitória, a fim de ter a possibilidade de reaver eventual crédito. Foi utilizado o método dedutivo com pesquisa bibliográfica em doutrinas empresariais, artigos científicos, sites especializados. legislação pátria e jurisprudência. Acerca do que a doutrina empresarial estabelece acerca da prescrição do título, demonstra-se apenas a prescrição sobre a declaração unilateral do crédito, ou seja, não alcança o negócio jurídico fundamental se maior for seu prazo de prescrição. Portanto, essa ação fundamenta-se no negócio fundamental e o débito que restou em razão da perda da executividade da cártula emitida. Nesse sentido pode o credor ajuizar competente ação de cobrança ou monitória, utilizando para tanto, o título prescrito. A experiência jurisprudencial afirma que o prazo prescricional para se propor ação para cobrança de notas promissórias prescritas com origem em dívidas liquidas constantes em instrumentos públicos ou particulares é de 5 (cinco) anos estabelecido no art. 206, § 5º, I, do Código Civil, conforme se demonstra no Agravo Regimental improvido. (AgRg no Agravo em Recurso Especial nº 216269/MS

(2012/0169208-2), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 20.09.2012, unânime, DJe 05.10.2012. Em conclusão, mesmo estando prescrita uma Nota Promissória (título executivo extrajudicial), o detentor da mesma (credor) poderá utilizar-se de uma ação de cobrança ou monitória, para tentar receber o seu crédito, lembrando que essas ações tem um prazo prescricional de 5 anos para serem interpostas.

Palavras-chave: Nota promissória. Prescrição. Ação judicial.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ATOS OMISSIVOS

43

Marina Soares Severo; Johnny Roberto Leandro; Gabriela Bianco; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho visa demonstrar o modo pelo qual ocorre a responsabilidade do Estado por atos omissos. Neste sentido este trabalho não tem como objetivo impor e indagar qual das posições deve ser seguida, mas apenas um estudo e compreensão de cada uma delas, exprimindo-se sobre qual entendimento se torna mais apto para proteger os anseios da sociedade. O presente estudo apresenta a responsabilidade civil extracontratual do Estado pela prática dos atos omissivos, acolhendo a necessidade de proteção jurídica daquela vistos como volúveis diante de um Estado onipotente. Trata-se sobre as condutas omissivas do Estado, tendo em vista uma dificuldade em igualar as opiniões perante a doutrina jurídica. Ao mesmo tempo que as comissivas possuem uma constância em relação a sua natureza, mas o mesmo não se pode dizer com a omissão. No que tange a responsabilização do servidor público mister observar que este está sujeito a três independentes esferas de responsabilidade: a civil, penal e administrativa, conforme dispõe a Lei nº 8.112/90. Para tanto, foi utilizado o método dedutivo de pesquisa, o qual contou com, pesquisa bibliográfica em doutrinas administrativistas, artigos científicos, legislação pátria e jurisprudências. Quando o serviço público funciona mal, não funciona ou é tardio, resta caracterizar a falta de serviço, que independe da culpa individual de determinado administrador, sendo imputada ao Estado e apurada com base na responsabilidade subjetiva. Para a omissão, a doutrina e jurisprudência entendem que se aplica a teoria subjetiva que depende da comprovação de dolo ou culpa. Em breve conclusão, diante do estudo apresentado, pode-se inferir que a responsabilidade civil extracontratual do Estado teve uma grande evolução, desde sua completa irresponsabilidade até a sublime e atual responsabilidade objetiva. Com isso, foram criadas muitas teorias com o intuito de atribuir ao Estado a responsabilidade pelos danos causados por sua administração, uma vez que possui inúmeras prerrogativas. A partir do momento em o Estado atua em prol de toda coletividade, pode causar danos inadmissíveis aos administrados. Com isso, nada mais certo do que atribuir-lhe uma carga de responsabilidade compatível com sua imensa escala de poder. Por isso, foi instituída a responsabilidade objetiva do Estado, que propicia uma maior proteção a população. Desta maneira, diante o exposto, fica claro que a ambição é expor os aspectos relevantes, acredita-se que a aquietação da responsabilidade objetiva quanto às condutas omissivas torna-se um instrumento ágil para acudir ao nosso Estado democrático de Direito, que não mais especifica os particulares e o Estado, devendo todos serem obedientes ao ordenamento jurídico. Palavras-chave: Responsabilidade. Estado. Administração Pública.

O CARÁTER DISCIPLINADOR DA INTERVENÇÃO SUPRESSIVA DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA

Poliane de Lima Santos Souza; Eliane Carina Oliveira; Renato Zanolla Montefusco

O presente estudo tem a intenção de demonstrar o caráter disciplinador da intervenção supressiva do Estado na propriedade privada. O fato a ser demonstrado é que o Estado, na sua função de regulador, possui o poder de intervenção na propriedade privada de forma restritiva, como ocorre na afetação, desafetação, tombamento, limitação, ocupação temporária, e de forma supressiva, na modalidade desapropriação. De acordo com o artigo 22 da Constituição Federal, a União possui competência

privativa para legislar sobre a desapropriação, tendo em vista que trata-se da modalidade mais rigorosa de intervenção, onde o poder público e seus delegados impõem a perda da propriedade de um bem privado, mediante prévia declaração de necessidade pública, utilidade pública ou de interesse social, além de justa indenização do antigo proprietário, salvo na hipótese de desapropriação confiscatória. As modalidades dessa forma de intervenção supressiva são: a) desapropriação direta: ocorre para satisfação de interesse, necessidade pública e interesse social, hipóteses previstas no decreto-lei 3.365/41 e lei 4.132/62; b) desapropriação indireta: quando o poder público se apossa de um bem particular sem observar os requisitos da declaração e indenização prévia, como por exemplo a servidão para passagem de fios de alta tensão que limita a utilização do bem pelo proprietário; c) desapropriação sancionatória: ocorre quando não há o cumprimento da função social da propriedade por desídia do proprietário, podendo ser urbana, hipótese em que a indenização será prévia, justa e em títulos da dívida pública, resgatáveis em até dez anos (artigo 182, §4º, III, da CF) ou rural, cuja indenização também será prévia e justa, contudo, em títulos da dívida agrária, resgatáveis em até vinte anos (artigo 184, caput, da CF) e d) desapropriação confiscatória: que visa à expropriação da propriedade urbana ou rural onde forem localizados cultivos ilegais de plantas psicotrópicas ou exploração de trabalho escravo, ocasião em que não será devida a indenização ao proprietário (artigo 243, CF), sendo que, poderá, além das sanções administrativas, sofrer outras punições previstas em lei, como ocorre em âmbito penal no caso do proprietário que cultiva ilegalmente plantas psicotrópicas, conduta esta que caracteriza o crime de tráfico de drogas, conforme preconiza o artigo 33, §1º, II, da Lei 11.343/06, com cominação de pena de 05 a 15 anos e pagamento de 500 a 1500 dias-multa. Demonstração do caráter disciplinador da intervenção supressiva na propriedade. Foi utilizado o método dedutivo para o desenvolvimento da pesquisa em tela sendo realizada pesquisa na legislação pátria e na jurisprudência. A promoção da conscientização de que o Estado é regulador e tem como finalidade precípua promover o bem comum. Salvo as desapropriações direta e indireta, quem possuem caráter de utilidade, as demais modalidades visam coibir condutas que estejam em contraposição ao íntegro cumprimento da função social da propriedade pelo particular, de modo que essa intervenção rigorosa é medida que se impõe para o alcance de um bem maior.

Palavras-chave: Desapropriação. Propriedade Privada. Intervenção Supressiva.

MEDIDAS ANTIDUMPING NO BRASIL

Thales Siqueira Scuciato; Thiago Laurindo Conessa; Rafael Guimaraes Monteiro; Renato Zanolla Montefusco

O presente estudo aborda o instituto do dumping, que nos meios comerciais consiste na prática irregular de colocação de produtos com preços extremamente baixos, com a finalidade de eliminar a concorrência e aumentar as quotas de mercado. O fato a ser desnudado desde já é que se trata de um ato transfronteiriço, ou seja, a tentativa de agente externo realizar a tomada de mercado interno. Nesse diapasão, se tal prática fosse realizada dentro das fronteiras do país estar-se-ia diante da prática de "preço predatório". Tal prática é considerada desleal sob a ótica comercial, em razão disso, foram criadas medidas protetivas chamadas antidumping. As medidas antidumping representam uma iniciativa, uma "força tarefa" conjunta realizada pelo Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério da Justiça (MJ), e dentre outras autarquias o Conselho de Administração e Defesa Econômica (CADE), Lei 12.529 de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), Lei nº 9.613 de 1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos. Este mosaico tem a árdua tarefa de salvaguardar a indústria nacional, o sistema financeiro e a balança comercial brasileira face ao poder econômico internacional. Demonstra-se por meio deste trabalho que as medidas protetivas, chamadas de antidumping, são extremamente necessárias, tendo em vista que a prática de dumping é prejudicial ao mercado interno, pois, com o valor desleal agregado aos produtos comercializados internacionalmente, a economia nacional perde tanto em mão de obra, quanto em

possíveis resultados negativos desta prática, desestimulando a competitividade das empresas brasileiras, que inclusive são tuteladas em âmbito constitucional por um fundamento republicano, qual seja, o da livre iniciativa, art. 1º da CF/88, e, seu corolário, qual seja a livre concorrência, art. 170 da CF/88. Para tanto foi utilizado o método dedutivo com pesquisa bibliográfica realizada em livros, artigos científicos, legislação pátria e jurisprudência. Valorizar o mercado interno, a mão de obra local e os tributos nacionais, por meio de preservação do produto nacional e estímulo à produção brasileira é o escopo das medidas antidumping, que são utilizadas com maestria por países que buscam preservar e fortalecer o mercado interno. Após análise acerca do instituto em tela, conclui-se que é de suma importância a existência de medidas antidumping, haja vista a necessidade estatal de estimular a boa-fé entre os mercados com a devida salvaguarda e proteção do mercado interno. Cumpre ressaltar que não se trata de intervenção estatal na livre concorrência, tão somente a proteção do mercado e dos produtos nacionais.

Palavras-chave: Comércio Internacional. Antidumping. Concorrência Desleal. Proteção Comercial. Internacionalização Comercial.

HOLDING

Rebecca Caroline Ramos; Gabriel Cirino; Renato Zanolla Montefusco

A pesquisa em tela visa demonstrar os benefícios atinentes à constituição de Holdings. Desta feita é necessário observar que dentro das grandes Sociedades Empresárias existe o objetivo de manter o capital centralizado sem que seja em um único setor, e para que isso seja feito de maneira organizada e satisfatória foram criadas as Holdings. Dessa maneira, é classificada como holding a empresa que mantém a maioria das ações de outras empresas subsidiárias, tendo assim, o controle de sua administração. As holdings são sociedades operacionais, constituídas para o exercício do poder de controle ou para a participação relevante em outras sociedades respectivamente conhecidas como holdings mistas ou holdings puras. Assim, considera-se Holding uma empresa que possui ativos, ou seja, ações de outras empresas, sociedades limitadas, títulos, imóveis, marcas registradas, direitos autorais, patentes, entre outros. Para que uma empresa seja considerada como Holding não basta que no seu contrato social, conste que ela pode participar como quotista ou acionista de outras empresas, isto possibilita apenas a participação no quadro societário das demais empresas, pois o que caracteriza a Holding é na realidade as suas atividades e não as declarações em seu instrumento constitutivo. Poderá ser considerada como Holding somente aquela que realmente participa e controla um grupo de empresas, se utilizando de sua estrutura econômica financeiro para tal. Um ponto forte das holdings é a concentração de mão de obra especializada nesta empresa tais como Administradores, Economistas, Engenheiros, Contadores, Advogados, Técnicos de Informática e muitos outros, que prestarão serviços a todas as empresas do grupo, facilitando desta forma a administração geral do grupo de empresas, além da utilização da estrutura física para servir as demais empresas do grupo. A figura societária das holdings encontra previsão legal no artigo 2º, § 3º, da Lei nº 6.404/1.976, chamada Lei das Sociedades Anônimas. Uma de suas maiores vantagens é que tanto a holding quanto suas subsidiárias operam como unidades legalmente separadas. Mister afirmar que na atualidade analistas de mercado afirmam que o investimento fragmentado em ações de empresas que atuam em setores distintos é considerado uma estratégia de sucesso. Além disso, uma holding empresarial ajuda a evita riscos, pois caso as subsidiárias realizem negócios arriscados e acabem falhando, ela não será afetada pelo prejuízo. Enfim, um bom exemplo de holding é o grupo Silvio Santos que possui mais de 40 empresas em ramos de atividade diferentes e da mesma forma encontra-se em uma única administração, facilitando assim o planejamento estratégico de casa uma das empresas englobadas pela Holding. Em breve conclusão é possível observar que Holdings, mesmo sendo um mecanismo societário de gestão estratégica, ainda fazem parte do mítico para muitos empresários, entretanto, vêm gradativamente ganhado espaço no universo empresarial fazendo-se presente a necessidade de seu estudo e compreensão de suas nuances para a gestão jurídico-empresarial de sociedade empresárias. Palavras-chave: Holdings. Espécies. Gestão. Societária estratégica.

EFETIVIDADE DAS COTAS DE GÊNERO NAS ELEIÇÕES

Rosane Cristina da Silva; Fernando Frederico de Almeida Junior

O presente trabalho versa sobre a obrigatoriedade das cotas mínimas de gênero nas eleições proporcionais. A atual redação do artigo 10 da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97) foi insculpida pela minirreforma eleitoral de 2009, que substituiu a expressão anteriormente prevista, "deverá reservar", por "preencherá", reforçando, assim, a obrigatoriedade da participação mínima de candidatos de cada sexo nos pleitos eleitorais. Desde então, o TSE tem consolidado jurisprudência no sentido de que os percentuais previstos na referida norma devem ter preenchimento obrigatório pelos partidos e coligações, estabelecendo ainda que, numa eventual impossibilidade de atingir a cota mínima de gênero, devem reduzir o número de candidatos do sexo oposto, de forma que a legislação seja cumprida. Importante ressaltar que a legislação eleitoral não especifica que a reserva mínima de 30% seja destinada à participação de candidatos deste ou daquele sexo. Entretanto, é assente, tanto na doutrina, quanto na jurisprudência, que a intenção do legislador foi promover a participação feminina na vida política do país, tendo por base que a ocupação dos cargos eletivos pelas mulheres apresenta baixos percentuais. O estudo ora apresentado busca demonstrar que a obrigatoriedade de um percentual mínimo de registro de mulheres candidatas nas eleições proporcionais não tem o condão de promover, por si só, sua participação equitativa e efetiva nos processos eleitorais. A metodologia empregada constituiu-se de ampla pesquisa bibliográfica, tendo por base a legislação eleitoral, a jurisprudência dos tribunais superiores, artigos e monografias publicados, além de obras literárias e dados extraídos de sites institucionais. Há que se levar em conta que o direito à capacidade eleitoral - tanto ativa quanto passiva - já foi conquistado pelas mulheres, por meio de longos anos de lutas e militância política, não havendo óbice legal ou social para seu exercício. Ademais, estudos revelam a inexistência de preconceito por parte dos eleitores com relação às candidatas do sexo feminino e os dados da justiça eleitoral apontam que dos mais de 18 milhões de filiados atualmente em partidos políticos no país, quase a metade são mulheres. Logo, a imposição da participação feminina nos pleitos eleitorais, no contexto atual, parece inócua e sem sentido. Outrossim, a utilização da ação afirmativa de cotas para mulheres nas candidaturas aos cargos eletivos pode se travestir de inconstitucionalidade e constituir uma violação ao direito que a mulher tem de não participar dos pleitos eleitorais e de não ser usada como mero objeto nos conchavos eleitoreiros. A análise permitiu verificar que a obrigatoriedade da cota de gêneros não tem se mostrado suficiente para o incremento da participação da mulher nos processos eleitorais, muito embora nas últimas eleições elas tenham representado 32,57% dos candidatos. Em realidade, o que se viu foi o sobejo número de candidaturas "laranja" e fraudulentas, prática que, em vez de proteger a mulher, acabou por expô-la a abusos e exploração. Da análise em comento, facilmente deduz-se que a cota de gêneros nas eleições não apresenta aplicação prática no fomento da participação feminina nos processos eleitorais, não possuindo, portanto, efetividade.

Palavras-chave: Eleições. Cotas de Gênero. Ações Afirmativas. Participação Feminina.

MUTAÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA PARA EIRELI

Caroline Alves Mangili; Luiz Guilherme Sola; Victoria Iazbek; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho tem como escopo delimitar a mudança de paradigma na legislação pátria face às sociedades limitadas. Foi utilizado o método dedutivo para realização da pesquisa com análise bibliográfica de doutrinas do direito empresarial e legislação pátria. Para tanto uma breve introdução faz-se necessária. Em 2011, ocorreu uma importante mudança na legislação brasileira que regula o funcionamento das sociedades limitadas presentes no Código Civil nos artigos 1.052 ao 1.087, com a introdução da Lei nº 12.441/2011. Antes, esse tipo de sociedade era regido pelo Código Civil, que

definida a sociedade limitada como aquela que delimitava a presença de dois ou mais sócios. Face à vigência da Lei 12.441/11, ocorreu uma flexibilização no número mínimo de participantes daquele tipo societário permitindo que uma sociedade limitada tenha em seu ato constitutivo, o contrato social, a presença de um único “sócio”, firmando, desta feita, a figura da sociedade unipessoal, conhecida como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, presente no art. 980-A do Código Civil. A legislação pátria já permitia de maneira pontual e excepcional a constituição de sociedade unipessoal, inclusive a existência temporária de sociedade com apenas um sócio, hipótese presente no art. 251 da Lei 6.404/76, não deixando de observar a figura do art. 206 daquela lei. Assim, se tornam distintos os direitos e deveres entre pessoa física e pessoa jurídica face ao patrimônio pessoal e societário. O capital social, devidamente integralizado, não poderá ser inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no país, premissa está presente no art. 980-A. Nesse sentido, o trabalho em tela visa analisar a regularidade na abertura de uma empresa unipessoal a partir do investimento mínimo exigido. O termo limitada significa que cada associado tem sua participação definida com base em sua contribuição, já na EIRELI a participação se dá pela integralização mínima exigida por lei. Dessarte, apesar de ser firmado a partir das cotas individuais no capital social, os membros da sociedade limitada devem atuar de maneira integrada para garantir o bom funcionamento da empresa, distintamente da EIRELI, na qual para ser constituída, o sócio unipessoal arca com o valor total da integralização. Na sociedade limitada a responsabilidade dos sócios está limitada ao valor do capital social, enquanto na EIRELI, inicialmente estará limitada ao valor do capital integralizado, podendo em ambos os casos ocorrer desconsideração da personalidade jurídica. Ponto relevante é que as responsabilidades internas da sociedade limitada passam a ser auto gerenciáveis enquanto na EIRELI carecem de gestão direta do sócio unipessoal. Em breve conclusão, há distinções importantes entre a sociedade limitada e a EIRELI. Isto posto, a criação deste tipo societário marcou um grande avanço no mercado empresarial brasileiro, facilitando a criação de novas empresas, reduzindo a informalidade, visando extinguir o sócio fictício e incentivando o empreendedorismo. Pontos como limite de faturamento, regime tributário simplificado e responsabilidade limitada do titular, impulsionam e tornam válida a mutação.

Palavras-chave: Sociedade limitada. Mutação. EIRELI. Responsabilidade.

AUTARQUIAS

Silvio Cesar Gigliotti; Pablo da Silva; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho tem como escopo expor elementos das autarquias, a qual compõe o mosaico de entidades da Administração Pública descentralizada. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público que integram a Administração Indireta do Estado, possuindo direitos e obrigações próprias distintos do ente que a institui e é regida pelo regime jurídico do direito público estando inserida no regime jurídico administrativo. A sua criação se dá através de lei específica conforme estabelece o art. 37, XIX da CF/88, possuindo capacidade de auto-administração. Tal ente possui controle finalístico pelo órgão que o instituiu, porém, cumpre ressaltar que não há qualquer relação de hierarquia ou até mesmo subordinação por parte do órgão que a criou, pois se trata de uma extensão do poder do órgão instituidor. É de suma importância ressaltar que as autarquias não podem explorar qualquer tipo de atividade econômica, pois esta é um benefício exclusivo das empresas públicas e das sociedades de economia mistas, sendo portanto a prestação de serviços públicos o objetivo das autarquias. As autarquias podem se dividir em duas espécies: Autarquias Territoriais (1) e Autarquias Institucionais (2). A primeira possui um dirigente, que é escolhido pelo presidente da república e também por um conselho autárquico eleito pelos moradores da respectiva área onde está se localizar, tal autarquia pode ser instituída através de um convênio entre o Estado e a União. Fica ao encargo do poder público concedente determinar as normas que vão regulamentar as autarquias e suas finalidades socioeconômicas. Já as autarquias institucionais, possuem todas as características aqui trazidas, definindo-as, simplesmente, como “autarquias”, que se constituem conforme o objeto do presente estudo. Em se tratando das atividades desenvolvidas pelas autarquias, estas precisam estar dentro dos

parâmetros estabelecidos pelo poder que a instituiu, respeitando o “poder de império” do seu ente criador, dessa forma, participando de uma relação Jurídica verticalizada, possuindo as vantagens de uma entidade pública, porém, sujeitando-se aos regimes estabelecidos pelo órgão constituinte. Os entes autárquicos possuem uma grande série de prerrogativas e de privilégios, como: a) os prazos processuais serem maiores, art. 183 do Código de Processo Civil; b) reexame de ofício, art. 496, Código de Processo Civil; c) despesas processuais pagas apenas ao final do processo, diferente do procedimento comum, art. 91 do Código de Processo Civil; d) seus bens são impenhoráveis, imprescritíveis e inalienáveis por estarem sob regime jurídico de caráter público; e) presunção de legitimidade de seus atos e auto-executoriedade; f) regime dos precatórios, art. 100 CF/88; g) prazo prescricional especial, trazido pelo decreto 20.910/32 c/c DL 4597/42, que é de 5 (cinco) anos para as ações pessoais, e; h) imunidade tributária a impostos, conforme disposto no art. 150, VI CF/88, que trata de imunidade condicionada. Em tempo, as autarquias também necessitam que, para sua extinção, assim como para sua criação, a elaboração de uma Lei específica. Em conclusão, e a título de exemplificação a Lei 7.732 de 1989 dispôs especificamente sobre a extinção Superintendência da Borracha e duas fundações, no art. 1º, incisos I, II e III.

Palavras-chave: Autarquias. Constituição. Prerrogativas. Privilégios. Prestação de Serviços Públicos.

LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Adrieli Fernanda do Nascimento Silva Pereira / Jessica Naiara Cano Ferreira Primo / Renato Zanolla Montefusco

O presente resumo tem como objetivo demonstrar a evolução das licitações públicas face à Lei Nº 8.666, de 1993, alterada pela Lei 12.349, de 2010, que modificou o art. 3º, caput, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com vistas à promoção do desenvolvimento nacional sustentável. A sociedade tem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como ao desenvolvimento nacional, sendo, portanto, árdua a tarefa do Poder Público na tentativa de zelar por aqueles direitos. Assim, com o presente trabalho busca-se demonstrar que é possível o Poder Público manter o desenvolvimento nacional enquanto preserva o meio ambiente, e, que essa preservação pode ser feita inclusive por licitações públicas. É imprescindível que a prestação de serviço público seja de acordo com os ditames da sustentabilidade para que seja alcançada a máxima da eficiência, ou seja, para que esteja de acordo com os princípios constitucionais da Administração Pública, neste caso um princípio explícito. A licitação é uma das formas que a Administração Pública pode efetuar compras ou contratações a fim de que o serviço público seja prestado à sociedade, e, é neste ato que ela deve agir com diligência, respeitando parâmetros constitucionais tanto em relação ao desenvolvimento nacional quanto em relação a proteção ambiental, visando garantir a vida saudável da presente geração e das futuras gerações, conforme art. 225 da CF/88. Ademais, a licitação pública conceitua-se em um certame na relação entre entidades governamentais e os interessados, na qual escolhe-se a proposta mais vantajosa às conveniências públicas, ou seja, trata-se de uma competição, na qual vence quem melhor atender os interesses públicos. Ante o exposto, ressalta-se que a preservação do meio ambiente é de interesse público, ou seja, há conveniência, há possibilidade de garantir o equilíbrio ambiental na própria Administração Pública influenciando comportamento em prol ao ecodesenvolvimento. Concernente a sustentabilidade, trata-se de um princípio constitucional o qual dita tanto ao Estado quanto a sociedade as suas respectivas funções com relação a garantia da conservação, da preservação e do desenvolvimento de um meio ambiente saudável em todos os campos possíveis, seja no econômico, no social ou no ambiental. Portanto, é sabido que a existência de um meio ambiente equilibrado é essencial para a preservação da espécie humana, bem como da fauna e da flora, além do fato que o dano ao meio ambiente afronta diretamente a dignidade da pessoa humana, uma vez que o prejuízo causado pelo referido dano pode ocasionar consequências irreparáveis para esta e para as gerações futuras. Assim, conclui-se que o Poder Público, como garantidor dos direitos adquiridos, quando nas suas funções constitucionais, tem o dever de zelar pela vida humana, e se ao praticar o ato de licitação exigir dos interessados que os princípios ambientais sejam respeitados, sob pena de

sanções, estará agindo a fim de manter o equilíbrio entre o desenvolvimento nacional e o equilíbrio ambiental.

Palavras-chave: Licitação. Meio Ambiente. Sustentabilidade. Desenvolvimento Nacional.

O DIREITO DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E SUA FUNÇÃO SOCIAL

Gabrielle Dante da Silva; Marília Gabriela Santana Rodrigues; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho tem como meta demonstrar que a função social da empresa foi contemplada pela nova lei de falências através do direito recuperacional. A Lei nº. 11.101/05, denominada Lei de Falência e Recuperação de Empresas, entrou em vigor para substituir a antiga Lei de Falência e Concordata, o Decreto-Lei nº. 7.661/45 produzido no período ditatorial de Getúlio Vargas, que já não se incorporava com os novos paradigmas jurídicos nem com a realidade sócio-econômica do país. Nesse sentido, buscou-se analisar os propósitos da recuperação judicial sobre a vida econômica das empresas quando em estado de crise, apresentando sua função social. Para tanto foi utilizado o método dedutivo com pesquisa bibliográfica em doutrinas empresariais, artigos científicos e legislação pátria. Ainda em construção, até este momento a pesquisa apresenta a Lei 11.101/05 em vigor, com o propósito de estabelecer meios para que a empresa possa se reestruturar, uma vez que, a permanência, continuidade e preservação da empresa envolvem interesses de toda uma sociedade. Atualmente a empresa é tida como um organismo de grande importância sócio-econômica para o país, pois além de movimentar a economia como um todo, através da produção de bens e serviços, gera empregos diretos e indiretos. Justamente por ocupar um importante espaço sociedade, a empresa deve ser preservada, sendo assim a recuperação judicial um meio eficaz para manter a empresa como unidade produtiva. Ademais, a preservação da atividade empresarial engloba tanto o interesse individual dos sócios e da sociedade empresária quanto o interesse coletivo da Sociedade Civil. Do exposto, conclui-se que a empresa como unidade econômica de distribuição de bens e/ou serviços e geradora de empregos, independente do seu perfil, está suscetível a passar por crises, porém não se deve deixar que este momento afete o mercado e a sociedade de modo geral. A transição da Lei de Falências e Concordatas para Lei de Falências e de Recuperação de Empresas (Lei nº 11.101/05) representa seu objetivo maior, a preservação da unidade produtiva e a prevenção da falência. Na sociedade contemporânea, a empresa não é mais reconhecida como uma mera produtora. Atualmente, ela assumiu uma dimensão social e assim, além de servir aos interesses dos empresários, sócios, credores em geral, serve, principalmente, aos interesses da sociedade. O termo função pode ser definido como a satisfação de uma necessidade e se, assim é, a função social será a satisfação das necessidades sociais ou da sociedade. O conceito de função social impõe que o ordenamento somente reconheça um direito subjetivo individual se ele se juntar com as necessidades sociais. Em breve conclusão, não se admite mais, portanto, que os interesses de uma coletividade resem prejudicados em razão de posturas solitárias. E mais, o ordenamento jurídico pátrio não admite o exercício de direitos individuais quando estes colidirem com os interesses coletivos, como também estimula condutas que resultem em um benefício para a coletividade.

Palavras-chave: Recuperação de Empresas. Sociedade. Função Social.

A RESPONSABILIDADE E OS DIREITOS DOS SÓCIOS NA SOCIEDADE LIMITADA

Ana Carolina Basso; Karoline Souto Murari; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho tem o escopo de analisar a limitação da responsabilidade dos sócios em uma sociedade limitada. O fato é que, é o tipo de responsabilidade mais utilizado no Brasil e consiste na possibilidade desses sócios não responderem com seus próprios bens pelas dívidas da empresa. A responsabilidade limitada começa com a criação do contrato social e perdura até a dissolução da sociedade, contraindo os sócios direitos e obrigações. Por estes fatos, acima aludidos é necessário

examinar as responsabilidades e os direitos dos sócios em uma sociedade limitada e quais as restrições dessa responsabilidade. O art. 1.052 do Código Civil prevê que a responsabilidade dos sócios nas sociedades limitadas é restrita ao valor de sua quota, porém todos respondem solidariamente pela integralização do capital, ou seja, a legítima obrigação dos sócios é a de integralizar sua quota do capital social da empresa, respondendo solidariamente com os outros sócios, pela quantia que falta para a integralização, no caso de algum destes não integralizar totalmente sua quota, cabendo direito de regresso contra o sócio que não a integralizou completamente. Essa integralização é a entrada de recursos na sociedade e ocorre no momento em que os sócios assinam o contrato social para constituí-la. Nesse sentido, o sócio que não realiza a total integralização do capital social é considerado sócio remisso. Esse sócio responderá pelos danos causados à sociedade em virtude do seu inadimplemento, segundo o art. 1.004 do Código Civil. Como direito dos demais sócios, eles poderão retirar o sócio remisso da sociedade, conforme previsão do art. 1.058 do Código Civil. No entanto, os sócios deste tipo societário possuem outros direitos, como o de participar dos resultados sociais na proporção de suas quotas, o qual é negociado através de cláusula específica no contrato social; intervir na administração da sociedade, escolhendo o administrador e fiscalizando-a e o direito de retirar-se da sociedade, em certas condições, recebendo sua cota do capital social. Assim sendo, em breve conclusão, a partir da constituição da sociedade limitada, os sócios adquirem responsabilidades, direitos e deveres que devem ser observados por eles e cumpridos para não acarretar prejuízos à sociedade e aos demais sócios. Estando a quota de capital social totalmente integralizada, o patrimônio pessoal do sócio não responderá por eventuais dívidas ou falência e terão direito de regresso contra o sócio que não integralizou totalmente o capital subscrito.

Palavras-chave: Responsabilidade. Direitos. Sócios. Sociedade Limitada.

A ILEGALIDADE DO USO ILIMITADO DA LICITAÇÃO CARONA

Jade Karina de Souza; Sarah Carvalho Cardoso Brito; Renato Zanolla Montefusco

O estudo em tela aborda a ilegalidade da utilização ilimitada do efeito "carona" na licitação, a luz da violação de princípios referentes à atuação administrativa no procedimento licitatório. Inicialmente, aclara-se que a licitação carona relaciona-se intrinsecamente a previsão legal do artigo 15, II, da Lei 8.666/93, isto é, ao sistema de registro de preços, regulamentado pelo decreto nº 7.892/2013, o qual possui como objetivo precípuo a viabilização de futuras contratações sem a realização de nova licitação. O certame licitatório se estabelece como um procedimento administrativo que consiste na busca da melhor proposta, observando-se a isonomia nas contratações estatais, de maneira a promover o desenvolvimento nacional. Denota-se, portanto, que o procedimento licitatório, pauta-se no gerenciamento dos recursos do Estado, elidindo-se a obtenção de vantagens ou concessões de privilégios a particulares. Salienta-se, que a aceitação corriqueira do efeito "carona" na licitação, é hábil a promover o enriquecimento injusto e ilícito dos particulares, mediante o favorecimento de alguns em detrimento de outros, e o comprometimento da realização de contratação mais vantajosa para o Poder Público. As ilimitadas adesões à ata de registro de preços afrontam fortemente o princípio da competição e da isonomia entre os competidores, transformando-se em prática ilegal e até mesmo inconstitucional. É importante frisar que a imprescindibilidade do estabelecimento de limites do efeito carona, evitando-se a utilização exacerbada e pervertida deste efeito, pois, muito embora, a licitação carona suscite controvérsias doutrinárias acerca da sua validade ou invalidade, não há proibição expressa quanto à prática da "carona" na licitação realizada para registro de preços, de modo que tem sido, regulamente, efetuada. Na construção e desenvolvimento do estudo em testilha, fora realizada pesquisas doutrinárias, bem como pesquisas em artigos científicos, revistas, análise da legislação vigente, seja a Constituição Federal, decretos e leis específicas, além de pesquisas sobre o tema em sites de reconhecida idoneidade. Tendo em vista o cenário das contratações com o Poder Público, a imposição de limite à prática da utilização do efeito "carona" nas licitações gerará óbice a violação dos princípios da competição e isonomia referentes ao procedimento

licitatório, evitando-se, quanto ao mais, a corrupção e fraude na legislação. Em breve conclusão, portanto, em que pese o efeito "carona" na licitação possuir caráter de excepcionalidade, tem sido utilizado de forma comum, assim, a fim de conferir legalidade e constitucionalidade à prática da licitação carona, necessário se faz o estabelecimento de regulamentação harmônica desse efeito com os princípios que coordenam a licitação, bem como a atuação administrativa, estipulando-se limites à adesão da ata de registro de preços, haja vista que a prática irrestrita do efeito "carona" deixa de cumprir com a finalidade do sistema de registro de preço, fazendo-se necessário a imposição de limites e a realização de planejamento das aquisições do Poder Público, afastando-se a corrupção e fraude das licitações.

Palavras-chave: Licitação. Licitação carona. Limites-ilegalidade.

DIREITO FALIMENTAR E RECUPERAÇÃO EMPRESARIAL

Mayara Milani; Bruno de Almeida Grigio; Renata Carla Louzada Mario; Renato Zanolla
Montefusco

O trabalho em tela visa demonstrar o modo pelo qual a Lei 11.101/05 dá tratamento ao direito falimentar e recuperacional. O processo falimentar tem como objetivo liquidar as dívidas (passivo) a partir da realização da venda do patrimônio da empresa. Par Conditiō Creditorum, princípio básico do direito falimentar, onde via de regra a garantia do credor seria representada pelos bens do patrimônio do devedor de forma individual. Quando, porém, o devedor tem bens em seu patrimônio de valor inferior ao total da dívida, sendo assim considerado insolvente, afasta-se a individualidade da execução e obrigatoriamente aplica-se a execução concursal, ou seja, abrangendo a totalidade de credores e bens. Nesse processo serão reunidos todos os credores, que devem ser pagos seguindo a ordem pré-determinada na Lei 11.101/05, em seu artigo 83, de acordo com a natureza do crédito a que pertencem. A lei falimentar impõe ao próprio empresário devedor o dever de requerer a autofalência, quando não atender às condições legais para obter a recuperação judicial. Mas, em regra geral, é o credor que tem mais interesse na instauração do processo de execução coletiva. Entender-se-á por falência a execução concursal do devedor empresário como fruto da função anormal do crédito devido à crise econômica, financeira e estrutural (diferenciando o devedor empresário do devedor civil, de forma mais benéfica para aquele do que para este). É a sentença de falência que introduz o falido e seus credores no regime jurídico-falimentar, daí o seu caráter constitutivo. Ao se falar em falência surge também a recuperação judicial. Seu objetivo está elencado no art. 47 da Lei 11.101/05 que estabelece o objetivo precípuo de superar a situação de crise econômico-financeira e patrimonial do devedor, para viabilizar a manutenção da fonte produtora, empregos e dos interesses dos credores, promovendo, desta feita a preservação da empresa e sua função social estimulando, por fim a atividade econômica. Para ser possível a recuperação judicial o devedor deve respeitar alguns requisitos, são eles: exercer atividade empresarial de forma regular há mais de dois anos; não ter sofrido falência, mas se tiver ocorrido, que possua declaração da extinção das obrigações; não ter obtido a concessão da recuperação judicial nos últimos 05 anos; não ter sido condenado em crime falimentar. Na visão doutrinária a idéia de reorganização de uma empresa é delicada, sendo a participação do Poder Judiciário crucial. O fato é que a participação do Poder Judiciário estabelece critérios a serem seguidos por conta de vetores tais como a função social da empresa, proteção ao trabalhador, volume de ativo e passivo dentre outros. Em breve conclusão, o advento da Lei 11.101/05 visa garantir que as empresas tenham, por meio da mesma, a possibilidade efetiva de decretar a falência quando estiverem em situações críticas e possivelmente de se reorganizar após essas situações a fim de permitir que continuem produzindo, gerando empregos e preservando a empresa e sua respectiva função social, assim estimulando a atividade econômica do país.

Palavras-chave: Falência. Recuperação. Execução Concursal.

TÍTULOS DE CRÉDITO - CLASSIFICAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO

Braulio Roberto Grizzo; Fabiano Aparecido Borsonaro; Renato Zanolla Montefusco

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os títulos de crédito e suas classificações no direito pátrio. A palavra crédito deriva do latim *creditum*, que significa confiar, ter fé. Assim, o crédito representa a confiança que alguém desperta em outrem e sua ideia essencial é a troca de um bem atual por um bem futuro, podendo ser definidos dois elementos para sua existência: confiança e tempo. Demonstrar, de maneira simples e direta, as características e os requisitos básicos dos títulos de crédito, além de suas classificações. Foi utilizado o método dedutivo com pesquisas em livros e sites especializados, além de consultas a leis esparsas sobre títulos, como Lei Uniforme de Genebra (Decreto nº 57.663/1966), Lei do Cheque (Lei 7357/1985) e Código Civil (art. 887 e seguintes). São características dos títulos ser bem móvel (a posse de boa-fé equivale à propriedade, sendo o possuidor considerado portador legítimo do título), natureza pro solvendo (em regra, a emissão do título não extingue a obrigação que lhe deu origem), executividade (através do título, é possível exigir o pagamento direto pela ação de execução), formalismo (devem ser obedecidos requisitos legais para sua validade) e solidariedade cambiária (pluralidade de prestações e direito de regresso contra todos os devedores). Já quanto aos requisitos básicos dos títulos, tem-se a cartularidade (documento imprescindível para o exercício do direito de crédito), literalidade (vale o que está escrito no título) e autonomia das obrigações (cada possuidor de boa-fé adquire nova condição de credor do título, independentemente da posição da pessoa anterior, envolvendo ainda os elementos da abstração, que é a desvinculação do negócio jurídico que lhe originou, e da independência das assinaturas, valendo exclusivamente o título de crédito para a cobrança dos devedores). Por último, quanto às suas classificações, firmam-se em títulos próprios (aqueles que estão presentes na Lei Uniforme de Genebra - Letra de Câmbio e Nota Promissória), impróprios (aqueles que estão previstos em outras legislações - Duplicata e Cheque), abstratos (os que independem da relação com o negócio jurídico), causais (os que necessitam dos negócios jurídicos realizados), circulação, que pode ser nominativa (o proprietário do título se encontra nos registros do emitente), à ordem (o nome do beneficiário consta apenas no teor do próprio documento), não à ordem (o título só pode circular como cessão de crédito) ou ao portador (o beneficiário não consta no título, sendo este o possuidor de boa-fé) e finalmente a classificação quanto à estrutura, que pode ser ordem de pagamento (a pessoa emite o título e um terceiro paga o documento, formando um trinômio de pessoas) e a promessa de pagamento (o próprio emitente do título assume diretamente a obrigação de pagar o beneficiário, havendo um binômio de partes). Os títulos de crédito, sem dúvida, assumiram grande importância para a economia global, alavancando e acelerando economias, inclusive por políticas públicas de fomento e financiamento. Diferenciam-se dos documentos obrigacionais, pois estão inseridos no universo cambial, o qual lhes dá circulação ágil e segurança executiva.

Palavras-chave: Títulos de crédito. Conceito. Características. Classificação.

REFLEXÕES SOBRE AS SOCIEDADES ANÔNIMAS - LEI 6.404 DE 1.976.

Nathalia Rodrigues Françoloso; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho tem como escopo tecer considerações relevantes acerca das companhias, também conhecidas como sociedades anônimas. Trata-se de uma sociedade de capital, constituída por um estatuto social com o capital fracionado em ações, sendo a responsabilidade do acionista limitada ao seu capital subscrito não integralizado. Quanto ao nome empresarial, necessário observar que somente é permitido a figura da denominação podendo ser seguido do objeto social, sendo permitida a inclusão do nome do fundador da companhia, e por fim seguido da expressão S/A por extenso ou abreviada, ou também CIA. Esse tipo societário possui uma estrutura complexa, ou seja, há necessária divisão feita no instrumento constitutivo nominados como órgãos. Quanto aos órgãos, são: a)

assembleia, que é a reunião de todos os sócios, sendo que esta escolhe o conselho de administração; o qual é, a cabeça pensante da S/A; b) a diretoria, que é escolhida pela assembleia ou pelo conselho de administração, sendo que esta executa suas funções de forma a alcançar e preservar os interesses da sociedade, e; c) o conselho fiscal, que é escolhido pela assembleia geral e é órgão obrigatório e tem por atribuições a fiscalização das contas e a fiscalização dos atos da administração, além de ser órgão que presta informações à Assembleia Geral. Há dois tipos de S/A: a) as abertas são aquelas que podem comercializar valores mobiliários no mercado de investimentos, são títulos de investimento que buscam capitalizar recursos necessários para a atividade da companhia, sendo que, o mais conhecidos dos títulos de investimento são as ações (títulos de renda variável), entretanto há as debêntures (títulos de renda fixa, e; b) as s/as fechadas, ao contrário das abertas, são aquelas que não podem emitir valores mobiliários. Nesse sentido é possível a mudança de uma s/a aberta para fechada e vice-versa. Quanto a forma de constituição, se dá a partir de subscrição particular/simultânea ou subscrição pública/sucessiva. A subscrição particular, feita pelos próprios acionistas, que transferem parte de seu patrimônio para constituir a sociedade através de escritura pública ou assembleia geral com o depósito de, pelo menos, 10% do crédito no Banco do Brasil. Já na subscrição pública, ao contrário, primeiro é apresentado um projeto com efeito vinculante, depois de comprada/aceita a ideia, o nome do adquirente vai para um boletim, e, por fim, há a assembleia/lista de acordo com o boletim e com o projeto para elaborar um estatuto. Mister reconhecer que as ações são: a) ordinárias: confere aos acionistas os direitos básicos que estão na lei; b) preferenciais: confere aos acionistas prioridades nos dividendos, no reembolso do capital com previsão no artigo 17 da LSA, e; c) de fruição: chamadas de ações filhotes, pois são derivadas de ações amortizadas (pagas) e, quanto a forma de emissão, são: nominativas: investidor recebe o título em seu nome ou escriturais, também são nominativas, entretanto, são emitidas por escritura, feito em conta corrente, observando-se que não existem mais ações ao portador no Brasil. O conhecimento das S/A, em breve conclusão, é fundamental para alavancar o fomento econômico.

Palavras-chave: Sociedade. Capital. Ações.

OS PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS LEIS APLICADAS AOS AGENTES QUANDO ATUAM DE FORMA A EXTRAPOLAR, OU PREJUDICAR PARTICULARES, UTILIZANDO-SE DESSE PODER.

Alex Rodrigo Beltrame; Dorilene dos Santos Casarin; Sidineia Santos Pereira; Renato Zanolla Montefusco

O presente estudo analisa as atividades dos agentes públicos que são recursos humanos, necessários à administração pública. Alguns doutrinadores mais modernos dizem que agentes públicos seriam um grande grupo dividido em três espécies: agentes políticos, servidores públicos e particulares em colaboração ao poder público. Não obstante em saber que os agentes públicos são parte física da relação direta com a sociedade, são estes que colocam em prática o que fictamente se chama de poderes dados a administração pública para realizar as atividades permitidas pela Constituição Federal; tais como o vinculado, o discricionário e o de polícia. O poder discricionário destaca-se por conceder uma liberdade de escolha, que deve ser pautada na conveniência e oportunidade. Ocorre que muito diferente do que todos pensam, a discricionariedade conferida pela lei não é absoluta, e sim relativa, já que agente público não pode escolher como bem entender. O agente público tem que agir com a finalidade do interesse público, ou seja, escolher de forma coerente e adequada para o momento, jamais violando os princípios inerentes a Administração Pública, caso contrário o ato será imoral e em muitos casos puníveis, como previsto na Lei nº 8249/92 e no Código Penal. Por sua vez, o poder vinculado, é o poder que decorre da própria lei, que dispõe sobre determinado assunto, definindo todos os aspectos da conduta a ser adotada pela administração pública, sem margem para o agente público escolher a melhor forma de agir, sendo obrigado a segui-la. Já o poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens,

atividades e direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado, porém o uso abusivo do agente público fere até a própria Constituição, que em seu artigo 170 prevê a livre iniciativa, e os princípios constitucionais. Diante do estudo apresentado busca-se expor os crimes cometidos pelos agentes públicos quando atuam de forma a extrapolar, ou prejudicar particulares, se utilizando dos poderes da administração pública, tanto no Código Penal, previstos nos artigos 312 a 337, quanto na Lei nº 8429/92, que traz consigo um rol taxativo de crimes com penas definidas aqueles que agem para obter enriquecimento ilícito, lesione o erário, ou que atentem contra os princípios da administração pública.

Palavras-chave: Agente Público. Poderes. Constitucional. Administrativo. Penal.

CRÉDITOS DE CARBONO

Gabriel Yonta Molan; Lucas Julian Dornelles; Renato Zanolla Montefusco

Este trabalho trata da comercialização dos créditos de carbono no âmbito do Tratado de Kyoto. Para tanto, o tema deve ser brevemente contextualizado. A exploração desenfreada dos recursos naturais e o gradativo aumento da emissão dos gases do efeito estufa desencadearam diversos problemas ambientais sem precedentes a partir do século XX, fazendo com que a comunidade internacional se voltasse à questão ambiental. Desta feita, a ONU organizou a Conferência de Estocolmo em 1972, estabelecendo as diretrizes e princípios que deveriam ser adotados para a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. A posteriori houve a Cúpula da Terra, também conhecida como RIO 92, que norteou um modelo de crescimento econômico menos consumista e voltado às questões ambientais, sendo que em 1997, na cidade de Kyoto, no Japão, durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas foi assinado o Tratado de Kyoto, cujo texto estabelecia as reduções de emissões de dióxido de carbono (CO²) e de outros gases de efeito estufa (GEE). Esse tratado somente passou a vigorar em fevereiro de 2005, com a adesão da Rússia, pois só então houve o preenchimento de todos os requisitos constantes em seu artigo 25, isto é, a participação de pelo menos 55 países que, somados, representavam 55% dos níveis de emissões da década de 90. Em seu bojo, foram instituídos três mecanismos de flexibilização, quais sejam: a Implementação Conjunta (IC), o Comércio de Emissões (CE) e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). O primeiro, denominado Implementação Conjunta, consiste, em síntese, na possibilidade de países desenvolvidos financiarem projetos de redução de emissão de GEE em outros países desenvolvidos, de modo a cumprirem a meta disposta no Tratado. O segundo, chamado Comércio de Emissões, caracteriza-se, em suma, como um mercado de carbono entre as economias desenvolvidas, em que aquela que emitir menos dióxido de carbono (CO²) em relação à meta poderá vender o excedente a outros países desenvolvidos, na forma do artigo 17 do Tratado. Por último, tem-se o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, cerne do presente trabalho, que consiste na possibilidade de um país desenvolvido financiar projetos de redução de GEE em países em desenvolvimento, oportunidade em que são gerados os créditos de carbono, oficialmente denominados como Redução Certificada de Emissões (RCE), que, exemplificativamente, corresponde a redução concreta de uma tonelada métrica de dióxido de carbono equivalente por ano. Pode-se considerar, ademais, uma commodity ambiental, uma vez que são mundialmente comercializadas em mercados de balcão (v.g., Bolsa de Mercadorias & Futuros). Sucede que essa mercantilização de RCEs, a despeito de sua aquisição pelos países ser limitada a 6% do total de reduções a serem atingidas, possibilitou aos Estados reduzirem o custo da poluição, por ser mais rentável adquirir créditos de carbono do que investir em políticas de redução de emissões de GEE. Em remate, observa-se a deturpação por completo da finalidade da criação desses mecanismos de flexibilização, que é justamente reduzir a emissão desses gases nocivos na atmosfera.

Palavras-chave: Tratado de Kyoto. Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Créditos de carbono. Mercantilização.

ATO ADMINISTRATIVO

Elcio Leonardo Martins; Roberto Wanderley Alves; Renato Zanolla Montefusco

O presente estudo visa demonstrar o modo pelo qual a doutrina contemporânea firma compreensão acerca dos atos administrativos. O ato administrativo é uma categoria de ato da administração, na qual se delimita a determinados exercícios praticados por agentes públicos, dependendo do preenchimento de seus elementos (requisitos) para que possa ser legal. O ato administrativo é bem similar ao ato jurídico, mas com ele não se confunde, haja vista que o ato jurídico pode ser praticado por qualquer sujeito, de forma livre, salvo algumas exceções em que a lei prevê forma determinada, de acordo com a sua vontade livre e com o objeto que desejar, ao passo que no ato administrativo o sujeito do ato é determinado, a forma é normatizada, a vontade pode ser vinculada ou discricionária e, quanto ao objeto, este deverá ser determinado de acordo com o interesse público. Os atos administrativos possuem elementos indispensáveis à sua existência, sendo eles: Competência (sujeito), Objeto, Forma, Finalidade e Motivo. A competência está ligada ao sujeito que realizará a edição do ato, dependendo de expressa previsão legal, caso contrário o agente será incompetente. Este elemento é intransferível, improrrogável, imodificável, imprescritível e de exercício obrigatório, também é indelegável nos casos de competência absoluta. O objeto representa os efeitos produzidos pelo ato administrativo, devendo ele ser lícito, possível, certo e moral. A forma consiste nas formalidades a serem observadas no processo de formação e o modo como será exteriorizada. A finalidade está dividida em geral (mediata) e específica (imediate), desta feita, a geral consiste numa satisfação do interesse público em que o administrador a considera, ao passo que, a específica é o resultado específico da edição do ato já previsto em lei, expresso ou implícito. Por fim, o motivo está dividido em motivo de direito e de fato. No motivo de direito, há expressa norma legal abstrata que poderá ser concluída no mundo concreto, ao contrário o motivo de fato consiste na ocorrência da previsão abstrata no mundo real. Concluído todo o ciclo do ato administrativo ele se torna perfeito, caso contrário, ausente algum dos elementos, o ato é imperfeito. Sendo perfeito, o ato poderá ser válido ou inválido, será válido quando estiver em plena consonância legal, ao passo que será inválido quando contiver vício em um de seus elementos. Por fim, o ato administrativo pode produzir efeitos ou não, pode o ato ser perfeito e não produzir efeitos que conduziria a hipóteses de condição suspensiva ou termo inicial. Também, poderá ocorrer, devido ao atributo de presunção de legitimidade, ser o ato inválido, porém, produzir seus efeitos. Portanto, é possível concluir que o ato administrativo, entendido como um ato jurídico “qualificado”, devem estar carregados com os requisitos essenciais e atributos para serem qualificados como atos administrativos, ademais, não existindo perfeita sintonia destes atos com o regime jurídico administrativo o harmônico será corrompido por alguma das formas de extinção garantindo-se equilíbrio entre Estado e sociedade. Palavras-chave: Ato administrativo. Elementos. Edição.

A APLICAÇÃO DO CRAM DOWN NO ART. 58. DA LEI 11.101/05

Ana Letícia dos Santos; Diego Ximenes Vieira; Tainá Juliane Ferreira Kil; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho tem o objetivo de analisar os contornos do instituto previsto no art. 58, §1º da Lei 11.101/05. O Cram Down deriva do direito americano, e se constitui no objetivo do Juiz conceder a recuperação judicial quando esta não teve aprovação dos credores, contanto que o devedor apresente uma proposta viável e objetiva onde ele se apresente apto a realizar a recuperação. Entretanto há significativas distinções entre o instituto norte americano e o brasileiro, pois criou-se modalidade distinta a qual não deve ser comparada à norte-americana. No Brasil o Cram down é apresentado no art. 58 da Lei 11.101/05, porém com diversos requisitos, partindo disso se questiona a eficácia da

aplicação no país. Desta feita, o estudo visa apurar críticas mediante a utilização do instituto, da função social da empresa e a limitação de poder que é imposta a decisão judicial diante do exposto em lei que deve ser aplicado. Para tanto foi utilizado o método dedutivo com pesquisa efetuado à referências bibliográficas do direito empresarial e falimentar, artigos científicos e legislação pátria. Uma recuperação judicial se funda na função social da empresa onde se observa os interesses coletivos de todos, incluindo empresários, credores, clientes, empregados e fornecedores, e não somente de uma parcela significativa de credores. É nesse sentido a utilização originária do *cramdown*, ou seja, mitigam-se os interesses próprios dos credores, que muitas vezes apresentam uma objeção ao plano de recuperação judicial com viés exclusivamente a garantir o recebimento de seus créditos, tendo assim o juiz que apresentar uma solução, observando também a minoria e suas necessidades. Vale mencionar que a função social da empresa tem como escopo recuperar o empresário recuperável, que de boa-fé busca na recuperação judicial caminhos para se restabelecer no exercício da atividade econômica. Nesse sentido a experiência jurisprudencial no Agravo de Instrumento Nº 70043514256, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS. Em breve conclusão, a necessidade de vários critérios expostos no art. 58 da lei 11.101/05 para a aplicação do instituto, mostra que o plano não se estabelece na função social da empresa, mas sim em mais uma mera aprovação de credores (com uma menor classe apresentada) para interesses próprios, ao se observar as hipóteses elencadas no art. 58 da Lei 11.101/05, pois não se aplicando o *cramdown* de sua maneira originária, que seria um maior poder discricionário ao magistrado, que visa a não discriminação entre credores estar-se-ia ampliando a função social do instituto recuperacional.

Palavras-chave: Cram Down. Recuperação Judicial. Função Social.

PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO: UM PRINCÍPIO ABSOLUTO?

Flavia Fantim; Amanda Leonelli Abrantes; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho visa observar a relevância de um dos princípios angulares do direito administrativo, conhecido como princípio implícito, a supremacia do interesse público é um princípio de suma importância presente no ordenamento jurídico brasileiro. Ainda que não esteja expresso em qualquer norma atualmente, tal princípio encontra base na ideia de que o Estado atua pautando-se no interesse público, que por sua vez, encontra fundamentos na Constituição Federal, ficando então o interesse do particular em situação inferior ao interesse público. Para parte da doutrina o interesse coletivo como prioridade deve ser pressuposto essencial para ordem em sociedade, devendo sua aplicação se dar constantemente, principalmente na elaboração e aplicação das leis. As implicações derivadas diretamente do Princípio da Supremacia do Interesse Público são as formas de intervenção na propriedade privada, exemplo nos casos de desapropriação e de requisição do Estado; a existência de cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos; o exercício do poder de polícia administrativa e a presunção de legitimidade dos atos administrativos, onde cabe ao particular o ônus de provar eventuais vícios no ato. Em alguns casos, este princípio não está presente de forma direta, encontrando seus limites nos atos de império e não se encontrando nos chamados atos de mero expediente. A Administração Pública possui privilégios como a imunidade tributária, prazos dilatados em juízo, juízo privativo, processo especial de execução. Com isso, a Administração está em posição de supremacia, prevalecendo seu interesse sobre o interesse do particular, visto que tem correspondência com os próprios objetivos estatais e dessa forma com o bem comum (coletividade) tutelado pelo Estado. *Prima principium* os princípios explícitos, implícitos e regulares, esse princípio é a base do regime jurídico administrativo, já que sua desconstrução causaria um caos total, tendo em vista a desagregação que ocorreria se cada indivíduo buscasse seus próprios interesses particulares. Entretanto, o princípio supramencionado não tem caráter absoluto. Mister observar que nem toda Administração Pública está submetida a este regime, uma vez que parte dela submete-se ao regime jurídico de direito privado visto a aplicabilidade deste regime as empresas públicas e sociedades de economia mista. E, também, quando a atividade exercida pela Administração é vinculada à

consecução indireta do interesse público, ou seja, atividades-meio, por atenderem de maneira mediata em benefício dos administrados, não há ocorrência direta do princípio da supremacia do interesse público ao privado. Há doutrinas que firmam argumentos no sentido da existência de mitigação do princípio da supremacia, ou seja, o argumento da "supremacia pública", quando em conflito com o interesse privado a regra da proporcionalidade seria de aplicabilidade plausível. Com efeito, observou-se a importância do princípio da supremacia no Estado social para que as atividades exercidas pela Administração Pública alcancem sua finalidade trazendo benefícios para toda a coletividade sem olvidar a importância, cada vez mais presente, da regra da proporcionalidade como elemento de relativização e ponderação garantindo-se, desta feita relação equilibrada de interesses públicos-privados.

Palavras-chave: Princípio. Interesse Público. Supremacia. Administração Pública.

DO ADMINISTRADOR NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

Tâmara Cesário de Moura; Ana Carolina Contador Zaccheo; Renato Zanolla Montefusco

O trabalho em tela visa demonstrar a importância da figura do administrador judicial face ao direito falimentar e, em particular, direito recuperacional. O administrador é a pessoa idônea, constituído pela Lei 11.101/05, e tem seu propósito voltado para a reorganização da empresa recuperável, que se encontra em crise temporária, ou da massa falida em estado de falência liquidação ou cessão. O administrador judicial é o auxiliar do juiz e por este é supervisionado diretamente. O presente artigo tem como objetivo analisar o papel de um importante órgão no processo de recuperação de empresa: o chamado administrador judicial, mais conhecido como fisco. Para tanto foi utilizado o método dedutivo com a pesquisa bibliográfica em doutrinas empresariais, doutrina pátria e jurisprudência. De acordo com o artigo 21, L. 11.101/2005, o administrador deve ser preferencialmente advogado, administrador de empresa, contador, economista ou pessoa jurídica especializada, pressupondo a sua idoneidade técnica. O legislador elenca os requisitos para sua admissão, entretanto cita hipóteses de impedimento previstos no artigo 30 da mesma lei. As hipóteses apresentadas no referido artigo, caracterizam um administrador judicial como não idôneo, ou seja, incapaz de exercer seu papel profissional. A faculdade de reorganização de uma empresa gera responsabilidades à pessoa eleita para determinada função, sendo assim a lei estabelece a facultatividade do mesmo guardar pela posse desta, obtendo o prazo de 48 horas após a intimação, para assumir seu posto; no caso da não aceitação, a inércia do nomeado basta e o juiz a partir daí nomeará outro candidato para o cargo; caso haja a posse tempestiva da função, isso deverá ser constatado por expresso contendo assinatura do responsável que só poderá ser substituído por autorização expressa. A doutrina demonstra que as funções do administrador variam mediante dois vetores: o primeiro diz respeito ao comitê existir ou não, e o segundo é a possibilidade do afastamento dos administradores da empresa no processo ou não. Na hipótese do afastamento dos diretores da empresa, é dado ao administrador a prerrogativas de gestão com relação a exploração do negócio e somente nessa prerrogativa, terá ele esse direito. Em não havendo tal afastamento, este terá função de fisco, verificando crédito por meio do quadro geral de credores e presidindo a assembleia. Sua remuneração compreende, inicialmente, o valor de 0,5% do valor devido aos credores submetidos a recuperação judicial, ou valor dos bens da falência, cabendo ao devedor arcar com as despesas relativas ao administrador judicial e ao seu auxiliar. Desta feita, conclui-se com este trabalho acerca da importância do administrador judicial no processo de recuperação de empresa, pois observa-se a incontestável proteção ao princípio da função social da empresa, visto que ele é o principal auxiliar do juiz na condução do processo recuperacional para salvaguardar princípios tais como a preservação da empresa, proteção dos trabalhadores, a diminuição do custo Brasil tutelando assim a livre iniciativa, fundamento republicano.

Palavras-chave: Recuperação judicial. Administrador. Processo falimentar. Empresa em crise.

DESCONTOS SALARIAIS DE SERVIDORES PÚBLICOS EM GREVE: ILEGALIDADE DO ATO DISCRICIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Catiuche da Silva Campos; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho tem o escopo de observar a figura dos descontos salariais (in)devidos realizados a servidores públicos em greve. Para tanto foi utilizado o método dedutivo de pesquisa com análise da doutrina e legislação pátria. Desta feita, a constituição Federal de 1988, como norma orientadora dispõe no art 9º o direito a greve do cidadão, assegurando-lhe o exercício lícito mediante oportunidade e interesse que lhe deva defender, deixando claro que é de fato decisão que precisa ser motivada pelo interesse do trabalhador, contudo a Constituição Federal também estabelece que o exercício dessa garantia deve ser regulamentado por legislação específica. Nesse sentido, diante da existência de lacunas presentes ao direito de greve do servidor, vem sendo de maneira complementar regulado, no que couber, pela a lei 7.783/89, vigente no setor privado. O fato é que ao se observar o direito a greve face ao princípio da isonomia é teratológico subtrair, sucumbir ou obstacularizar o direito a greve dos servidores públicos. Compreende-se a presença de um conflito gerado entre o Estado e os ocupantes de cargos públicos quando da paralisação das atividades e sobretudo sobre o interesse do Estado em garantir a sua continuidade, contudo se faz necessário um maior diálogo quanto aos motivos que desencadeiam a ação de um grupo, pois o aprofundamento dessa questão no âmbito judicial pode trazer elementos que demonstrem atos de ilicitude por parte da administração. Deve ser elucidado que o Poder Público vislumbra na paralisação a insatisfação salarial, sem considerar demais aspectos atrelados ao exercício da função pública, entre elas pode ser mencionado as condições de trabalho, que em regra, refletem o modo pelo qual a administração pública supri as condições mínimas para que os servidores possam executar sua função. Refletir sobre o assunto é imperioso, mas é sabido que o poder público busca se blindar, dificultando o diálogo, cabendo aos sindicatos, nos períodos de greve, a busca por acordos no intuito de sanar as insatisfações coletivas, acordos estes que quase sempre não trazem todas as respostas e em regra são morosos. O ato unilateral por parte da administração pública, de forma deflagrada, tem o condão de coibir o direito de greve do funcionalismo público, sendo que o desconto em folha onera o trabalhador, assim como a paralisação na prestação de serviços traz prejuízos ao Estado. No entanto fica evidente que há legitimidade no direito a greve do funcionalismo público, diante da ausência de lei expressa nesse sentido, apoiada inclusive por mandado de injunção e defendida pelo Ministro Celso de Mello como omissão do Congresso Nacional lesiva ao servidor público civil. Nesse sentido, e, em breve conclusão, o motivo para rechaçar o direito de greve é a supressão dos ganhos com descontos realizados (in)devidamente, atacando diretamente o servidor público, dificultando a extensão do movimento, bem como a adesão, se constitui como pena antecipada e fere direitos fundamentais do cidadão trabalhador mesmo não havendo pacificação do entendimento acerca dos descontos.

Palavras-chave: Funcionário Público. Direito a greve. Desconto. Ato administrativo unilateral ilegal.

A COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Letícia Giovanazzi Ustulin; Hérica Loyane Araújo Garcia de Lima; Renato Zanolla Montefusco

O trabalho tem como escopo a perspectiva de se observar a competência para julgamentos de ações de improbidade administrativa. O tema abordado sempre foi objeto de controvérsia na jurisprudência. Tal conflito justifica-se no entendimento pacífico que o Supremo Tribunal Federal sempre teve que no sentido de que as ações de improbidade administrativa, por possuírem natureza de ação civil, não autorizariam a aplicação do foro por prerrogativa de função, uma vez que este somente pode ser aplicado nas ações de natureza penal. Entretanto, a Lei 10.628/2002 foi editada, alterando esse entendimento já consolidado ao acrescentar os parágrafos 1º e 2º no art. 84 ao Código de Processo Penal, fazendo previsão de foro por prerrogativa de função nas ações de improbidade. Contudo, a

mencionada lei foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2797/DF sendo julgada inconstitucional pelo fato de que se a Constituição Federal não prevê foro por prerrogativa de função neste tipo de ação, lei ordinária não poderia fazê-lo. O objetivo da pesquisa é a análise jurisprudencial acerca do tema, tendo em vista sua relevância no cenário atual da sociedade brasileira, ademais, a possibilidade de refletir sobre qual a melhor posição a ser adotada pelos tribunais superiores, analisando o caso concreto e o ordenamento jurídico vigente. O método dedutivo foi utilizado para a pesquisa sendo a análise de doutrina, legislação e jurisprudência pátria foram consultadas imprensa diária dos principais jornais e revistas. Ainda, a pesquisa foi embasada principalmente em jurisprudência e legislação. Percebe-se com a pesquisa que a inconstitucionalidade da Lei 10.628/2002 julgada pelo Supremo Tribunal Federal, embora tenha efeito vinculante, foi mitigada algumas vezes pelas decisões. Uma dessas mitigações ocorreu na questão de ordem da Pet. 3211/DF em que o STF decidiu que é de sua competência o julgamento as ações de improbidade em face de um de seus membros, havendo foro por prerrogativa de função neste caso. Nesse mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça na Rcl. 2790/SC também passou a admiti-lo, fixando que não é possível um juiz e grau inferior julgue um de grau superior e, eventualmente, atribua-lhe a sanção de perda do cargo. Conclui-se, portanto, que há posicionamentos favoráveis a admissão do foro por prerrogativa de função nas ações de improbidade administrativa. Os defensores dessa corrente fundamentam o posicionamento na ideia de que não poderia haver desordem na estrutura escalonada das competências, devendo seguir a regra de competência das ações penais. Entretanto, a corrente que parece estar mais correta é a de que não pode haver foro privilegiado neste tipo de ação em razão de a ADI 2797/DF ter efeito vinculante e eficácia "erga omnes", vinculando todos os órgãos do Poder Judiciário com exceção do STF. Além disso, a competência dos tribunais superiores pode ser atribuída somente pela Constituição Federal. Assim, até que não ocorra novo julgamento pela Suprema Corte, ou Emenda Constitucional impondo alteração da competência, não deve haver foro por prerrogativa de função nas ações de improbidade administrativa.

Palavras-chave: Improbidade administrativa. Competência. Prerrogativa de Função.

DIREITO AO MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Vanessa Priscila Moya; Renato Zanolla Montefusco

O Princípio do Desenvolvimento Sustentável, é o *prima principium* do Direito Ambiental, conforme afirma a doutrina. É justificada tal afirmação, pois, tem-se este princípio como um pilar harmonizador, detendo a árdua tarefa de buscar equilíbrio para a prevenção ambiental, a equidade social e o crescimento econômico, vertentes de observância obrigatória. A pesquisa tem como objetivo observar o modo pelo qual a sustentabilidade se firma, pois ser sustentável não faz menção exclusivamente à preservação e conservação ambiental. O princípio do desenvolvimento sustentável emprega a ideia de que recursos ambientais são finitos. Tornando-se inadmissível o desenvolvimento de atividades econômicas abstraídas dessa realidade. Busca-se um delicado equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. Nesse sentido insta ser mencionado que desenvolvimento será entendido como sustentável quando 3 (três) vertentes acima aludidas, quais sejam: a) crescimento econômico; b) preservação ambiental, e; c) equidade social estiverem presentes e respeitadas simultaneamente. Havendo ausência de algum desses elementos notar-se-á o desequilíbrio na tripé necessária para ser entendido como desenvolvimento sustentável. Mister demonstrar que as 3(três) vertentes tiveram como marco regulatório: a) Conferência de Estocolmo de 1972 acolhida a ideia de desenvolvimento socioeconômico face a preservação ambiental; b) Conferência Mundial do Clima - Declaração do Rio de 1992 reafirmando a Declaração da Conferência de Estocolmo de 1972 ao observar a necessidade de uma parceria global de cooperação entre os Estados, e; c) a constituição da república de 1988, tratando sobre o desenvolvimento sustentável no art. 170 e 225. Não obstante a proximidade dos dispositivos é necessário observar a conjugação dos mesmos, pois há franca necessidade da existência de "meio termo" para suas aplicações. O termo sustentabilidade é utilizado para definir atividades humanas que visem suprir

necessidades atuais, porém não comprometendo com essas atividades o futuro das próximas gerações, ou seja, o desenvolvimento econômico sem causas de danos ao meio ambiente. Tarefa árdua adequar sustentabilidade ao crescimento econômico, pois limitar a exploração desenfreada e inadequada é missão não só do Estado, mais da "colmeia global", evitando exploração descontrolada dos recursos naturais, visando redução das desigualdades sociais. Um tripé surge ao se falar em sustentabilidade: diversidade, flexibilidade e parceria, cria-se um intercâmbio simbiótico entre tais, em que o social e econômico, não se afasta do critério ambiental, e a expressão "Triple Botton Line" (Tripé da sustentabilidade e os negócios) ganha inúmeras interpretações. Não resta dúvida que o desenvolvimento sustentável é de suma importância para a raça humana, assevera-se a este fato, a necessidade de se construir legislações que tenha a capacidade de gerir mecanismos em prol da sustentabilidade para as gerações presentes e futuras. Trata-se, sem dúvida, de um princípio intergeracional o que traz a baila o vulto da responsabilidade para as gerações presentes entenderem, interagirem e construírem mecanismos de salva-guarda para gerações futuras. Foi utilizado o método dedutivo para a presente pesquisa, utilizando-se de bibliografias de direito ambiental e constitucional, além de legislações específicas.

Palavras-chave: Direito Ambiental. Sustentabilidade. Princípio Intergeracional.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE

Bruno Ricardo Martins; Genival Paiva Arrais; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho objetiva o vislumbre acerca da improbidade administrativa e seus reflexos na sociedade. As constantes manifestações populares tendentes a abolir a imoralidade de condutas no setor Público, trouxe a tona no artigo. 37, §4º da Constituição de 1988, a previsão de sanções civis para atos de improbidade na forma e gradação previstas em lei. A lei de improbidade administrativa foi sancionada em 02/06/92 (lei 8.429/92); ela estabelece que tanto agente público como particular podem vir a cometer ato de improbidade, as principais características do ato de improbidade consiste na violação dos princípios morais, da economicidade, impessoalidade e enriquecimento ilícito, suas sanções são de natureza civil que variam entre multa, ressarcimento aos cofres públicos e perda da função pública de acordo com a Lei Federal nº 8.429/92.. Objetiva-se com o presente trabalho demonstrar e estudar o contexto histórico do ano de edição da lei de improbidade administrativa, a definição, modalidades e condutas implicadas a respeito da improbidade administrativa, as sanções cabíveis dentro da constituição e demais leis, suas peculiaridades e prescrição. Demonstrar quem são as partes que poderão estar envolvidas, a diferença de ato de improbidade próprio e impróprio e as principais características da lei de improbidade. Constata-se que o presente trabalho foca no entendimento que a lei de improbidade administrativa representa um instrumento para aumentar o controle por parte da administração contra atividades ilícitas relativas a corrupção de agentes públicos, também foi constatado que ato ímprobo não é crime de acordo com posicionamento adotado pelo STF, as sanções aplicadas pela LIA em seu art.12 c/c art.37 §4º da CF tem apenas natureza civil. Portanto é possível concluir que a principal finalidade da LIA não é condenar o infrator, mas restabelecer o dano causado pelo agente aos cofres públicos, sendo as punições mais rígidas as que dizem respeito à modalidade que envolve enriquecimento ilícito, enfatiza. dizer que por adotar medidas cíveis a lei que tem 25 anos de existência se mostrado ineficaz e transparente aos olhos da população, ou seja, tem-se eficácia legal ao diploma legal que versa sobre o ato ímprobo, entretanto, a eficácia social está ofuscada pelo comportamento social observado, fato que corrobora com essa breve conclusão está intimamente ligado ao crescente número de situações das quais a figura improbidade é mencionada. Por fim, vale ressaltar que não basta a sanção para que se alcance o que foi idealizado no diploma legal, mas também mecanismos eficazes de instrução e fiscalização que tornarão a improbidade uma exceção à regra da probidade.

Palavras-chave: Improbidade. Sansões. Ineficaz.

TUTELA DO PATRIMÔNIO PESSOAL DO EMPRESÁRIO FACE À CRISE EMPRESARIAL

Bianca Leticia Audacio; Gabriela Ignácio de Godoy; Adan José Guerta de Oliveira; Renato Zanolla Montefusco

O presente resumo visa analisar a figura do empresário em crise, e, estabelecer a sua responsabilidade pelo exercício da atividade econômica. Para tanto o método de pesquisa foi utilizado. Quando o assunto é personalidade jurídica, um ponto crucial a ser observado é a imprevisibilidade do risco. O empresário ao iniciar seu negócio e dar vida a sua empresa realiza estudos, pesquisas, a fim de obter o sucesso profissional, porém imprevistos podem surgir nesse processo, mudando completamente o rumo de seus negócios. Uma vez constituída, a sociedade empresarial recebe vida própria, relacionando-se com seus meios, colaboradores, fornecedores, instituições financeiras, credores, entre outros. Cada um desses, se beneficia de acordo com sua respectiva relação com o passar do desenvolvimento da empresa. Já os empreendedores, estes que contribuíram com a abertura e investimento da sociedade, devem conhecer o valor do seu capital social, sabendo portanto o limite até o qual é responsável, dentro do seu próprio patrimônio. Em tempos de crise, quando o assunto é a falência da sociedade empresarial, há uma regra de gestão que defende que o empresário não deveria se utilizar do patrimônio pessoal para salvar e recuperar sua empresa. Discussões a parte, toda regra possui sua exceção. Quando a dívida se relaciona com credores trabalhistas e fiscais por exemplo, estes buscam se sobrepor a regra colocando a pessoa jurídica e física na mesma posição. É crucial nesse sentido entender com clareza as reais causas e consequências de sua crise e a real necessidade de ações efetivas de ruptura e choque de gestão, antes mesmo do primeiro sinal de que o empresário “vai colocar a mão no bolso” para pagar dívidas da empresa, interferindo conseqüentemente em seu patrimônio pessoal. Seguindo essa linha de pensamento, outro ponto extremamente necessário é entender que o fato não é defender que o empresário e conseqüentemente a empresa desonrem suas dívidas e seus credores, mas vale ressaltar que vender seus bens pessoais, como sua única residência por exemplo, ou realizar empréstimos em nome de terceiros, sendo estes geralmente familiares, não resolve o problema da empresa e de seus credores. Em breve conclusão, o Código Civil em seu artigo 50 prevê casos onde a personalidade jurídica pode ser desconsiderada, respondendo o sócio/empresário, integralmente com o seu patrimônio pessoal, perante as dívidas da sua sociedade. Em casos de mau uso da limitação de responsabilidade, é cabível e esperada a desconsideração da personalidade jurídica para responsabilização do sócio porém, a responsabilização do empreendedor com seu patrimônio pessoal, em muitos casos levando-o a ruína, deve ser considerada uma punição desproporcional que desestimula profundamente o empreendedorismo, a livre iniciativa inculpada no art. 1º da CF/88 como fundamento republicano, a erradicação da pobreza e busca do pleno emprego ditada no art. 3º da CF/88 como objetivo da república .

Palavras-chave: Patrimônio pessoal. Falência. Responsabilidade. Empresário.

A IMPORTÂNCIA DO CNAE PARA O EXERCÍCIO DE EMPRESA

Ana Flavia Cancian Scatambulo; Rafaela Marreti; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho visa estabelecer o modo pelo qual se instrumentaliza no ordenamento jurídico pátrio a figura do que seja empresário. Entretanto insta mencionar inicialmente que adotou-se a teoria italiana da empresariedade em detrimento ao antigo sistema utilizado anteriormente, conhecido como "teoria dos atos comerciais". Para tanto o método dedutivo foi utilizado para a presente pesquisa, tendo sido utilizada a doutrina empresarial e legislação pátria. Nesse sentido, ser empresário, no ordenamento jurídico pátrio, requer requisitos específicos, e há dispositivos no diploma civil que regulam e definem o empresário legal como indivíduo que exerce profissionalmente atividade

econômica. Necessário observar o critério subjetivo para classificar quem seja empresário, ou seja, não se busca exaurir o conceito apenas demonstrar quem terá será reconhecido com tal. Portanto, deve-se entender que o empresário é aquele que exerce atividade econômica organizada, profissionalmente, para circulação de serviços e bens. Tendo esse conceito o artigo 966 do Código Civil Brasileiro, sendo assim, a atividade deve ser exercida com habitualidade, com o objetivo principal de gerar lucros mediante da relação dos fatores de produção, não sendo considerado empresário, aquele que exerce profissão intelectual, artística, literária ou de natureza científica, salvo se tal exercício seja constituído elemento de empresa. O empresário regular deve ter registro CNAE (Cadastro Nacional de Atividade Empresária), fundamental para classificar qual atividade econômica é exercida profissionalmente pelo empresário, sendo inclusive necessária para se observar o objeto societário consignado no instrumento constitutivo, qual seja, o contrato social. Vale lembrar que o empresário não tem CNAE, quiçá instrumento constitutivo da atividade empresária exercida, ou seja, a informalidade no exercício de empresa não lhe dá benesses, por exemplo, a possibilidade de ser aplicada tutela recuperacional ou falimentar com base na Lei nº 11.101/2005. A lei também assegurará ao empresário rural e ao pequeno empresário, tendo em vista que os dois tipos supramencionados, exercem atividade econômica para a circulação de bens conforme o artigo 970 do Código Civil tais benesses. Nesse sentido, o empresário que tem sua função principal de caráter rural terá inscrição feita no Registro Público de Empresas Mercantis, à luz do artigo 971 do Código Civil vigente, sendo que a partir desse momento com devidamente constituído empresário, inclusive com CNAE, serão reconhecidas todas as tutelas do regime jurídico empresarial a este. Em breve conclusão observa-se a importância não apenas do conhecimento daquele que seja empresário, rural ou não, o qual terá tutela específica pelo regime jurídico empresarial, Lei 8.934/94, pois exerce atividade econômica organizada profissionalmente, visando a circulação de bens e serviços para a sociedade, sendo inscrito na CNAE específica conforme as regras gerais de elementos de empresa e empresário expressamente imposto no Código Civil vigente.

Palavras-chave: CNAE. Empresário. Atividade econômica. Empresa.

A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO - LEI FEDERAL 9.873/99

Mariana Carla dos Santos; Jonathan Wilian dos Santos; Renato Zanolla Montefusco

O presente resumo tem como objetivo analisar a prescrição intercorrente no processo administrativo federal e seus desdobramentos. O ordenamento jurídico pátrio traz a baila regramento que estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências. Na Lei 9.873/1999, que de forma clara estabelece ser de cinco anos a prescrição da ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, de forma a apurar infração à legislação, contada a partir da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado ou descontinuado o ato. Após devidamente constituído o crédito não tributário e depois de terminado o processo administrativo, prescreve em cinco anos a ação de execução da Administração Pública Federal em relação a crédito decorrente de multa por infração à legislação. A prescrição intercorrente no processo administrativo está prevista no §1º do artigo 1º, que estabelece a incidência da prescrição em procedimento administrativo paralisado a mais de três anos que não teve julgamento quiçá despacho, sendo que os autos serão arquivados de ofício ou mediante provocação da parte interessada, sem que haja prejuízo de apuração de responsabilidade funcional por conta da paralisação. Nesse sentido, é necessário observar que será interrompida a prescrição da pretensão punitiva nas hipóteses taxativas, as quais estão previstas nos incisos do artigo 2º da lei 9.873/1999. Quais sejam: a) pela notificação ou citação do indiciado ou acusado, inclusive por meio de edital; b) por qualquer ato inequívoco, que importe apuração do fato; c) pela decisão condenatória recorrível, e; d) por qualquer ato inequívoco que importe em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória no âmbito interno da administração pública federal. Cabe, ainda, acrescentar que, quando o processo administrativo permanece inerte por mais de três anos sem

qualquer tipo de movimentação ou despacho, há, indiscutivelmente, a extinção do processo em decorrência da prescrição intercorrente. A prescrição trienal estará configurada quando a demonstração de inércia por ininterruptos três anos e, conseqüentemente, invalidará a pretensão punitiva tratada no processo administrativo. O fato é que os tribunais federais se manifestaram de forma a nos ensinar que não é qualquer despacho que irá interromper a prescrição da ação punitiva. Nesse sentido há entendimento recente do TRF da 4ª Região, na APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO, (APELREEX 5026646-62.2014.404.7100). Tomando o julgado como ponto cardeal, entende-se que qualquer ato de mero impulsionamento, quiçá encaminhamento físico, do processo administrativo entre setores não traduz a interrupção da prescrição intercorrente, sendo que não resta configurado ato inequívoco em que importe apuração do ato infracional. Em breve conclusão pode observar-se que diante das considerações supramencionadas, é evidente não ser qualquer mero despacho capaz de obstar a decretação da prescrição intercorrente no processo administrativo, tão somente aqueles que, indiscutivelmente, acarretem a apuração de um fato ou a resolução do mérito do processo.

Palavras-chave: Processo administrativo, prescrição, prescrição intercorrente, ocorrência

A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA LEI DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº 11.101/2005

Isabela Lopes Machado Alonso; Raphaella Macedo Parietti Milhorine; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho tem como escopo apresentar a atuação do Ministério Público nas ações de falência e recuperação judicial e extrajudicial, em consonância com a Lei nº 11.101/2005. Para tanto, o método dedutivo foi utilizado, fazendo uso de doutrinas empresariais, artigos científicos e legislação pátria. Nesse sentido, o Decreto-Lei 7.661 de 21 de junho de 1945 trazia de maneira expressa em seu artigo 210 que o Ministério Público possuía o dever de pronunciar-se em qualquer fase processual. A Lei de Falências nº 11.101/2005 inicialmente manteve esse mesmo entendimento em seu artigo 4º, ou seja, a livre manifestação do Ministério Público nos feitos falimentares. Todavia o artigo supracitado foi vetado pelo Presidente da República uma vez que este entendeu que a Lei 11.101/2005 prega pela celeridade processual, de modo que a presente lei prestigia a atuação do Ministério Público de forma minimalista tanto nos casos de falência, quanto nos casos de recuperação judicial ou extrajudicial. Desse modo, a atuação do Ministério Público estará restrita aos casos especificamente previstos na Lei 11.101/2005, como por exemplo: o artigo 52, inciso V, que narra que se a Petição Inicial for deferida, o juiz deverá intimar o Ministério Público para que este tome ciência do ato processual; o artigo 99, inciso XIII, o qual relata que após decretada a falência da empresa, comunicar-se-á o Ministério Público para que este se manifeste; o artigo 142, §7º, que determina que o juiz, ouvido o administrador judicial, atendendo a orientação do Comitê (se houver) e ordenando que se proceda a alienação do ativo mediante leilão, propostas fechadas ou pregão, intimará o Ministério Público para comparecer pessoalmente sob pena de nulidade do ato; o artigo 154, §3º dispõe que após a alienação do ativo e distribuição deste entre os credores, o administrador judicial (no prazo de 30 dias) apresentará suas contas ao juiz que realizará as devidas diligências e intimará o Ministério Público para manifestar-se; dentre outras previsões. Com o veto do artigo 4º e seu parágrafo único pode-se averiguar também que nas ações que tiverem como parte interessada a massa falida só haverá requisição do Ministério Público quando o magistrado verificar fatos específicos, como indício de crime, desrespeito à lei ou ameaça de lesão ao interesse público. Em suma, verifica-se que por ser o Ministério Público um órgão que tem como finalidade a preservação do interesse público, não se faz necessário sua reiterada e constante manifestação em todos os atos processuais, uma vez que nem todos os atos praticados no processo falimentar ou recuperacional ultrapassarão os limites do Direito Privado.

Palavras-chave: Atuação. Ministério Público. Falência. Recuperação Judicial.

EFICÁCIA LEGAL E SOCIAL DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI Nº 8.429/92)

Sueli Aparecida Corradini; Jaqueline Moreno Palma; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho busca demonstrar o modo pelo qual o ato ímprobo é tutelado pelo ordenamento jurídico pátrio face aos princípios explícitos e implícitos afetos à administração pública. Desta feita, a título de adequação temática, uma breve introdução faz-se necessária. Improbidade administrativa é um ato ilegal cometido por agente público contrário aos princípios básicos da administração pública, durante o exercício de função pública ou decorrente desta. Ou seja, é aquele agente que age com falta de ética, decoro, má fé e desonestidade. A Constituição Federal carrega princípios explícitos e implícitos como pontos cardeais a serem observados pela administração pública, nesse sentido, explícitos são a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e, implícitos são a superveniência do interesse público sobre o privado e a indisponibilidade do interesse público, ademais a CF/88 trás no artigo 37, parágrafo 4º, que os atos de improbidade administrativa importaram em quatro penalidades: perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário. Que são feitos na forma e gradação prevista em lei. Visto que sendo uma norma constitucional de eficácia limitada, para que produza seus efeitos, necessita de uma lei integradora, a Lei 8.429/92, tendo inclusive, como objeto de estudo a conhecida "Lei do colarinho branco". Para tanto, o método dedutivo de pesquisa foi utilizada com análise de referências bibliográfica administrativistas, artigos científicos, legislação pátria e jurisprudências. O sujeito ativo de um ato de improbidade administrativa é qualquer agente público em sentido amplo, ainda que de forma transitória e não remunerada. Ou por qualquer particular que induz, concorre ou se beneficia direta ou indiretamente por um ato ímprobo, sendo que será considerado sujeito passivo pessoas que possam sofrer o ato, ou seja, qualquer entidade de administração direta ou indireta, instituições privadas que recebam de alguma forma, recursos públicos. Independentemente do grau hierárquico, todo agente público, sem exceção, deve respeitar os princípios: da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. Caso acontecer desrespeito aos princípios da administração, indubitavelmente ocorrerá ato de improbidade administrativa. Em breve conclusão, ao final do estudo da Lei de Improbidade Administrativa, é franqueada a eficácia legal da lei em questão, entretanto, quanto à eficácia social, é perceptível que o número crescente de processos no entorno dessa temática demonstra que o cidadão, que seja este parte dos quadros da administração pública ou não, falseia seu entendimento acerca da importância de ser probo. Há de convir que todos os agentes públicos devessem agir estrita obediência, lealdade e boa fé aos princípios administrativos e de probidade, sendo que descumprindo como tal, é passível de aplicação das reprimendas e sanções da referida lei, sempre que houver ato ilícito e ímprobo praticado.

Palavras-chave: Improbidade Administrativa. Lei nº 8.429/92. Agente Público. Princípios.

ALGUNS ASPECTOS SOBRE A ADOÇÃO À BRASILEIRA

Amanda Rubio Ferreira de Figueiredo; Fernando Frederico de Almeida Junior

A principal finalidade da adoção, na Idade Antiga, era de respaldar a manutenção do culto familiar e religioso para aqueles que não podiam ter filhos biológicos. Atualmente, o instituto da adoção está amplamente regulamentado no ordenamento jurídico brasileiro. A Constituição Federal estabelece que os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação. Percebe-se, assim, que a Carta Magna consagrou o princípio da igualdade jurídica de todos os filhos. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a adoção no Brasil independe do estado civil do adotante, mas este deve ser maior de dezoito anos e pelo menos dezesseis anos mais velho do que o adotando que aguarda em lista de espera. Embora haja um grande número de adotantes e adotandos devidamente cadastrados, a realidade brasileira evidencia que milhares de crianças

abandonadas vivem em orfanatos, fato que demonstra a morosidade do processo judicial de adoção e o rigor excessivo daqueles que pretendem adotar em relação ao perfil dos menores desejados. O procedimento é provocado pelos pretendentes, fazendo-se necessário o comparecimento à Vara de Infância e Juventude do próprio Estado, munido de documentos pessoais, para que sejam prestados os primeiros esclarecimentos, seguido de etapas de entrevistas até a efetivação do cadastro para, posteriormente, dar início ao moroso processo judicial. Tamanha precaução tem implicado num longo tempo até que seja decretada a adoção, o que vem sendo entendido amplamente como um impedimento à sua realização. E tanto é essa a impressão da sociedade que, de acordo com uma pesquisa realizada no ano de 2008 pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), somente 35% dos entrevistados declararam que tentariam realizar a adoção pelas vias legais, enquanto 66,1% tentariam concretizá-la diretamente em hospitais, maternidades ou abrigos. Tais dados são alarmantes, pois representam a anuência da sociedade à prática ilegal denominada "adoção à brasileira". Tal conduta é tipificada por registro em nome próprio de filho não biológico sem a sequência regulamentada de atos judiciais. O árduo procedimento de capacitação para a adoção, aliado ao desejo predominante dos interessados em adotar crianças com características específicas, resulta na morosidade excessiva do processo e, o que é pior, numa conduta imatura e ilícita consistente na adoção à revelia do Poder Judiciário, em gritante desrespeito à legislação.

Palavras-chave: Adoção. ECA. Adoção à brasileira. Ilicitude.

ENSINO RELIGIOSO E LIBERDADE RELIGIOSA SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS

Cinthia de Souza Palma Tavares; Jamile Goncalves Calissi

O presente estudo pretende investigar a decisão do Supremo Tribunal Federal que julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4439/DF referente ao estudo religioso brasileiro, assegurado pela Constituição Federal no art. 210 § 1º e fortalecido na relação entre Brasil e Vaticano, através do "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil" promulgado pelo Decreto nº 7.010/2010. Tal ação pretendia a declaração de inconstitucionalidade do acordo com a Santa Sé, bem como a defesa do ensino religioso de forma não confessional, ou seja, de modo a não favorecer qualquer culto religioso específico, mas promover o entendimento geral e histórico acerca das religiões, com professores da rede de ensino e não representantes religiosos. Entendeu-se, a partir da improcedência da ação, que o Estado brasileiro apoia o estudo religioso confessional, aquele que, inegavelmente, favoreceria as esferas religiosas com maior número de adeptos no país e permitiria a atuação de representantes religiosos na rede de ensino. Ocorre, entretanto, que os direitos humanos, como universais, buscam garantir o mínimo existencial para que se alcance a dignidade humana. E a igualdade entre as pessoas é de suma importância, pois reconhece que diferenças de raça, credo, cultura, etc., não implicam em superioridade e inferioridade, mas em diversidade entre seres humanos com a mesma importância, com os mesmos direitos, eis que simplesmente humanos. Nesse sentido, a laicidade do Estado, ou seja, a não interferência deste no campo religioso (que, por consequência, leva à não proibição ou diferenciação religiosa), nem da religião nas decisões do Estado (que garante ao cidadão a liberdade de crer e seguir cultos religiosos sem consequências negativas vindas de sua própria nação) é fator fundamental para a efetivação do projeto de aplicação dos direitos humanos.

Palavras-chave: Ensino religioso. Direitos humanos. Ensino religioso confessional. Ensino Religioso não confessional.

TECNOLOGIA BIM NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS FACE A LEI Nº 8.666/93

Osvaldo Alves Aranha Júnior; Amaury de Souza Gomes Filho; Jacqueline Micaele Henrique;
Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho objetiva demonstrar como a modelagem de informações da construção utilizadas para os processos licitatórios. Mister saber que licitação é procedimento administrativo, mediante o qual a Administração Pública seleciona proposta mais vantajosa, para contratos de seu interesse, concretizando igual oportunidade a todos os interessados atuando com eficiência e moralidade nos negócios administrativos. Subordinam-se ao regime da Lei nº 8.666/93, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, entidades da administração indireta e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelos entes da federação. A tecnologia BIM (Building Information Modeling - Modelagem de Informações da Construção), oferece suporte ao projeto ao longo de suas fases, permitindo melhor análise e controle dos processos manuais gerados por computador, contendo geometria e dados precisos, para apoio às atividades de construção, fabricação e aquisição por meio das quais a construção é realizada. Os principais benefícios do BIM em obras públicas são verificados da seguinte forma: a) Maior verificação de qualidade de projeto e da construção. As informações do modelo BIM podem ser associadas às etapas do cronograma de execução da obra; b) Plena facilidade de manutenção após a entrega da edificação onde todas as informações de especificações de materiais estão incorporadas nos objetos que compõe o modelo do projeto, na fase de uso/operação da edificação, e; c) Possibilidade de verificação mais efetiva de padrões de qualidade e de sustentabilidade. A implementação do BIM em âmbito nacional estabelece a redução do ciclo de realização de obras, das compras públicas como indutor de modernização da construção civil, sistematizando, alterando e adotando medidas na lei de licitações 8.666/93, que contribuam para que o maior número de obras possível seja executada dentro do prazo previsto, com qualidade e com o custo inicialmente orçado sendo que Obras que utilizam o conceito BIM reduzem em: 22% no custo de construção, 33% no tempo de projeto e execução, 33% nos erros em documentos, 38% de reclamações após a entrega da obra ao cliente e 44% nas atividades de retrabalhos. Nos EUA, desde de 2006, os projetos custeados pelo General Services Administration, exigem os projetos devem ser desenvolvidos em BIM. O próprio Exército Americano realiza projetos em BIM por conseguinte o Exército Brasileiro possui um grupo de militares realizando intercâmbio em tecnologia BIM, no Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos (USACE). Na Inglaterra, o governo estabeleceu a obrigatoriedade de elaboração de todos os projetos públicos em BIM a partir de 2016. Na Finlândia, o Senates Properties, organização governamental responsável pela gestão de bens de propriedade do Estado, exige BIM em seus projetos desde outubro de 2007. A Diretiva da União Europeia, denominada EU Public Procurement Directive (PPD) - Art. 19.3, recomenda aos Estados - Parte a utilização do BIM nas licitações de obras públicas. Em breve conclusão observa-se o Brasil com demanda reprimida nos segmentos habitacional e infraestrutura, esta questão se torna crucial, para a corroborar com a diminuição da corrupção na Administração Pública.

Palavras-chave: Licitação. BIM. Administração Pública.

CONCURSO PÚBLICO E O DIREITO À NOMEAÇÃO

Marina Lopes de Oliveira; Bruna Lariane Gomes; Priscila Regina Cola Francisco; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho tem como escopo analisar a figura dos concursos públicos para o provimento de cargos face à administração pública. Atualmente, em decorrência da crise financeira vivenciada pelo Brasil, o cenário do mercado de trabalho sofre significativamente com o aumento do desemprego, culminando, cada vez mais, no desejo pela estabilidade financeira oferecida pelos cargos e empregos públicos. A Constituição Federal de 1988 tratou detalhadamente no capítulo VII da Administração Pública e, instituiu, em seu artigo 37, inciso II, que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, que poderá ser acessível aos brasileiros que preencherem os requisitos legais e aos estrangeiros, na forma da lei. Tornou-se, dessa forma, obrigatória a aprovação prévia em concurso público para o preenchimento

de cargos efetivos e empregos públicos em toda a administração pública brasileira. O concurso público não tem forma ou procedimento estabelecido na Constituição. Entretanto, é regido pelo instrumento convocatório denominado de edital, que, como ato administrativo de caráter normativo, deve ser elaborado de acordo com as Normas Constitucionais e princípios norteadores da Administração Pública. No entanto, a referida Carta Constitucional prevê prazo de validade para o concurso público, no artigo 37, III, da CF, de até dois anos, prorrogável uma vez por igual período. Assim, após a homologação do procedimento, esse prazo começa a correr para a administração nomear os candidatos aprovados. Nesse sentido, a jurisprudência do STF entende que, durante o prazo de validade do concurso a Administração Pública possui discricionariedade sobre o momento das nomeações, no entanto, não cabe ao Poder Público dispor sobre elas. Contudo, muitos candidatos veem esse prazo escoar sem terem sido nomeados para os cargos no qual foram aprovados e que desprenderam, para tanto, grande investimento e esforço. Nesse toar, recorrem ao Poder Judiciário no intuito de resguardarem seus direitos. Por muito tempo o amparo jurisprudencial entendeu que para estes candidatos restavam apenas mera expectativa de direito, o que os sujeitavam aos critérios próprios de conveniência e oportunidade atinentes à Administração Pública, ou seja, a sua vontade. No entanto, para dirimir essa controvérsia, recentemente, o julgamento, com repercussão geral, do RE 598099/MS trouxe para o ordenamento jurídico novo entendimento a ser seguido por todas as instancias, qual seja: os candidatos aprovados, dentro do número de vagas oferecidas pelo edital, possuem direito subjetivo à nomeação, assim como, os candidatos que sejam preteridos na ordem de classificação, consoante a Súmula 15 do STF, e, por fim, o RE 837311/PI acresceu mais uma hipótese de direito subjetivo à nomeação, nessa baila, ocorre à transformação da mera expectativa de direito em direito subjetivo à nomeação quando restar comprovada, mediante ato expresso ou tácito, a inequívoca necessidade de contratação para o referido cargo em que aguarda concurso vigente com candidatos aprovados. Dessa forma, procurar-se-á demonstrar que o poder discricionário da Administração Pública não é absoluto, uma vez que deve estar em consonância e harmonia com os princípios constitucionais que, inclusive, regem o Direito Administrativo.

Palavras-chave: Concurso Público. Discricionariedade Administrativa. Direito à nomeação.

CHEQUE - PECULIARIDADES E RELEVÂNCIAS

Camila Alessandra Pegoraro Panelli; Guilherme Henrique Gatto Correa; Renato Zanolla Montefusco

O presente resumo tem o escopo de observar o modo pelo qual o cheque, título de crédito baseado na Lei 7.357/85 é caracterizado. Desta feita, dentro do campo do Direito Empresarial, o presente trabalho analisa um de seus temas polêmicos e cotidianos, os Títulos de Crédito e aprofunda-se ainda mais em um modelo de título, o cheque. Conceitua tal modelo de circulação de riquezas, traz suas formas e suas peculiaridades, coloca também seus detalhes técnicos que fazem total diferença e podem vir a causar grandes transtornos. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é expor o cheque, suas peculiaridades e assim mostrar a importância da observação de determinados institutos do mesmo, para que haja sua validade perante a sociedade. Mostrar algumas características essenciais, como o fato de o cheque ser um título que consiste em forma vinculada, assim como não admite o aceite. Vale ressaltar também, endosso e aval, analisando suas formas permitidas ou não, bem como seus locais de assinatura, sendo o aval parcial permitido e o endosso parcial, proibido. Ademais, tratará de algumas curiosidades desse instituto creditício, como por exemplo, cheques ao portador são permitidos em um valor máximo de R\$100,00 (cem reais) de acordo com a Lei 9.069/95, que disciplina o Plano Real e a quantia escrita vale mais que a quantia numerada em caso de divergência na folha. Aborda também princípios do Direito Cambiário que são de grande importância para maior compreensão do título, como os princípios da autonomia e da abstração, os quais separam o título de crédito do negócio jurídico que lhe deu origem e tornando-o válido mesmo quando eivado de vícios, no caso de um cheque assinado por um incapaz, por exemplo, possui validade mesmo que com o

vício da incapacidade, uma vez que o cheque se desliga do negócio jurídico que o originou e os terceiros serão responsáveis independentemente de haver algum vício. Diferencia-se cheque à ordem e não à ordem, colocando o cheque à ordem na seara do endosso e o cheque não à ordem junto à transmissão do cheque protestado, os quais sofrem efeitos de cessão de crédito e assim, respondem apenas pela existência do crédito e não pela solvência do devedor. Por fim, o trabalho traz o cheque como sendo uma ordem de pagamento à vista e tendo qualquer cláusula que contrarie isso, considerada como não escrita, em divergência com a jurisprudência atual, que permite que o cheque seja pós-datado devido aos costumes comerciais. Para tanto o método dedutivo foi utilizado com a pesquisa à doutrina empresarial, artigos científicos e legislação pátria. O fato é que, a análise sobre o tema permitiu demonstrar especificidades acerca do cheque e a necessidade de observá-las. Em breve conclusão, a relevância do conhecimento acerca deste título de crédito traz a baila franca necessidade de conhecer o modo adequado de seu preenchimento e interpretação, garantido-se dessa forma mecanismos adequados para a devida tutela do direito cambial.

Palavras-chave: Títulos de Crédito. Cheque. Peculiaridades.

A EXIGÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO PARA A CARACTERIZAÇÃO DO CRIME DE DISPENSA IRREGULAR DE LICITAÇÃO - UMA ANÁLISE SEGUNDO O STF

Gleiner Antônio França; Sophia Blazizza; João Paulo Gomes Ackermann; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho tem o escopo de analisar a caracterização de crime licitatório face a dispensa irregular de licitação. Nesse sentido o método dedutivo foi utilizado. Um dos maiores encargos observados pelos administradores públicos, é o dever de contratação e aquisição de bens ou serviços com observância das regras inerentes à lisura da Administração Pública. Embora a Lei 8.666/1993 observe de forma precisa as hipóteses de dispensa e inexigibilidade da licitação, mais precisamente em seus artigos 24 e 25, respectivamente, o artigo 89 da mesma norma estabelece a tipificação de crime na falta de observância dessas peculiaridades em tal procedimento, juntamente com a irregular formalidade nesses casos. Todavia, a caracterização desse delito passou a gerar grande discussão doutrinária e jurisprudencial. Ainda que bem definido no artigo citado, em situações desta natureza, os tribunais passaram a analisar o delito de forma aprofundada, levando em consideração principalmente o elemento subjetivo do dolo. Muitas denúncias embasadas em dispensas realizadas com base nos artigos 24 e 25, foram rejeitas pelo STJ e STF, fundamentando que os agentes públicos realizaram tal procedimento baseados em pareceres jurídicos, mesmo que minimamente fundamentados. Em julgamento do Inq. 2.648, publicado no DJ de 22/08/2008, de relatoria da Ministra Cármen Lúcia, restou demonstrado que o recebimento da denúncia baseada no disposto do artigo 89, da referida lei, deve ficar caracterizada a intenção do agente em burlar o procedimento licitatório, havendo dolo na prática da dispensa irregular da licitação. Não bastando a discussão acerca da caracterização ou não do delito, passou-se, então, ao questionamento se o crime em análise necessitaria da ocorrência do dolo genérico ou específico. Pelo primeiro se deve ao fato do agente dispensar ou inexigir a realização da licitação, sabendo da necessidade em realizá-la. No segundo, o administrador teria a intenção de fraudar o certame licitatório, com desígnio de causar dano ao erário. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal, mais uma vez, manifestou-se nesse sentido no Inquérito 3.753, do Distrito Federal, com relatoria do Excelentíssimo Ministro Luiz Fux, julgado recentemente em 18 de abril de 2017, indicando pelo não recebimento da denúncia por conta de ausência de justa causa para ação penal, com o fundamento de inexistência de dolo em prejudicar o erário. Nesse sentido, o posicionamento consolidado estabelece que somente poderá ter incorrência de processo crime, se o agente público teve o conhecimento de que, dispensando o certame licitatório, o bem público seria lesado. Referido posicionamento pode criar uma lacuna a ser utilizada na má-fé pública, haja vista que com tal determinação, o administrador poderá utilizar de artifícios para não realizar o procedimento de maneira adequada. Com o entendimento jurisprudencial no sentido de que, pareceres

jurídicos fazem com que o agente seja resguardado do dolo específico, a possibilidade de conluio entre várias pessoas da máquina pública, torna o procedimento vulnerável a práticas ilícitas no ambiente licitatório.

Palavras-chave: Crimes Licitatórios. Dispensa Irregular de Licitação. Dolo Específico.

A ALTERAÇÃO DO BANCO DE HORAS NA LEI 13.467/17

Beatriz Alves de Paula; Fabio Empke Vianna

A Lei 13.467/17 entrará em vigor no próximo dia 11 de novembro e trará significativas mudanças no ordenamento jurídico trabalhista, notadamente em relação ao banco de horas. A Consolidação de Leis do Trabalho prevê a possibilidade de as partes formalizarem acordo coletivo para que os funcionários possam fazer horas extras, desde que não excedam 2 horas diárias e sejam compensadas no período de 1 ano, sendo necessária a participação do sindicato. A nova legislação além da possibilidade já citada, traz outras duas, ambas tornam dispensável a presença do sindicato e possibilitam que o acordo seja individual. A possibilidade de um acordo escrito, e a compensação seja efetuada em até 6 meses. E também a possibilidade do acordo tácito ou escrito e as horas compensadas até o fim do mês. Nesse sentido, tendo em vista as críticas a respeito da nova lei, o presente trabalho pretende mostrar que também há pontos positivos, pois como cada empregado exerce sua função e tem sua própria identidade e forma de trabalhar, nada mais justo que preze sua individualidade. Para a elaboração desta pesquisa foram utilizados artigos publicados, a legislação trabalhista e suas mudanças e conteúdo doutrinário. A mudança trazida alterará a forma com que trabalhador e empregado se relacionarão, dando assim mais autonomia nas relações empregatícias, o banco de horas é apenas uma das alterações que demonstram tal autonomia. Da análise efetuada, conclui-se que, apesar dos críticos do novo modelo, no que tange ao banco de horas, a reforma trará benefícios aos trabalhadores.

Palavras-chave: Reforma Trabalhista. Banco de horas. Trabalhadores.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA LEI N° 8.429 DE 2 DE JUNHO DE 1992

Isis Garro Altemari; Thaís Aparecida da Silva; Renato Zanolla Montefusco

O presente estudo faz a análise dos principais aspectos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa. Engloba as questões acerca dos atos de improbidade e as suas diferenciações, bem como a aplicabilidade de sanções que figurem como ato ímprobo. O objetivo do presente estudo visa abordar a aplicação de penalidades aos agentes públicos ou particulares que exercem atividades de gestão pública. Nesse sentido, qualquer ato que afronte os princípios da Administração Pública caracteriza improbidade administrativa. Para o desenvolvimento do trabalho foram realizadas consultas às obras de doutrinadores como Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Hely Lopes Meireles, José Afonso da Silva e Marcelo Alexandrino Vicente Paulo e a própria Lei nº 8.429/1992 em enfoque. Diante do estudo, pudemos analisar as peculiaridades da Lei de Improbidade Administrativa, principalmente no que tange a sua aplicabilidade, aos seus sujeitos ativos e passivos e os atos que configuram prejuízo à Administração. Ante o exposto, constata-se que os atos que importam em improbidade administrativa estão previstos na Lei nº 8.429/1992, que se caracterizam por dano ao erário, enriquecimento ilícito e violação aos princípios administrativos. O agente que vier a praticar algum ato ímprobo deverá ser submetido a uma penalidade, que poderá ser: de natureza administrativa (perda da função pública, proibição de contratar com o Poder Público, proibição de receber do Poder Público benefícios fiscais ou creditícios), civil (ressarcimento ao erário, perda dos bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, multa civil) e política (suspensão dos direitos políticos).

Palavras-chave: Administração. Improbidade. Atos. Penalidades.

BENEFÍCIOS DOS OPERADORES DE COMPLIANCE PARA AS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES

Cesar Augusto Goes de Toledo; Maria Júlia Seneda; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho tem o escopo de analisar a aplicação do Compliance para o cenário do comércio exterior. Para tanto foi utilizado o método dedutivo de pesquisa. Nas grandes empresas, o sistema de Compliance ou Trade Compliance está cada vez mais sendo utilizado, uma vez que o Brasil encontra-se num cenário de anticorrupção, contemplada na Lei 12.846/2013 - Lei Anticorrupções, tais como as operações deflagradas como a "Lava Jato", por exemplo. Compliance teve sua origem na língua inglesa, é um substantivo advindo da expressão "To comply with", que significa "Agir de acordo com", ou seja, nada mais é do que um método efetivo que os empreendedores empregam, como forma de prevenção, para que as pessoas que trabalham na empresa hajam em conformidade com a lei e regulamentos, evitando atos ilícitos, como corrupção ou fraudes. O profissional de Compliance, muitas vezes representado por um operador do direito, graças a sua expertise na interpretação jurídica, tem como função gerenciar este sistema, tendo como principais funções dar suporte aos administradores garantindo com que eles entendam que devem agir da maneira correta, analisar os riscos nos quais a empresa está exposta, criar políticas e procedimentos documentando os controles e processos dos riscos, comunicar aos funcionários da empresa sobre as características do sistema e por último, criar métodos de auditoria e monitoramento, certificando-se que o Compliance está dando retorno. É importante também, um sistema de denúncias para que a partir destas possam-se instaurar investigações a respeito das possíveis ilicitudes dentro da empresa. Diante do cenário de importações e exportações, a figura do Compliance traz mais agilidade e segurança para as relações presentes no mercado externo. Com a legislação aduaneira, legislação brasileira e internacional, controles rígidos sobre as mercadorias e barreiras que dificultam a livre circulação de mercadorias pelo território é necessário que importadores e exportadores sejam habilitados em programas como o Sistema Integrado de Comercio Exterior (SISCOMEX), sem a devida habilitação e aprovação dos órgãos que autorizam a exportação e importação de produtos (Acordo de Valoração Aduaneira (AVA) da Organização Mundial do Comércio (OMC); Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM); Receita Federal do Brasil (RFB); Operador Econômico Autorizado (OEA) e Organização Mundial das Aduanas (OMA)), os empreendedores podem sofrer sanções como perda da mercadoria, veículo ou moeda, multa e sanção administrativa. Um programa de Compliance poderá reduzir os prejuízos com futuros processos, retificação de documentos, imposição de penalidades bem como gera uma possível redução dos custos presentes nas operações de importação e exportação. Destarte, pode-se perceber que a presença do Trade Compliance nas relações de comércio interno e externo contribuem para que o empreendedor haja com consciência e responsabilidade na administração de sua empresa seguindo as normas e procedimentos existentes em lei, sendo conclusivo que além de cooperar para a usufruição de benefícios presentes em tratados e acordos internacionais e nacionais, tornando a empresa mais eficiente e presente no mercado externo diante da importação e exportação de produtos. Palavras-chave: Compliance. Exportação. Importação.

ATO ADMINISTRATIVO: VÍCIOS RELATIVOS À FINALIDADE

Marielle Marçal de Oliveira; Caroline Aranda Garcia; Renato Zanolla Montefusco

O presente estudo apresenta o conflito entre a difícil comprovação da finalidade, elemento do ato administrativo, e a satisfação do interesse coletivo. Ocorre quando o agente pratica o ato visando um fim diverso do que o mesmo está previsto, quer explicita ou implicitamente. Tendo em vista que, pode haver duplo sentido: amplo, que trata do interesse público e restrito que é a previsão legal. O

objetivo do estudo é a comprovação por meio de indícios os desvio da finalidade. Para tanto foi utilizado o método dedutivo com análise de doutrinas administrativistas, artigos científicos, e legislação pátria. Nesse sentido, em razão de o agente não declarar a veracidade da intenção para produzir o ato ilegalmente, como se legal fosse. É a observância do princípio da impessoalidade. A comprovação do desvio da finalidade é de grande dificuldade, uma vez que, é permeada em face de uma subjetividade de indícios que o agente a pratica. Desviada a finalidade, o vício torna-se insanável, não podendo se convalidar, tornando assim, nulo o ato administrativo. Conclui-se que a abordagem do estudo se dá pela relevância da postura do agente que pratica o ato administrativo, já que não é de difícil constatação que é uma situação corriqueira em nossa realidade, visto que a conduta moral encontra-se absurdamente corrompida. Para a averiguação do desvio de poder/finalidade ter-se-á que se comprovar por meio de indícios, sendo estes doutrinariamente embasados no presente estudo: a motivação insuficiente; a motivação contraditória; a irracionalidade do procedimento, acompanhada da edição do ato; a contradição do ato com as resultantes dos atos; a camuflagem dos fatos; a inadequação entre os motivos e os efeitos e o excesso de motivação.

Palavras-chave: Vício. Finalidade. Subjetividade.

ALIENAÇÃO PARENTAL À LUZ DAS CONSTELAÇÕES FAMILIARES

André Crotti de Souza; Camila Slompo Felipe; Jéssica L. Gonçalves Tiete Camara; Luiz Henrique Martim Herrera

A interferência na formação psicológica da criança ou adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, avós ou por quem tenha a criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para repudiar genitor ou causar prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este, é considerado ato de alienação parental perante a Lei n. 12.318/2.010. O ato de alienação parental fere o direito fundamental da criança ou adolescente à convivência familiar saudável, constitucionalmente garantido. Nesse objetivou-se defender o direito fundamental da criança, jovem e adolescente à convivência familiar saudável, constitucionalmente previsto, levantar a jurisprudência de nossos tribunais, bem como as melhores doutrinas e demonstrar que a técnica terapêutica das Constelações Familiares é método eficaz contra a alienação parental, visando identificar emaranhados familiares e remover bloqueios do fluxo amoroso. Para o cumprimento dos objetivos elencados, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa em leis, livros e doutrinas, jurisprudência, artigos científicos, e revistas jurídicas. A pesquisa demonstrou que a Síndrome da Alienação Parental é, na maior parte das vezes, gradativa, classificada em estágios: do leve, passando pelo moderado até o grave, podendo ocorrer, inclusive, na constância do casamento. Declarado indício de alienação parental, o processo terá tramitação prioritária e o juiz determinará, com urgência, ouvido o Ministério Público, as medidas provisórias necessárias para preservação da integridade psicológica da criança ou adolescente, inclusive para assegurar a convivência com o genitor ou viabilizar a efetiva reaproximação entre ambos, se for o caso. Demonstrou ainda, a pesquisa, que, em perfeita harmonia, está a dinâmica das Constelações Familiares, pela qual o constelado passa a ter uma nova imagem mental de sua família, compreendendo o verdadeiro motivo das desarmonias em sua vida. Em sintonia, também, está a conciliação e a mediação, que funcionará quando as partes estiverem abertas para encontrarem seus caminhos, respeitando cada um de forma igualitária, sem culpados e inocentes. O bom advogado deve sempre orientar seu cliente no sentido de tentar um acordo e, no caso em tela, pensando sempre no bem-estar da criança ou adolescente. O parágrafo único, do artigo 2º da Lei n. 12.318/2.010, traz um rol exemplificativo de algumas formas de alienação parental. O genitor prejudicado poderá propor ação autônoma, mas a alienação poderá, também, ser discutida em ação incidental, durante a ação de divórcio, por exemplo. Portanto, concluiu-se que a alienação parental fere o direito fundamental à convivência familiar saudável e deve ser combatida. Traz sérias consequências aos filhos e também para as gerações futuras. A técnica das Constelações Familiares, criada por Bert Hellinger, que visa resolver questões emocionais que impedem o bom andamento processual, é o melhor caminho para o alienado e todas as pessoas

envolvidas. Deve ser criada, também, a consciência do que é melhor para os filhos. A alienação parental, bem como a implementação de falsas memórias, causa danos em curto prazo, sendo que os mais prejudicados são os próprios filhos, crianças ou adolescentes.

Palavras-chave: Alienação parental. Constelação familiar. Melhor interesse do menor.

AÇÃO CAMBIAL

Vânia Souza dos Santos; Ana Beatriz Fracassi Ribeiro; Renato Zanolla Montefusco

72

O presente trabalho tem o escopo de analisar a ação cambial e seus desdobramentos. Nesse sentido, a existência de um crédito, garantido por um título cambiário em situação de inadimplência, gera ao credor o direito de recebimento. O Poder Judiciário oferece alguns meios para assegurar esse direito, como a ação cambial, prevista pelo Livro II do Novo Código de Processo Civil. Por se tratar de ação cambial é necessário abordar os meios assegurados pela Legislação e suas aplicações na recuperação de crédito. Os caminhos e formalidades a serem seguidos para o sucesso da ação proposta serão considerados, assim como as formas em que o pagamento pode se dar, e quais as consequências caso este não aconteça. Observar-se-á também, de suma importância, as questões relativas aos embargos à execução. Para tanto a pesquisa utiliza o método dedutivo com análise bibliográfica a livros e sites especializados. Definição e aplicabilidade da ação cambial no recebimento de crédito, metodologia e particularidades. A pesquisa abordará como deve ser feito o ajuizamento da ação, quais os prazos e processos a serem respeitados, e quais os direcionamentos que o processo pode vir a tomar. A doutrina pátria estabelece que uma ação cambial, ou execução judicial para ser ajuizada deve atender os prazos previstos pelo art. 70 da Lei Uniforme Relativa às Letras de Cambio e Notas Promissórias- 57.663. A LU prevê também que, em primeiro lugar, que a execução busca o recebimento da importância prevista na letra, e num segundo momento, o acréscimo de juros, contados a partir do vencimento, de acordo com o art. 48. Nesse diapasão doutrinário ainda observa-se a divisão da ação cambial em dois tipos: ação direta e ação de regresso. A direta é movida contra devedores principais, e por isso independe de protesto; já a de regresso é proposta contra os devedores indiretos, e depende de protesto tempestivo. Já os embargos à execução, exceção de pré-executividade e ações autônomas, são direitos garantidos aos devedores. A baila da doutrina é possível observar que a mesma define e diferencia estes direitos da seguinte forma: a) embargos à execução é uma ação de conhecimento, em que o devedor pretende a extinção da execução ou a redução do valor a ser pago; exceção de pré-executividade trata-se de uma defesa endoprocessual, e não uma ação autônoma, em que se solicita a revisão processual, e) a ação autônoma que é a movida prévia ou posteriormente a execução, com intenção de anulação, revisão do título, ou declaração de inexistência da obrigação. Em breve conclusão, diante dos conceitos estudados, nota-se a preocupação Judiciária com as garantias formalizadas nas letras cambiais. Desta feita, o estudo se faz necessário como forma de norteamto dos procedimentos e ferramentas a serem adotados para a satisfação do crédito, dentro das previsões legais.

Palavras-chave: Crédito. Ação Cambial. Execução. Embargos à execução.

FERTILIZAÇÃO IN VITRO: O DESTINO DOS EMBRIÕES EXCEDENTÁRIOS

Jaqueline Alessandra de Sousa; Márcia Maria Meneghelli Alves da Silva; Thalia Martins Lopes de Oliveira; Vanderlei de Freitas Nascimento Junior

O desenvolvimento do presente trabalho visa analisar criticamente a destinação dada aos embriões congelados, ou seja, deveriam eles ser inutilizados, descartados, encaminhados para futura adoção, doação, bem como sua disponibilização para a realização de pesquisas científicas. Como o Direito vem acompanhando o grande desenvolvimento da ciência e da tecnologia, passou-se a questionar

quais seriam os critérios utilizados para que os descartes viessem a ocorrer e quais seriam suas respectivas consequências e destinações, observando os possíveis conflitos éticos, religiosos e morais a partir do caso concreto. Nesse sentido, o presente visa analisar sobre o ponto de vista jurídico, ou, à falta dele, o direito dos embriões. Analisar o verdadeiro significado do momento do surgimento da vida, os direitos inerentes à personalidade e o princípio da dignidade da pessoa humana, e, partir deles, verificar a ausência de leis específicas e quais as lacunas presentes na legislação existente. O trabalho segue o método indutivo analítico, a partir da revisão literária nas obras das autoras Maria Berenice Dias e Maria Helena Diniz, bem como em alguns artigos científicos e teses de doutorados, disponibilizados na internet. Nem sempre o direito à vida, seja ela no útero materno, ou, fora dele, é respeitado, sobretudo, quando envolve pesquisas científicas. O que se propõe é que se formulem leis específicas, a partir do ponto de convergência existente nas teorias Natalista, da Personalidade Condicional e, principalmente, na teoria Conceptionista, qual seja a garantia da existência dos direitos do nascituro desde sua concepção. As destinações dadas aos embriões excedentários e seus métodos de produzi-los devem ser analisadas de modo que não haja milhões de embriões congelados, sem destinação clara, precisa, sobretudo, digna. Indaga-se, o porquê da ineficácia legislativa em relação à limitação objetiva para produção de embriões in vitro, para que não haja uma produção em excesso. Acredita-se que a regulamentação da doação dos embriões excedentários para famílias devidamente registradas em programas de reprodução assistida, seria uma boa solução para o problema da produção excessiva de tal material genético, de modo a garantir o direito a uma vida digna, tanto para os aludidos nascituros, como para as respectivas famílias que sofrem com a impossibilidade de gerar filhos naturalmente.

Palavras-chave: Embriões. Destinos. Adoção. Doação.

SERVIÇOS PÚBLICOS - ELEMENTOS ESSENCIAIS

Larissa da Rocha; Thaina Fernanda Favretto; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho visa demonstrar os elementos essenciais que traçam o contorno dos chamados serviços públicos. Para tanto o método dedutivo foi utilizado. Serviço público é todo aquele prestado pela administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, com isso supre as necessidades que a conveniência do Estado precisa, desta feita tem uma distribuição e para isso deve atender os critérios jurídicos, técnicos e econômicos, objetivando a legitimidade, eficiência e economia na sua prestação. Com isso pode se observar e classificar como Públicos, Utilidade Pública, Próprios do Estado, Impróprios do Estado, Administrativos, Industriais, Gerais e Individuais. Alguns requisitos devem ser observados: o Princípio da Permanência - continuidade; Generalidade - serviço igual para todos; Eficiência - atualização do serviço; Modicidade - tarifas razoáveis; Cortesia - tratar bem o público. A competência executiva é material para a execução do serviço que pode ser privativo ou comum; a competência legislativa é a capacidade de editar leis e poder ser privativa, concorrente e complementar. De acordo com a prestação podem ser classificados como centralizado - Poder prestar por seus próprios órgãos em seu nome e sob sua responsabilidade; e descentralizada - Poder transfere a titularidade ou sua execução, pela ortoga ou pela delegação para suas entidades da administração pública indireta. Com isso pode ser territorial, ou institucional; Na outorga o Estado acaba criando uma entidade e com isso transfere a ela por lei determinado serviço. Esse serviço só pode ser retirado ou modificado por lei e, na delegação o Estado transfere por contrato ou ato unilateral a execução do serviço; desconcentrada é a administração que executa de forma centralizadamente, mas a distribui entre vários órgãos da mesma entidade para facilitar sua realização. A execução poderá ser direta sendo a administração encarregada de oferecer ao público pessoalmente ou por seus órgãos, ou por seus prepostos e, na indireta o responsável pela sua prestação acaba contratando terceiros para executar o serviço. Existem vários tipos de Serviços Públicos, como os correios, as emergências, os bombeiros, as telecomunicações. Um serviço é considerado público quando sua finalidade atender uma necessidade da sociedade. Em havendo algum problema orçamentário ou outro tipo, o serviço público é prestado de forma diversa com uma empresa privada, as condições desse serviço ficam

sujeitas ao controle das autoridades estatais. Os países abastados e bem administrados contam com maior amplitude e qualidade de serviços públicos. Assim, o Estado pode prestar serviços públicos de saúde, educação, telecomunicações, energia. Em contrapartida, em países menos abastados, os serviços públicos são deficientes ou bastante caros, sendo pouco acessíveis para os habitantes. Em conclusão, a Administração Pública deseja repassar a execução de determinado serviço público de sua competência para a iniciativa privada mediante autorização, permissão ou concessão. Há grande utilização da concessão, onde ocorre transferência da administração pública à iniciativa privada que poderá ser extinta havendo o advento do termo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação; falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade (em caso de empresário individual).

Palavras-chave: Serviço-público. Administração. Poder.

NEUROGESTÃO: AUTOCONHECIMENTO COMO SOFT SKILL NA GESTÃO EMPRESARIAL

Luciana Lallo Massini; Danila Pauletto; Renato Zanolla Montefusco

O presente estudo visa demonstrar a importância da neurociência aplicada à administração empresarial estratégica. O cérebro humano é uma máquina incrível e desconhecida. Emoções e sentimentos, tais como instinto, afeto, lembranças, angústias e estímulos se coadunam em um mosaico. Ao ser observado este mosaico, na perspectiva da Neurociência Aplicada, o indivíduo prostra-se, diante um espelho multifacetado, ao ver sua imagem. Faces, ângulos e percepções, até então desconhecidas ou evitadas, são expostas. O fato é que, por mais singela que seja a afirmação, vale como fundamento, o cérebro sempre intrigou, intriga e intrigará o humano na busca do autoconhecimento. buscam-se razões e explicações para elucidar questionamentos afetos ao autoconhecimento, desta feita, a Neurociência revela um poderoso arsenal quando aplicada a melhoria da qualidade de vida. Em breve síntese, a neurocognição é um exercício profundo e progressivo que envolve diversos fatores, tais como, pensamento, linguagem, percepção, memória e raciocínio ligados ao desenvolvimento intelectual. Na busca do desenvolvimento intelectual e do autoconhecimento a descoberta de fatos não quistos é incontinenti. Mister observar que quando aplicada à administração estratégica de empresas e negócios, a Neurociência também conhecida como Neurobusiness, Neuroadministração ou Neurogestão tomam vulto. De forma genérica essa área de conhecimento define-se como a aplicação dos conhecimentos originados na Neurociência à Gestão Empresarial. O objetivo dessa aplicação é a melhoria efetiva da performance das empresas a partir de melhorias de: a) processos decisórios; b) critérios de alocação de pessoal; c) motivação de equipes multifuncionais de trabalho, e; d) liderança e estratégia dentre outras áreas passíveis de aplicação deste instrumento. Ao contrário de outras disciplinas que já nascem aparentemente unidas ao mundo corporativo (marketing, contabilidade, finanças, dentre outras), a Neurociência parece, à primeira vista, algo distante da gestão empresarial. Uma visão duplamente equivocada. Em um primeiro momento acerca da Neurogestão, faz-se referência ao conhecimento biológico do cérebro, da interação entre suas diferentes áreas com suas funções específicas, sobretudo nos processos de tomada de decisão, e o comportamento no ambiente corporativo em geral. Em um segundo momento o volume de conteúdo afetivo e instintivo que está envolvido na sua tomada de decisões corporativas é maior que o conteúdo racional. A partir do autoconhecimento tem-se consciência do sentimento, que é o que nos torna humano e lidar melhor com essa máquina incrível que é seu cérebro, mas também irá compreender muitas das atitudes aparentemente inexplicáveis das pessoas a seu redor. O Neurobusiness, como mecanismo estratégico, traduz real consciência dos sentimentos para tomada de decisões e, por fim, governança corporativa. Um traço marcante da humanidade é o raciocínio, entretanto, o raciocínio é limitativo, pois o emocional e cognitivo devem ser conjugados em conjunto. Desta feita chega-se a metacognição, ou seja, ter controle sobre os processos corporativos, para que seja possível entender Soft Skill, ou seja, uma habilidade extremamente importante, e que diferencia

o profissional humano da máquina que engloba a empatia, imaginação, criatividade e domínio do espaço e para tal é necessário ter autoconhecimento e como consequência a apropriada tomada de decisão.

Palavras-chave: Autoconhecimento. Neurociência. Soft Skill. Neurogestão.

STF SOB A ÓTICA DA DESPOLITIZAÇÃO: ALTERAÇÃO DO MODELO DE INDICAÇÃO

Marcelo Giovanni Cardoso; Ademir Fernando Amadeu; Eduardo Toledo Arruda Galvão de Franca

Introdução: Evento insólito ocorre no País: uma demasiada presença do Supremo Tribunal Federal com a incumbência de solucionar litígios políticos retirados, não raras vezes, de seu âmbito ordinário de atuação. Dentre as mais distintas e vastas consequências de tal ocorrência, hodiernamente, é habitual ouvir discussões acerca dos rumos político-econômicos do Brasil nos mais diversos espaços físicos do convívio social. O nome da Suprema Corte e de seus integrantes misturam-se entre xícaras de café e confabulações dos transeuntes apoiados nas últimas notícias dos diversos jornais. Tendo o ministro do Supremo Tribunal Federal a função de julgar, nota-se que, das maneiras existentes para nomeação de juízes, desembargadores ou magistrados, a que assume um caráter diferenciado é a de ministros da Suprema Corte, pois necessita passar pelo Poder Executivo, por meio do presidente, e posteriormente à casa dos senadores, isto é, transita em meio à política. Contudo, uma questão - entre tantas - faz-se indubitável: para o salutar progresso e emancipação de um Estado, é imprescindível que se tenha uma Suprema Corte, sobretudo, sólida e autônoma e, para tal feito, processo este inicia-se, evidentemente, com o paradigma de nomeação de ministros. Objetivo: O presente trabalho visa pesquisar a possibilidade de modificar o procedimento atual de nomeação de ministros (eminentemente político) para o Supremo Tribunal Federal, pautado no artigo 101, parágrafo único, da CF/88, em que o ministro é nomeado pelo Presidente da República, passando por aprovação no Senado Federal. Não obstante o fenômeno político seja inevitável - e indispensável - no Poder Judiciário, considera-se que, diante da grande demanda e exposição sobremodo do STF, um protótipo de indicação isento de qualquer personificação política contribuiria deveras para maior autonomia e segurança dos magistrados da mais alta corte. Ademais, constata-se que o processo atual de indicação concorre antagonicamente às características fulcrais do Poder Judiciário, inclusive contra o próprio código de magistratura, responsável por reger a postura dos magistrados, podendo conceber uma Corte Suprema frágil, questionável, notada por meio das múltiplas decisões opostas às máximas constitucionais. Vivemos tempos obscuros, e o Direito não está imune a eles, em que a fragilidade, a vulnerabilidade e as contingências são marcas constantes de nossa sociedade. A avidez e o planejamento para um Novo País passam, necessariamente, por diversos itinerários; assim sendo, conclui-se que um deles, remoto de ser irrisório, é a solidez e autonomia do Supremo Tribunal Federal (representante máximo do Poder Judiciário), erigindo-se, entretanto, com um novo paradigma de nomeação.

Palavras-chave: Autonomia. Política. Ministros. STF. Judiciário.

EMPRESÁRIO INDIVIDUAL X SOCIEDADE EMPRESÁRIA

Fabiane Massolini Marchesin; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho visa demonstrar distinções específicas acerca do empresário individual e sociedade empresária. O Código Civil ao conceituar o empresário como uma figura que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, art. 966, que não se preocupou somente em conceituar o empresário pessoa física, mas também o empresário pessoa jurídica. A partir deste entendimento, observar-se que o empresário pode ser individual ou uma sociedade empresária. De acordo com a doutrina pátria, o empresário

individual é uma pessoa física que exerce atividade econômica organizada, em tempo vale mencionar que aquele possui responsabilidade direta e ilimitada, ou seja, esta espécie de empresário não possui o benefício da separação patrimonial, respondendo com todos seus bens particulares não gozando do privilégio da limitação de responsabilidade. Por sua vez, a sociedade empresária é uma pessoa jurídica que, em seu instrumento constitutivo, têm o elemento sociedade como principal objetivo, ou seja, formação de quotas passíveis de integralização no contrato social para que seja possível a exploração da atividade econômica organizada de forma regular. A sociedade empresaria é distinta, e, ao contrário da anterior traduz real separação entre o patrimônio societário e pessoal dos envolvidos na atividade econômica. Os sócios não respondem com seus bens particulares, em razão da sociedade empresária possuir patrimônio próprio. Diante disso, observa-se que a responsabilidade dos sócios é subsidiária e limitada, sendo necessário executar primeiramente os bens da empresa. Outra característica da sociedade empresária é que o sócio, ao entrar na sociedade, se compromete a integralizar certa quantia, em bens ou dinheiro, para a formação do capital social e sua responsabilidade somente fica comprometida a este valor. Em razão desta integralização, os bens particulares dos sócios não podem ser usados para saldar dívidas, ressalvada no caso de responsabilidade social, prática de atos ilícitos e caso ocorra, à desconsideração da personalidade jurídica, situações nas quais, observar-se-á o envolvimento tanto dos bens particulares dos sócios tal com societários. A partir do conceito trazido pelo Código Civil, percebem-se duas definições de empresário: empresário pessoa física e empresário pessoa jurídica. Dessa forma, é possível concluir que o artigo 966 do Código Civil possui uma abrangência maior do que nele esta contida, apresentado a figura do empresário individual que apresenta responsabilidade limitada e direta e a sociedade empresaria que é subsidiária. Dentre vários motivos, o Brasil optou pela sociedade empresária (pessoa jurídica), porque nesta modalidade de empresa os sócios podem calcular os riscos que a empresa poderá acarretar e assim proteger seus bens particulares.

Palavras-chave: Empresário individual. Sociedade empresária. Pessoa Física. Pessoa jurídica.

A DESNECESSIDADE DO DANO AO ERÁRIO NOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA POR ENRIQUECIMENTO ILÍCITO

Andréia Cristina Laudelino; Ana Carolina Montibeler; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho aborda os atos de improbidade administrativa e o enriquecimento ilícito. Para tanto foi utilizado o método dedutivo de pesquisa à doutrina administrativista e legislação pátria. A Lei 8.429/92 trouxe um importante instrumento jurídico de combate à corrupção, pois prevê expressamente algumas espécies de atos ímprobos, dentre os quais o aumento patrimonial desproporcional à renda legítima do agente público. O presente estudo trata do ato de improbidade administrativa capitulado no artigo 11 da referida Lei que atenta contra os princípios que regem a administração pública, analisando a forma como o referido ato de improbidade tem sido encarado por alguns julgados, que têm afastado o reconhecimento da improbidade quando não se vislumbra dano ao patrimônio público. Por ato de improbidade, entende-se a ação ou omissão, dolosa ou culposa, praticada por agente público, servidor ou não, que importe enriquecimento ilícito, cause prejuízo ao erário ou atente contra os princípios da Administração Pública. Ocorre que, atualmente tem-se admitido a possibilidade do infrator ser condenado pelo ato de enriquecimento ilícito mesmo sem haver dano ao erário, ou seja, a vantagem auferida no ato não necessitará da demonstração de dolo ou má-fé ou que cause dano à administração pública, apenas o ato e o lucro obtido já serão o bastante para consumir a infração e responsabilizar o demandado. O objetivo é demonstrar uma nova visão em relação aos princípios da Administração, buscando sua preservação e sua importância ao ordenamento jurídico, atentando para os deveres relativos à honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade, garantindo assim, o equilíbrio entre o ato praticado e a efetiva aplicação da LIA (Lei de Improbidade Administrativa). Como nem toda ilegalidade configura improbidade, é necessário um plus para que a conduta que viole o dever de boa administração, também não possa exigir a caracterização do dolo como previsto no artigo 11 conforme já mencionado. Por outro lado, o artigo

21, I, dispensa a efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público para a aplicação das sanções da lei de improbidade. Conforme parte da doutrina, violar um princípio é muito mais grave do que transgredir uma norma. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, dependendo do grau do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema e desobediência aos seus valores fundamentais. Um breve relato acerca dos princípios fundamentais que norteiam a Administração Pública: são os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e probidade. Contudo, conforme observado, o rol de condutas que contrariariam os princípios administrativos tipificados no artigo 11 da lei não é exaustivo. Em breve conclusão, é normalmente intitulada de norma de reserva aquela titulação onde ocorreria eventual ato administrativo improbo que supostamente não gere enriquecimento ilícito ao agente quiçá cause prejuízo ao patrimônio público, no entanto mister observar que, ainda assim, poderá haver possível configuração de improbidade administrativa passível de apuração. Palavras-chave: Improbidade administrativa. Prescindibilidade do dano. Violação a princípios.

EIRELI - PARADIGMAS CONSTITUÍDOS PELA LEI 12.441/11

Natália Caroline Mendes; Patrícia Maio Rego da Silva; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho tem como escopo demonstrar as facetas da EIRELI. Para tanto foi utilizado o método dedutivo de pesquisa à doutrina e legislação pátria. A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada é uma nova modalidade de personificação jurídica, introduzida no Código Civil pela Lei nº 12.441/11 nos arts 980-A e seguintes. Essa modalidade trouxe uma alternativa constitutiva, à modalidade do empresário individual. Podendo a EIRELI ser constituída de forma originária ou através de incorporações de cotas e de transformação da sociedade limitada. O presente instituto tem como principal objetivo viabilizar que as pessoas naturais exerçam atividade empresarial em sociedade unipessoal com capital integralizado, que divide patrimônio societário do pessoal, mesmo tratando-se de empresário individual. Em relação as sociedades devem-se respeitar alguns requisitos, sendo um deles a pluralidade de sócios. No entanto, existem algumas exceções, uma delas elencada no artigo 251 da LSA, onde é composta por um único acionista, devendo esse ser de uma sociedade brasileira. Exemplo é a Transpetro, onde só existe um único acionista, a Petrobrás. O escopo da EIRELI foi idealizado para reprimir as chamadas sociedades de fachada, sociedades onde são inclusos os sócios-laranja ou sócios testa de ferro. Tais sociedades são criadas com objetivo de limitar a responsabilização do sócio que realmente institui e administra a empresa. Antes de tal norma o empresário individual, mesmo que tivesse CNPJ para exercer sua atividade empresária, sofria com a insegurança de ver seu patrimônio pessoal exposto a todos os seus credores, tendo em vista que não existe nenhum tipo de distinção entre o patrimônio da pessoa física e o da pessoa jurídica em tal modalidade, desta forma, caso a empresa figurasse em um polo passivo de uma determinada ação de obrigação, o representante da empresa responderia com seu patrimônio pessoal, independente de qualquer previsão legal. Já o sócio único da EIRELI tem seu patrimônio particular separado do patrimônio integralizado ao capital social da empresa e só pode ser responsabilizado até o limite do capital de sua empresa, com exceção aos casos previstos no Código Civil Brasileiro. A lei 12.441/11 também dispõe no art. 980-A, § 6º, que no que couber deve ser aplicada a tal as regras previstas para sociedade limitada. Da mesma forma, a recuperação e a falência também são empregadas subsidiariamente à EIRELI. Sendo que em tais situações, será arrecadado somente o patrimônio da pessoa jurídica, excluído desse rol os bens particulares do instituidor, bem como o titular da EIRELI não sofrerá os efeitos da falência e não poderá ser considerado falido. Caberá conforme art.82 da Lei Falimentar propositura de incidente de apuração de responsabilidade do sócio-administrador da EIRELI, permitindo-se a identificação de eventuais atos ilícitos e crimes falenciais capazes de alcançar o patrimônio pessoal do empresário individual. Através dessa modalidade societária, fica visível o incentivo ao empreendedorismo, fortalecido pelo ganho real do exercício da livre iniciativa

como fundamento republicano, pois fica resguardado ao sócio seu patrimônio pessoal, fazendo com que este tenha mais segurança para interagir, no exercício da atividade econômica e nas relações econômicas.

Palavras-chave: EIRELI. Empresário individual. Responsabilidade.

A IMPORTÂNCIA DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL JUNTO A FUNÇÃO SOCIAL DE UMA EMPRESA

Gabriel de Santis Alves; Renato Zanolla Montefusco

78

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a importância da recuperação judicial para a tutela da função social da propriedade. Nesse sentido, aspectos críticos e aprofundados, visando acentuar a opção da Recuperação Judicial em casos de dificuldade das empresas devido a atual crise financeira devem ser objeto de apreciação tanto na gestão empresarial quanto na gestão jurídica. Dentro do contexto contemporâneo, a prática do dever social exercido pela empresa tornou-se de suma importância. É inquestionável que o consumidor, um dos núcleos sensíveis quicá o mais importante, está atento ao comportamento daquela no mercado sendo este quesito determinante para agregar valor as empresas que atuam de acordo com as questões que trazem benefício diretos e indiretos a comunidade onde estão inseridas, não deixando de observar inclusive o art. 225 da CF/88, no que tange ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Ainda em construção, até o momento a pesquisa apresenta possíveis estratégias para evitar a degradação do entorno social econômico de uma empresa, oferecendo uma alternativa para as empresas recuperáveis se recuperarem, afim de manter a produtividade e o objeto social intacto. Para tanto foi utilizado o método dedutivo a fim de realizar a inquirição com pesquisa a doutrina empresarial e legislação pátria, além da consulta bibliográfica em livros e sites especializados. No processo de Recuperação Judicial, o poder judiciário auxilia por meio da Lei 11.101 de 2005. A norma busca viabilizar a superação da crise econômica do devedor ao permitir a manutenção da fonte produtora, a empregabilidade além dos interesses dos credores, bem como o estímulo a atividade econômica. Num primeiro vislumbre é possível afirmar que o direito recuperacional é uma evolução da concordata. No entanto, há que se ter em mente que tal processo é muito mais abrangente que a concordata. Enquanto esta era restrita aos créditos quirografários, a Recuperação Judicial submete créditos quirografários, trabalhistas e aqueles dotados de garantia real, estando excluídos apenas débitos com o Fisco. A redação do artigo 50 da Lei de Falência e Recuperação de Empresas, visando o restabelecimento de empresas, o legislador elenca de maneira não exaustiva os meios que a empresa pode utilizar. Logo, a Função Social é um dos princípios que trouxe maior grau de justiça nas relações sociais. Reconhecida pela Carta Magna Brasileira, pelo Código Civil e também pelo Enunciado n 53 do Conselho de Justiça Federal. Claro é, portanto, o valor de tal princípio no ordenamento. Logo, a partir do que foi apresentado, fica clara a possibilidade de procurar incentivar aos empresários opções contrárias a falência, posto a importância do desenvolvimento econômico social no entorno da região de uma empresa com dificuldade de manter-se ativa. Há de se destacar que existem soluções plausíveis para evitar a degradação produtiva de toda uma região, sendo que, em breve conclusão observa-se que o direito recuperacional busca garantir tanto o fundamento republicano da livre iniciativa quanto o objetivo republicano da busca do pleno emprego e a erradicação da pobreza.

Palavras-chave: Função Social. Recuperação Judicial. Incentivo.

ASPECTOS GERAIS SOBRE A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Luiz Fernando Kakoi; Tamara Turini Gomes; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho visa analisar a figura da improbidade e como a mesma é tutelada no direito pátrio. Para tanto, o método dedutivo foi utilizado com pesquisa à doutrina e legislação pátria. Dentre as leis

existentes no ordenamento jurídico brasileiro encontra-se a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Nº 8.429/1992), aplicada em face de agentes públicos ou terceiro que concorram ou induzam à prática desse ato improprio ou dele se beneficiem sob qualquer forma direta ou indireta, resultando na infração dos princípios regidos pela Administração Pública. O crescimento, entendido aqui como aumento, da improbidade administrativa pode ser vinculada a uma administração sem moral e caráter. A doutrina pátria afirma que improbidade consiste numa ação ou omissão que viola dever constitucional de moralidade no exercício de função pública acarretando de modo cumulativo sanções civis, penais e administrativas. A Lei de Improbidade Administrativa surgiu para combater a corrupção, em um momento político conturbado de nossa história. A corrupção se fazia presente nos mais altos níveis do Poder Executivo e era muito destacada pela imprensa, o que desencadeou uma crise de legitimidade dentro da Administração Pública. Após um longo debate, o projeto de lei foi enviado ao Congresso, tendo como objetivo combater e punir os atos de corrupção. Insta destacar que a corrupção é apenas uma modalidade do ato improprio e não pune apenas os corruptos, mas também toda e qualquer conduta que não se enquadre nos contextos corruptores. Quando há ato dessa espécie, toda a sociedade brasileira sofre as consequências, pois ocorre um atraso que impede a melhoria e o desenvolvimento social do país. Os atos de improbidade trazidos pela lei foram definidos em três dispositivos: artigo 9º que cuida dos atos que importam enriquecimento ilícito; artigo 10 que trata sobre os atos que causam prejuízo ao erário; e o artigo 11 que indica os atos que atentam contra os princípios da Administração Pública. No tocante às sanções, estas podem ser de natureza criminal que irá apurar o ilícito penal segundo as normas do Código de Processo Penal; civil que investigará a improbidade administrativa e aplicará as medidas punitivas previstas na própria Lei Nº 8429/92; e a administrativa que vai averiguar o ilícito administrativo de acordo as normas estabelecidas do Estatuto Funcional. Além disso, o responsável pelo ato improprio pode recebê-las de forma isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade do fato, sendo levado em conta ainda a extensão do dano causado, assim como o proveito que foi obtido pelo agente, ademais outras hipóteses são a suspensão dos direitos políticos, o pagamento de multa, a perda função pública, a proibição de contratar com o poder público e o ressarcimento integral do dano. Em breve conclusão, a proposição da Lei de Improbidade Administrativa buscou estabelecer comportamento honesto na Administração Pública juntamente com o princípio da moralidade, ambos definidos como valores fundamentais, para que seus agentes atuem com a ética profissional necessária, de forma proba, leal e de boa-fé, o que constituem elementos essenciais para a existência de um Estado Democrático de Direito. Palavras-chave: Lei de Improbidade Administrativa. Corrupção. Administração Pública.

CURSO PROMOTORAS LEGAIS POPULARES: PRÁXIS CONSTRUTORA DE DIREITOS HUMANOS E EMANCIPAÇÃO FEMININA

Euzienay Eliude de Oliveira Sousa; Grasiela Lima

O curso Promotoras Legais Populares (PLPs) surgiu na década de 1980, a partir de iniciativas de organizações feministas da Argentina e do Peru. Em 1993, sua proposta e metodologia foram incorporadas pela União de Mulheres de São Paulo e pela THEMIS (Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero), de Porto Alegre/RS. O objetivo do curso é promover espaço de formação exclusiva para mulheres, onde são abordadas noções básicas de direito, gênero e cidadania, tendo em vista fortalecer o enfrentamento à violência sexista e promover o acesso à Justiça. Nesse sentido, os fundamentos teóricos e conceituais do curso estão baseados na visão ampliada do Direito, na educação popular jurídica, nas reivindicações feministas e na ação afirmativa de gênero. O público-alvo são mulheres que vivem em situação de violência, líderes da comunidade e agentes de grupos organizados da sociedade civil. Trata-se, portanto, de uma ação educativa que busca fomentar o empoderamento feminino por intermédio de conhecimento jurídico e direitos de cidadania, norteando as mulheres para que possam ser protagonistas das suas próprias decisões e com maior participação nos espaços onde vivem ou atuam. Muito embora o curso PLPs seja uma proposta e realização dos movimentos sociais e organizações feministas, seu formato e metodologia também foram incorporados por

universidades como cursos de extensão à comunidade. Assim, as Faculdades Integradas de Jaú (FIJ), através do Núcleo de Extensão e Assuntos Comunitários (NEAC) do curso de Direito, está formando em 2017 sua segunda turma de PLPs. A partir deste contexto, o presente trabalho de pesquisa busca analisar a importância dessa formação em direitos para as mulheres em Jaú, as dificuldades enfrentadas para a construção da rede e de um coletivo de PLPs na cidade, tendo em vista a necessidade de atuação das mesmas como multiplicadoras e mediadoras na defesa de direitos humanos junto às outras mulheres e à comunidade. No que se refere aos aspectos metodológicos deste estudo, será realizado inicialmente um levantamento em fontes bibliográficas através de artigos teórico-científicos do Google acadêmico, Scielo, revistas eletrônicas e publicações periódicas especializadas em Direito e Educação, com foco na produção acadêmica sobre o curso PLPs. A partir daí, pretende-se desenvolver uma pesquisa qualitativa com trabalho de campo, através de observação participante e entrevistas semiestruturadas com alunas ex-alunas do curso (2016 e 2017). Para este procedimento, o projeto de pesquisa será submetido para apreciação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa das FIJ. Almeja-se, a partir deste trabalho, refletir sobre as dificuldades e obstáculos enfrentados pelas alunas e ex-alunas do curso, tendo em vista o processo de empoderamento individual e a mobilização do movimento de PLPs para garantir o acesso à Justiça para as mulheres em situação de violação de direitos. Sendo assim, busca-se compreender a efetividade dos conhecimentos construídos no decorrer das aulas, oficinas, palestras, visitas monitoras e outras atividades da formação dessas mulheres, levando em conta que não se trata apenas de uma transmissão de conhecimentos, mas, primordialmente, de um processo que procura estimular e desenvolver capacidades e potenciais para que as mulheres desempenhem um papel ativo na sociedade, sendo efetivamente sujeitos que promovem o direito e a justiça.

Palavras-chave: Educação Jurídica. Gênero. Empoderamento Feminino.

(IM)PROBIDADE ADMINISTRATIVA REFLEXÕES SOBRE A DOGMÁTICA LEGISLATIVA

Adriana Rafaela Coutinho; Carolina Madalena de Carvalho;
Vanderlei de Freitas Nascimento Junior; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho tem como escopo analisar a improbidade administrativa a baila da legislação pátria, mais especificamente, a Lei 8.492/92. Para tanto o método dedutivo de pesquisa foi utilizado com a análise de doutrinas administrativistas e legislação pátria. Nesse sentido, a improbidade administrativa é o nome que damos para a corrupção administrativa, ou seja, um ato ilegal ou contrário aos princípios básicos da Administração Pública. Tratando de improbidade estamos nos referindo a má-fé, a desonestidade, a corrupção, um ato considerado por muitos, além de desonesto, desleal. O ato improbo não se trata somente de atos administrativos, mas sim de qualquer atitude comissiva ou omissiva que possa ser realizada no exercício da função pública, ou, não. Para tratar desse assunto a Lei 8.492/92, promulgada em 2 de junho de 1992, traz as questões relacionadas às categorias dos atos de improbidade, aos requisitos necessários à instrução do procedimento administrativo e à ação judicial de improbidade administrativa, a independência e a comunicabilidade entre as instâncias administrativa, cível e penal. A Constituição Federal dispõe sobre a improbidade administrativa em diversos artigos, como por exemplo, o art. 14, § 9º, que trata da improbidade ocorrida em período eleitoral. Há também o disposto no artigo 15, inciso V, da Constituição Federal, que veda a cassação de direitos políticos e permite apenas que seja suspenso em caso de improbidade. O artigo 85, inciso V, dispõe sobre a improbidade do Presidente da República como crime de responsabilidade e o artigo 37, §4º, dispõe a respeito de possíveis medidas aplicadas em caso de improbidade. De acordo com a Lei de Improbidade, existem três modalidades de atos de improbidade: enriquecimento ilícito, previsto no (art. 9º); dano ao erário (art. 10) e violação ao princípio da Administração (art. 11), todos pertencentes a Lei 8.429/92. Quanto aos sujeitos, é possível observar o agente público como sujeito ativo e, conforme art. 1º da Lei nº 8.429/9, os sujeitos passivos que se resumem em pessoas jurídicas de direito público interno ou de direito privado, além da possibilidade

de empresa ou entidade que receba benefícios, incentivos ou subvenção de origem pública e as que o erário concorra para sua criação ou custeio. Em breve conclusão, insta ser mencionado que o ordenamento jurídico nacional traz a lume a perspectiva de que os atos praticados sem o devido respeito à legalidade e moralidade têm a tendência de serem considerados ímprobos. O que fica demonstrado é que os sujeitos intervenientes em situações de improbidade optam por não observar a legislação cabível, e, nesse sentido fogem à interpretação do que probidade significa.

Palavras-chave: Improbidade Administrativa. Má-fé. Enriquecimento ilícito. Sanções.

EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI

Bianca Rossi Roque; Thais Marques Vaz de Lima; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho visa analisar a empresa individual de responsabilidade limitada. Para tanto foi utilizado o método dedutivo de pesquisa com a análise da doutrina e legislação pátria. Nesse sentido a EIRELI, conforme o art. 980-A, da lei nº 12.441/11, é uma empresa individual constituída por uma única pessoa titular de totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 vezes o maior salário mínimo vigente no país, no momento do registro da empresa. É uma categoria empresarial que permite a constituição de uma empresa com apenas um sócio: o próprio empresário. Essa modalidade foi criada em 2011 e surgiu com o propósito de acabar com a figura do sócio fictício, prática comum em empresas registradas como sociedade limitada, que antes só poderiam ser constituídas por, no mínimo, duas pessoas, e agora podem ser abertas com um único sócio. A EIRELI permite a separação entre o patrimônio empresarial e privado. Ou seja, caso o negócio contraia dívidas, apenas o patrimônio social da empresa será utilizado para quitá-las, exceto em casos de fraude. Poderá constituir EIRELI tanto a pessoa física quanto a pessoa jurídica. O nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão "EIRELI" após a firma ou a denominação social da empresa individual de responsabilidade limitada. A pessoa natural que constituir essa empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade. A empresa individual de responsabilidade limitada também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração. Também poderá ser atribuída à empresa individual de responsabilidade limitada constituída para a prestação de serviços de qualquer natureza a remuneração decorrente da cessão de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz de que seja detentor o titular da pessoa jurídica, vinculados à atividade profissional. Aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades limitadas. Diante dessas situações, e, em breve conclusão, por meio das pesquisas desenvolvidas, vê-se a importância dessa nova modalidade de empresa, onde uma só pessoa, física ou jurídica, poderá abrir a empresa e não mais como antes sendo necessário dois ou mais. Assim, quem queria abrir uma empresa sem sócios passou a contar com uma alternativa com características de uma sociedade limitada.

Palavras-chave: EIRELI. Empresa Individual. Sócio.

DIREITO À PAZ: A DUALIDADE ENTRE A TEORIA IDEOLÓGICA E A COMPLEXIDADE FÁTICA DO DIREITO SUPREMO DA HUMANIDADE

Bruno Marcos Senhorilio; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho tem o escopo de delimitar o direito à paz face à paradoxal teoria ideológica e os direitos humanos. Nesse sentido observa-se que o Direito à Paz é destacado pela doutrina como o direito supremo da humanidade, tamanha a importância deste na amálgama de direitos fundamentais, por basilar e fundamentalmente necessário para a concretização de quase todos os demais direitos, senão todos. De complexidade indelével, sua construção foi fruto de inúmeras guerras e tratados de

paz, com lenta e gradual percepção, sobretudo no século XX, de que a ausência de conflitos bélicos favorecia a prosperidade. A consolidação e o constante amadurecimento desse direito nas últimas décadas, guarda estrita e simbiótica conexão com o surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, sendo esta entidade, através de seu Conselho de Segurança, verdadeira guardiã investida na missão de buscar a paz e mantê-la, em âmbito internacional. Desta feita busca-se compreender como e quando surgiu o Direito à Paz, analisando todo o processo construtivo do mesmo, explicitando sua importância para a humanidade e seus contornos no ordenamento jurídico e na doutrina. Busca-se também, traçar um paralelo entre o Direito à paz, como deve ser, segundo os conceitos idealistas filosóficos, sobretudo dos tratados que versam sobre o tema, e, como é demonstrando como questões políticas e de poder são e sempre foram intrínsecas à construção do Direito, não sendo diferente no Direito à paz. Para tanto o método dedutivo foi utilizado com análise bibliográfica em diversas doutrinas, artigos científicos e o próprio site do sistema das nações unidas, o qual, reverencia argumentos fundantes para pesquisas deste calado. Em breve conclusão, vislumbra-se através de minuciosa pesquisa e uma análise crítica e aprofundada das questões históricas, jurídicas, doutrinárias e políticas acerca do Direito à Paz, foi possível concluir que seu surgimento e constante mutação foram de suma importância para a estabilidade relativa mundial, no tocante à conflitos bélicos, o que propiciou condições para evoluções no campo dos Direitos Humanos em geral. Todavia, tal processo sempre esteve ligado, de forma indissociável, com questões políticas, sendo em várias ocasiões, verdadeiro jogo de interesses em favor das nações mais poderosas. Ademais, firma-se o Tratado de Vestfália de 24 de outubro de 1648, que pôs fim à guerra dos trinta anos (1618-48), é entendido como o grande marco regulatório que deu início ao sistema laico de relações internacionais, pois deu início à estrutura normativa e política de relações inter-estatais contemporâneas fundando a figura da soberania territorial, a não intervenção além da independência dos Estados. Portanto, se protraí no tempo a construção ideológica do Direito a Paz assumindo contornos mais complexos na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Paz. ONU. Política.

DIREITO DA(À) ARTE: LIBERDADE DE EXPRESSÃO COMO GARANTIA DA DEMOCRACIA

José Roberto Ferreira de Brito Junior; Luiz Henrique Martim Herrera

Em uma sociedade plural e democrática, a liberdade de expressão caracteriza-se como elemento central da garantia desse regime de governo. A Constituição Federal de 1988 garante esta liberdade e, ao mesmo tempo, o poder constituinte originário chancelou no texto constitucional a vedação de censura. Entretanto, em nome de uma ordem moralizante, que pretende determinar padrões de "verdades subjetivas", eventos recentes em nosso país (exposição "Cartografias da diferença na arte brasileira" e performance no MAM - Museu de Arte Moderna intitulada "La Bête") têm revelado que apesar das aproximadas três décadas de democracia formal, o totalitarismo das ideias persiste. Nesse contexto, as expressões artísticas, de um modo geral, têm sido alvo de constantes críticas, as quais, longe de serem críticas de arte, são mobilizadas a partir de justificativas moralistas, em evidente violação a tais direitos fundamentais. Diante disso, o presente tem o objetivo de estabelecer uma relação entre direito e arte, de modo a fornecer subsídios para uma teoria crítica sobre a liberdade de expressão e a censura. A realização dessa discussão foi realizada a partir da leitura de artigos científicos, pesquisas doutrinárias e bibliográficas. O debate sobre Direito e Arte implica refletir se num país democrático, que consagra a liberdade de todas as formas de expressão e veda a censura, haveria espaço para debater sobre limites da expressão artística. A questão levantada deve partir do pressuposto que o Estado não estabelece estes limites. Por outro lado, é certo que a Constituição Federal garante outros direitos fundamentais que, em tese, podem colidir com garantia de liberdade de expressão. Em eventos recentes, questionou-se justamente a colisão do direito de expressões artísticas com a proteção da criança e do adolescente ou em profanação a símbolos religiosos. Sem embargo à necessidade de debate público sobre o estabelecimento de marco regulatório sobre a

classificação etária em exposições de arte - tal como preconiza o art. 220 da Constituição Federal - concluímos com nossa pesquisa que a liberdade de expressão artística é irrestringível, tanto do ponto de vista do artista - direito de produzir qualquer manifestação que compreenda como arte - quando do ponto de vista do expectador/intérprete - direito de livremente decidir sobre qual expressão artística que deseja explorar. Afinal, é livre a manifestação do pensamento (Constituição Federal, art. 5º, inciso IV), assim como é livre a expressão da atividade intelectual e artística, independentemente de censura ou licença (Constituição Federal, art. 5º, inciso IX). De outro lado, o limite da arte encontra seu limiar quando o conceito de arte sugira, em tese, ato que configure algum ilícito ou agressão a terceiros. De um modo geral, porém, ilegítima seria a adoção de posturas que tentem definir materialmente arte, de modo a tonar o artista refém da qualidade que terceiros possam encontrar na sua obra. Daí a perceber-se que a linha interpretativa dos limites da liberdade artística é bastante tênue. Palavras-chave: Liberdade de expressão artística. Censura. Direitos fundamentais

DISTINÇÃO ENTRE MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL E REFORMA CONSTITUCIONAL.

João Marcelo da Silva Galvão; Eduardo Toledo Arruda Galvão de Franca

O presente estudo busca pesquisar, com base em doutrinas, a diferença entre mutação constitucional e reforma constitucional, com o propósito de apontar como a Constituição pode ser alterada informal e formalmente. O instituto da mutação constitucional se nota, não nas alterações materiais do texto constitucional, mas em seu sentido, sendo assim, a transformação não se dá no texto, mas sim naquilo que é a interpretação. Esta interpretação é realizada levando em consideração a história, as ideologias, as realidades sociais, econômicas e políticas do Estado. A mutação constitucional é considerada um processo informal de alteração da Constituição, dado que este não está previsto dentre aquelas mudanças explicitamente estabelecidas no texto constitucional. Este processo é de extrema relevância no âmbito jurídico, posto que a sociedade está em constante mudança e desse modo outras interpretações da Constituição são necessárias. De maneira contrária à mutação constitucional, a reforma constitucional se dá naquilo que é a alteração física da Constituição. Este processo se faz por intermédio de emenda constitucional, podendo acrescentar ou suprimir artigos ao texto original, visto que este procedimento está categoricamente previsto no artigo 60 da Constituição Federal. A reforma constitucional é considerada um processo formal de alteração da Constituição, resultado direto do chamado poder constituinte derivado reformador, tendo este capacidade de alterar a Constituição Federal, mediante procedimento específico estabelecido pelo poder constituinte originário (o qual é seu criador). Por ter de seguir procedimentos específicos para alteração da constituição, imposto pelo poder constituinte originário, o poder constituinte derivado reformador é tido como limitado e condicionado. Em suma, entende-se que ambas as formas de alteração constitucional são de extrema relevância, uma vez que ambas contribuem de maneira singular para o acompanhamento da Constituição face a evolução social.

Palavras-chave: Mutação constitucional. Reforma constitucional. Alteração. Evolução social.

O PREGÃO ELETRÔNICO COMO FERRAMENTA ADMINISTRATIVA EFICAZ PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Jenifer Marielle Pedro dos Santos; Sergio Augusto Altimari; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho busca vislumbrar o pregão eletrônico como ferramenta eficaz para a Administração Pública alcançar seus objetivos. Para tanto o método dedutivo de pesquisa foi utilizado, tendo na doutrina administrativista e legislação pátria sua principal fonte. Nesse sentido, o Pregão Eletrônico é uma modalidade de Licitação que visa proporcionar maior competitividade, entre os interessados em contratar com aquela, nas aquisições de bens e serviços. Criado através da Lei

10.520/2002 (Lei do Pregão) e regulamentado na forma eletrônica pelo decreto 5.450/2005, o Pregão Eletrônico possibilitou a participação de maior número de empresas nos processos licitatórios, de diversas localidades do país. Vale ressaltar que quanto maior a concorrência, maior o desconto obtido nos lances, gerando considerável economia para a administração. Para obter acesso e participar de um Pregão Eletrônico, necessita-se simplesmente de um computador com acesso a internet. Através de uma plataforma, a Administração Pública disponibiliza os pregões que estão em aberto, com data e hora pré-definidas em edital. A empresa participante cadastra sua proposta com antecedência e no dia e horário marcado, acessa a plataforma de qualquer lugar do país e em tempo real a empresa licitante registra seus lances. Normalmente nas plataformas disponíveis para a realização dos pregões, antes da empresa ser declarada vencedora, não é possível saber quais são as empresas que estão participando da sessão. É possível afirmar que isto seria um ponto positivo no que se refere à transparência e eficácia no processo, pois elimina qualquer tipo de desconfiança quanto à credibilidade na sua execução. Após encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinara a proposta do licitante classificado em primeiro lugar; neste momento será verificado se o preço ofertado e compatível ao valor estimado, como também será analisado todos os documentos de habilitação elencados no edital conforme disposto no artigo 25, decreto 5.450/2005. Caso os documentos foram apresentados via Fox, os mesmo deverão ser disponibilizados em seu original ou por cópia autenticada nos prazos estabelecidos no edital, no entanto, se o licitante não atender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinara a proposta subsequente e assim sucessivamente em atendimento ao artigo 25 §§ 3º e 5º, do decreto 5.450/2005. Em breve conclusão, insta ser afirmado que embora seja possível destacar inúmeros pontos favoráveis acerca do pregão eletrônico, o presente estudo não busca mera conceituação, pois além de procurar entender o porque alguns órgãos da Administração Pública, na maioria das vezes, tal como a Administração Pública Municipal, ainda não implantaram esta eficaz ferramenta, lembrando ainda que a maioria das plataformas disponíveis no mercado tem custo zero para a administração. É de se cogitar se o administrador público não está deixando de cumprir o regime jurídico administrativo ao não observar os princípios explícitos, implícitos e regulares, que informam àquele regime, necessários para se garantir o Estado Democrático de Direito evitando-se possíveis hipóteses de desrespeito, corrupção e improbidade.

Palavras-chave: Pregão Eletrônico. Administração Pública. Empresas.

EIRELI

Kézia Marília Sambo Ribeiro; Katy Evelin Almeida Santos; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho tem o escopo de observar a figura societária da empresa individual de responsabilidade limitada e os desdobramentos no direito pátrio a partir da introdução da Lei 12.441 de 2011. Para tanto o método dedutivo de pesquisa é utilizado para o desenvolvimento, com pesquisa realizada a doutrina empresarial e legislação pátria. Posto isto, a empresa individual de responsabilidade limitada, foi regulamentada, como acima aludido, através da lei 12.441/2011, que além de alterar alguns dispositivos do Código Civil, introduzir a figura do art. 980-a, trouxe algumas soluções, dentre elas destaca-se a proteção aos bens pessoais. Anteriormente a introdução da figura da EIRELI, era observada a constituição de uma sociedade limitada, na qual a divisão das quotas entre os sócios era de 99% para um dos quotistas e 1% para o outro, ou seja, mero figurante da relação societária empresarial. O fato é que a constituição com tamanha desproporcionalidade de quotas vislumbrava apenas a hipótese de se proteger patrimônio pessoal dos sócios, ademais, criou-se um celeuma no entorno da figura chamada sociedade unipessoal, figura presente inclusive na Lei 6.404/76, no art. 251, conhecida como sociedade anônima subsidiária integral. A EIRELI surge então como uma solução, porém com algumas limitações; ou seja, constituída por uma única pessoa física, ou seja, um único titular da totalidade das quotas sociais, sendo que a constituição de empresa cuja responsabilidade de seu titular é limitada ao valor integralizado de 100 salários mínimos vigentes no ato de sua constituição. Em dias atuais o valor correspondente é de R\$ 93,700,00, além de que cada empresário poderá ter apenas uma empresa individual de responsabilidade limitada. Portanto, o

empresário que pretende diversificar seus negócios terá que escolher um deles para aderir a esta modalidade empresarial. Em breve conclusão é possível observar algumas características que diferenciam a empresa individual convencional, popularmente conhecida com ME (Micro Empresa) que estabelece desde seu ato constitutivo, o contrato social, tem a caracterização de sua responsabilidade como sendo ilimitada, ao contrário da EIRELI. Responde inclusive, na empresa individual convencional, com os bens pessoais, pois não há divisão entre patrimônio societário e pessoal, ao contrário da EIRELI, pois há divisão entre patrimônio e limitar-se-á tão somente ao valor integralizado, ou seja, o capital social de R\$ 93.700,00. Por fim, percebe-se com a pesquisa em tela que a EIRELI busca estabelecer maior segurança jurídica para o indivíduo que exerce profissionalmente atividade econômica, não elidindo entretanto que o mesmo possa sofrer pedido de falência e recuperação judicial.

Palavras-chave: EIRELI. Breve Considerações. Empresa Individual.

IDADE MÁXIMA PARA EXERCÍCIO DO DIREITO DE DIREÇÃO DE VEÍCULOS

Gabriela Bortolucci; Perla Savana Daniel

De acordo com o artigo 5º do Código Civil "A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil", isto inclui o direito a dirigir veículos automotivos, desde que devidamente habilitado. Este direito tem uma idade mínima, porém não há uma idade máxima. Assim como se adquire habilidades específicas para algo, estas também diminuem com o passar do tempo, até se extinguirem. Objetivo: Discutir sobre possível idade limite de exercer o direito de direção de veículo automotor. Materiais de pesquisa: Sites relacionados ao trânsito e possíveis complicações devido a idade, que possam impedir o exercício de uma condução veicular. Além de revisão bibliográfica das doutrinas constitucionais sobre o direito de ir e vir e a proteção da sociedade como um todo. Discussões: Pesquisas apontam que acidentes envolvendo idosos, na direção de veículo automotor, crescem constantemente no país. Desde 2012, o número de pessoas com mais idade que vieram à óbito na condução de veículo está no mesmo ritmo. Em 2015, o último ano para o qual há dados disponíveis, morreram 39 condutores com 75 ou mais anos em acidentes de viação, o que representava 10,7% do total. Três anos antes, essa percentagem era de 8,2%. Os dados são da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR). Já o número de acidentes graves envolvendo pessoas com mais de 60 anos são alarmantes, a porcentagem é crescente a cada ano, em 2012 o índice era de 5,2%, depois em 2015 passou para 7,4%. Os números de idosos vêm crescendo constantemente, no Brasil esta população chega à 13,5 milhões, número bem elevado para um país de terceiro mundo. A problemática envolve a fragilidade da idade e a exposição de perigo do próprio idoso e da sociedade, em decorrência das perdas de condições físicas (deficiências de movimento, visão e audição, principalmente) e psíquicas do idoso. É claro que a liberdade é um dos direitos mais importantes do ser humano, como protegido na Constituição Federal, mas será que neste caso, a liberdade de dirigir prepondera ao direito à segurança dos demais cidadãos? Conclui-se que mesmo com o direito da pessoa de exercer sua liberdade de conduzir um veículo, e com o exame à cada 3 (três) anos para verificar sua saúde física e mental, pessoas de mais idade tendem a perder sua sensibilidade automotora, seu reflexo, velocidade de resposta em casos de perigo. Assim como o incapaz não possui habilidade suficiente para conduzir, o idoso também, muitas vezes, não possui. Palavras-chave: Condução veicular. Idosos. Idade Máxima. Periculosidade.

CRIMES LICITATÓRIOS

Amanda Luiza Peghin; Jessica Amanda Maion; Nelson Rodrigues Gomes; Renato Zanolla
Montefusco

O presente trabalho aborda os crimes que poderão ser cometidos nas licitações observando os critérios

contidos na Lei 8.666 de 1.993. Para tanto é necessário uma breve introdução acerca da temática. Os crimes licitatórios sendo regulamentados e disciplinados nos arts. 89 a 98, juntamente com o artigo 99, os quais abordam grandes condutas delituosas dos agentes públicos e privados contra a Administração Pública. Para tanto, o método dedutivo foi utilizado sendo realizadas pesquisas em doutrinas administrativas e legislação pátria. De acordo com a doutrina, a licitação nada mais representa do que um procedimento administrativo, mediante o qual a Administração Pública buscará selecionar a proposta mais vantajosa para a realização de contrato de seu interesse. A finalidade precípua da licitação é proporcionar igualdade entre aqueles que desejam contratar com a Administração Pública, do mesmo modo que tenta garantir moralidade e eficiência na gestão da coisa pública. Um grande problema é que a própria Administração utiliza-se das modalidades de contratação conhecidas na própria lei, como licitação dispensada art. 17 da Lei 8666/93, dispensáveis art. 24 da Lei 8666/93 e inexigíveis art. 25 da Lei 8666/93 para beneficiar terceiros, com a inobservância dos princípios gerais licitatórios. Como princípios norteadores da Administração Pública, temos os princípios explícitos, consignados no art. 37 da Constituição Federal de 1988, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, os quais são essenciais em todos os atos da Administração Pública e caso algum desses princípios forem desrespeitados acarretará anulação. Sua caracterização pode ser observada dentre outras hipóteses, pelo superfaturamento, preço superiores ao de mercado, a frequente participação das mesmas empresas e por acordos ilegais entre os próprios concorrentes da licitação, no qual se revezam para vencer as mesmas. O crime previsto no artigo 93 da Lei de Licitação traz o tipo penal que demonstra a conduta do servidor público, no qual dificulta os atos licitatórios, não se importando com o resultado final, mas sim com a desenvoltura que impeça, perturbe ou fraude a realização de qualquer tipo de ato procedimental, tendo uma pena de detenção de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos e multa. Em breve conclusão, é necessário salientar que independentemente de lei ou qualquer outro ato, deveria ser a probidade o principal objetivo a ser cumprido tanto pelo administrador, quanto pelos licitantes para que assim o processo licitatório seja efetivado de forma ética e moral.

Palavras-chave: Crimes Licitatórios. Princípios. Modalidades. Administração Pública.

CRIME DE RESPONSABILIDADE DOS PREFEITOS

Ieda Fernanda Teixeira Tozzi; Beatriz Zanin Lira; Larissa Pessutti; Renato Zanolla Montefusco

O presente trabalho tem o escopo de demonstrar o crime de responsabilidade dos prefeitos por meio da Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/1992. Esta norma classifica os atos ímprobos em três categorias, sem prejuízo de outras condutas caracterizadoras que possam atingir o mesmo objetivo. Tais categorias são: os atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito, os atos que causam prejuízo ao erário e os atos que atentam contra os princípios da administração pública. Antes do advento da lei a aplicação de sanções às situações irregulares dava-se pela própria administração pública e, se constituísse crime, pelo Poder Judiciário. Entretanto, com a vigência da Lei inaugurou-se no país um outro meio para realizar imposições de sanções para os agentes públicos que agirem de forma irregular: sempre que o comportamento do agente se enquadrar nos artigos 9º e 11 da Lei, mesmo não se caracterizando como crime, será o Poder Judiciário que aplicará reprimenda ao ato de improbidade. Essas sanções enquadram-se em novo setor do ordenamento jurídico: o Direito Sancionador Judicial. A Lei de Improbidade para o presidente da república, ministros, membros do poder judiciário, governadores e prefeitos, em virtude da função que exercem e titulares tem foro privilegiado e só responderão em sede de legislação específica. O foro privilegiado está previsto no artigo 29, inciso X e a cassação dos direitos após sentença transitada em julgado no artigo 15, inciso III, do mesmo dispositivo. Para o desenvolvimento desta análise, foram utilizadas pesquisas bibliográficas cujos materiais foram respaldados em doutrinas, teses e artigos científicos, revistas científicas, como também nas legislações vigentes. Os prefeitos têm mesmo tratamento que os vereadores, segundo STF, em vista que a previsão do Decreto Lei 201/67 normatizou os crimes praticados, sem distinguir os crimes de natureza comum e os que pertencem a categoria de

responsabilidade. Os crimes dos prefeitos dentro de seus cargos, denominados de responsabilidade estão tipificados no artigo 1º do Decreto Lei 201, de 1967, e são crimes comuns que deverão ser julgados pelo Poder Judiciário, independente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores. Em breve conclusão, observa-se que os prefeitos municipais cometerão crime quando apropriarem-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio, utilizar de bens ou rendas dos serviços públicos, se aplicar indevidamente as verbas públicas, se aplicar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza em desacordo com os planos ou programas que se destinem, se ordenar ou efetuar despesas não autorizadas, deixar de prestar contas anuais, no tempo que a lei exige, utilizar indevidamente os bens e serviços do serviço público. Então, estes responderão por qualquer dano ao erário que seus atos ou serviços ocasionarem. Sendo cabível a aplicação da improbidade administrativa também aos prefeitos municipais, visando uma aplicação da democracia e conseqüente governança com responsabilidade a um amplo grupo das esferas dos poderes, não somente ao Presidente da República.

Palavras-chave: Improbidade. Responsabilidade. Prefeitos. Democracia.

CRIME DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Antônio Daniel Aparecido Dainese; Renato Zanolla Montefusco

O presente estudo tem o escopo de analisar os principais aspectos do crime de Improbidade administrativa, conceito, sujeitos, lei regente, penas, prescrição. Para tanto o método dedutivo foi utilizado com pesquisas à doutrina e legislação pátria. Nesse sentido, observou-se o conceito de Improbidade Administrativa na doutrina pátria como o ato de improbidade administrativa todo aquele que, à custa da Administração Pública e do interesse público, importa em enriquecimento ilícito (art.9º); que causa prejuízo ao erário (art. 10) e que atenta contra os princípios da Administração Pública (art. 11), a constituição federal traz em seu artigo 37, 4º que atos de improbidade administrativa importarão à suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível. E a lei especialmente criada para ditar os parâmetros desse crime é a Lei 8.429/92. Os sujeitos da relação são, a administração direta, indireta, fundacional, empresas incorporadas ao patrimônio público, e o patrimônio de empresa ou entidade que receba subvenção, todos estes no polo passivo; E os agentes públicos que cometem o crime, incluindo terceiros que possam induzir ou concorrer no crime, como sujeito no polo ativo. Pode ocorrer o crime de improbidade administrativa de três formas previstas na lei supracitada, que são elas condutas dolosas ou culposas, que impliquem em, enriquecimento ilícito, que geram prejuízo ao erário público ou que atentem contra os princípios da Administração Pública, de acordo com a Constituição Federal, são penas cabíveis, ressarcimento ao erário, indisponibilidade dos bens, suspensão dos direitos políticos e perda da função, penas essas diversas das ações penais segundo a CF, as ações penais seguirão pelo rito ordinário, deve ser proposta pelo Ministério Público ou pessoa jurídica interessada. Não foi assegurada legitimidade ao cidadão para propositura da ação, que poderá denunciar, mas será encaminhado até a autoridade administrativa competente para a propositura da ação. O prazo prescricional para ação de improbidade administrativa é de 05 (cinco) anos após o término do exercício do mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança e nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego. Em breve conclusão é possível notar que que a Constituição Federal, protege de forma especial, os crimes cometidos por agentes políticos e servidores públicos contra a própria administração pública, o que até mesmo implica em perceber o quanto aumenta a responsabilidade de fiscalização e conscientização de nossos políticos diante do momento político crítico que vive nosso país, pois leis e proteções especiais nos são garantidas, mas cabe a cada um ser responsável por segui-las.

Palavras-chave: Improbidade Administrativa. Administração Pública. Crime.

RELAÇÃO DE EMPREGO NA TERCEIRIZAÇÃO E AS CONSEQUÊNCIAS EM FACE AOS NOVOS REGULAMENTOS JURÍDICOS

Joselaine Job de Souza; Mauricio de Almeida

A terceirização trabalhista era uma matéria ainda sem completa previsão jurídica, mas passou a ser regrada pelas leis 13.429/2017 e 13.467/2017, porém o advento das mesmas, não foi suficiente para dirimir os conflitos existentes, cabendo a este estudo fazer uma breve análise sobre o tema. Diante disso, pretende-se conceituar e refletir sobre a magnitude da normatização da terceirização no Brasil e seus efeitos sobre o trabalhador, pontuando as possíveis consequências ocasionadas pelas leis 13.429/2017 e 13.467/2017. Para a realização desse utilizou-se pesquisas bibliográficas em livros, sites especializados e legislação. Identificou-se que determinados projetos de lei (ainda primitivos) que recebem sanção, ao invés de ajudar o país a encontrar o "equilíbrio" acabam por desestabilizá-lo ainda mais. Neste contexto, havia sido ratificada a lei 13.429/2017 que alterava dispositivos da lei 6.019/1974, e dispunha sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros, esta lei também já sofreu alterações pela lei 13.467/2017 (reforma trabalhista). A terceirização é uma relação de emprego que se diferencia da convencional, o que comumente é uma relação de 2 sujeitos, passa a ser de 3 sujeitos, o que acarreta um liame empregatício vulnerável. Apesar da terceirização já estar presente na prática das vinculações trabalhistas, ela não era regrada por nossa legislação. A temática era regida principalmente pela Súmula 331 TST que tinha a finalidade de dar respaldo ao nosso direito, ela mostrou um "norte" a ser seguido por possíveis legislações que surgissem a respeito, visto que havia a carência de um texto legislativo próprio para tratar minuciosamente do teor. Para tanto, seria preciso muito estudo e preparo para estabelecer tal formulação. O advento das leis mencionadas, não foi exatamente o que era preciso para regulamentar tal matéria, pois persistem muitas falhas. Alguns dos conteúdos nelas presentes reafirmam os entendimentos já consolidados por outros regimentos, contudo outros vão de encontro com o anteriormente previsto. Como é o caso do inciso III da Súmula 331 TST que permite apenas a terceirização da "atividade-meio", que graças a nova CLT passará a ser permitida para qualquer atividade. Fica então evidente como estas normas foram "empurradas" na esperança de que trouxessem alguma segurança jurídica, sem ao menos ser medido os prós e contras, não respeitando assim os direitos e garantias estabelecidos pela CF/1988. Portanto, ao invés de oferecer segurança ao trabalhador em questão, foram abrangidos alguns pontos negativos críticos que precisam ser estudados e revistos. Uma vez que, trouxeram a proteção de uma terceirização ilícita, na qual a empresa tomadora que está em busca de mão de obra barata, vê uma possibilidade de dispensar seus assalariados fixos, pertencentes a chamada "atividade-fim" (disciplinados pela CLT/1943), e contratar os terceirizados que se assemelham com a "coisa" do contrato de empréstimo, que será usada agora por um tempo maior do que o anteriormente autorizado (de 3 meses passa a 180 dias, art. 10 §§1º e 2º lei 13.429/17), para que depois sejam devolvidas ao seu verdadeiro "dono", o que conseqüentemente motivará uma forte rotatividade. Desta forma, ao término de seu uso "útil", que venha o próximo.

Palavras-chave: Terceirização. Lei. Segurança. Súmula.

DESAPROPRIAÇÃO RURAL

Carolina Lanza Rodrigues; Letícia Dela Coletta; Juliana Maria Carneira Carneiro; Renato Zanolla Montefusco

O presente estudo tem o escopo de analisar os principais aspectos da Desapropriação Rural, conceito, modalidade de desapropriação sancionatório, os procedimentos, os sujeitos objeto, indenizações e destino dos bens desapropriados. Sendo assim, tem-se o objetivo de considerar os pontos relevantes, sobre o procedimento administrativo denominado desapropriação, o qual é um modo de intervenção agressiva do estado na propriedade particular, pois trata-se da transformação compulsória do

patrimônio privado em público mediante pagamento de indenização, ou não. Foi utilizado o método dedutivo para desenvolver a pesquisa, tendo sido utilizada a pesquisa à doutrinas administrativistas tais como, Maria Sylvia Zanella Di Pietro e Hely Lopes Meirelles, legislação pátria e jurisprudências acerca do assunto. Nesse diapasão obteve-se com a pesquisa um conhecimento amplo acerca do ato de desapropriação, em suas modalidades conhecidas como: a) comum ou ordinária art. 5º XXIV; b) urbanística sancionatória art. 182 CF; c) rural art. 184 CF; d) indireta art. 35 Lei 3365/41 e; e) desapropriação confisco, art. 243 CF. No entanto, este trabalho tem- o foco na desapropriação destinada à reforma agrária, e, nesse sentido, insta mencionar que a desapropriação, momento em que o poder público, intervindo na propriedade particular estabelece por meio de seus agentes, através de declaração de necessidade, utilidade pública ou ainda interesse social, ao proprietário a perda de um bem, mediante justa indenização, sendo devida a indenização quando na modalidade de desapropriação sancionatório, ou seja, quando a propriedade rural não atende sua função social, sendo feita através de títulos da dívida pública e não em dinheiro, devendo a indenização equivaler-se ao valor do patrimônio ou ainda o valor de mercado do bem que fora desapropriado. Quando tratar-se de expropriação, ou seja, desapropriação em virtude de cultura ilegal de plantas psicotrópica ou exploração de trabalho escravo na forma da lei, conforme estabelece o art. 243 da CF/88, não haverá nenhum tipo de indenização. Em breve conclusão, face ao estudo apresentado, pode-se notar que a Constituição Federal de 1988 prevê a desapropriação de propriedade rural destinada à reforma agrária, tratando-se de competência exclusiva da União, importante ressaltar que a Carta Magna defende que são insuscetíveis deste instituto as pequenas e as médias propriedades rurais desde que seu proprietário não possua outra, bem como a propriedade produtiva. O pagamento desta modalidade é efetuado em títulos da dívida agrária, resgatáveis em até vinte anos, pelo sistema de precatórios e as benfeitorias úteis e necessárias serão feitas em dinheiro art. 184 §1º CF.

Palavras-chave: Desapropriação. Propriedade Rural. Indenização.

ATO DE IMPROBIDADE: UMA VISÃO SOBRE A CONDUTA QUE VIOLA A MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Ana Carolina Salucesti Gamba; Renato Zanolla Montefusco

O presente estudo apresenta a reflexão no âmbito moral sobre a conduta de quem comete o ato de improbidade. Para tanto o método dedutivo de pesquisa foi utilizado com a análise de doutrinas e legislação pátria. Cabe esclarecer que, o núcleo da improbidade Administrativa represente atos contra a administração, improbidade é o ilícito cometido por agente público. Comete improbidade administrativa qualquer agente público que em razão de cargo, mandato, função, emprego ou atividade fere a administração, e uma vez causador dos danos responderá pelas sanções impostas pela Lei 8.429/92. Comete ainda, improbidade administrativa aquele que age em conjunto com o agente, permitindo, facilitando e concorrendo para o crime. A expressão ato de improbidade administrativa abrangendo todos os servidores públicos e não apenas o presidente da República foi introduzida pela Constituição Federal de 1988, não sendo utilizada anteriormente a não ser para designar infrações de natureza política, e só após a Lei 8.429/92 é que seu significado foi definido de forma ampla. A improbidade é uma prática que denota mau-caráter, é ato desonroso e viola a moralidade administrativa, o que deixa claro que não apenas o enriquecimento ilícito é ato que deve ser punido dentro da administração, que não apenas o dano material deve ser ressarcido, mas os valores e princípios consagrados pelo ordenamento jurídico, à ética dentro da administração, imparcialidade, lealdade às instituições, o combate à corrupção e a boa-fé, são estes os maiores danos que podem a administração pública sofrer e que devem ser punidos. A Constituição Federal de 1988 e a Lei 8.429/92 trazem sanções aqueles que praticam o ato de improbidade, e estabelece que possam ser aplicadas isoladas ou cumuladas com sanções penais, civis e administrativas previstas em legislação específica, de acordo com a gravidade do fato. Dentre as medidas previstas está à suspensão dos direitos políticos, direito este assegurado pelo art. 15 da CF/88, indisponibilidade dos bens quem tem caráter preventivo, perda da função pública, ressarcimento dos danos causados ao erário com o intuito

de recompor o patrimônio lesado e multa. Para aplicação das medidas é necessário a presença de quatro elementos, são eles: sujeito passivo, sujeito ativo (agente público), ato danoso (atentado aos princípios da administração, dano ao erário) e dolo/culpa. Por conta do que foi acima aludido, e, em breve conclusão, a Lei de improbidade trata do procedimento administrativo e do processo judicial a ser instaurado para investigação destinada a apurar a prática do ato de improbidade, determinando competência legislativa a cada ente da federação. Desta feita, de forma breve que o dano moral ampara-se em uma subjetividade, e enquanto o foco do ato de improbidade encontra-se uma finalidade materialista, faz necessário a observação prévia da conduta que encontra-se em um campo abstrato movido por princípios morais.

Palavras-chave: Improbidade. Moral. Conduta.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ADOÇÃO TARDIA

Luana Cristina Falavigna; Guilherme Leonardo Albertin Moraes; Luiz Henrique Martim Herrera

A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e Adolescente garantem a toda criança o direito ao convívio familiar e comunitário. O instituto da adoção possui direta relação com a concretização desse direito fundamental. No Brasil, dados atualizados do CNA - Cadastro Nacional de Adoção indicam que há 7.158 crianças aptas à adoção, ao passo que são 38 mil os interessados em adotar. Esta garantia constitucional, entretanto, é mitigada em se tratando de adoção, na medida em que fatores de preferência ou de discriminação em relação à idade, condições de saúde, cor e sexo, contribuem para que muitas crianças e adolescentes que vivem em abrigos fiquem afastadas desses direitos. Para o desenvolvimento da presente pesquisa foram utilizadas bibliografias especializadas, bem como foi procedida à pesquisa de coleta de dados em plataformas públicas, a exemplo do CNA e CNJ - Conselho Nacional de Justiça. Os números indicam profunda incongruência: na medida em que o número de pretendentes à adoção é muito superior às crianças e adolescentes cadastradas, tem-se que fatores de preferência ou discriminação contribuem para que a conta não feche. Não há dúvidas que fatores como burocracia e ausência de infraestrutura do poder judiciário e demais órgãos auxiliares interferem nesta problemática. Entretanto, pesquisas demonstraram outro significativo fator: inscritos à adoção buscam encontrar na criança a ser adotada o ideal de "filho perfeito", e fatores como idade, condições de saúde, cor e sexo, interferem na concretização do programa constitucional de garantir à criança e ao adolescente direito ao convívio familiar e comunitário. Atualmente 92,7% dos pretendentes a adoção querem crianças de idade de zero a cinco anos, sendo que pelos dados do CNA apenas 8,8% aptas à adoção possuem esse perfil. Em geral, o fator da condição de saúde também é justificativa para rejeição do "perfil" desejado. Diante desse cenário, não bastasse o fato da condição de adotante perpassar por contextos de violência, abandono, desconstituição familiar e, invariavelmente, pelo acolhimento em instituição e trâmites judiciais, os fatores ora destacados nesta pesquisa reforçam a condição de "inadotáveis", expressão cunhada por Maria Berenice Dias. A adoção tardia ocasionada por fatores de preferência ou discriminação implica assumir um custo social altíssimo. Argumenta-se que a adoção em tenra idade favorece aos pretendentes a idealização de um projeto de família mais consentâneo com o desejado. Entretanto, a adoção de crianças em idade avançada ou adolescente é tema que deve ser encampado por política pública como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente ao definir dentre as linhas de ação da política de atendimento, mecanismos para prevenir ou abreviar o período de afastamento (ECA, art. 87, inciso VI) e campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos (ECA, art. 87, inciso VII). Tais políticas vão ao encontro do programa constitucional previsto no art. 227 da Constituição Federal.

Palavras-chave: Adoção. Direitos Humanos. Políticas Públicas.



EDUCAÇÃO FÍSICA

A INFLUÊNCIA DO TREINAMENTO DE FORÇA NO EMAGRECIMENTO

Nadia Eduarda de Moraes; Ana Cláudia da Silva de Melo; Jonatha Danilo Silva de Olivera;
Guilherme Augusto Martines

A obesidade é considerada uma doença multifatorial, sendo definida como o excesso de gordura acumulada no corpo, no qual atinge ambos os sexos e todas as faixas etárias. Durante as últimas décadas têm se observado um crescimento significativo dessa condição, onde em 2008, 1,5 bilhão de adultos com idades superiores à 20 anos apresentavam sobrepeso. Nesse contexto, a prática sistematizada de treinamento de força deve estar presente em um programa destinado ao emagrecimento. Diante disso, essa pesquisa objetiva analisar os efeitos do treinamento de força nos programas de redução de gordura corporal. O Delineamento metodológico do presente estudo configura-se como uma revisão de literatura, onde foram utilizados livros e artigos científicos publicados nos últimos 15 anos, o qual foram obtidos junto aos bancos de dados do Medline, PubMed, Lilacs, Scielo, Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (ABESO) e Organização Mundial da Saúde (OMS). Nestes verificou-se resultados satisfatórios obtidos pelo treinamento de força quanto à redução da gordura corporal devido às alterações físicas e metabólicas que ele promove, como o aumento da massa magra, o qual resultará também em uma elevação na taxa metabólica basal (TMB), propiciando assim um maior gasto energético no repouso. No entanto, deve-se atentar a algumas variáveis do treinamento que são indispensáveis, como: intensidade, número de séries, velocidade de execução e intervalo, o qual serão imprescindíveis para se atingir os objetivos propostos. O treinamento resistido apresenta efeitos positivos no processo de emagrecimento, tendo um de seus efeitos crônicos o aumento de massa magra, e conseqüentemente, a elevação da TMB. Apesar de seus benefícios, é dever do profissional de Educação Física se atentar as variáveis de treinamento para que seus efeitos possam ser potencializados.

Palavras-chave: Obesidade. Treinamento resistido. Emagrecimento.

PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS E A DOENÇA DE ALZHEIMER

Bruna Barbosa Kakoi; Tereza Cristina Souza dos Santos; Ademir Testa Junior

A prática de exercícios físicos apresenta-se como uma alternativa interessante no tratamento e prevenção de diferentes patologias. Nesse sentido, esta pesquisa objetiva compreender as relações entre a prática de exercícios físicos e a doença de Alzheimer (D.A). O presente estudo é oriundo do trabalho de conclusão de curso "Efeitos de diferentes programas de exercícios físicos em portadores da doença de Alzheimer", e trata-se de uma revisão bibliográfica baseada em trabalhos publicados

nas bases de dados do Scielo, Pubmed, Bireme e livros. O exercício físico faz com que haja um retardo da perda da memória e aumenta o fluxo sanguíneo em diversas áreas corticais e subcorticais. Os exercícios aeróbios, quando praticados durante 7 semanas com 35 minutos diários, melhoram o desempenho cognitivo global. Os exercícios no cicloergometro apresenta maiores ganhos de atenção e cognição após 3 meses de prática. O programa de atividade física promove melhorias na agilidade, equilíbrio, D.A. risco de quedas, e no desempenho no padrão da marcha em portadores da D.A. Em uma amostra de 1.740 indivíduos de 65 anos de idade, com acompanhamento de 6 anos, observou-se que a prática de exercícios físicos promove o atraso no início da demência, e aumenta a velocidade da marcha. Há estudos que apresentam a dificuldade em realizar determinados tipos de exercícios físicos em portadores da D.A. e, apesar disso, observa-se o aumento da independência para as atividades cotidianas em pacientes fisicamente ativos. Portanto, a prática regular de exercícios físicos sistematizados, associada à estimulação cognitiva, contribui para a preservação ou para a melhora temporária de várias funções cognitivas, equilíbrio e diminuição dos riscos de quedas. Assim, o exercício físico pode representar uma importante contribuição não farmacológica no sentido de atenuar a taxa de declínio cognitivo e motor face à progressão da doença.

Palavras-chave: Exercícios Físicos. Doença de Alzheimer. Saúde.

O EFEITO DO TREINAMENTO RESISTIDO SOBRE A COMPOSIÇÃO CORPORAL DE IDOSOS

Lidiani Cristina de Paula Vitorino; Guilherme Augusto Martines

A população de idosos vem aumentando significativamente nos últimos anos, com estimativa de que em 2050 o número de idoso duplicará, porém de nada adianta esse aumento da expectativa de vida de forma desordenada e sem precauções, pois percebe-se que o número de incapacidade funcional também aumenta. Para que esses indivíduos envelheçam com autonomia funcional se faz necessário uma intervenção da prática de exercício físico. O treinamento resistido é tido como uma importante ferramenta para essa intervenção em idosos, devido a sua eficácia na manutenção da massa magra e massa óssea, na redução da gordura corporal e por baixos níveis de ocorrências de lesões. Nesse sentido, o estudo vem com o intuito, através de uma revisão bibliográfica, avaliar a influência do treinamento resistido sobre a composição corporal em indivíduos idosos. O envelhecimento está ligado diretamente a uma redução das capacidades físicas de força, flexibilidade, agilidade, equilíbrio, dentre outras, o qual acaba por comprometer a capacidade funcional do indivíduo. A perda de massa magra e massa óssea são características do envelhecimento, alterando a composição corporal dos idosos, tornando-os mais frágeis quanto a incidência de quedas e fraturas. A composição corporal consiste na quantidade absoluta ou relativa dos componentes químicos mais importantes do nosso organismo, o qual se refere à massa muscular, o tecido adiposo ou massa gorda e o tecido ósseo. Diante desses três componentes o treinamento resistido é uma das opções mais recomendadas por diversas organizações de saúde, quanto a massa magra, ele pode manter e aumentar a força muscular, aumentar o volume muscular e melhorar os movimentos básicos diários dos idosos. Quanto à massa óssea, o treinamento resistido por meio de métodos de treinamento melhora da densidade mineral óssea, proporcionando ao idoso um esqueleto mais denso e saudável, reduzindo potencialmente o risco de quedas e fraturas. Quanto a gordura corporal, o treinamento resistido junto de exercícios aeróbios pode proporcionar ao idoso uma redução na gordura corporal. De forma geral, os resultados dos efeitos do treinamento resistido para a composição corporal (massa muscular, tecido adiposo ou massa gorda e o tecido ósseo) em idosos, foram positivos, ocorrendo um ganho de força e melhora dos movimentos básicos diários, um ganho de massa magra e massa óssea e redução na gordura corporal, de acordo com os métodos específicos de treinamento.

Palavras-chave: Treinamento resistido. Idosos. Composição Corporal.

PAPEL TERAPÊUTICO DO EXERCÍCIO FÍSICO AERÓBICO SOBRE A SÍNDROME

METABÓLICA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

João Paulo da Silva Neves; Marcelo Danilo Branco Ormelezi; Paula Grippa Sant Ana

A síndrome metabólica é caracterizada pela presença de três ou mais fatores de risco que ocorrem simultaneamente doenças cardiovasculares, diabetes mellitus, pressão alta, obesidade, circunferência abdominal, entre outros, que podem ser desenvolvido tanto em crianças quanto em adultos, devido ao crescimento nas taxas de sedentarismo e excesso de peso. O aumento do tecido adiposo visceral é o componente de maior valor preditivo, pois é o responsável pela presença do processo inflamatório e de resistência à insulina. A Síndrome Metabólica depende da interação complexa entre a predisposição genética e o estilo de vida, como alimentação inadequada, sedentarismo e obesidade. A adesão ao tratamento dietoterápico e a prática de exercícios físicos são fundamentais para o tratamento da Síndrome metabólica. Nesse sentido objetiva-se verificar o papel terapêutico do exercício físico aeróbico em crianças e adolescentes com síndrome metabólica. Para a realização desse estudo foram utilizados seis artigos científicos pesquisados na plataforma Google acadêmico o qual todos davam ênfase nos efeitos metabólicos em crianças e adolescente. Os resultados obtidos mostram que a alta prevalência da síndrome metabólica entre crianças e adolescentes com sobrepeso contribuem para o desenvolvimento precoce de doenças crônicas, por isso remete a importância da prevenção com mudança dos hábitos alimentares e do estilo de vida saudável combinando com exercícios aeróbicos que auxiliam na perda de peso, aumentando assim a expectativa de vida e diminuindo os tipos de doenças causadas pela síndrome. Portanto, a prática de exercícios físicos aeróbicos associada a alimentação balanceada foram fatores que influenciaram na diminuição de gordura corporal, taxa de morbidade, problemas cardiovasculares entre outras, garantindo assim um estilo de vida sadio, minimizando os impactos da síndrome metabólica.

Palavras-chave: Obesidade. Crianças e adolescentes. Atividade física. Síndrome metabólica.

PREVALÊNCIA DE SOBREPESO E OBESIDADE EM ESCOLARES

Maristela Manechine, Natalia Rodrigues; Paula Grippa Sant'Ana

A obesidade em crianças é preocupante devido ao risco aumentado de sua persistência na idade adulta, e pelos riscos de doenças a ela relacionadas. O aumento da prevalência de obesidade infantil tem sido observado na população brasileira, e apontado como um fator de risco para o desenvolvimento precoce de doenças crônicas. A obesidade tem sido caracterizada pelo aumento do tecido adiposo e do peso corporal. O excesso de peso na infância pode ocasionar complicações ortopédicas como desconfortos musculoesqueléticos, fraturas e dificuldades de mobilidade. Além disso, a obesidade também pode acarretar complicações metabólicas, psicossociais e respiratórias, diminuição da qualidade de vida e doenças cardiovasculares. Objetivo: Verificar a prevalência de sobrepeso e obesidade em crianças de escolas públicas, com características socioeconômicas diferentes. O estudo consiste em um trabalho descritivo de revisão bibliográfica a partir do uso de livros, artigos científicos e endereços eletrônicos, como base principal o Scielo e Lilacs. Como resultado identificou-se que apesar do aumento da obesidade ser constante em todas as classes, observa-se que é mais alto o índice em crianças de classe média alta. Portanto o fator econômico tem grande influência na obesidade. Em alguns estudos, observou-se também prevalência em crianças do sexo feminino. Considerando a associação existente entre o excesso de gordura corporal e efeitos danosos à saúde, bem como o aumento das causas de morbidade, o fato de a obesidade na infância normalmente acompanha os indivíduos até a vida adulta, tornando evidente a necessidade de ações preventivas desde as idades mais precoces. Nesse sentido, a escola deve ocupar papel de destaque tanto em relação à orientação de hábitos alimentares saudáveis quanto à prática de exercícios físicos.

Palavras-chave: obesidade, sobrepeso, infantil.

ANÁLISE DA PRESCRIÇÃO DE TREINAMENTO RESISTIDO COM RESTRIÇÃO DE FLUXO SANGUÍNEO PARA HIPERTROFIA MUSCULAR

Anderson Leonardo Ferraz do Nascimento; Daniela Calobrizi; Guilherme Augusto Martines

O treinamento de força com restrição de fluxo sanguíneo, também conhecido como Kaatsu Training, é uma estratégia de treino que está sendo bastante utilizado atualmente. Dentre as finalidades empregadas neste método, observa-se a eficiência em se promover o aumento da massa muscular e a força, semelhantes ao treinamento de força tradicional. Diante deste contexto, é necessário estabelecer diretrizes para a aplicação e segurança do treinamento com a oclusão do fluxo sanguíneo. Diferentemente do treinamento de força tradicional, as cargas utilizadas no Kaatsu Training são em torno de 20% a 50% de uma repetição máxima (1-RM). Nesse sentido, objetivou-se verificar os benefícios do treinamento de força com restrição do fluxo sanguíneo. Para a pesquisa realizou-se uma revisão da literatura sobre o tema, utilizando artigos obtidos junto as bases de dados do Scielo, Bireme e Google Acadêmico, onde adotou-se como critério de inclusão a seleção de artigos escritos em português, espanhol ou inglês e que estivessem sido publicados nos últimos 3 anos, ou seja, a partir de 2014. Resultados: Observa-se que a aplicação desta estratégia se refere na utilização de um esfigmomanômetro ou torniquete na parte mais proximal dos membros superiores ou inferiores, empregando intensidade entre 20% a 50% do 1-RM, aplicando-se uma pressão externa de restrição variando entre 110 até 200 mmHg. Depois de selecionado o exercício, recomenda-se realizar de 4 a 6 series com repetições até atingir a falha concêntrica, sendo a pausa virando de 30 a 60 segundos entre as series. O treinamento resistido com restrição do fluxo sanguíneo pode induzir ao mesmo aumento do volume muscular quando comparado aos exercícios de alta intensidade. O Kaatsu Training é indicado para pessoas com algum tipo de lesão, podendo ter os mesmos ganhos musculares com cargas menos intensas. O treinamento com restrição do fluxo sanguíneo deve ser realizado com baixas cargas e grande numero de repetições afim de se proporcionar benefícios semelhantes ao do treinamento de força tradicional, apresentando como vantagem o menor risco de lesões, visto se trabalhar com menores níveis de intensidade.

Palavras-chave: Restrição de fluxo sanguíneo. Prescrição. Musculação.

EXERCÍCIOS FÍSICOS NA GESTAÇÃO: BENEFÍCIOS PARA O FETO

Rafaela Guilherme; Giovanna Castilho Davatz Lopes

Considera-se a atividade física como um importante preditor do estilo de vida saudável. No período gestacional a mulher passa por vários processos que modificam seu organismo. Exercícios físicos desenvolvidos durante esse período têm por características intensidade regular e moderada e incluem atividades que melhoram a capacidade cardiovascular e o sistema musculoesquelético. O exercício contribuirá para controle do ganho de peso corporal, manutenção da glicemia, redução de riscos cardiorrespiratórios, redução do inchaço, melhor adaptação à nova postura física, refletindo-se em maior habilidade para a gestante durante o trabalho diário além de reduzir a incidência de depressão pós-parto e estresse. Pesquisas recentes mostram, no entanto, que a prática beneficia também o feto. Nesse sentido, objetivou-se apresentar os benefícios da realização de exercícios físicos maternos na gestação, para a saúde fetal. Para a pesquisa realizou-se revisão de literatura com busca a artigos científicos nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico. Utilizou-se os termos exercício, gestante e feto, sendo recuperados um artigo no Scielo e 5 artigos com título relacionado no Google acadêmico, que foram utilizados no presente estudo. Resultados: O exercício auxilia na manutenção do ganho de peso materno, evitando os riscos referentes ao ganho insuficiente de peso, que se relaciona a

dificuldades no desenvolvimento fetal. Observou-se, assim, que os bebês filhos de mães que se exercitaram durante todos os trimestres da gestação tenderam a nascer com maior peso do que os filhos de mães sedentárias ou que realizaram atividade física somente ao final da gestação. O exercício foi tido assim, como fator protetor, reduzindo o baixo peso ao nascimento. O exercício físico durante a gestação traz benefícios também para a porcentagem de gordura e para a circunferência craniana fetal. O excessivo ganho de peso das gestantes, por sua vez, as expõe a diversas patologias, como hipertensão e diabetes gestacional. A hipertensão aumenta o risco de pré-eclâmpsia. Caso a mãe possua aumento da glicemia, há maiores riscos de malformações e macrosomias fetais. Assim, o exercício atua como fator de proteção, também para essas situações. Notou-se ainda a redução do tempo de trabalho de parto, redução de partos cesáreos e prematuros e menor número de aborto espontâneo nos casos em que as mães praticaram exercícios regularmente. A prática da caminhada pode auxiliar ainda no bom posicionamento e encaixe do feto. Portanto, exercícios físicos praticados pela gestante trazem benefícios para a saúde fetal por evitar o ganho insuficiente de peso materno e seus riscos para o bebê, evitar o excessivo ganho de peso materno com suas diversas patologias, auxiliando no adequado crescimento e desenvolvimento fetal além de favorecer o parto natural.

Palavras-chave: Exercício físico. Gestante. Feto.

SEDENTARISMO E LOMBALGIA

Natalia Ferreira; Ana Karolina Marusco Kaminiecki; Giovanna Castilho Davatz Lopes

A lombalgia se refere a dor na região localizada entre as últimas costelas e a linha glútea, denominada lombar. Estima-se que 50 a 80% da população irá manifestar este quadro em algum momento da vida. Dores com duração de até doze semanas são consideradas agudas, enquanto as crônicas podem ter um período de manifestação superior a seis meses. São diversos os fatores causadores de dor lombar, como excesso de peso, má postura ao sentar, deitar e execução de movimentos repetitivos. Além de desconforto e queimação, há consequente incapacidade de realizar atividades do dia a dia, de manter-se na posição ereta ou caminhar. Dos indivíduos acometidos, 30 a 60% apresentam sintomas depressivos, devido a dor ou dificuldades de execução do trabalho. Nesse sentido, objetivou-se investigar a relação entre sedentarismo e lombalgias. Para a pesquisa realizou-se revisão de literatura na base de dados Scielo. Para a busca, utilizando-se os termos Sedentarismo e Lombalgia, recuperaram-se apenas dois artigos, sendo apenas um destes relacionado ao tema. Utilizando-se os termos Dor lombar e Atividade recuperaram-se 3 artigos relacionados ao estudo. O sedentarismo é a falta de qualquer tipo de atividade física, aumentando a probabilidade manifestação de doenças. Teóricos descrevem que a inatividade causa atrofia e debilidade muscular que levam mais rapidamente a fadiga (redução da capacidade neuromuscular de geração de força), dificultando a manutenção da coluna em seu alinhamento correto e expondo as estruturas osteoarticulares a choques mecânicos. O sedentarismo traz também, a diminuição da coordenação motora para os esforços de levantamento de cargas em atividades cotidianas, trazendo maior frequência de posturas e movimentos indadequados. Quanto à flexibilidade, há maior redução da amplitude de movimento articular e consequente rigidez, que também traz maior estresse e sobrecarga aos discos intervertebrais, promovendo deformação plástica das estruturas passivas (discos, cápsulas e ligamentos) que se tornam mais sensíveis à distensão, gerando dor, como no caso das lombalgias. O manejo envolve o fortalecimento e alongamento de musculatura agonista e antagonista. Faz-se necessário, assim, a criação de políticas públicas que incentivem a prática de exercícios físicos, visando promover a qualidade de vida da população com a redução da incidência de dor lombar. Portanto, o sedentarismo gera enfraquecimento e encurtamento muscular aumentando a incidência de alterações posturais e sobrecargas, que resultam em lombalgia. Orienta-se adoção do estilo de vida

Palavras-chave: Sedentarismo. Dor Lombar. Inatividade Física.

HIDROGINÁSTICA COMO BENEFÍCIO NA TERCEIRA IDADE

Marcela Thaís Lima; Ana Beatriz Arruda Marcoantonio; Juliana Inhesta Lima Thiengo

A hidroginástica é caracterizada por exercícios físicos no meio líquido que pode trazer inúmeros benefícios, tanto no aspecto biológico quanto social dos praticantes da terceira idade. Nesta pesquisa objetiva-se identificar os efeitos e benefícios da hidroginástica na terceira idade, como uma melhora na qualidade de vida. Para sua realização utilizou-se pesquisa bibliográfica, busca de artigos científicos, manuais técnicos e textos acadêmicos disponíveis em bases de dados virtuais. Como resultado constatou-se que o envelhecimento é um processo natural, onde ocorre uma série de alterações fisiológicas, psicológicas e sociais. Está relacionado com a qualidade de vida, que é o bem estar do indivíduo tanto físico como mental. Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos até 2025. Os efeitos do envelhecimento no corpo do idoso, associados à inatividade e à má adaptabilidade física são muito sérios. Podendo acarretar quedas no desempenho físico, na habilidade motora, na capacidade de concentração, de reação e de coordenação. A prática de exercícios físicos como a hidroginástica, é fundamental para a vida de um idoso, pois melhora os níveis de capacidades físicas como: agilidade, força muscular, coordenação, percepção, esquema corporal, flexibilidade, velocidade de ação e reação e equilíbrio. A atividade física na água para o idoso reduz os níveis de depressão, ansiedade, melhora o estresse, o humor, a autoestima, além de contribuir para um estilo de vida mais saudável, melhorando a capacidade funcional e a qualidade de vida. A hidroginástica é uma atividade segura e prazerosa. Facilitando a execução dos movimentos, evitando riscos de lesões, melhora o sistema cardiorrespiratório, cardiovascular e aptidão física. Através da prática de hidroginástica os idosos garante um envelhecimento com qualidade de vida, tornando-o mais saudáveis e sociáveis. Palavras-chave: Hidroginástica. Envelhecimento. Qualidade de vida.

EFEITOS CORPORAIS OCACIONADOS NA VIDA DE UM ATLETA DESPORTIVO

Jonas Adriel Franzao de Oliveira; Pedro Luiz Pereira de Godoy Santos; Guilherme Augusto Martines

Os atletas têm como objetivo buscar o melhor desempenho no seu esporte, e conseguem esse desempenho através de treinamentos que exigem muito do indivíduo, para fins de ultrapassarem seus limites. O objetivo deste resumo é apresentar os efeitos que uma vida de esforços físicos em excesso podem causar ao corpo de um atleta. Essa pesquisa se trata de uma revisão bibliográfica, com base em artigos científicos pesquisados em sites de buscas, e retirados de revistas online. Em um artigo onde observaram histórico de lesões musculoesqueléticas em atletas de handebol do gênero feminino, foram analisados 220 indivíduos, nos 12 meses subsequentes da pesquisa obtiveram resultados de 53,60% (118), sendo os principais tipos de lesão os entorses 23,6% (37) e as tendinopatias 15,9% (25). Em um outro estudo realizado foi verificado a prevalência de lesões desportivas em praticantes de futebol, participaram 170 atletas que foram divididos em três grupos, grupo 1 (G1) integrou jovens de 11 a 14 anos, o grupo 2 (G2) possuía jogadores com 15 a 18 anos completos e o grupo 3 (G3) detinha atletas com mais de 18 anos. Foi registrado 55 lesões provenientes do esporte com 48 participantes (28,23%) relataram presença de lesões. O grupo 3 (G3) mostrou a maior prevalência dessas lesões, portando 15 atletas lesionados (51,7%), o que totalizou um índice de incidência de 0,68 lesão/atleta. No seguinte estudo os resultados obtidos mostram alterações no alinhamento corporal de jogadores de futebol profissional entre 17 e 19 anos. Os maiores desvios posturais encontrados foram assimetria das escápulas, no alinhamento horizontal da cabeça e no da pelve. Considerando as lesões, a mais comum foi no tornozelo (35%) e a segunda mais frequente, no joelho (23%). O último estudo mostrava a análise da idade de iniciação esportiva dos tenistas, os resultados indicaram que os tenistas iniciaram a prática com aproximadamente oito anos de idade, treinaram em média 427 horas e

participaram de 41 jogos oficiais ao longo da temporada. No presente estudo sofreram no máximo duas lesões. Perante todos os resultados obtidos de nossas referências, vimos que apesar de o esporte trazer uma boa qualidade de vida, todo esporte sendo levado a um nível competitivo tem suas sequelas físicas. Mesmo com acompanhamento de médicos especializados não é possível evitá-las, mas sim tentar tratá-las para não se agravarem e diminuir a frequência com que os atletas a sofrem, tomando algumas medidas preventivas como: alongamentos, equilíbrio muscular e fortalecimento muscular. Palavras-chave: Atletas. Lesões. Alto rendimento. Esporte.

PEDAGOGIA DO ESPORTE- ENSINO DOS ESPORTES COLETIVOS.

Mariane Geglio; Ana Laura Codatto; Renan Floret Turini Claro

A Pedagogia do esporte confronta os tipos de treinamento e as metodologias de ensino que são utilizadas como método global, que ensina o esporte introduzindo o aluno no jogo propriamente dito. O método analítico foca no seu treinamento desenvolver os componentes técnicos, repetitivamente até ser dominado estas técnicas. O método misto utiliza as características dos métodos analítico e global com o foco nas necessidades do grupo. Quanto ao método situacional, nele se introduz o praticante em situações de jogo que podem variar de 1x0 a 3x3. O método recreativo utiliza atividades recreativas para o ensino dos elementos técnicos e táticos. O foco da pedagogia do esporte para a introdução da prática esportiva nos jogos coletivos tem o intuito de educar o aluno através do esporte. Nesse sentido, objetiva-se relacionar a metodologia da pedagogia do esporte e das praticas dos esportes coletivos e seus métodos utilizados. Para a pesquisa utilizou-se livros disponíveis no acervo da biblioteca das FIJ e artigos científicos da Scielo e Google acadêmico usando os seguintes descritores pedagogia do esporte, esportes coletivos e métodos de treinamento. Entre as práticas da modalidade dos jogos esportivos coletivos na iniciação seria interessante a introdução de atividades lúdicas, modificações na estrutura do jogo, festivais no lugar de competições e nas aulas deverão ser propostas às interações positivas que estimulem a cooperação, coeducação, coletividade além das capacidades físicas, habilidades motoras, e estratégias entre os grupos. O método global introduz o aluno ao esporte através de algumas alterações nas regras e intervenção do professor para apontar acertos e erros e pode limitar aspectos técnicos e avaliação de desempenho. A aplicação do método analítico foca no ensino das técnicas, por meio de atividades mais simples para as mais complexas e pode limitar a criatividade do aluno em jogo. No método situacional preparar o atleta para solucionar uma situação problema, utilizando a tática, técnica, habilidades físicas e cognitivas. No método misto as aulas são realizadas entre treino das técnicas ou a introdução do jogo, até obter o nível desejado em ambos os aspectos. O método recreativo trabalha os fundamentos do esporte com brincadeiras e pode ser utilizado em equipes de alto rendimento em aquecimentos. Para treinamentos coletivos competitivos não existe somente uma metodologia certa, mas sim a mais adequada, por isso o profissional de Educação Física deverá realizar anamneses e conhecer o seu grupo e os métodos para poder utilizar de maneira correta e potencializar o aproveitamento de suas aulas. Portanto, ao compreender sobre às possibilidades do processo de ensino dos jogos esportivos coletivos tem com objetivo de desenvolver o aluno para a prática esportiva, a pedagogia do esporte introduz que além de utilizar o melhor método para cada situação, devera também desenvolver nas aulas além dos aspectos técnicos e táticos, os aspectos sócio educativa pelo método recreativo, promovendo um conhecimento pelo esporte e sobre o esporte.

Palavras-chave: Pedagogia do esporte. Esportes Coletivos. Metodologias de ensino.

BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO FÍSICO AERÓBIO PARA IDOSOS PORTADORES DIABETES MELLITUS TIPO 2

Leonardo Oliveira Martins; Matheus Peruzzo Martins; Paula Grippa Sant Ana

O Diabetes Mellitus do Tipo 2 (DM2) é uma das doenças crônicas de maior prevalência na população idosa, quanto mais a população envelhece maior a proporção de indivíduos com DM2, conseqüentemente suas complicações se expandem. O exercício físico aeróbio contribui no tratamento e reabilitação de diversas disfunções crônico-degenerativas, dentre elas o DM2. Os benefícios da prática regular de exercícios físicos são inúmeros, e são recomendados para os diabéticos, atuando na melhoria do controle metabólico e redução da necessidade de hipoglicemiantes. Além disso, contribui para a diminuição da obesidade, os riscos de doenças cardiovasculares, promovendo melhora da saúde e qualidade de vida dos idosos. O exercício físico aeróbio é considerado um dos pilares no tratamento não farmacológico de idosos com DM2. Nesse sentido, objetivou-se mostrar os benefícios do exercício físico aeróbio para idosos portados de DM2. Para desenvolver o estudo foram utilizadas revisões bibliográficas publicadas a partir de 2000. Idosos com DM2 geralmente apresentam obesidade e sedentarismo, o que contribui para o desenvolvimento de intolerância à glicose. O exercício físico é uma medida não farmacológica que age de maneira benéfica no tratamento do DM2, desde que não haja contraindicações médicas. Sugerem-se exercícios regulares de baixa intensidade que pode retardar o início de DM2 e atuar a evolução do DM2, tanto diretamente, melhorando a sensibilidade à insulina, quanto indiretamente, reduzindo o percentual de gordura corporal. Pode-se concluir que os exercícios aeróbios são recomendados para portadores de DM2, pois promovem benefícios como, redução na gordura corporal e conseqüentemente contribui para a diminuição da obesidade, diminui o risco de doenças cardiovasculares, além de minimizar a resistência à insulina.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus Tipo 2. Idosos. Exercício aeróbio.

EFEITOS DA ALTA INGESTÃO DIÁRIA DE PROTEÍNAS NA SAÚDE RENAL

Wagner Guilherme Lopes; Giovanna Castilho Davatz Lopes

Uma boa alimentação é a base para uma vida saudável, auxiliando na manutenção do peso. Elevação da ingesta proteica tem sido utilizada para tratamento da obesidade, auxiliando no aumento do gasto calórico e na conseqüente perda de gordura. Contudo, tanto a população de uma forma geral, como profissionais da área da saúde possuem dúvida se dietas hiperproteicas podem ou não colocar em risco a saúde renal. Buscas em fontes confiáveis podem auxiliar a trazer a resposta para essa pergunta. Nesse sentido, objetivou-se investigar se há relação entre dieta hiperproteica e lesões renais. Para a pesquisa realizou-se revisão de literatura, com busca online a material científico. Utilizando-se os termos dieta hipertroteica e rim/renal, recuperaram-se 5 artigos, 1 tese, 1 dissertação e 1 cartilha do ministério da saúde para análise. De acordo com a literatura, em pessoas que não possuem problemas renais, a dieta hiperproteica pode causar alterações no rim, devido ao aumento da taxa de filtração glomerular. Como o valor diário recomendado de proteína está entre 0,8 a 1,8 gramas por kg corporal ao dia ou 25% da dieta total, o aumento dessa quantidade pode estar associado a proteinúria e causar dano glomerular, piorando com o uso excessivo de suplemento proteico. O aumento do consumo de proteínas também leva a desidratação, que pode prejudicar os rins. Um estudo com 1524 pacientes com Doença Renal comparou os efeitos das dietas hipoproteicas e hiperproteicas, sendo que a dieta hipoproteica reduziu em 31% na ocorrência de mortes. Em pacientes com Doenças Renais Crônicas, o uso da dieta hiperproteica tende a piorar a função renal. Pesquisadores dizem que quando observado risco de dano renal, a substituição da proteína animal pela vegetal torna mais lento o avanço da doença. Sobre o uso da suplementação com creatina, há grandes discussões sobre sua relação com danos renais. Alguns estudos feitos comparando pessoas com lesão e sem lesão renal apontaram que o uso de creatina na forma de suplementação não teve relevância como causa de dano ao sistema renal. Há ressalvas sobre seu uso, no entanto, pois nos estudos realizados não há provas convincentes sobre os efeitos da creatina para esse sistema. Assim, analisando-se comparativamente os autores pesquisados, observa-se maior relação da lesão renal com a quantidade de proteína ingerida do que com o tipo de proteína, como creatina, por exemplo. O uso das quantidades recomendadas por

nutricionistas é a melhor forma de prevenção na dieta. De acordo com as informações adquiridas, o consumo excessivo de proteínas tem efeitos degenerativos ao sistema renal em longo prazo, tanto em pessoas com doença renal, como em indivíduos saudáveis. Seu uso nas quantidades corretas é melhor forma de prevenção. Em pacientes com doença renal, o uso de dieta hipoproteica ou a substituição de proteínas animais por vegetais, têm se mostrado benéfico.

Palavras-chave: Rim. Nefropatias. Aminoácidos, peptídeos e proteínas.

EFEITOS DOS EXERCÍCIOS FÍSICOS EM INDIVÍDUOS COM ANORMALIDADES NA COLUNA VERTEBRAL

Ingrid de Tilio Juares; Katia Regina De Moraes Oliveira; Ana Laura Moreira; Ademir Testa Junior

Estima-se que entre 50% e 70% dos indivíduos apresentam ao menos um episódio de anormalidades na coluna vertebral durante a vida. Por isso estudar a reação entre a prática do exercício físico e as anormalidades é de extrema relevância no meio acadêmico. Nesse sentido, objetiva-se identificar os efeitos dos exercícios físicos em indivíduos com anormalidades na coluna vertebral. O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, que consiste no confronto entre teorias já publicadas e encontradas nas bases de dados, scielo, pubmed. Foram usados os descritores: cervicalgia; exercício; tratamento; lombalgia; dores na coluna. Aproximadamente 20% da população relatam dores crônicas na coluna, sendo que os fatores prevalentes relatados foram: aumento de idade, histórico de tabagismo, relato de atividade pesada no trabalho, incluindo atividades domésticas, sobrepeso, obesidade, este percentual só aumenta quando há histórico de diabetes e colesterol. O exercício resistido pode ser usado em indivíduos com hérnia de disco para fortalecimento da musculatura e desenvolvimento físico. O ângulo crânio vertebral em indivíduos com dor cervical foi significativamente menor do que em assintomáticos, apresentando correlação moderada com a incapacidade do pescoço e a dor. Apesar de queixas de dores na cervical, o desconforto vocal não tem ligação com a cervicalgia. A dor crônica afeta 30% da população feminina, sendo predominantes as lombalgias. A cervicalgia em adolescentes tem relação direta e indireta com o uso de aparelhos eletrônicos. Há uma prevalência de trabalhadores com doenças da coluna vertebral com faixa etária entre 41 e 50 anos de idade, englobando atividades de trabalho que exigem muito esforço físico, houve maior prevalência de queixas na lombar. a partir dos resultados encontrados, observa-se a prevalência de atividades escolióticas, indicando assim o acompanhamento postural em crianças o quanto antes, para monitorar o crescimento e a evolução de sinais precoces de escoliose e desenvolver hábitos posturais. Portanto, as causas associadas às anormalidades da coluna são: estresse, má alimentação, tabagismo, má postura, quedas, aumento da idade, consumo elevado de sal, atividades pesadas, sobrepeso, obesidade, hipertensão e colesterol. A prática de exercícios físicos de forma adequada e com um correto acompanhamento, tem importância no desenvolvimento físico, evitando e livrando de dores, porém se a seleção, volume e intensidade não forem prescritos adequadamente há riscos de lesões. Para tanto se faz necessário usar métodos adaptados que venham a beneficiar e estimular o praticante.

Palavras-chave: Exercícios físicos. Anormalidades. Coluna vertebral.

LESÕES E A PRÁTICA DE EXERCÍCIOS RESISTIDOS

Patrícia Soares dos Santos; Giovano Aparecido de Oliveira; Renan Floret Turini Claro

Em salas de musculação os exercícios são realizados em forma de calistenia e de movimentos no qual utiliza uma sobrecarga externa. Nesse sentido, não são comuns lesões, porém podem ocorrer esporadicamente. Desta forma as orientações de profissionais em relação ao ritmo, alteração da

intensidade e repetições, podem ajudar o praticante a manter uma rotina saudável de treinamento. Nesse sentido, objetivou-se entender as causas das lesões em praticantes de exercícios na musculação e qual a melhor forma de prevenir esse quadro que acomete inúmeros alunos. Esta pesquisa é uma revisão bibliográfica, e os descritores para busca dos artigos no Google Acadêmico e Scielo foram "lesões", "exercícios resistidos" e "musculação". Assim, verificamos através dos dados apresentados por lesões acometidas pela sobrecarga na prática da musculação, que mais da metade dos entrevistados apresentaram algum tipo de lesão em ambos os sexos, sendo que o maior índice de praticantes entrevistados foi do sexo masculino. Os locais anatômicos lesionados foram: Ombro (35%), Joelho (30%), Membros Superiores (15%) e regiões como Cervical, Tórax, Coxa anterior e Panturrilha (20%). Em relação á outros dados de pesquisa, os maiores índices de lesões foram: Ombro (28%), Coluna Lombar e Músculos Dorsais Superiores (13%), Joelho e Cotovelo (11%) e Músculos Peitorais (7%). 36% dos praticantes lesionados abandonaram o treinamento devido ás lesões resultando o afastamento de uma semana á vários meses da atividade. 22% tiveram que fazer treinamento para se recuperar e 42% usaram algum tipo de suplemento para melhora no seu resultado. Portanto, as causas da lesão são as sobrecargas e execuções de movimentos incorretos, causando lesões em locais anatômicos, como: ombro, joelho, membros superiores e regiões como cervical, tórax, coxa anterior e panturrilha. A orientação de profissional colabora com o resultado desejado, pois a orientação podera reduzir a incidência do aluno em cometer erros causando lesões e seu afastamento na prática de musculação.

Palavras-chave: Lesões. Exercícios resistidos. Musculação.

INFLUÊNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA NA MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS COM DEMÊNCIA DE ALZHEIMER

Mariana de Campos Soriani; Beatriz Ferreira Alves; Bruno Rafael de Oliveira; Guilherme Augusto Martines

Segundo dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população com mais de 60 anos atingia 19,6 milhões de pessoas no Brasil em 2010. Projeta-se que em 2050, este número tende a triplicar, alcançando valores superiores a 66 milhões de idosos, contudo há uma estimativa de que 5% dos idosos apresentam a Demência de Alzheimer (D. A.). Diante disso, objetiva-se analisar a influência da atividade física na melhora da qualidade vida em portadores da D. A. Metodologicamente foi realizado um levantamento bibliográfico com busca de artigos nas principais bases de dados online e gratuitas, utilizando como descritores: Doença de Alzheimer, Atividade Física e Benefícios. Nesses materiais foi possível compreender que pacientes com D. A. apresentam um risco três vezes maior de cair em relação a idosos saudáveis devido o comprometimento do lobo frontal, o qual ocasiona declínio das funções cognitivas. A D.A. é uma doença progressiva e que não há cura definitiva, porém a atividade física é altamente recomendável em ser prescrita, visto retardar os efeitos da mesma. Dentre todas as informações obtidas nos artigos levantados, notou-se que não há tipos de exercícios específicos para portadores da D. A. e, portanto, há a necessidade em se testar os efeitos de cada exercício em cada sujeito. Apesar disso, observou-se que programas que envolvem estímulo tanto motor, recrutando as capacidades de flexibilidade, equilíbrio e resistência aeróbia, quanto cognitivos durante 60 minutos, 2 a 3 vezes por semana, por um período total entre 10 a 12 semanas parece propiciar resultados satisfatórios nesta população. Conclui-se que não há exercícios específicos ou uma sequência lógica a ser adotada em portadores de D. A, porém observa-se que a prescrição de estímulos tanto motores quanto cognitivos seja o mais recomendável, visto propiciar a neurogênese, ou seja, a formação de novos neurônios, e assim, retardar a progressão da patologia.

Palavras-chave: Doença de Alzheimer. Atividade física. Benefícios.

APTIDÃO FÍSICA E PERCENTUAL DE GORDURA EM JOVENS DE 11 A 15 ANOS

PRATICANTES DE FUTEBOL NAS CATEGORIAS DE BASE DO ESPORTE CLUBE XV DE NOVEMBRO DE JAÚ

Allan Gomes Barbosa; Rafael Américo de Oliveira Rubio; Ademir Testa Junior

O nível de aptidão física está intimamente ligado à prática esportiva. A reprodução do treinamento de futebol profissional em jovens praticantes da modalidade é cada vez mais comum nas escolas de esportes e, principalmente, nas categorias de base de clubes esportivos. Diante disso, objetiva-se descrever o nível de aptidão física e o percentual de gordura em jovens praticantes de futebol das categorias de base do Esporte Clube XV de Novembro de Jaú. O estudo foi aprovado em Comitê de Ética sob o CAAE: 57279816.2.3001.5507. Participaram do estudo 63 indivíduos do sexo masculino com idade entre 11 e 15 anos de idade, praticantes de futebol no E. C. XV de Jaú. Foram aplicados os testes da PROESP-BR: sentar e alcançar, salto horizontal, arremesso de medicineball, teste do quadrado, teste de 20 metros e teste sit up de 1 minuto. Para avaliação do percentual de gordura foi utilizado o protocolo de Slaughter de 2 dobras cutâneas. Os dados foram analisados através de estatística descritiva. Como resultado constatou-se que as médias referentes às capacidades físicas de força em membros inferiores ($175,79 \pm 29,28$), velocidade ($3,47 \pm 0,34$), a força abdominal ($42,01 \pm 8,83$), a resistência ($1357,4 \pm 208,41$) e o percentual de gordura ($16,81 \pm 6,29$), do grupo de participantes, foram consideradas de nível satisfatório. As demais variáveis avaliadas apresentaram-se fora da zona saudável, fraco ou razoável. A maioria dos participantes teve: o nível de flexibilidade classificado como fora da zona saudável (74%), o nível de força em membros inferiores classificados como muito bom (34,69%) e excelente (44,9%), o nível de força em membros superiores classificados como fraco (71,43%), o nível de agilidade como fraco (33,33%), razoável (24,56%) e bom (29,82%), o nível de velocidade como excelente (53,45%), o nível de força abdominal como fora da zona saudável (51,85%), o nível de resistência como excelente (53%), e o nível do percentual de gordura como adequado (52%). Entre as capacidades físicas avaliadas, as que mais apresentaram homogeneidade entre os participantes foram: flexibilidade, agilidade, velocidade e resistência muscular localizada. Portanto, conclui-se que as capacidades físicas dos participantes, apesar de serem praticantes de futebol, apresentam predominância dos níveis baixos de classificação. O estudo sugere que, para o grupo avaliado, há necessidade de se desenvolver um programa de exercícios para elevar o nível de aptidão física do grupo, favorecendo a prática do esporte. Palavras-chave: Futebol. Aptidão Física. Percentual de gordura.

INCIDÊNCIA DE LESÕES LIGAMENTARES EM FUTEBOLISTAS (LCA).

Caio Alves Dias; Marcelo Ricardo Marineli; Guilherme Augusto Martines

O futebol é um esporte muito conhecido por ser bastante competitivo e emocionante também, consequentemente de nível muito elevado e de grande intensidade pelos atletas, por isso ocorrem muitas lesões sendo a principal delas a do ligamento cruzado anterior (LCA), com um prazo um pouco extenso de recuperação e podendo deixar o atleta fora de competições, e em alguns dos casos é necessário fazer cirurgia. Diante disso, objetiva-se analisar a frequência de lesões de ligamentos cruzado anterior (LCA) em jogadores de futebol. Através de uma pesquisa qualitativa foi realizado uma revisão de literatura em cima de artigos científicos onde foram encontrados os artigos no site scielo e as palavras chaves utilizadas foram: Futebol. LCA. Lesões. Ligamentos. Nesse sentido, foram analisados diversos artigos relacionados ao ligamento cruzado anterior e futebolistas, a incidência deste tipo de lesão é muito alta e de todos os jogadores que se lesionaram cerca de 75% sofreram a ruptura do ligamento cruzado anterior, neste caso a maioria delas ocorreram sem contato, com o jogador sozinho proporcionando uma força extrema no joelho fazendo ele rodar para dentro ou para fora e consequentemente rompendo o ligamento cruzado anterior. Outra maneira de isto acontecer é através de contato, momento em que o jogador recebe um toque na perna de apoio e o joelho roda para dentro causando uma força extrema sobre ele e assim também rompendo o ligamento cruzado

anterior. Conclui-se que a incidência de lesão do ligamento cruzado anterior (LCA) em futebolistas é muito alta, ou seja, ela se sobressai em relação as outras lesões e também é considerada o tipo de lesão mais comum ocorrente em atletas praticantes de futebol.

Palavras-chave: Futebol. LCA. Lesões. Ligamentos.

A SUPLEMENTAÇÃO BASEADA EM BICARBONATO DE SÓDIO (NAHCO₃) E SUA INFLUÊNCIA NO DESEMPENHO ATLÉTICO

Vitor Orselli; Lucas Minetto Lyra; Guilherme Augusto Martines

102

O bicarbonato de sódio (NaHCO₃) é uma substância que já existe naturalmente no corpo humano e exerce uma função essencial no equilíbrio ácido-base no organismo do indivíduo; tendo em vista tal relevância da substância aqui tratada, se torna necessário refletir sobre o atual conceito que se tem sobre a suplementação e expandir os horizontes quando falamos sobre o bicarbonato de sódio, pois ele é uma substância que apesar de permanecer alvo de diversas controvérsias científicas ainda é utilizada no tratamento de problemas na acidose metabólica patológica de pacientes em estado grave em unidades de tratamento intensivo. Considerando as reações fisiológicas de diferentes estímulos em exercícios físicos, a suplementação de bicarbonato de sódio se torna algo considerável quando falamos de desempenho atlético. A presente revisão tem como objetivo concatenar evidências apresentadas pelos autores relativas ao uso ergogênico de bicarbonato de sódio, não é objetivo deste trabalho prescrever qualquer tipo de protocolo de suplementação e sim analisar de forma sistemática os resultados obtidos através das pesquisas realizadas por diferentes autores, sejam eles artigos experimentais, revisões bibliográficas ou meta-análise; também é o objetivo deste trabalho difundir as informações coletas de maneira clara e objetiva. Nesse cenário, o artigo aqui presente se fez através de uma revisão bibliográfica em diversos artigos nacionais e estrangeiros relativos ao uso ergogênico, suplementação e ingestão de NaHCO₃ em diferentes situações, foram analisados artigos que correlacionam tal fator com o equilíbrio ácido-base, capacidades energéticas e desempenho atlético. Estudos em que o bicarbonato foi utilizado em conjunto com a cafeína foram desconsiderados. Considerando testes realizados com judocas, nadadores, corredores, ciclistas e exercícios intermitentes de alta intensidade, foram observados resultados semelhantes em estudos que realizaram protocolos semelhantes (e dos que não, ao menos indicativos de correlação), tais como o aumento na função de tamponamento dos íons de H reduzindo o desequilíbrio no PH e o aumento na quantidade de produção de lactato, o que pode indicar uma utilização prolongada da via energética glicolítica. Um consenso parece surgir através das evidências da maioria tanto para os pontos positivos quanto para os negativos da suplementação com NaHCO₃. As doses que mais surtiram efeito foram as que variavam entre 0,2g e 0,4g/Kg corporal num curto prazo antes do exercício, bem como a ingestão feita através de cápsulas. Dosagens maiores, em períodos variados e através de outros métodos de ingestão estão associadas à complicações gastrointestinais e queda nos resultados. O efeito direto no rendimento esportivo ainda está sujeito a variações determinadas pela técnica do atleta e fatores psicológicos portanto não é totalmente conclusivo por si só, contudo todos os indicadores levam a crer que se ministrada seguindo um protocolo correto, para as provas em que se utiliza prioritariamente a via energética associada aos resultados positivos, a suplementação de NaHCO₃ pode sim se tornar um fator determinante quando falamos de desempenho atlético.

Palavras-chave: Bicarbonato de sódio. Equilíbrio ácido-base. Suplementação.

INFLUÊNCIA DO EPOC NO PROCESSO DE EMAGRECIMENTO

Mateus Henrique Franchin Vendrami; Larissa dos Santos de Oliveira; Guilherme Augusto Martines

O exercício resistido tem sido utilizado, frequentemente, em programas de emagrecimento. Ao contrário dos esforços aeróbios, o ECR (exercício contra-resistência) é capaz de causar maiores níveis

de EPOC (consumo excessivo de oxigênio após exercício), devido ao grande estresse metabólico proveniente da alta intensidade. Desta forma, o dispêndio energético será maior no retorno à condição de homeostase. Nesse sentido, objetivou-se analisar a influência do EPOC na perda de gordura corporal. O presente estudo configura-se como uma revisão bibliográfica de artigos científicos presentes na base de dados do Google Acadêmico, onde foram utilizados os seguintes descritores: EPOC, emagrecimento, exercício resistido, dispêndio energético e débito de oxigênio. Foram selecionados apenas artigos que abordassem o tema e escritos nas línguas portuguesa, inglesa ou espanhola. Uma série de estudos vem demonstrando a importância da intensidade e duração do esforço sobre a magnitude e duração do EPOC. Estes sugerem que exercícios de força realizados em altas intensidades (acima de 70% de 1RM) apresentam maiores níveis de EPOC. O estresse fisiológico é evidente na maior magnitude do EPOC (nos primeiros 20 minutos após o exercício) numa sessão de TF (treinamento de força) de alta intensidade, uma vez que esta é capaz de provocar maiores magnitudes de frequência cardíaca (FC), concentração de lactato e sensação subjetiva de esforço (SSE). Os exercícios com menores intensidades apresentam, com predominância, a utilização de gordura como substrato, porém, apesar de a lipólise ser estimulada fortemente durante o exercício de baixa intensidade, a quantidade total de energia derivada da gordura durante a realização de exercícios de alta intensidade pode ser a mesma, ou até maior, do que a utilizada em estímulos físicos menos intensos. Pesquisas verificaram magnitude de 19% de elevação na TMR (taxa metabólica de repouso) em até 39 horas após o exercício e a presença de EPOC por até 72 horas depois de um esforço físico intenso. Conclui-se que o exercício físico pode contribuir em programas de emagrecimento, não apenas por aumentar o gasto energético durante a atividade, mas também por elevar o gasto energético durante a fase de recuperação. Deste modo, a intensidade, a duração, o tempo e o conteúdo das refeições pós-exercício manipulados parecem interferir na magnitude do EPOC e da TMR, onde uma combinação ótima de tais variáveis poderia refinar programas tradicionais de exercício para o emagrecimento.

Palavras-chave: EPOC. Emagrecimento. Exercício resistido. TMR.

FATORES QUE INFLUENCIAM A ADERÊNCIA DE ADULTOS À PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA

Luan Felipe Frederico; Camila Gabriele dos Santos Dourado; Ademir Testa Junior

Embora a mídia fale sobre o culto ao corpo, e sobre a condição física para a saúde, isso não garante à aderência à prática de atividade física. A busca pela saúde aumentou também as buscas pelas atividades físicas, mas à mesma não garantiu à aderência. A desculpa usada para não se praticar é a falta de tempo. Nesse sentido, objetivou-se identificar os fatores que influenciam, e as barreiras que impedem à aderência à prática de atividade física. O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica; com artigos encontrados na base de dados do scielo, utilizando os descritores: Aderência; Prática de atividades físicas. Uma pesquisa feita com dois grupos apontou que para ambos os grupos os fatores que se mostraram como principais na aderência à prática foram: o grupo (43%), em segundo o condicionamento físico (38%), e em terceiro à saúde (33%). Em relação a idade no grupo 1, indivíduos de 36-40 anos, apresentaram à saúde (62%), como o fator de aderência, de 41-45 anos, apresentaram a forma física/estética (42%), 46-50 anos, apresentaram o grupo (43%), e de 51-55 anos, apresentaram o condicionamento físico (62%). No grupo 2, independentemente da idade o fator apresentado para a aderência foi o grupo (63%). Outra pesquisa feita com 30 indivíduos apontou os motivos de adesão à prática, que são: orientação médica (34%), estética/outros (11%), e lazer/qualidade de vida (44%). As barreiras que impedem à prática são: falta de tempo (30%) e variação climática (23%). Em relação a idade dos 41-45 anos a forma física e estética (42%), foi o maior fator relatado, dos 46-50 anos o grupo (43%), dos 51-55 o condicionamento físico (62%). Outra pesquisa feita com 50 indivíduos que praticam atividades físicas, apontou que, os motivos de adesão à prática foram: a estética corporal (33%), qualidade de vida (20%), melhoria da autoestima (10%), estímulo de outros (33%). As barreiras encontradas foram: falta de tempo (43%) e a alta mensalidade

(23%). Conscientizar as pessoas sobre os benefícios da prática de atividade física auxilia no processo de aderência à prática. Mas é provável que esse conhecimento não ajude na adoção de um estilo de vida ativo. As pessoas buscam mais o padrão estético do que a saúde, isso dificulta o trabalho dos profissionais, porque quando o indivíduo não chega em seu objetivo ele tem a sensação de fracasso e desiste. Portanto, os fatores de aderência à atividade física mais apontados foram: grupo, condicionamento físico, estética e lazer/qualidade de vida. Quanto as barreiras, a falta de tempo foi o fator mais apontado para justificar a não aderência à prática de atividades físicas. Junto com a falta de tempo, a busca por atividades físicas atraentes, a variação climática e a mensalidade alta são aspectos apontados como limitadores da aderência à atividade física.

Palavras-chave: Prática de atividade física. Aderência à atividade física. Estilo de vida ativo.

A INFLUÊNCIA DA HIDROGINÁSTICA NO EQUILÍBRIO POSTURAL EM IDOSOS.

Ana Flávia Souza Silva; Juliana Inhesta Limao Thiengo

Durante o processo de envelhecimento, ocorrem mudanças fisiológicas gradativamente na vida dos seres humanos. Modificações essas que influenciam na composição física, psíquica e motora como o desequilíbrio postural, falta de resistência muscular, perda da flexibilidade, força entre outros acarretando limitações e proporcionando mudanças no estilo de vida. O sedentarismo é um outro fator do agravamento relacionado a saúde dos idosos. Com a prática de atividade física, há uma melhora significativa e conseqüentemente permitindo melhor qualidade de vida. A hidroginástica é uma das práticas mais indicadas para idosos, devido aos princípios físicos da água que permite realizar movimentos que fora da água seria mais difícil ou impossível de realizar. Esse estudo tem como objetivo destacar as influências benéficas da prática diária da hidroginástica na vida dos idosos em relação ao equilíbrio postural. Foi realizado uma pesquisa qualitativa através de revisão de literatura utilizando a base de dados Scielo e Google Acadêmico, utilizando os seguintes descritores: hidroginástica, equilíbrio postural e idosos. Diante disso, verificou-se que a hidroginástica promove a manutenção do equilíbrio postural dentro da água refletindo aos idosos em relação ao solo. Entre os benefícios, estão a melhora no equilíbrio postural, as capacidades físicas em membros inferiores, tais como a coordenação, agilidade, força, condicionamento físico e muscular, melhora no desempenho motor, flexibilidade, resistência, fortalecimento e redução de impactos nas articulações e equilíbrio. Proporcionando uma mobilidade nas articulações, melhora na capacidade de ampliação. Além disso, reduz o risco de lesões e quedas, previne e serve para o tratamento de doenças. Conclui-se que a hidroginástica tem uma influência muito significativa no equilíbrio postural em idosos acarretando inúmeras transformações benéficas, melhora na qualidade de vida e bem-estar relacionado ao envelhecimento.

Palavras-chave: Hidroginástica. Equilíbrio Postural. Idosos.

RISCO DE PERDA AUDITIVA EM PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EXPOSTOS A MÚSICA AMPLIFICADA

Victor Heubel Carreteiro Camargo; Lucas Luciani; Giovanna Castilho Davatz Lopes

O efeito causado pela pressão sonora não depende apenas das características do som (intensidade, frequência e duração), mas também de fatores individuais. A exposição a pressão sonora em níveis elevados pode ocasionar prejuízos à audição. A NBR 10152 da ABNT, estipula a quantidade de ruído permitida para conforto acústico, determinando como valores aceitáveis intensidades até 65 dB. Enquanto isso, a NR 15 relaciona os níveis de ruído com o tempo de permanência no ambiente, sendo que estar em ambiente com intensidade superior a 85 dB por mais de 8 horas, gera risco de perda auditiva. Diante disso, objetiva-se apresentar o risco de perda auditiva em Educadores Físicos

expostos a música amplificada em seu ambiente de trabalho. Neste trabalho realizou-se revisão de literatura, com buscas online a artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, teses, dissertações e textos da ABNT e NR15. Foram encontrados, ao todo, dez referências para análise. Como resultados constatou-se que aulas de academia têm exercícios ritmados e dinâmicos, executados em sua maioria com acompanhamento musical, que aumenta a motivação dos alunos. Ocorre que muitas vezes a música é colocada com intensidade sonora elevada, o que se soma ao ruído dos equipamentos. As referências pesquisadas indicam intensidade de ruídos de 74,9 dB em ambientes utilizados para a prática de natação, 77,9 dB em aulas de hidroginástica e 79,2 dB em salas de musculação. Aulas de ginástica registram 73,9 a 94,2 dB enquanto que as de ciclismo indoor variam de 74,4 dB a 101,6 dB. Há citação em um dos estudos de que 26,7% dos Educadores Físicos possuem queixas de audição. Outro estudo afirma que em avaliação audiológica, houve diagnóstico de perda auditiva sensorioneural em 15%. Além de perda de audição, há relatos na literatura de que sons com intensidade acima do recomendado para conforto acústico, 65 dB, geram estresse agudo que resulta em aumento da secreção de adrenalina e consequentes aumento de pressão arterial, aceleração da respiração e cefaléias. O uso de protetor auricular, após treinamento para correta inserção, pode reduzir os riscos. Conclui-se que os níveis de pressão sonora durante as aulas podem se tornar um sério problema de saúde, tendo em vista que os professores estão expostos por várias horas sem qualquer proteção. Há necessidade de maior fiscalização e realização de trabalhos que visem a promoção de saúde para este público.

Palavras-chave: Ruído Ocupacional. Perda Auditiva Provocada por Ruído. Academias de Ginástica.

PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS E ENVELHECIMENTO

Bianca Dadalto; Simone Cristina Januario; Ademir Testa Junior

O envelhecimento é caracterizado pelo decréscimo da capacidade motora, redução da força, flexibilidade, velocidade e dos níveis de $VO_2\max$, que comprometem a qualidade de vida e independência dos idosos. Esse declínio, leva ao desgaste natural do seu corpo impedindo-o de realizar tarefas cotidianas que contribuem para manter sua funcionalidade. Diante disso, objetiva-se identificar os efeitos positivos da relação entre a prática de exercícios físicos e o envelhecimento. É um estudo baseado em revisão bibliográfica, onde, para a busca dos artigos, foram usados os seguintes descritores: exercício físico e envelhecimento, atividade física na terceira idade. Diante disso, verificou-se que sem níveis adequados de aptidão física e capacidade funcional, os idosos estão mais propícios a quedas e fraturas por falta de equilíbrio devido a perda óssea e muscular. Além disso aumenta a probabilidade de sobrepeso por falta de atividades físicas, ocorre a calcificação das articulações da costela, dificultando assim o movimento torácico, ocorre também a dilatação dos alvéolos pulmonares que contribuem para a deficiência respiratória, aumento da rigidez dos tecidos, cartilagens e tendões, aumento do colágeno que enrijece os tecidos da válvula cardíaca, entre outras deficiências. Somente 30% das características do envelhecimento têm bases na genética; o restante (70%) não, são consequências do estilo de vida das pessoas. Uma rotina de exercícios físicos para pessoas idosas pode promover resultados quase que imediatos, pois são visíveis em curto prazo. A resposta das atividades físicas em idosos são comparadas a de jovens adultos, pois apresentam grande capacidade de se adaptar. Os maiores benefícios estão em reduzir aspectos psicológicos como depressão, stress, sentimento de incapacidade pessoal, promover a redução da gordura corporal, devido ao aumento de gasto calórico, redução dos níveis de triglicérides, aumento de HDL, diminuição de hipertensão arterial, maior mobilidade, flexibilidade. Como não existem medicamentos para evitar o envelhecimento, assume o exercício físico um papel preponderante. A prática de atividades auxilia à menor tendência às arritmias, interação social quando praticada em grupos onde haja, descontração, prazer e estímulo. A redução dos sintomas de osteoporose e artrite, aumento de força muscular, resulta na diminuição de quedas e fraturas, a perda mineral óssea, aumenta a sensibilidade das células à insulina. Conclui-se que a prática de exercícios físicos deve ser

desenvolvida de acordo com as necessidades e capacidades individuais do idoso, com frequência, intensidade e duração adequadas dos exercícios. A medida que o sujeito envelhece e pratica exercícios, há promoção da autonomia e, conseqüentemente, da qualidade de vida
Palavras-chave: Exercícios físicos. Envelhecimento. Atividade física na terceira idade.

A RECREAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Gean Carlos Zaratim Beato; Davi Gaiato de Oliveira Fusinato; Julia Lelis Vieira

106

A literatura tem mostrado que as atividades de recreação são vivências que podem contribuir para o desenvolvimento infantil. A Recreação é uma ferramenta do lazer que pode ser utilizada para diversão, passa-tempo, prazer e desenvolvimento neuropsicomotor. Este estudo visa compreender a importância da Recreação no período da infância. Foi pesquisado durante os dias 25 a 28 do mês de Setembro de 2017 o uso do termo recreação infantil na literatura na base de dados Bireme. Utilizou-se da palavra-chave recreação infantil, e encontrou-se 342 artigos. Com o intuito de focar na recreação infantil foi utilizado o sistema de filtros da plataforma Bireme, sendo estes: recreação, desenvolvimento infantil e jogos e brincadeiras, resultando em 66 títulos. Após a leitura dos resumos, apenas quatro foi selecionados para a leitura na íntegra. Como critério de inclusão para revisão bibliográfica foi aceito artigos escritos apenas na língua portuguesa. Nesse sentido, foi observada uma melhora na brincadeira social e com isso houve a diminuição da brincadeira solitária; houve também uma redução na interatividade negativa com os adultos. As atividades lúdicas em grupos, tanto crianças quanto adultos, tiveram momentos onde puderam se expressar, imaginar, fantasiar e poder expressar seus sentimentos nas atividades, ajudando nas suas mudanças de hábitos no dia a dia. Este estudo concluiu que a recreação pode ser uma estratégia que contribua para o desenvolvimento infantil e para as habilidades cognitivas globais, linguagem, interação, comunicação e expressão corporal. Além do desenvolvimento psicobiológico houve também o desenvolvimento social da criança nas atividades recreativas.

Palavras-chave: Recreação Infantil. Recreação. Desenvolvimento Infantil. Jogos e Brincadeiras.

MÉTODOS DE ENSINO DOS ESPORTES COLETIVOS E A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE ESPORTE: UM ESTUDO SOBRE O FUTEBOL

Gabriela Fernanda Dornelles; Iara Pedraci Pereira; Ademir Testa Junior

O método de ensino usado pelo professor é de suma importância para o desenvolvimento da iniciação dos esportes coletivos. Logo o profissional deve encontrar ações pedagógicas através de práticas alternativas para produzir conhecimentos do esporte. Diante disso, objetiva-se compreender e relacionar as características dos métodos utilizados nas escolas de esportes coletivos e a construção de conceitos relativos ao esporte por parte dos alunos. Este estudo trata-se de uma pesquisa direta, de campo e descritiva, com abordagem hipotético-dedutiva, com análise de corte qualitativo e quantitativa. A coleta de dados foi realizada com a observação de cinco aulas, seguindo os critérios estabelecidos na planilha de observação. Após a observação foi entregue ao professor um questionário para identificar seu conhecimento sobre a metodologia utilizada, em seguida foi entregue outro questionário aos alunos que visava estabelecer o conhecimento relacionado ao conceito de esporte e a preferência entre participar ou vencer. Assim, pode-se observar que, independentemente do método utilizado a percepção conceitual do aluno relacionada ao esporte esteve relacionada à saúde e ao prazer. Logo o percentual de alunos que decidiram participar ao invés de vencer foi predominante nas turmas onde foram utilizados os aspectos do método global como metodologia de ensino, e a turma caracterizada apenas pelos aspectos analíticos, tem a predominância em vencer. A competitividade esportiva pode gerar algum benefício voltado ao ponto de vista educacional e de socialização, já que esse aspecto proporciona experiências de trabalho em equipe, colocando a criança em situações de perder e ganhar. Mas as exigências exageradas durante os treinamentos em que as crianças são

submetidas, em busca da vitória a qualquer custo, em seleções esportivas e disputas por títulos importantes para a instituição, podem expor essas crianças a tensões extremamente altas, levando-as até mesmo à depressão e ansiedade. Porém, os aspectos técnicos, táticos, históricos e culturais do esporte no contexto onde ele se encontra, não podem ser descontextualizados, como se fossem partes que somadas, compõem o jogo em si. Além da metodologia, fatores externos também acabam por influenciar na construção da percepção do aluno em relação ao esporte, a qual esses fatores não foram abordados nesse presente estudo.

Palavras-chave: Perspectivas metodológicas. Iniciação esportiva. Conceitos associados ao esporte.

RELAÇÕES ENTRE FLEXIBILIDADE E LESÕES EM ESPORTISTAS

Caio Fernando Scarpim; Danilo Cruz Carneiro; Rodrigo Mateus Jorge; Guilherme Florenzano Rizzato

Flexibilidade é um componente importante de aptidão física, podendo ser definida como a capacidade biomotora responsável pela execução voluntária de um movimento de amplitude angular máxima, por uma articulação ou um conjunto de articulações, dentro de limites morfológicos, sem risco de provocar lesão. Os níveis de flexibilidade parecem estar relacionados com a prevenção de lesões. Nesse sentido, objetivou-se compreender as relações entre a flexibilidade e as lesões derivadas da prática motora. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica. Foram encontrados artigos nas bases de dados do Scielo e Google acadêmico utilizando os descritores: flexibilidade e lesões; alongamento, mobilidade articular e prevenção de lesões. A flexibilidade proporciona uma melhora da qualidade dos movimentos, melhora a postura corporal, previne cardiopatias e outras doenças, melhora as funções respiratórias e retarda o surgimento da fadiga. Além disso, muitos especialistas em medicina esportiva acreditam que a flexibilidade possa desempenhar um papel importante na prevenção de problemas como distensões, estiramentos ou lesões de sobre-treinamento (overtraining). Dentre os artigos que foram revisados, verificaram-se diferentes resultados entre a relação flexibilidade e lesões, os autores realizaram estudos com atletas de diversas modalidades esportivas, por sua vez a flexibilidade aumentada em alguns casos favoreceu a prevenção de lesões, dores e distensões, em outros casos o excesso da flexibilidade causou esses sintomas e em outros não foi constatado nenhum tipo de relação entre a flexibilidade e lesões. De acordo com os estudos revisados, concluímos que a relação da flexibilidade e lesão pode variar de acordo com o esporte praticado, porém na maioria dos casos nenhum resultado demonstrou uma significância estatística que podemos chegar uma conclusão mais precisa.

Palavras-chave: Flexibilidade. Alongamento. Mobilidade articular. Prevenção de lesões.

IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA CIRCENSE NA INFÂNCIA

Ana Livia Dias; Marcos Henrique Zanetti Gusman; Juliana Inhesta Limao Thiengo

Um dos diferenciais de praticar as atividades circenses na infância é que elas sugerem a realização de exercícios físicos, desafios, além de promover diversão e isso ocorre de forma simultânea. Com isso, possibilita atingir as necessidades do desenvolvimento infantil com prazer. Nesse sentido, objetiva-se apresentar os benefícios de praticar atividades circenses na infância. Esta é uma pesquisa qualitativa pautada na revisão de literatura. Utilizou o banco de dados do Google Acadêmico utilizando as palavras chaves: Atividade física. Circense. Infância. E também totalizando 2 artigos que influenciaram no resultado obtido. Como resultado verificou-se que as aulas de atividades circenses acontecem, geralmente em grupos, promovendo o trabalho em equipe das crianças englobando diferentes atividades. Com a prática de atividades circenses percebe-se melhor

condicionamento físico dos praticantes, de modo geral, ajudando a desenvolver a consciência corporal, força, equilíbrio e a postura, além de minimizar o estresse. Os sentimentos positivos e as habilidades desenvolvidas com atividades circenses auxiliam no desenvolvimento físico e motor, ao mesmo tempo em que alteram a maneira da criança se enxergar e de enxergar o mundo que a cerca. Falando em aspectos socioafetivos, a prática abrange também a interação, corroborando com a socialização e cooperação entre os alunos. Além disso, cria um forte vínculo afetivo, melhoras notadas inclusive em alunos com algumas doenças como síndrome de Asperger e Autismo. Portanto, os efeitos da prática de atividades circenses são notados claramente no corpo, mas extrapolam a questão física e invadem o campo psicológico.

Palavras-chave: Atividade Física Na Infância. Crianças. Atividade física. Circo. Atividade Circense.

A HIPERTENSÃO ARTERIAL ASSOCIADA A OBESIDADE INFANTIL EM ESCOLARES DE 7 A 14 ANOS DE IDADE.

Ellen Raquech Torquatro Branco; Suzana Borges Ignacio; Paula Grippa Sant Ana

A obesidade é uma doença epidêmica e vem aumentando nas últimas décadas em decorrência do estilo de vida, principalmente pelas mudanças drásticas do cotidiano. Classificada como um fator de risco para o acometimento de diversas doenças, por exemplo, as doenças cardiovasculares que hoje são uma das principais causas de morte da população em vários países. Podendo afetar a população infantil e jovem, devido aos hábitos alimentares inadequados, genética, estilo de vida sedentário, e conseqüentemente ao desenvolvimento de distúrbios psicológicos, problemas de convivência familiar, entre outros. Além de levar a problemas graves de saúde, como a hipertensão. Em específico, a hipertensão arterial eleva a resistência vascular periférica, ocasionando aumento da pós-carga. Como consequência, há estímulo para o desenvolvimento de hipertrofia concêntrica. A associação da obesidade, que provoca aumento da cavidade ventricular e da hipertensão arterial, há uma sobrecarga mista de volume e de pressão. A sobrecarga do músculo cardíaco desencadeia adaptações patológicas. A hipertensão na infância é semelhante à da população adulta, podendo desencadear problemas severos para a saúde infantil. Diante disso, objetiva-se identificar a prevalência de hipertensão arterial e sua relação com o sobrepeso e obesidade em crianças e adolescentes estudantes da rede pública. O estudo consiste em um trabalho descritivo de revisão bibliográfica a partir do uso de livros, artigos científicos e endereços eletrônicos, como base principal o Scielo e Lilacs. A hipertensão arterial na infância está cada vez mais comum, e não difere dos sintomas que acarretam os adultos. Crianças que apresentaram valores elevados de IMC está sendo associado precocemente com a alteração da pressão arterial, visto que o elevado peso corporal exerce sobrecarga volumétrica e a hipertensão arterial sistêmica leva ao processo de remodelação cardíaca patológica com risco para a vida adulta. Conclui-se que a obesidade infantil provoca risco precoce e leva ao surgimento de doenças no aparelho cardiovascular, decorrentes de uma alimentação inadequada e sedentarismo, que a longo prazo pode trazer complicações severas e crônicas para as crianças levando o indivíduo a óbito caso não seja realizado o tratamento precoce.

Palavras-chave: Palavras Chaves: Obesidade. Hipertensão. Sobrepeso. IMC.

A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E A INFLUÊNCIA DA TORCIDA FAMILIAR NA VIDA ESPORTIVA DOS FILHOS

Leandro Donizetti Geglio; Anderson Fernando Moreira; Luiz Carlos Batista dos Santos; Simone Aparecida Bighetti

O presente estudo buscou uma revisão bibliográfica de caráter quantitativo onde analisou-se a participação dos pais na vida esportiva de jovens atletas e os fatores psicológicos, experimentado pela torcida familiar, com praticantes do esporte escolar e clubes esportivos. Criar uma relação entre a

presença dos pais em qualquer âmbito do jogo e qual a reação despertada no atleta/criança como contentamento ou constrangimento e aprovação ou desaprovação bem como nível de apoio ou cobrança, com isso relacionar se há vantagem ou não dos pais na torcida e o que pode acarretar no futuro do atleta. As ferramentas utilizadas foram através questionários fechados, que quantificaram e analisaram os resultados dos alunos com idades entre 12 e 14 anos, pertencentes as escolas publicas e particulares. Estes alunos de ambos os sexos respondem de forma intrínseca os questionários onde os resultados foram anotados. Uma tabela de referencia foi criada para efetuar a análise desses resultados. Com tudo analisado, concluiu-se que o interesse dos pais, se leva mais no intuito do lazer, integração e socialização, diversos fatores que demonstram que a influência externa pode afetar nas futuras decisões de continuar ou não no esporte onde os fatores psicológicos têm grande influência. O acompanhamento dos pais não traz números expressivos e não demonstra cobrança para se tornarem atletas neste estudo, segundo a psicologia do esporte a "torcida familiar" trazem relatos mais positivos que negativos em relação ao incentivo e motivação mas não deve se ignorado os pontos negativos pois afetam diretamente o desempenho, comportamento e decisões dos atletas. Palavras-chave: Torcida familiar. Influencia dos pais. Aluno atletas.

BENEFÍCIOS DA PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA PARA IDOSOS

Guilherme Felipe Ferrinho; Giovanna Castilho Davatz Lopes

O envelhecimento é caracterizado pelo declínio gradativo de todos os processos fisiológicos. Prejuízos adicionais ao funcionamento do organismo podem estar relacionados ao estilo de vida sedentário. A força muscular é essencial para o desempenho de atividades motoras, sejam elas relacionadas ao desempenho atlético, trabalho ou atividades rotineiras da vida diária. A fraqueza muscular gera limitações na mobilidade e desempenho físico, aumentando a incidência de acidentes sofridos. Nesse sentido, objetiva-se investigar os benefícios relacionados à prática de atividade física em idosos. Metodologicamente foi realizada revisão de literatura, com busca de materiais científicos disponíveis em bancos de dados online. Utilizando-se os termos atividade física e idosos, em português, dos últimos 5 anos foram encontrados 162 artigos, sendo selecionados quatro trabalhos para análise. Como resultado verificou-se que a literatura tem mostrado evidências de que a atividade física é eficaz para a manutenção do peso do organismo, auxiliando no ganho de massa e perda de gordura corporal. Qualquer movimento corporal que produza contrações do músculo esquelético e um gasto energético maior que o normal é definido como atividade física. Aos idosos recomendam-se atividades físicas três vezes por semana. Atitudes simples como caminhar, dançar ou subir escadas agem como um fator de proteção contra doenças e morbidades comum ao envelhecimento, como por exemplo, sarcopenia, doenças cardiovasculares, obesidade e a diminuição da capacidade funcional. Ao longo da vida a atividade física poderá minimizar ou até mesmo retardar o processo de desmineralização óssea e a perda de força muscular, preservando a força dos membros superiores e inferiores, mantendo equilíbrio e flexibilidade. Essa série de fatores evita possíveis quedas e consequentes fraturas. Conclui-se que a atividade física realizada regularmente por idosos, auxilia na manutenção da saúde do sistema locomotor, reduzindo a incidência de doenças e aumentando, assim, a longevidade.

Palavras-chave: Sistema musculoesquelético. Envelhecimento. Idoso.

O ESTRESSE DIÁRIO ASSOCIADO À DEPRESSÃO E SUA RELAÇÃO COM O EXERCÍCIO FÍSICO

Gustavo Tonon Vono; Anderson Cleber de Nicolai; Ademir Testa Junior

A grande maioria da população mundial têm sofrido com a depressão causada pelo estresse diário por conta da falta de tempo para os cuidados com a saúde. Tendo em mente este fato, o estudo tem grande

relevância no cenário da população mundial atual. Nesse sentido, objetiva-se associar o exercício físico e seus benefícios no tratamento de doenças como a depressão. Para sua realização foi feita uma revisão bibliográfica através das bibliotecas online como scielo e breme, confrontando o conteúdo encontrado que relaciona a (in)atividade física e o estresse. Palavras-chave utilizadas: exercício físico; depressão; monoaminas; noradrenalina. Como resultados verificou-se que a atividade física traz benefícios para a saúde mental. O exercício físico é uma boa forma de tratar a depressão por eles aumentarem a produção de serotonina e noradrenalina de forma natural no organismo, diminuindo assim os sintomas da depressão. Portanto, devem existir grandes influências positivas do mesmo na monoaminaoxidase (MAO). Estudos recentes realizados mostram que existem algumas causas da depressão que estão associadas às causas das doenças cardiovasculares, e essas, como já confirmado, podem ser tratadas com exercício físico. Sabendo dessa relação entre as doenças citadas, pode ser aplicado o exercício para ambas. O estresse causado pelos fatores psicossociais trazem efeitos indiretos como obesidade, tabagismo, inatividade física, alcoolismo, entre outros. Efeitos que por sua vez juntos a esse estresse, causam alterações em processos psicobiológicos como o feedback negativo, doenças cardiovasculares, infartos e em casos mais sérios acidente vascular encefálico (AVC). Analisando os dados apurados por diversos estudos, a falta de exercícios físicos pode explicar um conjunto de causas da depressão e doenças cardíacas. Através das revisões feitas em vários artigos, foi possível constatar que este aumento hormonal através da prática de exercícios pode influenciar positivamente no tratamento da depressão.

Palavras-chave: Estresse. Depressão. Exercício Físico.

REMODELAÇÃO CARDÍACA EM SITUAÇÕES DE EXERCÍCIO FÍSICO E PATOLÓGICA

Diogo Fernando Boter; Luiz Pecoli Neto; Renan Floret Turini Claro

A remodelação cardíaca é comumente definida como um estado fisiológico ou patológico, que pode ocorrer após condições, como uma rotina programada e sistematizada de atividades aeróbias, predominante nos exercícios de longa duração e intensidade moderadas, e anaeróbias, observáveis nas atividades de alta intensidade e curta duração. Ou quando, o coração está sujeito em aumentos crônicos em demanda, característica de alguma disfunção cardíaca. Nessa revisão iremos discutir os conceitos e as implicações dos tipos de remodelamento cardíaco, tanto fisiológico quanto patológico, caracterizando e diferenciando-os. Palavras-chave: "Remodelação Cardíaca". "Atividade Física". "Fisiopatologia". "Coração". O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica utilizando-se a estratégia de busca de dados computadorizada, incluindo Google Acadêmico, SciELO, PubMad, Rev. Científica e Liv. Acadêmico. Totalizando sete artigos. De todos foram utilizados cinco, por se enquadrarem no objetivo do estudo presente: processo de remodelamento cardíaco fisiopatológico induzido pela atividade física e doenças do músculo cardíaco. Foram excluídos estudos que mostravam os efeitos das alterações do coração, entretanto não envolviam os dois modelos de remodelamento miocárdico. O diagnóstico da remodelação cardíaca baseia-se na detecção de mudanças na morfologia, alterações no diâmetro da cavidade, massa, geometria e função do coração. Os exercícios de altíssima a moderada intensidade, é um estímulo bem identificado para o desenvolvimento de remodelamento cardíaco, verificando-se maior eficiência mecânica da musculatura miocárdica, associada a um aumento da capacidade funcional pulmonar e melhora da relação ventilação-perfusão. Atletas de resistência, como os de ciclismo, corrida e triatlão, são submetidos a longos períodos de sobrecarga de volume no ventrículo esquerdo, caracterizado por aumento importante da frequência cardíaca de volume sistólico e débito cardíaco sobre o miocárdio, permitindo ao coração desempenho físico excepcional. Com isso, temos a deposição de sarcômeros em série, causando um alongamento dos cardiomiócitos, devido à sobre carga de volume, ou seja, aumento da pré-carga devido ao aumento do retorno venoso durante as sessões de exercícios intensos e progressivos, gerando um elevado pico de tensão diastólica induzindo remodelamento fisiológico.

Dentre as condições patológicas, isto é, naquelas que são secundárias a um desequilíbrio hemodinâmico (aumento da pré-carga e/ou pós-carga), destacam-se as alterações celulares e moleculares cardíacas, ocorrendo um aumento na espessura das paredes do miocárdio, com redução significativa das câmaras cardíacas. Secundário a isto, ocorre diminuição da força de contração que resultam em perda progressiva da função ventricular, em princípio, assintomáticas (congenitas ou não) evoluindo posteriormente com os sinais e sintomas característicos da insuficiência cardíaca, caracterizando-as como remodelamento patológico. Considerando que o treinamento físico acarreta alterações benéficas, podemos aventar que a melhoria da função cardíaca em resposta ao exercício físico programado e sistematizado é mediada pela contraposição aos estímulos patológicos, como alteração no sistema neuro-hormonal, que desencadeiam os mecanismos responsáveis pela deterioração da função cardíaca.

Palavras-chave: Remodelação Cardíaca. Atividade Física. Fisiopatologia, Coração.

O ENSINO DA DANÇA POR MEIO DA TÉCNICA DE KLAUSS VIANNA: ENRIQUECENDO POSSIBILIDADES DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO ESPAÇO ESCOLAR.

Milton Florêncio da Silva Neto; Suselaine Zaniolo Mascioli

O presente trabalho é resultante da pesquisa de trabalho de conclusão do curso e tem como finalidade, abordar o ensino de dança, através da técnica de Klauss Vianna, priorizando os benefícios que essa técnica pode oferecer aos praticantes e aos professores que a utilizam. Trata-se de um estudo bibliográfico e exploratório, realizado a partir de livros e artigos científicos. A referida técnica aborda não só a expressividade, com também o desenvolvimento e desempenho do movimento corporal. De acordo com Miller 2005 a técnica se divide em três processos, que são eles, o processo lúdico, processo de vetores e processo coreográfico opcional, porém a ênfase desse trabalho está no processo lúdico, onde é considerado o processo mais importante, não apenas por ser o primeiro processo, mas por ter um trabalho riquíssimo, pois é nesse processo que encontramos diversas possibilidades de trabalho, segundo Miller(2005) o aluno/praticante passa por um processo de ausência corporal para presença corporal, um dos subitens abordados neste processo, o aluno tem acesso a informações do corpo, que podem estar adormecidos, bem como entendimento de suas, articulações, pesos, apoios, resistência, oposições e eixo global, que também são subitens deste primeiro processo. Foi possível observar até o presente momento que a proposta técnica de Klauss Vianna, nos possibilita trabalhar de forma dinâmica e informativa, fazendo com que o aluno acesse informações desconhecidas ou adormecidas sobre seu corpo e sentimentos e podendo despertar uma linha de comunicação corporal e afetiva entre professores e alunos. O trabalho músculo esquelético é riquíssimo, pois temos a atenção de cada parte do corpo, fazendo com que os alunos, tenham acesso a informações que talvez jamais tenham imaginado sobre o conhecimento do próprio corpo, e o funcionamento de cada estrutura envolvida no processo de dança, criando novas formas e novos movimentos, de acordo com suas vivências, contando com interferências internas (sentimentos) ou externas (espaço físico, objetos, tempo e etc..). Acredita-se assim, que os conhecimentos advindos deste estudo poderão, quando bem utilizados por professores que queiram abordar a dança como recurso de ensino, permitindo ao alunado o suporte à expressividade e o desenvolvimento corporal integrado. Defende-se, portanto, que a dança por meio da técnica de Klauss Vianna, para além de permitir atingir os benefícios de uma atividade física para promoção da saúde, parece ser um bom recurso para estímulos ao desenvolvimento global de crianças, jovens e adultos, podendo ser utilizado tanto em academias de dança como também na escola, em diferentes níveis de ensino. Vale lembrar que este trabalho se apoia em uma revisão bibliográfica, e que se faz necessário um curso de capacitação junto aos professores para que a técnica seja desenvolvida com propriedade.

Palavras-chave: Dança. Educação. Ensino-aprendizagem.

EFEITOS DA GINÁSTICA LABORAL NA SAÚDE DO TRABALHADOR

Janaina Cristina Zebini; Melissa Maria Alves; Vitor José Baldi; Juliana Inhesta Limao Thiengo

As doenças físicas como a lesão do esforço repetitivo e psicológicas como a depressão e a ansiedade vem aumentando muito nos últimos anos em trabalhadores de diversas empresas e a ginastica laboral tem sido uma das opções feitas por elas para que possa proporcionar aos trabalhadores melhor qualidade de vida. Nesse sentido, objetiva-se apresenta os efeitos da ginastica laboral na saúde do trabalhador. Foi feita uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica na qual foram usados 3 artigos encontrados na plataforma Scielo, cuja as palavras chaves usadas foram: Ginastica Laboral, Trabalhadores, Saúde e Benefícios. Os artigos encontrados indicam um resultado positivo quanto aos índices de massa corpórea dos trabalhadores, como melhora nas dores lombares a redução dos sintomas de depressão e ansiedade. Em uma das pesquisas encontradas os autores realizaram uma comparação entre os indivíduos que praticam e os que não praticam a GL, através desta comparação mostrou-se que a saúde dos que praticam esse tipo de atividade é superior daqueles que não as fazem. Em outra pesquisa os autores fizeram uma comparação por meio de um questionário no qual 70% dos entrevistados obtiveram resultados positivos quanto as dores nas regiões lombares, de coluna, ombros, pescoço e pernas. Conclui-se que a ginástica laboral proporciona a prática de técnicas que previnem e amenizam riscos físicos e psicológicos no trabalhador.

Palavras-chave: Ginastica laboral. Trabalhadores. Saúde. Benefícios.



ENFERMAGEM

ALEITAMENTO MATERNO E A RELAÇÃO MÃE E FILHO

Camila Pereira de Antonio; Renata Cristina de Oliveira Souza Castro

O aleitamento materno é uma arte que requer orientações e apoio para ser bem-sucedido. Dada à importância da atuação do profissional de enfermagem frente à amamentação, visto que o enfermeiro é o profissional que mais estreitamente se relaciona com a mulher durante o ciclo gravídico-puerperal e tem importante papel nos programas de educação em saúde, durante o pré-natal, ele deve preparar a gestante para o aleitamento, para que no pós-parto o processo de adaptação da puérpera ao aleitamento, evitando assim, dúvidas, dificuldades e possíveis complicações. Diante disso, esse trabalho teve como objetivo relatar a importância do aleitamento materno para a mãe e a criança, até o sexto mês de vida. Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica com pesquisa sobre o tema, em Artigos recentes, livros clássicos e Manuais do Ministério da Saúde, utilizando as palavras chaves: Aleitamento materno. Amamentação. Cuidados de enfermagem no aleitamento. Foram utilizados 48 achados publicados entre os anos de 1999 e 2016. Publicações mais antigas fazem parte dos achados históricos. O critério da escrita foi comparar opiniões dos autores, interagindo - os em busca do conteúdo para alcançar o objetivo. Para que a amamentação se estabeleça, é necessário que os profissionais de enfermagem além de conhecimentos teóricos e científicos, tenham habilidades clínicas e sensibilidade para ajudar as gestantes e nutrizes. Porém a decisão de amamentar sempre é da mulher e é construída baseada em suas experiências, em sua cultura e tradição. Para que a prática do aleitamento materno tenha sucesso, o apoio dos profissionais de saúde, auxiliando, tirando dúvidas, é primordial para que um vínculo de confiança seja formado e a prática da amamentação seja realmente vista pela mãe e seus familiares como algo essencial para o bem-estar físico e mental da lactante e da criança.

Palavras-chave: Aleitamento Materno. Amamentação. Cuidados de Enfermagem no Aleitamento.

ADMINISTRAÇÃO DE ENFERMAGEM NA IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DE JAÚ: PERFIL E EXIGÊNCIAS

Jéssica Cristina de Moura Faitanini; Ana Keila dos Santos; Bruna Fernanda Morelli Amador;
Renata Cristina de Oliveira Souza Castro

Nos primórdio a enfermagem não era tida como uma profissão, tão pouco exigia-se qualificações para sua atuação. A enfermagem moderna surge com a atuação de Florence Nightingale na guerra, onde através de sua organização rigorosa e seus estudos, reduz notoriamente o número de óbitos entre os

soldados do hospital em que atuava. Um de seus grandes marcos foi a divisão da enfermagem em categorias, sendo elas: Laddy-Nurses, que eram responsáveis pela organização das atividades; Nurses, que atuavam no cuidado direto ao paciente. Atualmente a enfermagem no Brasil é dividida em três categorias, Auxiliares de Enfermagem, Técnicos de Enfermagem e Enfermeiros. Com o passar dos anos os serviços de saúde vêm se qualificando com o uso de novas tecnologias e a busca constante na melhoria do serviço prestado ao cliente; esses fatores fazem com que os profissionais da área tenham diferentes campos de atuação, com destaque para o Enfermeiro Administrativo. O presente estudo tem como objetivo traçar o perfil do enfermeiro administrativo, elencando características dos profissionais atuantes nesta área, observando o que se manteve o que se modificou ao longo do tempo. O estudo foi realizado através de pesquisa de campo e revisão bibliográfica. A pesquisa foi realizada em Julho de 2017, foram entrevistados 24 enfermeiros que ocupam cargos de enfermeiro administrativo na Irmandade de Misericórdia de Jaú, que responderam a um instrumento elaborado exclusivamente para a ocasião, com 16 questões. Devido a fatores históricos e sociais é possível observar que há uma predominância de mulheres praticantes do catolicismo atuantes na Enfermagem. Há uma tendência maior de profissionais que já possuam tempo de experiência na área de Enfermagem ocuparem cargos administrativos. Esse fato pode ser atribuído a expectativa de maior maturidade profissional. Ao longo do tempo o modelo administrativo vem apresentando mudanças em seu perfil de liderança, buscando características mais flexíveis. Percebe-se a necessidade de algumas posturas para a atuação do profissional nessa atividade, algumas delas são responsabilidade, flexibilidade, competência, ser visionário, estar em busca constante de atualizações. O enfermeiro administrativo como líder da equipe deve proporcionar ambiente de trabalho adequado para o exercício da função, incentivando a equipe em busca da melhoria constante do serviço prestado, ao mesmo tempo busca reduções de custo em favor da Instituição. A função administrativa na Enfermagem vem se tornando cada vez mais complexo pelo o fato do aumento na expectativa da melhoria do serviço prestado e redução de custos, atentos a situação financeira das instituições de saúde como um todo. Com o aumento dos desafios nesta função, é esperado do profissional uma qualificação cada vez maior e que consiga atender grande parte dos requisitos.

Palavras-chave: Supervisão de Enfermagem. Administração de Enfermagem. Perfil do Enfermeiro.

INFEÇÃO POR ZIKA VÍRUS

Michelle Beatriz Alves Tortola; Giovanna Castilho Davatz Lopes

O zika vírus foi identificado primeiramente em 1947 em uma floresta da Uganda denominada Zika. A transmissão se faz por meio da picada de *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* infectados. Estima-se que desde 2015, ano em que iniciou surto na América do Sul, 1 milhão de pessoas tenham adquirido o vírus no Brasil. Este trabalho objetivou Descrever a infecção por zika vírus com sintomatologia, complicações, tratamento e prevenção. Realizou-se revisão de literatura, por meio de busca online a artigos científicos e cartilhas informativas do ministério da saúde. As manifestações clínicas do zika vírus, usualmente leves e com desaparecimento em até 5 dias, envolvem prurido, rash cutâneo, conjuntivite, febre baixa, artralgia, mialgia, cefaleia e diarreia. Há casos assintomáticos. Quando o indivíduo está infectado, é possível encontrar o vírus no sangue, na saliva e na urina. Há relatos sobre sua presença no leite materno e no sêmen. Acredita-se que relações sexuais possam ser uma via de contágio. O diagnóstico laboratorial consiste na detecção do RNA viral de espécimes clínicos. O exame mais utilizado, RT-PCR, tem sensibilidade estimada de 40%. Assim, para diagnóstico, há necessidade de associação dos resultados desse exame com a sorologia, para detecção de anticorpos que indiquem contato prévio com o vírus. Dentre as complicações, encontram-se malformações congênitas em 2 a 4% dos nascidos vivos, incluindo microcefalia. Em adultos, há aumento da incidência da Síndrome de Guillain-Barré (que consiste em polineuropatia desmielinizante), meningite (inflamação das meninges), meningoencefalite (inflamação das meninges e encéfalo) e mielite (inflamação da medula espinhal). Não existe tratamento antiviral específico. O manejo envolve repouso, hidratação e o uso dos analgésicos e antitérmicos: dipirona e paracetamol. Para

prevenção, recomenda-se uso contínuo de roupas compridas, aplicação de repelente em áreas expostas, além de colocar telas em portas e janelas. Conclusão: O zika vírus se prolifera em larga escala. Recomendam-se medidas preventivas visando evitar infecções e possíveis complicações neurais.

Palavras-chave: ZikaVirus. Prevenção de Doenças.Terapêutica.

PERDAS COGNITIVAS VERSUS CUIDADOS PALIATIVOS

Letícia Cristina Ribeiro; Daniela de Souza; Maria Lucia Rissato

115

O Envelhecimento Cerebral é um processo inevitável e gradual, entretanto o envelhecimento fisiológico é linear e não obrigatoriamente igual em todos os sistemas do corpo humano. São diversos os processos de envelhecimento cerebral: Atrofia cerebral com dilatação de sulcos e ventrículos, perda de neurônios, degeneração granulovacuolar, presença de placas neuríticas. Alterações características do envelhecimento levam aos déficits cognitivos comumente observados como naturais no envelhecimento: esquecimento de fatos recentes, dificuldades de cálculo, alterações de atenção. Muitas vezes, a perda cognitiva só pode ser observada se o paciente requer mais de sua memória que o comum; pessoas com uma rotina estabelecida, sem necessidade de muita atividade intelectual, só perceberá quando a perda for mais pronunciada, o que pode atrasar o diagnóstico de algo mais grave. As doenças crônicas degenerativas geram dificuldades na execução das atividades do dia a dia; ou/e atividades físicas comprometendo assim a prevenção da perda cognitiva e da progressão das próprias doenças degenerativas. O objetivo desta pesquisa é demonstrar a importância do enfermeiro nos cuidados paliativos com enfoque no processo da morte e o morrer, considerando o binômio paciente-família. Materiais e Métodos: O presente estudo realizou uma pesquisa exploratória com revisão sistemática da literatura de 2004 a 2017 em banco de dados nacionais e internacionais: LILACS (literatura latino-americana e do caribe em ciências da saúde) e SCIELO (scientificaletroniclibraryonline). A linha SCIELO se restringe a artigos publicados em periódicos indexados, foram encontrados 10 artigos e utilizados 04. Diante dessas graves alterações é recomendada a adoção e a prática de exercícios físicos regulares, uma dieta equilibrada e o estímulo contínuo da atividade cerebral, através de interações sociais e atividades intelectuais. Cuidado Paliativo é a abordagem que promove qualidade de vida de pacientes e seus familiares diante de doenças que ameaçam a continuidade da vida, através de prevenção e alívio do sofrimento. Requer a identificação precoce, avaliação e tratamento impecável da dor e outros problemas de natureza física, psicossocial e espiritual. Na Equipe dos Cuidados Paliativos, o enfermeiro deve vivenciar e compartilhar momentos de amor e compaixão aprendendo com os pacientes que é possível morrer com dignidade, a morte e o morrer do medo e da dor. É fato que uma certa perda cognitiva é esperada com a idade, mas que não pode ser acentuada, ou anormalmente rápida, sendo isso patológico. A prevenção é a melhor forma de fazer com que o avanço das doenças neurodegenerativas possa ser estabilizadas ou reduzidas. A presença de uma equipe multiprofissional por meio de cuidados paliativos é uma terapêutica para aliviar o estresse, ajudar no processo de conforto e aceitação minimizando assim a sobrecarga dos familiares e consequentemente aumentando qualidade de vida do paciente.

Palavras-chave: Doenças degenerativas. Cuidados paliativos. Atenção de enfermagem.

HUMANIZAÇÃO E ASSISTENCIA DE ENFERMAGEM AO PARTO

Carla Suzane Tinoco da Silva; Nagila Garcia Galan de Oliveira

Humanizar o parto é um conjunto de condutas e procedimentos que promovem os nascimentos

saudáveis, através dessa nova visão lançou se um novo olhar para a mulher. A humanização da assistência ao parto pressupõe relação de respeito que os profissionais de saúde estabelecem no processo de parturição levando em consideração às dimensões do ser humano e criar condições de liberdade às escolhas da mulher. O objetivo do presente estudo é compreender o impacto da política de humanização e a assistência de enfermagem ao parto e nascimento, para mulheres, estudantes e profissionais da saúde. A metodologia utilizada na pesquisa se deu através da revisão sistemática da literatura, consiste em um método que visa à integração de informações simultâneas, permite a investigação da tendência das publicações sobre o parto e humanização a partir de procedimentos explícitos e sistemáticos. No intuito de identificar, analisar e avaliar os estudos que descrevem parto humanizado e assistência da enfermagem, com um conteúdo critica atual. Visto que para coleta de dados será consultado fontes bibliográficas e eletrônicas. O papel do enfermeiro na assistência ao processo parir, nascer é uma necessidade que se faz indispensável ao conceito de atenção humanizada. Enfatiza se que a participação da enfermagem é excepcionalmente importante que favorecem o aprendizado continuo da puérpera.

Palavras-chave: Palavras Chaves: Humanização. Parto Humanizado. Assistência de enfermagem.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO EM PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA PEDIÁTRICA

Kathleen Fernanda de Moura; Bianca Antonelli Fregolente; Nagila Garcia Galan de Oliveira

Segundo Giuriatti et al, 2014 observa-se nas diversas áreas de atuação da enfermagem especialidades como a pediatria, sendo assim depende-se vários cuidados de enfermagem, ressaltando um dos principais, a parada cardiorrespiratória (PCR) definida pela interrupção repentina dos batimentos cardíacos, movimentos respiratórios e perda imediata da consciência, evidenciando uma emergência pediátrica extrema. Uma vez que não seja estabelecida as medidas adequadas para restabelecer o fluxo sanguíneo e a respiração o paciente pode sofrer lesão cerebral irreversível e morte. Inúmeros fatores colocam a criança em situações de risco, dentre as causas mais frequentes estão os acidentes, os traumas e os processos infecciosos. Já Silva et al, 2016 relata que profissionais de enfermagem devem ter conhecimento e capacitação das atualizações dos protocolos de atendimento, além de manter a calma e priorizar pela organização dos materiais e equipamentos, considerando que as equipes de enfermagem mantem o primeiro contato com o paciente, estes devem estar aptos a detectar os sinais de PCR, tendo como sua responsabilidade a avaliação permanente, vigilância e realização de procedimentos complementares a pratica médica. O objetivo do presente estudo é explorar sobre atuação do enfermeiro em parada cardiorrespiratória pediátrica, considerando um assunto de alta relevância, porém de escassa capacitação. O aprendizado consiste em um trabalho descritivo de revisão bibliográfica, representa método que visa à integração de informações simultâneas, foram analisados seis artigos encontrados em base de dados como, Scielo, Bioline International, Google Scholar, Scirus, sobre a atuação do enfermeiro diante uma parada cardiorrespiratória pediátrica e assim escolhidos quatro, nos quais atendeu as expectativas. Conclui-se que diante a PCR pediátrica a intervenção da equipe de enfermagem tem que ser imediata, tratar-se de danos maiores e irreversíveis a saúde física e mental da criança. A atuação de uma equipe multidisciplinar dinâmica, integrada e capacitada, coloca em prática todos os conhecimentos, técnicas e habilidades para que o procedimento transcorra com a maior agilidade, sensibilidade e segurança, tanto para a mãe na qual também precisa de cuidados, principalmente psicológicos diante intervenções pediátricas, quanto para o paciente. Posto isto, é de extrema importância ter uma equipe devidamente treinada, uma sala de emergência adequada minimizando a evolução de óbitos e sequelas neurodegenerativas.

Palavras-chave: Parada cardiorrespiratória. Pediatria. Enfermagem. Assistência.

O CUIDADO DE ENFERMAGEM AO PORTADOR DE ESQUIZOFRENIA EM ACOMPANHAMENTO NA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

A esquizofrenia trata-se de doença mental crônica, que atinge 1% da população mundial, e acarreta grandes impactos na qualidade de vida de portadores e familiares, além de custos à sociedade como um todo. Os sintomas aparecem gradualmente ou são desencadeados por alguma situação estressante, principalmente entre os 10 a 50 anos de idade. Caracterizada por delírios, alucinações, discurso e comportamento desorganizado, presença de sintomas negativos, e possui um histórico de preconceitos e exclusão da sociedade. Com as recentes políticas de cuidados em saúde mental com vistas à desinstitucionalização, o cuidado à essa patologia também é revisto e reorganizado a fim de se valorizar a autonomia do sujeito que sofre, minimizando impactos e reinserindo-o na vida em comunidade. O presente trabalho tem como objetivo discutir os cuidados de enfermagem prestados ao sujeito portador de esquizofrenia nos diversos serviços da rede de atenção psicossocial. O método escolhido foi a realização de uma revisão integrativa de literatura, selecionando-se 25 trabalhos nas bases de dados Lilacs, BDeEnf e MEDline. Para discussão do material, foi realizada técnica de Análise de Conteúdo. As categorias organizadas para a discussão referem-se às representações desta patologia, o cuidado dos profissionais de enfermagem envolvidos, acompanhamento da terapia farmacológica, práticas terapêuticas diversificadas e a inclusão na família no cuidado. As representações da doença demonstram mudanças de olhares na atualidade, entendendo esse sujeito que sofre como de direitos. Leva os profissionais a reinventarem suas práticas, pautadas na individualização do cuidado, vínculo e estímulo à manutenção da vida cotidiana; Na segunda categoria, o ser e o cuidar dos profissionais de enfermagem ao sujeito com Esquizofrenia, o aprimoramento e especialização profissional na área tornam-se fundamental para uma prática de qualidade. No que diz respeito à terapia farmacológica, observa-se que o enfermeiro deve estabelecer uma comunicação próxima ao paciente, conhecer seus desconfortos, e acolhimento às dificuldades, para que se estabeleça estratégias de enfrentamento ao abandono do tratamento. Na quarta categoria, além das terapias farmacológicas, os artigos demonstram a importância das atividades psicossociais para a independência social, nos pacientes em primeiro surto ou crônicos, com valorização da espiritualidade, atividades ocupacionais, de lazer e físicas. Como último ponto levantado, o papel da família no acompanhamento do cuidado e apoio ao sujeito é apontado pelos autores. É neste momento que o papel de resgate da família, educação para compreensão da doença e estímulo a relações harmônicas torna-se essencial às práticas de cuidado ampliado e humanizado. Conclui-se que o sucesso do tratamento e controle da sintomatologia do doente está no cuidado multidisciplinar e multiprofissional, incluindo a família, o doente, a sociedade e os profissionais de saúde. É necessário uma atenção ao tratamento medicamentoso aliado à atividades intersetoriais, além de continuo acompanhamento da evolução da doença. Os profissionais de enfermagem devem-se preparar técnica e cientificamente para a prática deste cuidado, aliando habilidades criativas, acolhedoras e empáticas na condução dos casos em seus diferentes momentos.

Palavras-chave: Enfermagem psiquiátrica. Esquizofrenia. Saúde mental. Cuidados de enfermagem.

VÍRUS ZICA: CORRELAÇÃO COM A MICROCEFALIA

Luana Gabriel; Caroline Lombardi; Nagila Garcia Galan de Oliveira

Segundo Vargas et al 2016 o ZICA é classificado como um arbovirus, detectado pela primeira vez, em casos de febre isolada na Uganda em 1947. Sua história permeou diversos países em ocorrências esporádicas, entretanto foi decretada uma doença internacional com frenética disseminação. No território da Polinésia, foi registrado o maior número de casos até o momento, estudos demonstram manifestações neurológicas por infecção, como a Síndrome de Guillain-Barré (SGB). Já no Brasil, no ano de 2015 o vírus circulou entre 18 estados começando pelo Nordeste com isso houve um aumento significativo de internações por diversas manifestações neurológicas, sendo 51% dos pacientes com SGB tiveram quadro de início para arbovirose e em um desses casos, em Pernambuco, a presença do vírus ZICA no líquido cefalorraquidiano foi positiva. No período de 2010 à 2014 foram

registrados uma média de 156 casos de microcefalia no Brasil, já em 2015 os casos aumentaram em quase oito vezes, chegando à 1247. Com esse crescimento apontado, o Ministério da Saúde lançou algumas recomendações que incluem manter portas e janelas fechadas ou com telas, usar calça ou camisa de manga longa e fazer uso de repelentes, para intervir na redução dos vetores, transformando essa batalha universal, coletiva e intersetorial. A Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco no ano de 2015, relata um aumento nos casos de nascidos vivos portadores de microcefalia, trata-se de uma malformação congênita dessa maneira o cérebro não se desenvolve adequadamente, e o perímetro cefálico dos recém nascidos mantem-se menores do que os padrões normais para a idade e o sexo, podendo desencadear alterações cerebrais e problemas no desenvolvimento neurológico. Por conseguinte, a ultrassonografia mostra um padrão compatível com as infecções congênicas e as mães relatam quadros de exantema durante a gestação. Estratégia essa que torna-se complexa no Brasil, pois trata-se de um país tropical, muitas vezes durante o verão mosquito *Aedes Aegypti* deposita seus ovos em recipientes com água parada, o mesmo alimenta-se de sangue humano, nos quais estão desprotegidos devido as elevadas temperaturas, e contaminam progressivamente pessoas e seus descendentes. Observa-se que são ambientes com saneamento inadequado, condições precárias de higiene pessoal e residencial, e coleta de lixo irregular, recorre-se um local propício para procriação. De acordo com Oliveira, 2016 constatou-se que nos primeiros meses de gestação, as crianças que nasceram com microcefalia, era equivalente ao período de maior circulação do vírus ZICA na região Nordeste e que não havia relação com histórico genético ou exames com outros processos infecciosos conhecidos. Sendo assim o objetivo do presente estudo é avaliar a relação entre microcefalia e Vírus Zica. Consuma-se de urgência e necessidade o desenvolvimento de testes rápidos (imunocromatográficos), testes sorológicos (IgM- e IgG- Elisa) e moleculares para o pronto diagnóstico da infecção pelo ZICA, especialmente nos grupos mais vulneráveis, quais sejam, gestantes e portadores de condições autoimunes e doenças crônicas. Pois a infecção causada pelo ZICA não possui tratamento específico e é baseado somente em diminuição dos sintomas. Palavras-chave: Microcefalia. ZICA. Vírus.

EXPOSIÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM AO RUÍDO OCUPACIONAL: RISCOS E MEDIDAS PREVENTIVAS

Ana Letícia Moralez de Mattos; Giovanna Castilho Davatz Lopes

Além da percepção sonora, a audição funciona como um sistema de alarme, que ativa a vigília. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) determina com a NBR 10152 os níveis de ruído para conforto acústico, sendo indicados para ambientes hospitalares de 35 a 45 dB, para enfermarias e 40 a 50 dB para áreas de acesso ao público. Intensidades sonoras superiores geram distúrbios fisiológicos e psicológicos, como elevação no nível geral de vigilância, aumento da produção de hormônios tireoidianos, dilatação das pupilas, aumento do tônus muscular, aceleração da frequência cardíaca e respiratória, oscilação da pressão arterial e da função intestinal, desorientação, ansiedade e estresse. Níveis acima de 80 dB por mais de 8 horas diárias levam a perda auditiva induzida por ruído (PAIR). Diante disso, objetiva-se apresentar os riscos da exposição da equipe de enfermagem ao ruído ocupacional e indicar medidas preventivas. Metodologicamente realizou-se busca a artigos científicos nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico, bem como a textos de normas da ABNT e NR15. Nos resultados verificou-se que com o desenvolvimento tecnológico, grande poluição sonora é notada nos hospitais. Como fontes geradoras de ruído, existem: bombas de infusão, ventiladores mecânicos, aspiradores, oxímetros, monitores de sinais vitais, máquinas de diálise, saídas de oxigênio e ar comprimido, movimentação de móveis e carrinho de banho, ar condicionado, telefones fixos e celulares, computadores, fax e impressoras, que se associam a gemidos, gritos de dor, circulação de grande número de profissionais, conversas paralelas da equipe e quedas de objetos. Há ainda os ruídos externos, como o trânsito. Tem sido empregados equipamentos cada vez mais digitalizados e providos de alarmes, para alertar-nos de alterações nas condições do paciente ou mau funcionamento dos

aparelhos. Enquanto valores confortáveis ditados pela NBR 10152 variam de 35 a 50 dB, quedas de objetos no chão (principalmente metálicos) e discussões da equipe, registram valores de 75 a 92 dB. Alarmes dos respiradores atingem 49 a 72 dB. O fechamento da porta de incubadoras chega a 115 dB. Medidas in loco identificaram ruídos em ultrapassando 110 dB em UTIs, tendo os profissionais até 12 horas diárias de exposição. Atitudes como fechar as portas, controlar melhor os alarmes e falar suavemente devem ser aplicadas e podem reduzir drasticamente os níveis de ruído. Divisão entre os leitos, vedações de borracha em portas e janelas, o uso de pisos, tetos e paredes que absorvam ruído e avaliar os níveis de sonoros de equipamentos antes de adquiri-los, também contribui. Um ambiente calmo e agradável pode beneficiar tanto o paciente como a equipe hospitalar. Conclui-se que a exposição ao ruído pode ocasionar ou agravar doenças cardiovasculares e endócrinas, levar a perda auditiva e fazer com que o indivíduo manifeste sintomas de estresse, podendo predispor a equipe, inclusive, a errar mais. Medidas preventivas devem ser adotadas a fim de reduzir os riscos ocupacionais.

Palavras-chave: Efeitos do Ruído. Equipe de Enfermagem. Riscos Ocupacionais. Saúde do Trabalhador.

COMUNICAÇÃO: UM INSTRUMENTO IMPORTANTE PARA HUMANIZAR O CUIDADO DE ENFERMAGEM EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

Alexandra Vieira Pereira; Rosemeire Simone Dellacrode Giovanazzi

A Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é um ambiente que concentra os pacientes graves recuperáveis, cuidados por profissionais que se empenham para maximizar suas chances de viver mais e principalmente melhor. Entretanto, este mesmo ambiente causa desconforto físico e emocional, pois o paciente é incomodado com os ruídos monótonos e contínuos dos respiradores artificiais, equipamentos eletrônicos, e muitas vezes porque são rodeados de pessoas estranhas que conversam a beira do leito utilizando um linguajar desconhecido, mas não se comunicam com o paciente. Estes fatores podem constituir uma ameaça para ele, aumentando sua ansiedade e medo, pois desencadeiam estresse no seu dia a dia na UTI. Vale destacar que a preservação da vida do paciente grave comumente depende da utilização da tecnologia, e o avanço desta nas UTIs tem influenciado negativamente no atendimento dos pacientes, tendo em vista que a tecnologia muitas vezes tem provocado o distanciamento dos profissionais de enfermagem da cabeceira dos mesmos, pois prestam mais atenção nos equipamentos eletrônicos do que no próprio paciente. Germano (2013), afirma que o avanço da tecnologia na área de saúde, ao mesmo tempo que contribui para o prolongamento da vida, como as clínicas de hemodiálise, unidade de terapia intensiva (UTIs) cada vez mais sofisticadas, de certo modo vem afastando o enfermeiro do paciente, bem como os demais profissionais que o tratam. O objetivo deste trabalho foi conhecer o significado do cuidado humanizado na visão dos profissionais de enfermagem que trabalham na UTI e a comunicação como instrumento relevante para humanizar o cuidado de enfermagem. O presente estudo consiste numa pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, através de uma revisão sistematizada das bases de dados LILACS, Scielo, além de outras publicações eletrônicas de respaldo em território nacional, cuja trajetória metodológica apoia-se nas leituras exploratórias e seletivas desse material. Para tanto foram utilizados artigos nos últimos dez anos, posteriormente foi realizada leitura de nove artigos onde foi selecionado cinco para elaboração temática da mesma. Através da leitura das publicações encontradas foi possível perceber que a equipe de enfermagem reconhece a importância da comunicação, no entanto não colocam em prática como deveriam; pois ainda são muito tecnicistas, além de não ter a empatia necessária para compreender os sentimentos dos pacientes que acabam se sentindo inseguros devido a troca de mensagens ser compartilhada de maneira ineficaz.

Palavras-chave: Comunicação. Humanização. Unidade de Terapia Intensiva. Equipe Enfermagem.

SENTIMENTOS DO ENFERMEIRO RECÉM-FORMADO NO ENFRENTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO: REVISÃO DE LITERATURA

Fernanda Juliene Santos da Silva; Marina Martins; Alessandro Gabriel Macedo Veiga

A enfermagem é uma profissão quase tão antiga quanto a história da humanidade. Atualmente, a enfermagem enquanto profissão tem passado por várias mudanças, direcionadas por inúmeros estudos e pesquisas realizadas por enfermeiros e, que tem colaborado com o aumento dos campos de atuação e das oportunidades no mercado de trabalho. Nesse sentido, objetiva-se identificar os sentimentos do enfermeiro recém-formado ao enfrentar o mercado de trabalho. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo, com base na revisão de literatura científica com acesso on-line nas bases de dados do Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Biblioteca de Enfermagem (BDENF). Foram também realizadas buscas a partir das referências bibliográficas dos artigos localizados, livros e outras publicações do Google Acadêmico. O estudo verificou que a formação de um profissional enfermeiro tem por finalidade capacitá-lo para o mercado de trabalho, assim sendo, é no estágio supervisionado e na associação de teoria e prática, que ele adquire o conhecimento necessário para dominar seu espaço de atuação e ampliar seus conhecimentos. O enfermeiro representa uma parcela dos trabalhadores da área da saúde que, no ambiente hospitalar, dedicam maior tempo, atenção e cuidados aos pacientes, em contato direto com a dor e o sofrimento, atendendo e cuidando das necessidades físicas e emocionais do paciente, um trabalho difícil e que exige muito do enfermeiro. O primeiro emprego é um desafio para o enfermeiro recém-graduado, um enfrentamento que gera os sentimentos de insegurança e medo, devido às inúmeras dificuldades que se iniciam com o processo admissional e continuam com a sua adaptação ao serviço de saúde, nos seus primeiros meses de exercício profissional. Esses sentimentos afetam a vida profissional do enfermeiro recém-formado no desenvolvimento de procedimentos técnicos, no exercício da liderança ou gerenciamento, além da falta de habilidade no relacionamento pessoal com a equipe e colegas de trabalho. Portanto, a formação do enfermeiro deve abranger não apenas a teoria e prática de estágio, mas proporcionar a vivência do aluno à interação do dia a dia do profissional, através de visitas técnicas, gestão de pessoas, relacionamento interpessoal e situações de estudo de caso, com situações que proporcionem a realidade. Então, é necessário que durante o período da sua formação seja realçado o desenvolvimento de competências para a liderança, gestão de pessoas e relações interpessoais. Assim, as instituições de ensino devem investir em uma educação que possibilite a construção de profissionais críticos, criativos, autônomos e capazes de identificar problemas e buscar alternativas para superá-los.

Palavras-chave: Enfermeiro. Sentimentos. Mercado de trabalho.

A PERSPECTIVA MÉDICA E DA PARTURIENTE, SOBRE A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO OBSTETRA

Juliana Helena Santile; Raquel Rosanelle de Freitas; Renata Cristina De Oliveira Souza Castro

As profissões de enfermeira, parteira, obstetrix e enfermeira obstétrica, em seus primórdios, formação e atuação profissional, são distintos. Enfermeira obstetra é a denominação mais atual e consolida a formação de enfermeira, com a titulação de especialista na área. A alta morbimortalidade materna e perinatal e o número demasiado de operações cesarianas sobrecarregam o sistema do ponto de vista financeiro e social, produzindo uma crise na assistência obstétrica. Diante disto, a questão da capacitação de recursos humanos para assistência ao parto e nascimento tem sido objeto de estudos e debates, gerando propostas alternativas. Então, o objetivo desse é o levantamento da história da enfermagem obstétrica e a perspectiva médica e das parturientes sobre a atuação desses profissionais. Para o presente estudo foi realizada uma revisão da literatura sobre o tema, publicada nas bases de

dados LILACS, SciELO e Google Acadêmico no período de 1998 à 2017. Foram constatadas atitudes de apoio à inserção destes profissionais no mercado de trabalho principalmente por parte de organizações públicas, por meio de programas e portarias que viabilizam e incentivam a atuação do enfermeiro obstetra, como resultado houve a diminuição da morbimortalidade materna e neonato, sendo possível por meio da atuação destes profissionais, diminuir a taxa de cesarianas desnecessárias colocando a parturiente em primeiro lugar e prestando atendimento humanizado. As parturientes demonstram satisfação em serem atendidas por este profissional, comumente nas chamadas Casas de Parto Normal, onde o enfermeiro obstetra consegue melhor atuação. Em contrapartida a boa resposta das parturientes, há dificuldade de aceitação por parte médica, alguns médicos acreditam que este é um procedimento médico, desconhecendo a possibilidade de o enfermeiro obstetra realizar o parto normal, enquanto outros encaram como competição por mercado de trabalho. Conclui-se que o Enfermeiro obstetra pertence a uma classe profissional essencial na atenção à parturiente e ao recém-nascido, prestando um serviço humanizado. Com os programas criados pelo governo, os enfermeiros obstetras voltam a ter acesso à área de atuação, contribuindo para diminuição da medicalização do parto e gerando maior humanização na assistência à parturiente.

Palavras-chave: Enfermeira obstetra/obstétrica. Dificuldades. Assistência ao parto.

VISÃO DO ENFERMEIRO NO PLANO TERAPÊUTICO: UTILIZANDO COMO INSTRUMENTO O BALANÇO HÍDRICO, NA INJÚRIA RENAL AGUDA, EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

Ana Claudia de Oliveira Gorri; Denis Teles de Menezes; Maria Lucia Rissato

O sistema urinário é composto por órgãos que produzem e eliminam urina. Esta é produzida pelos rins, localizados atrás do peritônio, um a direita e outro a esquerda. São várias as funções dos rins classificadas como: função excretora, reguladora e secretora, além de filtrar o plasma e remover substâncias do filtrado em quantidades variáveis, onde substâncias indesejáveis são excretadas na urina, e retornando ao sangue os elementos necessários. Os rins comportam outras funções como: regulação dos eletrólitos; regulação do equilíbrio ácido-básico; controle do equilíbrio Hídrico, controle da pressão arterial, clearance renal, regulação da produção de eritrócitos, entre outras. A formação da urina começa com uma grande quantidade de líquidos filtrados, quase ausentes de proteínas, dos capilares glomerulares para a cápsula de Bowman, onde passa ser chamada de urina capsular, essa urina é modificada quando deixa a cápsula de Bowman e passa pelos túbulos pela reabsorção de água e de solutos específicos para o sangue, até chegarem aos cálices. O edema é o acúmulo de líquido no espaço intersticial, para que ocorra, deve haver uma quebra dos mecanismos que controlam a distribuição do volume de líquido nesse espaço. A Injúria Renal Aguda (IRA) ocorre em 3% a 15% dos pacientes internados, podendo afetar de 30% a 50% dos pacientes em unidades de terapia intensiva (UTI). Esses pacientes que desenvolveram IRA, têm maior risco de desenvolver doença renal crônica, apresentam mortalidade tardia elevada após alta. A prevenção da IRA passa pela identificação das suas principais causas, predominando a multifatorial: isquêmica e/ou nefrotóxica. Ao realizar e registrar dados do balanço hídrico, o enfermeiro precisa estar atento aos resultados para interferir quando necessário em realização e utilização dos resultados do balanço na prática clínica de enfermagem, os enfermeiros devem possuir conhecimento sobre a realização e aplicação clínica do balanço hídrico. O objetivo dessa pesquisa é demonstrar a necessidade de utilizar o balanço hídrico como instrumento de enfermagem, e conscientizar o enfermeiro quanto a importância da realização do Balanço Hídrico principalmente aos pacientes críticos. Este estudo foi realizado a partir de revisão literária em banco de dados nacionais e internacionais: LILACS e SCIELO. Foram encontrados 13 livros, 39 artigos, revistas, monografias e teses, sendo utilizado 10 livros, 19 artigos, revistas, com apenas 06 específicos de UTI, demonstrando a escassez da literatura nesta área. Os resultados desta pesquisa demonstram a necessidade de realizar e registrar dados do balanço hídrico ao paciente crítico, o enfermeiro deve utilizar esse instrumento e estar atento aos

resultados para interferir quando necessário na prática clínica, a fim de ajustar os volumes de fluidoterapia e nutrição, permitindo o equilíbrio homeostático. É um bom indicador de complicações cardiovasculares e renais em pacientes críticos.

Palavras-chave: Cuidados de enfermagem. Balanço hídrico. Injúrias Renais. Cuidados de enfermagem.

PERFIL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE ENVOLVIDOS EM ACIDENTE DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE JAÚ EM 2016

122

Tânia dos Santos Vidal; Maiara Cristina de Lima; Alessandro Gabriel Macedo Veiga

Os trabalhadores da saúde são considerados profissionais de alto risco para acidentes de trabalho, devido a possibilidade de exposição ao risco biológico. Esta situação relaciona-se ao fato do cuidado direto e indireto que prestam aos pacientes e, também, devido aos tipos e a frequência dos procedimentos que realizam, ficando expostos a microrganismos presentes no sangue e fluídos orgânicos e, conseqüentemente, à risco de infecção. Entre os profissionais de saúde, os que estão mais suscetíveis aos riscos ocupacionais são os profissionais de enfermagem, pois estes cuidam diretamente dos pacientes, 24 horas por dia, e são responsáveis pela execução de 60% das ações de saúde, e conseqüentemente, mais expostos ao risco de doenças e acidentes ocupacionais. Estes profissionais apresentam alguns problemas de saúde inerentes à função que desempenham em suas atividades diárias. Em função desta peculiaridade vários trabalhos são voltados aos riscos ocupacionais dos trabalhadores de enfermagem no meio hospitalar. Este objetiva descrever o perfil dos profissionais da saúde do município de Jaú que se envolveram em acidente de trabalho no ano de 2016. O presente estudo qualitativo e descritivo trata-se de uma pesquisa de campo retrospectiva, desenvolvida junto aos documentos de acidentes de trabalho ocorridos entre profissionais de saúde notificados durante o ano de 2016, arquivados no Departamento de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde de Jaú. A autorização para a coleta de dados foi solicitada para o Secretário Municipal de Saúde no mês de abril de 2017, mediante ofício e envio do projeto. Após autorização, foi dada entrada no Comissão de Ética em Pesquisas das Faculdades Integradas de Jaú (CEP/FIJ), aprovada em 12 de junho de 2017, sob o número parecer 2.115.737. O estudo é constituído por 121 indivíduos, dos quais 66 (55%) são do sexo feminino e 55 (45%) do sexo masculino. Em relação à categoria profissional os resultados mostram que 60 (49%) dos profissionais são da área da enfermagem (auxiliares, técnicos e enfermeiros). Aparecem também 2 (2%) biomédicos e 58 (48%) médicos. Os resultados encontrados mostram que, em relação ao setor onde se tiveram notificações de agravos, a distribuição se mostra da seguinte maneira: 65 (54%) dos agravos ocorreram no centro cirúrgico, 3 (2%) ocorreram na CME - Central de Material Esterilizados, 2 (2%) ocorreram em laboratórios, 2 (2%) dos agravos ocorreram no PS - Pronto-socorro, 31 (25%) dos agravos ocorreram em Unidades de Internação - setores, 18 (15%) não souberam precisar o setor onde ocorreram os agravos. Apesar do estudo concluir que os profissionais envolvidos nesses agravos estarem em sua grande maioria dentro do que preconiza a NR-32, todo agravo deveria ser evitado se houvesse maior precaução por parte dos mesmos, haja vista que a literatura é enfática em mostrar que todos os profissionais envolvidos na assistência à saúde necessitam em seu dia-a-dia de uma maior compreensão das normas de biossegurança nas suas práticas, atuando com mais segurança, prevenindo riscos e promovendo a qualidade de vida de próprio e de terceiros.

Palavras-chave: Acidente de trabalho. Profissionais de saúde. Riscos ocupacionais.

OS CUIDADOS DE ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DA OBESIDADE INFANTIL

Ana Flávia de Moura; Renan Floret Turini Claro

A obesidade é caracterizada pelo um acúmulo excessivo de gordura corporal e está relacionada com

o acometimento da saúde do indivíduo, possuindo características multifatoriais envolvidas. A obesidade é detectada quando o Índice de Massa Corporal (IMC) está maior que 30 kg/m² e é classificada em graus (1, 2 e 3), sendo a três obesidade mórbida. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o excesso de peso entre os brasileiro obteve um aumento significativo nos últimos 30 anos em todas as faixas etárias, diante disso a obesidade tem se tornado um problema de saúde pública. Concomitantemente, a Obesidade infantil também tem aumentado, implicando em complicações na infância que podem perdurar até a fase adulta. É na infância que os hábitos de vida são inseridos de forma efetiva, ou seja, nesta fase são criados hábitos que prolongarão pela vida adulta. Assim, este trabalho visa elucidar o papel do enfermeiro na prevenção tratamento da obesidade infantil. Objetivando apresentar os cuidados de enfermagem para que possam ser utilizados na prevenção da obesidade infantil. Foi realizada uma revisão bibliográfica nas bases de dados, scielo, Google acadêmico, ABESO, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, e IBGE, no período de janeiro a setembro de 2017. Diante disso, visto que a obesidade infantil tem aumentado nos últimos anos, o enfermeiro tem se mostrado importante para a prevenção da mesma. Para mudar essa situação, o enfermeiro deve começar com orientação dos familiares, juntamente com as crianças. As recomendações são sobre os perigos de uma criança obesa e sua vida sedentária. Os hábitos alimentares que induzem o maior consumo de calorias, açúcares e gorduras são formados na infância e a conduta alimentar dos pais nesse período é fundamental para a alimentação saudável. Estudos mostram que no atendimento da enfermagem é importante salientar aos orientados que a obesidade é considerada uma doença de difícil manejo à longo prazo. Outra orientação pontual importante é o controle de acesso à dispositivos responsáveis por comportamentos sedentários como o televisor, o aparelho celular e games. Por isso, toda a conduta deve ser tema de abordagem realizada em consulta de enfermagem, sendo que esclarecimentos sobre o consumo de alimentos, exercício físico e comportamento de risco são instruções base e se fazem necessários para evitar e prevenir o desarranjo em relação ao acúmulo excessivo de gordura corporal. As orientações resultarão em uma melhor qualidade de vida para crianças. Conclui-se que a atuação do enfermeiro na prevenção da obesidade infantil se faz por meio de detecção das principais condutas que desencadeiam a obesidade e na instrução sobre a diminuição no consumo de gorduras, açúcares e alimentos calóricos. Também é função da enfermagem estimular a família e a criança a introduzir uma conduta de vida fisicamente ativa. Assim, por meio de ferramentas básicas como a educação em saúde, o enfermeiro é o profissional capacitado para detectar e orientar mudanças de hábitos na vida das famílias e conseqüentemente na vida de crianças obesas.

Palavras-chave: Obesidade Infantil. Enfermagem. Prevenção.

ZIKA VÍRUS NO BRASIL

Solange Aparecida Cruz de Oliveira Gonçalves; Ana Claudia Ferrari dos Santos

A epidemia do Zika vírus ocorrida no Brasil mobilizou pesquisadores de diversas áreas para manejo e controle dos casos da doença. Ocorreu também, aumento dos casos de microcefalia em recém-nascidos e, desta maneira, pode-se correlacionar as alterações neurológicas aos casos de infecção por Zika vírus que ocorreram durante o período de gestação destas mães. O presente estudo objetivou elucidar os referenciais teóricos que definem a etiologia, epidemiologia, causas, formas de transmissão e complicações do Zika vírus, bem como identificar a importância e ações do profissional de enfermagem para a identificação, os cuidados com indivíduos infectados, complicações e medidas preventivas para o controle. Foi realizada a análise dos conteúdos encontrados em periódicos, artigos científicos, teses e demais publicações nacionais, em língua portuguesa, disponibilizados na plataforma digital SciELO e em sites do Ministério da Saúde do Brasil. Os resultados analisados foram publicações em língua portuguesa e houve a elaboração da síntese bibliográfica de 38 publicações entre os anos de 1996 a 2017. Resultados e discussão: O vírus Zika é um arbovírus emergente, pertencente ao do gênero Flavivirus, que apresenta relação genética e sorológica com

outras arboviroses de importância na saúde pública do Brasil, tais como a dengue e a febre amarela. A transmissão ocorre principalmente pela picada do mosquito *Aedes aegypti*, mas também pode ser transmitido sexualmente, perinatal, autóctone e sorológica. Dados epidemiológicos do ano de 2017 mostraram que o estado do Rio de Janeiro apresentou mais casos de complicações derivadas do Zika vírus, como a microcefalia em fetos e recém-nascidos, além de casos da síndrome de Guillain Barré. Sendo observado também que o estado com menos casos de Zika vírus e suas complicações, foi o de Santa Catarina. A fisiopatogenia é alvo de estudos e a sintomatologia em geral, é caracterizada por exantema maculopapular pruriginoso, artralgia, mialgia e cefaléia. O quadro é de evolução benigna e os sintomas geralmente desaparecem em torno de três a sete dias. A literatura relatou casos de pacientes infectados pelo vírus Zika que apresentaram a síndrome de Guillain-Barré, além de outras complicações neurológicas, tais como: encefalite, meningoencefalite, paraestesia, paralisia facial e mielite. Os estudos sobre impacto do Zika vírus e suas complicações são recentes e limitados, torna-se, portanto, necessário estudos envolvendo prevenção, cuidados específicos e tratamento, principalmente o seguimento dos de casos de microcefalia. O profissional de enfermagem, muitas vezes, será o primeiro a ter contato com o paciente atuando como mediador nas relações entre hospital, paciente e família. Conclui-se que a atuação do profissional de enfermagem tornou-se de extrema importância na promoção da prevenção, no tratamento e seguimento dos pacientes infectados pelo Zika vírus. Novos estudos e aprofundamento científico sobre essa doença transmissível serão necessários para obtenção de melhores resultados.

Palavras-chave: Zika vírus. enfermagem. microcefalia.

CUIDADOS DE ENFERMAGEM COM O PÉ DIABÉTICO

Ednaldo Rodrigues; Alessandro Gabriel Macedo Veiga

Diabetes Mellitus (DM) representa uma importante doença crônica não-transmissível, que merece destaque na assistência de enfermagem, devido suas complicações, sendo uma das complicações importantes à ulceração e as amputações de extremidades caracterizando como graves e de maior impacto socioeconômico, estando como de maior frequência à nossa população (BRASIL, 2016). Pesquisas apontam que média de 40% dos pacientes diabéticos não recebem tratamento para sintomas neuropáticos e 60% nunca tiveram os pés examinados (PEDROSA, 2015). Diante disso, o presente estudo está relacionado à descrever ações realizadas pelo enfermeiro no cuidado ao paciente com pé diabético. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter revisão bibliográfica. Foi realizada busca na base de dados da Scielo, livros, manuais e periódicos, utilizando os descritores, pé diabético; enfermagem; cuidados. Os artigos científicos disponíveis online, livros, manuais e periódicos, eram na língua portuguesa (Brasil), publicados entre 2013 a 2017. A busca ocorreu no mês de outubro de 2017. Obteve-se um total de 07 artigos, onde 05 foram descartados por não conter assuntos relacionados ao tema e 02 sendo aproveitados na caracterização deste presente resumo. Após a revisão, foram descritas ações que devem ser realizadas pelo enfermeiro na abordagem ao paciente com pé diabético descrevendo os cuidados de enfermagem no tratamento como: dar atenção às queixas e sentimentos do paciente; realizar acolhimento e acompanhamento de forma humanizada; orientar e educar a população saudável a manter hábitos de vida que diminuam o risco de adquirir o diabetes, mantendo uma dieta adequada, realização de exercícios físicos regulares, parar de fumar, realização de exames periódicos; monitorar e orientar quanto ao tratamento farmacológico prescrito pelo médico; identificar a clareza do paciente para realizar o tratamento domiciliar; usar mecanismos para que o paciente não esqueça os horários das medicações; orientar sobre reações medicamentosas, sinais e sintomas e atitudes frente ao uso de hipoglicemiantes; participar de campanhas de rastreamento de casos de pacientes diabéticos e realizar os encaminhamentos necessários; orientar sobre a manutenção de uma boa higiene e cuidados com a pele e os pés, não andar descalço, inspecionar áreas hiperemiadas, cuidado ao cortar unhas, uso de calçados adequados; auxiliar o paciente a manter níveis adequados de glicemia como forma de proporcionar uma melhor qualidade de vida; participar da prestação do cuidado aos pacientes que tiveram complicações e interagir em

sua reabilitação familiar e social; interagir com a família do paciente com DM para que a mesma compreenda os sinais e sintomas da doença, tornando a família incentivadora no tratamento. Conclui-se que o enfermeiro tem papel fundamental na realização de curativos diários nas lesões dos pés, na avaliação clínica da cicatrização, na assistência durante o período perioperatório, em casos de amputações, como também na assistência emocional aos pacientes e familiares. Acredita-se que esta revisão favoreça a reflexão da prática profissional para se repensar às ações de enfermagem voltadas ao paciente com DM.

Palavras-chave: Pé Diabético. Enfermagem. Cuidados.

ENFERMAGEM E GASTROPLASTIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Paula Fernanda Bueno; Ivana Regina Gonçalves

A obesidade é uma doença crônica e complexa, caracterizada pelo acúmulo de gordura excessiva no organismo e devido aos riscos associados, ela vem sendo considerada um grande problema de saúde pública, afetando todas as faixas etárias e grupos socioeconômicos, relacionado a correria do dia-a-dia, e a facilidade ao acesso de fast-foods. O objetivo deste estudo foi verificar qual a contribuição da literatura operatória relacionada à gastroplastia e a enfermagem. Para auxiliar o direcionamento nesta revisão utilizamos a seguinte questão: qual é o conhecimento produzido sobre o enfermeiro/enfermagem no contexto de cuidados pós-operatório de gastroplastia? A metodologia deu-se através de buscas online na base de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências de Saúde) e MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), sendo que para atingir o objetivo proposto foi realizada a leitura do título, do resumo de 113 artigos identificado, frente à pergunta norteadora. onde foram utilizado 27 artigos para conclusão. Foi encontrado que o número de indicações de gastroplastia tem aumentado, sendo responsável por mudanças físicas e psíquicas do paciente, porém, com grande sucesso. É necessário um acompanhamento periódico, mesmo após a intervenção cirúrgica, com acompanhamento multidisciplinar pelas mudanças das comorbidades e na qualidade de vida. A enfermagem tem que estar focada nos cuidados para a recuperação do paciente, e no seu bem-estar, prevendo possíveis complicações relacionadas ao metabolismo ou transtornos, auxiliando no aumento do autocuidado, e buscando boa resolutividade para a recuperação dos pacientes. A partir desse estudo pode-se concluir que a literatura relacionada a gastroplastia e a enfermagem estão relacionadas a possíveis complicações, transtornos alimentares, síndrome metabólica, qualidade de vida e a perda ponderal.

Palavras-chave: Gastroplastia. Cirurgia bariátrica. Cuidados de enfermagem. Assistência pós-operatória.

AS DIFICULDADES DO ENFERMEIRO NA ABORDAGEM AO IDOSO EM RELAÇÃO À SEXUALIDADE E PREVENÇÃO DA AIDS

Beatriz Luana Martinho Dotta; Andreza Cristina Ribeiro; Rosemeire Simone Dellacrode
Giovanazzi

A expectativa de vida das pessoas vem aumentando significativamente ao longo dos anos. O Brasil que antes era considerado um país jovem, hoje dá lugar a uma nova realidade com o aumento do número de idosos. Estes anseiam por uma boa qualidade de vida e querem manter a vida sexual ativa, porém não dispõem de conhecimento suficiente para que possam usufruí-la com saúde e segurança. O presente estudo tem o objetivo de conhecer o comportamento sexual do idoso, bem como seu conhecimento sobre práticas sexuais seguras e as Infecções Sexualmente Transmissíveis, com enfoque na AIDS, e quais as dificuldades do Enfermeiro em abordar este idoso. A elaboração da pesquisa teve como ferramenta material já publicado sobre o tema; livros, artigos científicos,

publicações periódicas e materiais disponíveis na internet com apoio do Google acadêmico, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), e Scientific Electronic Library Online (SciELO), encontradas nos últimos dez anos com os seguintes descritores: Envelhecimento, Idoso, Sexualidade, DST e prevenção. Foram encontrados 172 artigos, e utilizados 23, por atenderem aos objetivos da pesquisa. Como resultado a pesquisa demonstrou a literatura mostra que o profissional de enfermagem não possui conhecimento diante ao envelhecimento associado à sexualidade, portanto durante sua atuação profissional, se não há aceitação da vida sexual ativa do idoso, é improvável que haja um atendimento integralizado, capaz de explorar, prevenir, diagnosticar e tratar a doença. Conclusão: Através deste estudo evidenciou-se que existe um aumento dos números de idosos infectados com o vírus da AIDS, e esse fato deu-se pela falta de conhecimento do mesmo quanto a sua própria sexualidade, das formas de transmissão, do não uso de preservativos, pela falta de acesso a orientações acerca do tema e falta de capacitação dos profissionais de enfermagem em abordar este idoso. Tais dificuldades deram-se devido a uma ideologia enraizada em preconceitos e tabus oriundas da sociedade.

Palavras-chave: Envelhecimento. Idoso. Sexualidade. DST. Prevenção.

SEPSE: A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO PRECOCE

Flávia Cristina de Sousa; Juliana Karina Candido; Rosemeire Simone Dellacrode Giovanazzi

Estima-se que anualmente 240 mil pessoas morrem e 400 mil novos casos são diagnosticados de sepse no Brasil. Essa doença mata mais que infarto do coração e alguns tipos de câncer. Os fatores que contribuem para essa complicação são: a população crescente de idosos, uma maior sobrevivência das doenças debilitantes, maior frequência de técnicas invasivas, pacientes imunossuprimidos e as infecções hospitalares. A sepse é considerada uma doença desafiadora, pois seu diagnóstico tem que ser reconhecido em tempo hábil, para que não ocorra como seu resultado no organismo, a disfunção de múltiplos órgãos e sistemas. O objetivo deste trabalho foi conhecer o que é e como detectar a sepse precocemente. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica, utilizando os descritores sepse, sinais e sintomas e diagnóstico precoce. Houve a necessidade de fontes anteriores a cinco anos de publicação, por conterem informações relevantes. Foram encontrados 8 artigos, e dentre estes, 4 foram utilizados por atenderem aos objetivos da pesquisa. O diagnóstico precoce da sepse é uma tarefa muito difícil: seja porque suas primeiras manifestações podem passar despercebidas ou por parecer com outros processos não infecciosos. Os sinais e sintomas são variáveis, de acordo com as diferentes faixas etárias do paciente. Assim, quanto mais jovem o paciente, mais inespecíficos são os sintomas. Os critérios para identificar e diagnosticar a sepse precocemente deve se pautar na observação do estado hemodinâmico do paciente: Temperatura acima de 38°C ou abaixo de 36°C, taquicardia acima de 90 bpm, hipotensão arterial, taquipnéia com frequência acima de 20 mrpm ou hiperventilação com PaCO₂ abaixo de 32mmHg, leucocitose acima de 12.000/mm e leucopenia abaixo de 4.000/mm. Este trabalho permitiu o conhecimento sobre o que é e como detectar a sepse precocemente. Esses dados são importantes para o embasamento científico da enfermagem, pois a sepse sendo detectada e tratada precocemente, terá como resultado, uma diminuição da mortalidade desta doença.

Palavras-chave: Sepse. Sinais e sintomas. Diagnóstico precoce.

PROVA TUBERCULÍNICA: ASPECTOS DE ENFERMAGEM

Rosemeire de Lima Mesquita; Ana Claudia Ferrari dos Santos

A tuberculose é uma doença transmissível causadora de morbidade e mortalidade que vem agravando a situação da saúde pública no Brasil. Houve a ilusão do controle da doença, porém na década de 80 associada à pandemia de HIV, a quantidade de casos tornou-se vultuosa. Nos últimos anos ocorreu

diminuição dos casos e em 2014 aprovou-se na Assembleia Mundial de Saúde, uma estratégia para o "fim da epidemia global da tuberculose", que se estenderá até 2035, com a finalidade de redução menos de 10 casos/100 mil habitantes. Nesse sentido objetivou-se identificar na literatura informações sobre a tuberculose e o diagnóstico desta doença transmissível por meio da realização do teste tuberculínico. Metodologicamente realizou-se busca e análise dos referenciais teóricos publicados pelo Ministério da Saúde entre os anos de 2014 a 2017 e foram obtidos seis publicações, além de livro da área. Como resultado verificou-se que a tuberculose é uma doença bacteriana crônica que acomete órgãos ou sistemas, principalmente os pulmões. A transmissão do *Mycobacterium tuberculosis* ocorre pelas vias aéreas, sendo consideradas formas bacilíferas, a tuberculose pulmonar e a laríngea, nestes casos, uma pessoa contaminada pode, em média, contaminar 10 a 15 pessoas. O período de transmissão diminui após o início do tratamento, considerando curável, desde que sejam obedecidos os princípios básicos da terapia medicamentosa e adequada operacionalização do tratamento. O tratamento diretamente observado (TDO) da tuberculose, que consiste na ingestão diária dos medicamentos da tuberculose pelo paciente sob a observação de um profissional de saúde, o qual instituído para melhores resultados no controle da doença. Os medicamentos padronizados para a tuberculose são: a isoniazida, a rifampicina a pirazinamida e o etambutol. O método de realização do teste tuberculínico é um dos principais meios de diagnóstico. A tuberculina é um produto obtido de um filtrado de cultivo de sete cepas selecionadas *Mycobacterium tuberculosis* esterilizado e concentrado. No Brasil a tuberculina usada é o PPD RT-23 reconhecida como líquido injetável, incolor ou levemente amarelado. A prova tuberculínica promove uma reação de hipersensibilidade cutânea, na qual ocorre a aplicação do PPD, por via intradérmica e a leitura será realizada 48 a 72 horas, podendo ser estendida até 96 horas após a aplicação. A injeção intradérmica é feita no terço médio da face anterior do antebraço esquerdo, em um ângulo de 5 a 15 graus, injetando-se 0,1ml de PPD. A correta aplicação provoca formação de pápula de sete a oito milímetros de diâmetro com limites precisos, cor da pele, aspecto pontilhado como casca de laranja, ficando visível por alguns minutos após aplicação. Agenda-se o retorno do paciente para leitura do teste tuberculínico em 48 horas e considera-se positivo se a endureção for igual ou superior à cinco milímetros. Concluiu-se o enfermeiro treinado executa importante papel na realização deste teste contribuindo para detecção de casos novos de tuberculose. Faz-se necessário conhecimento específico para realizar a técnica da prova tuberculínica de forma adequada e para análise correta dos resultados. Palavras-chave: Tuberculose. Prova tuberculínica. Enfermagem.

ENFERMAGEM NA LINHA DE FRENTE NO COMBATE À SEPSE

Flávio Ademilson Corradini Junior; Ana Claudia Ferrari dos Santos

Com a evolução de tratamentos e melhora da sobrevivência de pacientes com doenças graves e crônicas, observa-se tempo de hospitalização prolongado e aumento da incidência de sepse. Entende-se por sepse um conjunto de manifestações graves em todo o organismo produzidas por uma infecção. No Brasil estima-se 200 mil casos de sepse por ano e índices de mortalidade entre 35 a 45% para sepse grave e 52 a 65% para o choque séptico. Em hospitais públicos a mortalidade é elevada e acima da mortalidade mundial. Diante disso, objetivou-se identificar o papel do enfermeiro na detecção dos casos de sepse e sua atuação no diagnóstico precoce e tratamento. Metodologicamente realizou-se pesquisa bibliográfica no SciELO e em publicações do Instituto Latino Americano de Sepse (ILAS) sobre o tema. Utilizou-se cinco artigos publicados em língua portuguesa entre os anos 2012 e 2016. Como resultado verificou-se que a sepse é um conjunto de manifestações graves no organismo, produzida por uma infecção, generalizada ou não, na qual o organismo responde à agressão com processo inflamatório generalizado podendo levar à morte. O reconhecimento e o tratamento precoce da sepse é a chave para o sucesso terapêutico, assim o enfermeiro capacitado e treinado tomará a linha de frente na identificação precoce e mitigação de complicações. O enfermeiro, frente aos cuidados na sepse grave, deverá identificar os sinais de complicações, embasado no conhecimento científico sobre a patologia de base, atuando de maneira rápida e segura. Entre suas funções, destacam-se as ações de

conduzir, orientar e treinar a equipe de enfermagem para reconhecer os sinais de sepse. Para o paciente em terapia intensiva, as intervenções de enfermagem devem estar baseadas na higienização das mãos, utilização de sistema fechado para aspiração traqueal; educação permanente e continuada; implantação do bundle de prevenção de infecção aos pacientes de em ventilação mecânica invasiva ou não invasiva; entre outras. As intervenções de enfermagem para controlar a sepse estão fundamentadas nas diretrizes da campanha de sobrevivência à sepse, fiscalizada pela ILAS, que implementou o pacote de medidas do combate à sepse baseado em evidências. Nas primeiras três horas o enfermeiro deve providenciar acesso venoso periférico calibroso; chamar o médico de referência; colher hemocultura, gasometria, lactato arterial, creatinina, bilirrubina e colher culturas dos sítios pertinentes; administrar a antibioticoterapia de largo espectro, prescrita pelo médico, logo na primeira hora da identificação da sepse; administrar 30 ml/Kg de cristaloides, conforme prescrição médica, para hipotensão. Já após seis horas deverá ser reavaliado o nível de lactato, tratamento para hipotensão e reavaliação do status volêmico e da perfusão tecidual. O estudo de Santos, Alves e Stabile (2012) observou-se que 26% dos estudantes de enfermagem apresentaram dificuldades para identificar quadros de sepse, sepse grave e choque séptico. Concluiu-se que a equipe de enfermagem deve estar preparada para a detecção de sepse contribuindo para a detecção precoce e tratamento pautado em protocolo assistencial gerenciado.

Palavras-chave: Sepse. Enfermagem. Segurança.

MÉTODO MÃE CANGURU: DA IMPLANTAÇÃO À PRÁTICA.

Amanda Maria de Campos; Barbara Helena da Silva Pasqualini; Perola Liciane Baptista Cruz e Silva

O Método Mãe Canguru é uma estratégia de cuidado em saúde com objetivo de humanizar o atendimento ao recém-nascido baixo peso ou prematuro. As vantagens relatadas do método referem-se à aumentar o vínculo entre mãe e bebê, estimulação sensorial, estimulação do aleitamento materno exclusivo, promoção de confiança entre os pais para o cuidado desse bebê, melhora clínica apresentada pelo recém nascido de risco, diminuição na taxa de infecção e menor tempo de internação hospitalar. O Método divide-se três etapas, que vão desde o acolhimento e criação de vínculo entre mãe e recém nascido, a preparação dos pais para a alta hospitalar, afim de passar maior segurança a ambos e por fim, o acompanhamento do Método Mãe Canguru após a alta pela rede de atenção básica. O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa de literatura e teve como objetivo a discussão da atuação do enfermeiro na aplicação do método, vantagens, desvantagens e dificuldades, desde seu processo de implantação. Foram realizadas as buscas nas bases de dados Lilacs, Medline e BDeInf e selecionados 31 artigos para compor a pesquisa, usando para análise Técnica de Análise de Conteúdo, sendo os resultados organizados ao longo de cinco categorias. A primeira refere-se aos primeiros contatos e a descoberta do Método Mãe Canguru, abordando questões do estranhamento à criação de vínculo. Em seguida é discutido o momento da alta hospitalar e o apoio familiar aos envolvidos no processo. Uma outra categoria refere-se a fatores relacionados à organização e desenvolvimento institucional do método proposto. O treinamento e preparação da equipe também é abordagem como parte fundamental para a efetiva implantação e prática com qualidade. Por fim, abordou-se o seguimento da família e a continuidade do cuidado no âmbito da atenção básica à saúde. Como conclusão, reafirma-se a importância do cuidado humanizado com o Recém Nascido de Baixo Peso e a necessidade do apoio da família e a participação da mesma em sintonia com a equipe hospitalar para o sucesso do método mãe canguru. Seu desenvolvimento envolve um trabalho de planejamento, treinamento de todos os envolvidos e adequação institucional para melhor atender as necessidades do recém nascido e pais que permaneceram em contato próximo pelo maior tempo que lhes for possível. Sua adequada condução no momento da alta e continuidade do cuidado quando inserido na comunidade garantem uma atenção integral com vistas à melhora da qualidade de vida da família que envolve-se no processo.

Palavras-chave: Método Mãe Canguru. Enfermagem Neonatal. Cuidados de enfermagem. Terapia

O PAPEL DA ENFERMAGEM NA APLICAÇÃO DE PRÁTICAS ALTERNATIVAS COMPLEMENTARES

Grace Cilene Torquatro Branco Cabrioli; Ivana Regina Goncalves

As Medicinas Alternativas Complementares (MAC) são métodos milenares na manutenção à saúde, por meio da utilização elementos de origem natural e ou vegetal, na prevenção e cura de diversos tipos de doenças. Por se tratarem de métodos eficazes o Ministério da Saúde (MS) incorporou essas práticas como especialidades dos profissionais de saúde, sendo possível observar a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) como portaria do Ministério da Saúde que agrega Medicinas Alternativas Complementares ao atendimento SUS; O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) em março de 1997 através da resolução 197 regulamentou algumas práticas de terapias alternativas como especialidades do enfermeiro, sendo : acupuntura, iridologia, fitoterapia, reflexologia, quiropraxia e massoterapia, obtendo assim o enfermeiro respaldo legal para atuar como profissional nessas áreas, desde que esteja formado em instituição de ensino reconhecida com carga horária mínima de 360 horas. Nesse sentido, objetiva-se verificar na literatura o papel da enfermagem na aplicação das Práticas Integrativas e Complementares. Para responder a pergunta norteadora "Qual a contribuição da literatura sobre terapias alternativas e complementares em relação ao papel da enfermagem?" buscou-se na base de dados google acadêmico os uni-termos em conjunto "práticas integrativas e complementares and enfermagem". Posteriormente à isto verificou-se entre 105 artigos, sendo que 07 correspondiam á pergunta norteadora. Foram elencados assim 05 artigos entre os anos 2002 e 2013 para elaboração desta pesquisa. Foram observados em todos os artigos a pequena quantidade de profissionais de enfermagem especializados para a aplicação das Medicinas Alternativas Complementares ao atendimento de pacientes; Falta de conhecimento da enfermagem graduada e ainda em formação, de que as terapias alternativas complementares são uma especialização com direito a atuação profissional; Necessidade de incluir a disciplina de conhecimento básico em Práticas Integrativas e Complementares como matéria curricular no curso de graduação, despertando o conhecimento e interesse dos universitários; Entre os pacientes as terapias alternativas mais conhecidas e utilizadas estão fitoterapia e acupuntura. Portanto, as Terapias Alternativas Complementares tem adquirido cada vez mais o espaço entre a medicina convencional, sendo assim a enfermagem deve estar apta para oferecer esse atendimento com qualidade e segurança, reconhecendo indicações, benefícios, efeitos colaterais, interações medicamentosas associados à medicina alopática e ou isolado.

Palavras-chave: Medicinas alternativas. Práticas integrativas e complementares. Enfermagem e terapias alternativas.

POTÁSSIO NA ALIMENTAÇÃO DO PACIENTE RENAL CRÔNICO

Taisa Antunes Corrêa; Natalia Fernanda Sarti de Antonio; Renan Floret Turini Claro

A Doença Renal Crônica (DRC) é uma síndrome metabólica caracterizada por uma situação clínica na qual os rins perdem progressivamente suas funções exócrinas de filtração, reabsorção e secreção de substâncias na urina, como também suas funções endócrinas. Os indivíduos com DRC tem comprometimento irreversível do tecido renal e das funções renais, retendo água, causando hipercalemia, apresentando hiponatremia e elevação progressiva dos catabólicos nitrogenados, ureia e creatinina. As principais causas de DRC incluem a hipertensão arterial, o diabetes mellitus e as glomerulonefrite. Potássio é um mineral essencial no funcionamento do organismo ele é encontrado em diversos alimentos de origem animal e vegetal. Ele atua na manutenção do ácido base do organismo, equilibra a água no organismo, age no relaxamento muscular e age no processo de

regulação das atividades neuromusculares. Assim, o controle do consumo de potássio é importante para pacientes com DRC. O objetivo deste estudo foi compreender a terapia nutricional em relação a cuidados indispensáveis referentes ao potássio, através de uma revisão bibliográfica. Na pesquisa verificou-se que a primeira definição da DRC é com base no nível da taxa de filtração glomerular (TFG). No entanto, na fase terminal da doença, os rins perdem a capacidade funcional manutenção da normalidade do meio interno do paciente, necessitando, portanto, de suporte dialítico. A hiperpotassemia está associada à arritmia cardíaca e morte súbita, particularmente nos pacientes em hemodiálise. A terapia dietética para pacientes com hiperpotassemia inclui a restrição de alimentos ricos em potássio, de forma que a oferta total de potássio da dieta seja de 50 a 70 mEq/ dia. Merece cuidado também o preparo das hortaliças. Recomenda-se a cocção em água, sendo que a água do cozimento deve ser descartada. Com esse procedimento há uma perda de aproximadamente 60% do conteúdo do potássio do alimento, não havendo necessidade de submeter o alimento a mais de um cozimento. Para os pacientes em hemodiálise, o potássio deve ser restringido quando o potássio sérico estiver acima de 5,5 mEq. O rim lesionado não é capaz de eliminar potássio adequadamente, de forma que a ingestão dietética é tem como referência a avaliação dos valores laboratoriais. Para prevenir o acúmulo de potássio, a ingestão é restrita em 2.000 a 3.000 mg/dia. Portanto, o preparo dos alimentos é um procedimento importante no controle do consumo de potássio, esse pode reduzir em até 60% a disponibilidade nos alimentos. Além disso, a quantidade de potássio ingerida diariamente deve ser baixa quanto comparada a indivíduos sem DRC.

Palavras-chave: Doença Renal Crônica. Hiperpotassemia. Potássio.

SÍNDROMES DE ANGELMAN E DE PRADER-WILLI

Michaele Aparecida Cardoso De Jesus Ramalho; Carolina Fernandes; Cleusa Camillo Atique

Denomina-se síndrome o conjunto de sintomas e traços de manifestação simultânea, duas das quais, aqui estudadas, objetivando o aprofundamento sobre o apoio e o cuidar a pacientes e familiares, apresentam fenótipos clínicos muito diferentes embora sejam, ambas, relacionadas ao mesmo segmento dos cromossomo homólogos humanos 15. Se a deleção citogenética ocorrer no alelo herdado do pai do paciente, a informação genética em 15q13-q15 que se expressará, será apenas a da mãe (70% dos casos). Estes pacientes apresentarão Síndrome de Prader-Willi (PWS) com retardo mental, mãos e pés pequenos, baixa estatura, obesidade, hábitos alimentares indiscriminados e excessivos e também hipogonadismo. Os outros 30% dos casos não tem deleções citogenéticas e sim duas cópias do cromossomo 15 herdado da mãe, e nenhum do pai (dissomia uniparental). A segunda síndrome estudada, é a Síndrome de Angelman (AS). Se a deleção citogenética ocorrer no alelo herdado da mãe do paciente, a informação genética em 15q13-q15 que se expressará, será apenas a do pai. Estes pacientes tem grave retardo mental, aspecto facial incomum com prognatia, macrostomia, risos imotivados além de espasticidade e convulsões. Cerca de 3%-5% apenas tem dois cromossomos 15 inatos de origem paterna. Não há cura ou prevenção para as síndromes pelo desconhecimento de como corrigir a anomalia que dispara os processos. A SPW, descrita em 1956, também chamada ausência de 15q11-q13q, é a forma mais comum de obesidade com causa genética. A dieta e os exercícios são o principal meio de reduzir a obesidade. O nome da AS, homenageia Harry Angelman, que a descreveu em 1967. Ambas as famílias necessitam de orientação, apoio e cuidados que, quanto mais específicos, melhor.

Palavras-chave: Síndrome de Prader-Willi. Síndrome de Angelman. Deleções cromossômicas humanas.

FENILCETONÚRIA: DEBILIDADE MENTAL EVITÁVEL

Flávia Alessandra Volandi Bernardo; Cleusa Camillo Atique

A Fenilcetonúria (PKU) é uma desordem genética do metabolismo, relativamente comum em algumas populações (1/2900 nativos) que pode determinar um grave retardo mental. A mutação do alelo autossômico recessivo localizado no cromossoma 12, determina a deficiência da enzima hepática fenilalanina hidroxilase. Conseqüentemente o aminoácido fenilalanina deixa de ser metabolizado para tirosina, se acumula no sangue do paciente e no o sistema nervoso central provocando retardo mental no início da lactância. Resíduos como o ácido fenilpirúvico e são excretados. Relata-se odor típico no suor e urina, descrito como bolorento ou semelhante ao de rato. Nas crianças não tratadas também são encontrados microcefalia e atraso do crescimento. Na PKU clássica a atividade enzimática é <1%, ou seja, é praticamente inexistente. Na leve a atividade enzimática é de 1 a 3%. Se a atividade enzimática for superior a 3%, e os níveis plasmáticos em torno de 4 a 10 mg/dl não é necessário terapia aos pacientes. A PKU pode ser identificada através de exame de sangue chamado teste do pezinho. Uma gota de sangue é obtida do calcanhar, entre 3-4 dias de idade, seca em papel-filtro e mandada para dosagem dos níveis sanguíneos de fenilalanina. O diagnóstico precoce evita o aparecimento dos sintomas da doença e o retardo mental. Com orientações nutricionais (dieta de alimentos restritos deste aminoácido fenilalanina e com tirosina adicionada), a deficiência mental poderá ser evitada. A demora além de 4 semanas pós-natais para início do tratamento tem efeito profundo nos pacientes. Objetivando aprofundar o conhecimento sobre esta importante deficiência mental evitável através da produção de material educativo a ser usado na orientação de gestantes e famílias, procedeu-se a esta discussão. Em caso de Hiperfenilalaninemia Permanente, as pacientes do sexo feminino devem ter atenção especial durante a gestação, pois a quantidade aumentada de fenilalanina (acima de 4 mg/dl) na mãe, pode levar a incidência de deficiência mental, microcefalia e baixo peso de recém nascidos. Palavras-chave: Fenilcetonúria. Teste do Pezinho. Erros Inatos do Metabolismo.

ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DE TROMBOSE VENOSA PROFUNDA (TVP)

Aline Maglim Gonçalves de Oliveira Godoy; Alessandro Gabriel Macedo Veiga

A trombose venosa profunda (TVP) caracteriza-se pela formação aguda de trombo em veia profunda com conseqüente reação inflamatória. Os fatores de riscos são aumentados por ser uma doença multifatorial. A TVP é acompanhada frequentemente por embolia pulmonar (EP) sintomática ou assintomática, possibilitando o diagnóstico na maioria dos casos em que os pacientes são estudados adequadamente. Mais de 90% dos casos de EP são originados de um trombo da veia profunda de membros inferiores (MMII). É comum empregar o termo tromboembolismo venoso (TEV) para designar indistintamente a trombose venosa profunda e a embolia pulmonar. A TVP em MMII, dependendo da localização, pode causar dor na musculatura posterior da perna, na coxa, na região inguinal ou pode evoluir assintomaticamente. A correlação entre a extensão de localização do processo trombótico e o local da dor é pequena, e embora a dor esteja normalmente limitada à panturrilha nas tromboes de veias da perna; quando acometido às veias proximais, apresenta-se difusa ou em qualquer seguimento do membro, raramente sendo muito intensa. Comumente, refere-se como queimação, câibra ou sensação de peso, de caráter enganoso e intensidade variável, sendo branda com o repouso e intensa com o esforço. Nesse sentido objetivou-se conscientizar os profissionais de enfermagem sobre a necessidade de atentar-se aos sinais e sintomas que podem evoluir para TVP e proporcionar melhor compreensão do assunto. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, relacionada à revisão bibliográfica. Foi realizada busca em bases de dados do Scielo, dissertação e periódicos, utilizando as palavras-chave: trombose venosa profunda, cuidados de enfermagem na trombose e prevenção de trombose. Os materiais utilizados para este resumo foram na língua portuguesa (Brasil), publicados entre 2013 a 2017. Nos resultados verificou-se que a necessidade de profilaxia associa-se a situações de risco (imobilização, trauma, puerpério, entre outros) e outros fatores como: idade, câncer, TVP ou EP prévio. Na avaliação, normalmente o paciente é caracterizado em pequeno, médio e alto risco para TVP e/ou EP. Os métodos físicos mais

utilizados na profilaxia é as meias elásticas de compressão graduada, movimentação ativa e passiva, deambulação precoce e compressão pneumática externa intermitente. Os métodos farmacológicos mais utilizados estão a heparina em baixas doses, heparina de baixo peso molecular (HBPM), heparina em doses corrigidas, anticoagulantes orais e inibidores da agregação plaquetária. Conclui-se que o papel do enfermeiro na prevenção de TVP é fundamental, pois, é o profissional com maior contato diário com o paciente. Cabe a ele avaliar e registrar fatores de risco como a imobilidade, idade, tipo de cirurgias realizadas, uso de medicamentos, edema, dor, empastamento da panturrilha, entre outros, afim de, evitar maiores complicações. A comunicação entre o profissional e o paciente é indispensável, dado que, munido de informações sobre os sinais e sintomas da moléstia o indivíduo contribuirá com o diagnóstico precoce ao identificar quaisquer alterações que possam estar relacionadas com a enfermidade em questão e assim procurar atendimento adequado nas fases iniciais da doença.

Palavras-chave: Trombose venosa profunda. Cuidados de enfermagem na TVP. Prevenção da trombose.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ADMINISTRAÇÃO DE DROGAS QUIMIOTERÁPICAS ANTINEOPLÁSICAS

Daniele Silva Santos do Sacramento; Ana Claudia Ferrari dos Santos

O tratamento oncológico necessita de enfoque multidisciplinar para melhor atenção ao paciente que será submetido ao tratamento com quimioterápicos antineoplásicos, neste cenário, o enfermeiro exerce papel de suma importância entre as diversas fases do tratamento e das diversas necessidades que poderão surgir no decorrer de todo o processo. De acordo com a complexidade dessa especialidade e associada à elevação da incidência de câncer no mundo, o aperfeiçoamento do cuidado de enfermagem está integrado ao crescimento da área, e tal aperfeiçoamento permitirá um melhor cuidado do paciente com câncer. Nesse sentido, objetivou-se identificar as ações de enfermagem no tratamento do paciente oncológico durante a administração de quimioterápicos antineoplásicos. O presente trabalho realizou uma revisão bibliográfica nas bases de dados disponíveis em meio eletrônico e na SciELO e foram estudados quatro artigos em língua portuguesa, bem como livros sobre o tema publicados entre os anos de 2007 a 2017. Nos resultados verificou-se que a proliferação de células de forma desordenada causam alterações e desequilíbrio celular, alterando o crescimento e na diferenciação celular, desencadeando a tumoração, que no caso do câncer é considerada maligna. Os quimioterápicos antineoplásicos atingem as células tumorais impedindo o processo de divisão celular durante o processo de multiplicação das células cancerígenas. São infundidos de preferência por via endovenosa, podendo também utilizar-se outras vias, de acordo com a finalidade, as drogas poderão ser adjuvantes, neoadjuvantes, paliativas, potencializadoras e são classificadas em: a) drogas vesicantes que poderão, em caso de extravasamento, causar irritação severa, formação de bolhas, destruição tecidual, reversíveis ou não, além de lesionar nervos e tendões; b) drogas irritantes que poderão, em caso de extravasamento, causar reações menores. tais como: dor, queimação, reação inflamatória local da punção e trajeto venoso. Os enfermeiros devem estar atentos durante a instalação do acesso venoso periférico, observando os locais para a punção, e devem evitar locais inadequados e ou veias pouco calibrosas e sensíveis, bem como erros técnicos. A literatura aponta que o enfermeiro deverá instituir protocolos assistenciais, que englobam o funcionamento geral das unidades e questões específicas, como a administração de quimioterápicos. A atuação na precaução e manejo das infusões e de possíveis complicações torna-se fundamental e, para tal são necessárias aptidões e conhecimento técnico científico para que haja percepção prévia de complicações e a ação seja realizada com antecedência, pois atrasos nos atendimentos certamente ocasionarão danos ao paciente. O Conselho Federal de Enfermagem preconiza que o enfermeiro deverá organizar, supervisionar, executar e avaliar todas as ações de enfermagem em clientes submetidos ao tratamento quimioterápico antineoplásico. Assim, cabe também ao profissional de enfermagem a responsabilidade pela promoção da segurança e

manutenção da qualidade da assistência, participando na educação da sua equipe e nos cuidados ao paciente. Concluiu-se que o conhecimento do enfermeiro sobre a administração de quimioterápicos antineoplásicos são imprescindíveis devendo ser aprimorados cada vez mais, proporcionando assim mais qualidade e segurança ao paciente.

Palavras-chave: Antineoplásicos. Quimioterapia. Enfermagem

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM JUNTO AO PACIENTE PORTADOR DE INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA E TRATAMENTO HEMODIALÍTICO

Tainah Momesso; Stéfani Fernanda Teche; Cláudia Conte

133

A Insuficiência Renal Crônica é uma doença não transmissível, é degenerativa e causa alterações patológicas renais irreversíveis, paralisando as funções vitais do rim, é umas das principais causas de morbimortalidade e incapacidades mundiais. Este estudo tem como objetivo realizar levantamento bibliográfico sobre a importância da assistência de enfermagem junto a esses pacientes em tratamento hemodialítico. O tratamento realizado através da hemodiálise ocasiona um grande impacto na vida desse paciente, afetando a saúde física, mental, funcional, social. Por conta disso o enfermeiro deve seguir além das necessidades físicas e biológicas, a relação com o paciente deve atingir nível social e psicológico, onde encontrará estratégias para o desenvolvimento de uma melhor qualidade de vida, onde esses indivíduos deveriam ser orientados, estimulados e apoiados. Este trabalho através de pesquisa dissertativa, auxilia de modo considerável o processo de tratamento dos pacientes que sofrem de Insuficiência Renal Crônica e os cuidados da enfermagem. Este estudo fundamenta a prática dos profissionais na atenção do doente renal crônico e no cuidado durante a hemodiálise, desde modo, a equipe de enfermagem é de extrema importância, sendo responsável pelos cuidados direto ao paciente.

Palavras-chave: Insuficiência renal crônica. Assistência de enfermagem. Hemodiálise.

A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO TECNICO-CIENTÍFICO DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO HOSPITALAR

Afonso Henrique Baldan; Cláudia Conte

O papel administrativo do enfermeiro vem a cada dia revestir-se de importância, com mais de 20 anos de estudos relacionados ao enfermeiro gerencial e administrativo, o papel profissional desses enfermeiros tem cada vez maior importância no processo gerencial, sendo não só da sua enfermagem ou setor, mas da instituição como um todo, seja ela hospital, clínica ou outros estabelecimentos de prestação de serviços de saúde. Com a visão gerencial moderna voltada à redução dos custos dos serviços de saúde com a mesma eficácia do trabalho realizado à clientela, os conhecimentos práticos e também científicos do enfermeiro podem ser a premissa ou até mesmo a solução para o resultado positivo da gestão financeira e administrativa dos tempos modernos. Sendo o serviço de enfermagem o maior manipulador de insumos dos serviços de saúde (medicações, hotelaria, higiene, alimentação, materiais para exames, etc.) e, ao mesmo tempo, a mão-de-obra mais presente no cuidado ao paciente, é evidente que o conhecimento prático do enfermeiro é grandioso quando falamos em gestão, economia, satisfação do cliente e eficácia das ações empregadas. Esses conhecimentos práticos unidos aos conhecimentos acadêmicos também relacionados às essas áreas fazem então uma soma que tem grande potencial de estabilidade e rentabilidade institucional, ainda, garantia do serviço prestado com qualidade e satisfação do cliente.

Palavras-chave: Gerenciamento hospitalar. Enfermeiro gestor. Administração em enfermagem.

CATETER VENOSO TOTALMENTE IMPLANTADO - PRINCÍPIOS E PRÁTICA

Simone Manechini Calciolari; Gustavo Venancio; Ana Claudia Ferrari dos Santos

O cateter venoso central totalmente implantado (CVCTI) é amplamente utilizado para os pacientes em tratamento de doenças onco-hematológicas. Seu uso é prolongado, sendo considerado de longa permanência e promove benefícios quando comparado à utilização da rede periférica para a infusão de quimioterápicos. O objetivo deste estudo foi demonstrar a utilização, finalidade e cuidados necessários para o manejo do CVCTI nos portadores de doença oncológica. Trata-se de um estudo bibliográfico descritivo realizado por meio de busca nas bases de dados virtuais em saúde, como SciELO, além de monografias e livros sobre o tema. Os resultados obtidos foram quatro artigos publicados entre os anos de 2011 a 2014, agrupados conforme a indicação de uso, suas características, implantação, manuseio e cuidados de enfermagem. O CVCTI cateter surgiu no início da década 80 e ficou conhecido como Port-a-Cath revolucionando a oncologia no aspecto vascular, melhorando a qualidade de vida do paciente com câncer por promover maior conforto na administração dos esquemas terapêuticos, menor necessidade de manipulações e menor índice de infecções e diminuindo o estresse nos clientes com repetitivas punções. A indicação do CVCTI está relacionada aos portadores de difícil acesso venoso periférico e que se encontram em tratamento prolongado. A manipulação deste tipo de cateter deverá ser realizada por equipe de enfermagem devidamente treinada, utilizando técnicas corretas e protocolos de cuidados para evitar surgimento e avanço de infecções da corrente sanguínea que podem representar grande morbidade e até mortalidade, quando relacionado à sepse. Por ser um dispositivo intravenoso que fica acoplado abaixo da pele e possuir em um reservatório com membrana perfurável de silicone, poderá ser utilizado para infusão de hemoderivados, coleta de sangue, administração de antibióticos, nutrição parenteral, quimioterápicos antineoplásicos, células tronco hematopoéticas e medicamentos. A implantação do CVCTI é realizada pelo cirurgião vascular em centro cirúrgico, sobre anestesia local ou sedação, se for necessário. O cateter é implantado no tecido subcutâneo e introduzido, em geral na veia cava superior, e fixado na região lateral do tórax (subclávia) ou do pescoço (jugular). Por ser de material radiopaco, após sua colocação há a necessidade radiografar para confirmação do posicionamento correto. O acesso ao dispositivo dá-se por meio de punção na pele com agulha própria, denominada de agulha Huber, que ao penetrar o septo não apresentará danos a essa parede de silicone ao ser puncionado. A manipulação do CVCTI requer domínio da técnica asséptica, rigor absoluto quanto à antisepsia da pele, avaliação do sítio de punção, bem como as condições clínicas do paciente. Pode ser utilizado por tempo indeterminado e após sua implantação o paciente poderá receber alta no mesmo dia e até receber a infusão do medicamento. A cicatrização da inserção do cateter varia de sete a 10 dias e não há necessidade de curativo se não estiver puncionado. Concluiu-se com o estudo a utilização e manejo do CVCTI requer equipe de enfermagem especializada e treinada, sendo este dispositivo fundamental para obtenção de melhores resultados no tratamento do paciente com doença onco-hematológica.

Palavras-chave: CVCTI. Cateter. Paciente. Tratamento.



LICENCIATURA EM LETRAS

A GRADUAÇÃO DE LETRAS TEM COLABORADO PARA O INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO?

André Felipe dos Santos; Lucia Helena Ormelese de Barros

O objetivo desta pesquisa é compreender como o ensino na graduação de Letras colabora como instrumento para a entrada no mercado de trabalho. A base da literatura se processou através de textos para a produção de discussões sobre o tema. A graduação em Letras abrange possibilidades significativas para o ingresso no mercado de trabalho, podendo atuar como educador, pesquisador, tradutor ou intérprete. Portanto, o preparo pessoal deve ser satisfatório para desenvolver ou adquirir as competências linguística e comunicativa no uso da língua. É interessante incluir uma atitude investigativa, uma formação de um docente-pesquisador com sólida competência técnica e reflexiva, capaz de adaptar as realidades culturais diferentes e a contribuir para sua compreensão e transformação. Vale salientar que os conteúdos, as metodologias, as avaliações englobam a prática educativa do docente para atender seus alunos significativamente, desmistificando a ideia de que só com a base teórica a educação acontece, esta depende de formas de interpretação e entendimento da realidade. Desse modo, inferir e analisar as possibilidades de articulação da realidade com os conhecimentos, confrontando assuntos acerca da graduação e do mercado de trabalho, pode colaborar com profissionais atuantes e conscientes de seu papel na sociedade. Isso demonstra que todo contexto sociocultural e histórico está em constante transformação e o conhecimento deve ser revolucionário durante o processo de aprendizagem, o que reflete em mudanças de paradigmas, modificando a relação professor/aluno, pois tanto se ensina como se aprende. Assim, aumenta a possibilidade de executar um trabalho docente de modo criativo, crítico e articulado com o ambiente contemporâneo reflexivo. Então, o professor deverá encarar os desafios que a profissão lhe impõe e dar seu diferencial para garantir seu lugar no mercado de trabalho. É em suma importância apresentar uma vertente que dê aos docentes fontes necessárias para sustentação de opiniões e conhecimento relativo aos desafios que encontrarão não só no decorrer da vida diária como em âmbito acadêmico. Entretanto, tal processo educativo deve ser emancipatório para enfatizar atitudes coletivas no contexto das práticas produtivistas e mercantilizadas, incentivando a inovação e a ampliação da formação continuada na profissão de docente com a obtenção de profissionais que buscam novos horizontes através de pesquisas, publicações, pós-graduação e *strito sensu*.

Palavras-chave: Graduação. Mercado de trabalho. Docente/Pesquisador. Metodologias.

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA: PERSPECTIVAS TRADICIONAIS E LINGUÍSTICAS

Veridiana Arruda Penteadó; Suzana Abrunhosa

A realidade escolar brasileira apresenta inúmeros desafios quanto ao ensino da língua materna, por isso é preciso conhecer as diferentes abordagens que compõem o ensino da Gramática, explorando desde seu surgimento até os dias atuais, para que se possa elaborar como, quando e por que ensinar e aprender a sistematização da Língua Portuguesa. Este trabalho objetiva proporcionar uma reflexão sobre qual caminho seria adequado para o ensino da Língua Portuguesa e quais os principais comprometimentos do professor na transmissão do conhecimento. Nele são abordadas metodologias que deverão ser levadas em consideração no processo do ensino da língua para que possa favorecer o desenvolvimento e a ampliação significativa das capacidades linguísticas dos educandos. A pesquisa salienta a importância de se analisar o domínio de conceitos, normas e habilidades de uso da língua em situações concretas de interação, auxiliando na construção de diferentes paradigmas. Em um primeiro momento, apresenta-se uma síntese da trajetória do léxico português para que, através disso, possa se entender os motivos que hoje levam o domínio do idioma ser tão importante. Em seguida, o ensino da língua é tratado a partir da visão tradicional, mostrando aspectos que estão inseridos no ambiente escolar até os dias de hoje. No terceiro capítulo há a abordagem de novas técnicas de ensino que, com o passar do tempo, foram se tornando imprescindíveis para o melhor funcionamento do processo de aprendizagem. No último capítulo, o trabalho discorre sobre as responsabilidades que cabem a um professor, como mediador do conhecimento e auxiliador da formação integral de seus alunos. A metodologia baseia-se em estudos e pesquisas em livros, revistas, vídeos e artigos, ressaltando como os diferentes valores implícitos ao longo da formação das sociedades podem influenciar tanto na educação voltada à escola quanto no cotidiano das pessoas. Este trabalho considera a língua materna como instituição atual e, ao mesmo tempo, produto do passado, priorizando a contextualização de seu uso e a necessária reflexão sobre ela.

Palavras-chave: Ensino da Língua Portuguesa. Gramática. Linguística.

O AMBIENTE ESCOLAR E A FORMAÇÃO DO LEITOR LITERÁRIO

Viviane Morales Salla; Suzana Abrunhosa

No ambiente escolar, pode-se constatar a dificuldade que o professor encontra para trabalhar com a leitura, principalmente a literária. Partindo desse fato, este trabalho aborda o papel da literatura e a formação literária do aluno, a diferença entre a literatura infantil e juvenil, e qual o papel da escola em relação à formação de leitores. O objetivo é fazer um breve estudo sobre o ensino da literatura na escola, com a preocupação na formação literária do aluno, assim como os tipos de leitura trabalhadas em sala de aula. Para a realização dessa pesquisa, foram utilizadas diferentes fontes, como livros, artigos e outras produções acadêmicas já publicadas. O gosto pela leitura deve ser despertado desde criança, incentivado pela própria família e, posteriormente, pelos professores, na escola. No entanto, percebemos que o ensino, hoje, no Brasil, no que diz respeito à leitura e à literatura, não desperta no aluno o hábito de ler. Muitos discentes apenas recorrem aos livros de literatura porque são obrigados e não porque sentem prazer. Dessa forma, através desse estudo, pode-se perceber que muitas vezes o educando não cria o hábito pela leitura, por falta de incentivo, seja dos pais, professores ou espaço adequado dentro da escola (biblioteca). Para reverter essa situação, os docentes devem buscar novas formas e estratégias de ensino, garantindo que os alunos tenham acesso a diferentes conteúdos, abordagens e pontos de vista. Formar leitores requer cuidado, pois, inicialmente mediado pelo professor, os alunos vão construindo seu percurso como leitores, para posteriormente seguirem lendo com autonomia e competência. Se há pretensão de formar alunos-leitores, é necessário dar sentido às leituras escolares.

Palavras-chave: Literatura. Práticas de leitura. Formação de leitores.

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA E O USO DE ALGUNS GÊNEROS TEXTUAIS ARGUMENTATIVOS PRESENTES NA MÍDIA IMPRESSA

Carolina Alves de Oliveira; Suzana Abrunhosa

Cotidianamente as pessoas se deparam com uma variedade de gêneros textuais presentes tanto na oralidade quanto na escrita. As atividades comunicativas diárias, em especial as ligadas à área da comunicação, propiciaram o surgimento desses gêneros, os quais não podem ser numerados, visto que variam muito e se adaptam às necessidades dos falantes. No entanto, mesmo que não possamos contá-los, é possível observar que possuem peculiaridades que nos permitem identificá-los e reconhecê-los entre tantos outros gêneros. Além disso, por serem dinâmicos, podem surgir e desaparecer, se diferenciar de uma região, ou cultura, para outra. Entre as características dos gêneros textuais está a apresentação de tipos estáveis de enunciados, além de estruturas e conteúdos temáticos que facilitam sua definição. Partindo desses conceitos, neste trabalho serão apresentadas considerações sobre alguns textos do gênero argumentativo, presentes na mídia impressa, como editoriais, artigos de opinião e carta do leitor, os quais podem ser trabalhados pelo professor, em sala de aula. O objetivo desta pesquisa é analisar o uso de textos argumentativos presentes na mídia impressa, visando a dinamizar as aulas de Língua Portuguesa, desenvolvendo a capacidade argumentativa dos alunos, levando-os a conhecer as características de alguns gêneros que circulam nos jornais. Para tanto, adotou-se a pesquisa bibliográfica, com consulta em diferentes fontes, como livros, artigos e outras produções acadêmicas. Utilizar a mídia impressa como instrumento pedagógico pode tornar as aulas de Língua Portuguesa mais dinâmicas e contextualizadas. Os alunos poderão realizar suas próprias produções utilizando a mídia como um recurso que contribui para esse processo educativo de criar, de pesquisar, ampliando seus conhecimentos, além de serem sujeitos no processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Gêneros textuais. Mídia Impressa. Ensino de Língua Portuguesa.

ESSA COCA É FANTA. E DAÍ? - A IDEOLOGIA POR TRÁS DA CAMPANHA PUBLICITÁRIA SEGUNDO A ANÁLISE DO DISCURSO.

Rodrigo da Silva; Isabella Unterrichter Rechtenthal

Em 28 de junho de 2017, dia do orgulho LGBT, a marca de produtos alimentícios Coca-Cola divulgou a campanha "Essa Coca é Fanta. E daí?", com o intuito de intensificar o combate à homofobia no Brasil. A campanha fez parte de uma ação promovida pela empresa e divulgada em sua sede no Rio de Janeiro e, embora não tenha sido divulgada comercialmente, ganhou popularidade através das mídias sociais, que impulsionaram o movimento de forma rápida por diversas regiões do país. A empresa disponibilizou para os funcionários latas de refrigerante da marca contendo o slogan "Essa Coca é Fanta. E daí?" e, além da embalagem personalizada, a bebida foi alterada para Fanta Laranja. A empresa, através do uso da paráfrase, retoma uma piada homofóbica popular entre a sociedade brasileira e, com base na polissemia que gera multiplicidade de sentidos, confronta o discurso dominante, com sentido pejorativo, para criar uma nova perspectiva do discurso. Através desse dialogismo, conceito bakhtiniano que determina que a interação entre textos deriva da polifonia, a leitura do slogan, considerando o contexto social no qual está inserido, auxilia o interlocutor a realizar processos de pressuposição, inferência e verificação para a construção de novos sentidos. O leitor é convidado a refletir sobre a visão do ser diferente como algo natural, presente no cotidiano. A empresa, ao lançar mão de uma campanha que se opõe à cultura heterossexista e heteronormativa para propagar novos valores, apresenta em seu discurso a função de deformação da ideologia, opondo-se ao sentido pré-construído de insulto presente no discurso dominante.

Palavras-chave: Coca-Cola. Ideologia. Análise do discurso. Homofobia.

ESPAÇO SOCIAL E HÁBITOS DA BURGUESIA EM ORGULHO E PRECONCEITO

Graziella da Silva; Isabella Unterrichter Reichtenthal

Jane Austen é uma escritora britânica do século XIX mundialmente conhecida por romances ambientados no período em que escreveu, nos quais estão representados os costumes e práticas da sociedade da época, regra que não foge de Orgulho e Preconceito, corpus do presente trabalho. Posto isto, objetivamos, a partir da análise do enredo e da obra, verificar como a sociedade inglesa da época é representada no livro com base no trabalho de diferentes categorias narrativas, sobretudo discurso, narrador e focalização relacionados à descrição do espaço. No século XIX, a sociedade inglesa vivenciava o período georgiano, e era estruturada em classes evidenciadas principalmente pelo local de origem da população: o campo e a sociedade. As pessoas pertencentes às classes mais abastadas eram separadas por títulos, como por exemplo, duques, condes, marqueses e, para obtê-los, precisava ser nascido primogênito de uma dessas famílias ou ganhar lutando na guerra. Compunha também a sociedade a burguesia em ascensão, enquanto, no campo, os costumes tradicionais continuavam presentes, sobretudo entre trabalhadores rurais, correspondentes às classes mais pobres da época. É o que se faz notar em Orgulho e Preconceito, por meio do romance entre Elizabeth, nascida no campo, e Mr. Darcy, na cidade, sendo as barreiras sociais, associadas ao espaço, o principal fator que impede, inicialmente, o romance. O presente trabalho já em fase de conclusão evidencia que o espaço social, relacionado ao espaço físico, condiciona o comportamento das personagens, comprovando a importância dessa categoria narrativa na composição do enredo.

Palavras-chave: Orgulho e Preconceito. Jane Austen. Espaço. Sociedade Inglesa.

UMA REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS FATORES DE TEXTUALIDADE NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Carla Tamires Fortunato; Suzana Abrunhosa

Para que um texto seja eficaz na transmissão da sua mensagem, tenha o seu sentido completo, é essencial que esteja coerente e coeso. A coesão e a coerência são fundamentais na construção textual, pois só assim o interlocutor poderá compreender a mensagem recebida. A coesão textual refere-se aos mecanismos linguísticos que permitem uma sequência lógico-semântica entre as partes de um texto e a coerência diz respeito à significação do texto. Esses conceitos aparecem na Linguística Textual, que estuda os princípios constitutivos de um texto, se preocupando com a produção, recepção e interpretação. No que concerne ao ensino da Língua Portuguesa, cabe ao docente proporcionar aos alunos uma reflexão sobre como esses conceitos são importantes para se produzir um texto bem estruturado, evitando, assim, problemas na sua construção. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo abordar fatores que fazem parte do processo de construção de um texto, possibilitando uma visão mais clara de como se trabalhar esses conceitos com os educandos. Para a realização desta pesquisa, foi feito um mapeamento bibliográfico, com consulta em diversas fontes, como livros, artigos, teses e dissertações. O suporte teórico será utilizado na análise de um texto para exemplificar a importância da construção textual e como isso poderá auxiliar o professor de língua materna. O estudo enfatiza a importância da construção textual e como as atividades específicas de coesão e coerência podem contribuir, efetivamente, para o ensino de leitura e produção textual nas aulas de Língua Portuguesa, fazendo com que o aluno possa produzir um texto, oral ou escrito, transmitindo-o a um receptor que o compreenda sem dificuldades.

Palavras-chave: Ensino. Língua Portuguesa. Construção Textual.

ANÁLISE DIACRÔNICA DE LETRAS DE MÚSICA NO DECORRER DO SÉCULO XX

Letícia de Souza; Isabella Unterrichter Rechtenthal

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo verificar a variação linguística lexical do Português Brasileiro no decorrer do século XX, a partir de letras de músicas de autoria nacional que abordem a mesma temática: o amor. Dada a amplitude do território brasileiro, optamos por fazer um recorte regional, tomando como base apenas canções produzidas nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Como base teórica, adotamos estudos relacionados à linguística histórica e a sociolinguística para dar respaldo à investigação. Segundo aponta o estudioso Dubois, para que uma língua seja compreendida é necessário que seja analisada nos âmbitos sincrônico e diacrônico, podendo ser determinada pelo período (tempo/época) no qual ocorre, ou então influenciada ao longo de uma década ou século, respectivamente. No presente trabalho, optaremos pela perspectiva diacrônica, visto que nosso enfoque se dará na variação linguística no passar do tempo. Além disso, tomaremos como base a teoria sociolinguística, que tem como princípio o estudo das línguas em diversos contextos históricos, considerando características internas e externas ao ambiente falado e acredita ser parte constitutiva da língua, as variações. No que diz respeito à variação lexical, sabe-se que o léxico trata-se de um recurso da língua que é construído a partir das palavras e é estruturado segundo as características externas e internas de uma língua, podendo sofrer influências em sua composição. As variações ocorridas no léxico devem-se às influências referentes a cultura, história e literatura que se restringem a determinada época. Segundo a sociolinguística, considera-se o contexto histórico como parte relevante na estruturação da língua, levando em conta fatores externos à língua como, por exemplo, ambientes formais e informais. Outro fator relevante, ainda, na mudança estrutural da língua deve-se às variações relacionadas a diferentes faixas etárias, pois é possível constatar no dia a dia a abertura dos jovens às novas palavras, enquanto os mais velhos mantêm-se em seu dialeto já estabelecido. A partir dessas considerações, iniciaremos a pesquisa com base no levantamento, coleta, seleção e leitura de corpus para o desenvolvimento deste trabalho.

Palavras-chave: Linguística Histórica. Diacronia. Sociolinguística. Variação Lexical.

A TEMÁTICA DA MORTE NA OBRA DE RAUL SEIXAS

Caio Fernando Spatti Zunta; Isabella Unterrichter Rechtenthal

O cantor e compositor Raul Santos Seixas, mais conhecido como Raul Seixas, expõe e trabalha o tema da morte em suas obras, adotando diferentes perspectivas sobre ela em suas canções. Desde pequeno, questões filosóficas o circundaram e, conforme foi se aproximando desses temas, foi descobrindo o mundo e a si. Os traços desse autoconhecimento e dos temas que lhe interessavam estão presentes ao longo de suas obras. Ao longo de nossas vidas muitos assuntos do dia a dia têm nos causado dúvida, medo, receio e preocupação, sendo um dos principais o tema da morte. Essa pode ser encontrada constantemente em produções artísticas, que visam desmistificá-la e apresentá-la ao público sob diversas perspectivas. Desse modo, o presente trabalho visa demonstrar os pontos de vista do artista Raul Seixas acerca desse assunto, considerando sua produção lírica - as letras das canções - para a divulgação tanto de sua obra quanto ao trabalho poético que fez acerca do tema em questão. Dessa maneira, a pesquisa visa apresentar ao público a arte como uma das melhores formas de se discutir temas complexos, como o da morte aqui abordado que, na obra do artista, apresenta-se de diferentes formas, desde a física/biológica até a simbólica. Por isso, notamos diferentes manifestações desse tema no âmbito artístico e, por mais que seja um tema assustador para alguns, há ainda artistas que não deixaram de abordá-lo. Ao contrário, procuraram enfatizá-lo para que, trazendo outros pontos de vistas, consigamos lidar melhor com momentos que envolvem esse tema.

Como resultado, nota-se que, através da arte, ampliamos nosso conhecimento de mundo, pois por meio dela é levantada questões de diversas áreas do saber, como filosofia, história, biologia, sociologia, etc.

Palavras-chave: Raul Seixas. Morte. Produção poética.

O INSÓLITO NO CONTO VERÃO DE JÚLIO CORTÁZAR

Danilo Trajai Zorzin; Isabella Unterrichter Rechtenthal

140

O escritor Júlio Cortázar é conhecido por trabalhar, em sua produção, histórias com características realistas que, aos poucos, são quebradas pela presença de elementos inexplicáveis, é o que ocorre no conto "Verão", objeto de análise do presente trabalho. No conto, ao entardecer, Florencio vai até a cabana onde moram Mariano e Zulma e pede a eles para tomarem conta de sua filha; os anfitriões ocupam-se de seus afazeres e deixam a menina a vontade. Ao anoitecer, prepararam o jantar e, após prepararam a cama para a menina dormir, Zulma ouve um barulho que parece vir das escadas no jardim, mesmo que àquela hora costumasse ir à cabana, Zulma é tomada de terror e, embora Mariano tente justificar o barulho relacionando-o à presença de um cavalo, ela não se dá por convencida, mantendo-se assustada e em dúvida até o final da história. O leitor, que acompanha toda a situação que envolve os protagonistas, também permanece com a dúvida gerada no conto, quanto à existência do cavalo, sendo dessa incerteza que emerge a possibilidade do fantástico. Para o teórico Tzevetan Todorov, o fantástico acontece no momento em que há dúvida se a situação vivida por uma personagem é ou não real. Pretende-se dessa forma, analisar a configuração fantástica no conto "Verão" com base, sobre tudo, na teoria de Tzevetan Todorov. Como resultados, foram encontrados dentro do conto elementos fantásticos que, ao serem analisados, atendem a perspectiva fantástica todoroviana, revelando que, esse conto pode ser enquadrado na produção tida com fantástica de Júlio Cortázar.

Palavras-chave: Júlio Cortázar. Octaedro. Literatura Fantástica.

A REPRESENTAÇÃO DO ARTISTA NOS ROMANCES URBANOS DE ÉRICO VERÍSSIMO

Caroline Bonaldo Lima; Gislaíne Cristina Ferreira Lima Martins; Marcelo Mott Peccioli Paulini

Érico Veríssimo é um dos grandes nomes da literatura brasileira e um dos maiores representantes, no sul do país, da segunda fase modernista, também conhecida como Geração de 30. Sua obra é composta por inúmeros títulos que variam entre romances, contos, biografias, livros de memórias, relatos de viagem e histórias infantis. Seus romances podem ser divididos principalmente em três grupos ou fases: romances urbanos; romances históricos e romances políticos. Os romances urbanos foram os primeiros escritos pelo autor, entre 1933 e 1942. Tendo como cenário Porto Alegre e a fictícia Jacarecanga, Érico retratou nessas obras o cotidiano e os dramas existenciais e sociais presentes nesse ambiente que se modernizava. Este trabalho, após uma síntese do contexto histórico dos anos 30 e da literatura que se produziu na época, analisa algumas obras do autor nesse período, buscando a maneira como a figura do artista é representada nelas. Os romances privilegiados foram Clarissa; Caminhos Cruzados; Música ao Longe; Um Lugar ao Sol e o Resto é Silêncio, todos de Érico Veríssimo. Além dessas obras de ficção, uma bibliografia pertinente ao tema também foi compulsada. O objetivo dessa pesquisa é exemplificar e refletir sobre a caracterização de variados tipos de artistas (músicos, escritores, pintores) presentes nos romances do autor, os sentimentos de frustração, alienação e revolta por eles vividos, seus ideais e concepções artísticas, os questionamentos sobre a função do artista na sociedade, bem como a visão que a mesma tem dessas figuras, muitas vezes à margem do

mundo burguês. Através dessa investigação, pretende-se compreender a visão do próprio Érico sobre essa temática nos anos iniciais de sua produção literária e a postura com que o autor se colocou na geração de 30.

Palavras-chave: Érico Veríssimo. Romance urbano. Representação do artista.

O TRABALHO DA POESIA EM SALA DE AULA

Flávia Prado Leandro de Melo; ISABELLA UNTERRICHTER RECHTENTHAL

141

A poesia é proposta, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, como instrumento de trabalho dentro das salas de aulas do Ensino Fundamental - Ciclo II e do Ensino Médio. Contudo, a atenção dada a ela tanto no documento quanto nos materiais didáticos é mínima quando comparada aos demais gêneros literários, cabendo-nos, no presente trabalho, verificar como ela é trabalhada nas salas de aula, bem como sua contribuição para a formação de um público leitor. Essa situação evidencia dois grandes problemas que envolvem, hoje, a sociedade brasileira: a falta de construção de leitores críticos de literatura e a carência de metodologias mais claras para os docentes que os permitam, a partir do texto poético, incentivar a prática da leitura em sala de aula. Por esse motivo, buscamos conhecer e entender a poesia em sua especificidade, analisando desde a tradição teórica, até a reflexão crítica sobre as diretrizes metodológicas do Brasil. Assim, analisaremos as contribuições do ensino da poesia, tendo em vista sua importância para a formação do leitor-aluno com um pensamento crítico e reflexivo. No percurso da pesquisa, adotamos como metodologia a revisão da literatura, com a teorização da poesia e textos sobre letramento e uso da poesia na escola; coleta de definições da poesia, através de leituras e leituras de diferentes trabalhos científicos que objetivaram, com estágios em escolas, verificar como o gênero poético é trabalhado em salas de aula. Notamos, com nossa pesquisa, uma defasagem metodológica por grande parte dos educadores que podemos expor através de aspectos como: a formação acadêmica falha, que pouco incentivam seus alunos; falta de estabelecimento de diretrizes claras, mesmo nos textos oficiais (PCNs, OCEM e Proposta Curricular do Estado de São Paulo), que também não determinam especificamente como se dá o trabalho da poesia na sala de aula. Assim, pretendemos, com o presente trabalho, esclarecer como o educando entra - ou não - em contato com o gênero poético nas escolas brasileiras e as consequências que isso acarreta.

Palavras-chave: Gênero poético, Prática docente, Formação de leitores.

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Caroline Duarte Rodrigues; Suzana Abrunhosa

Habitualmente lemos e ouvimos notícias relacionadas às provas do ENEM e a vestibulares diversos, pertinentes às redações dos candidatos. Esses meios de comunicação se encarregam de nos informar sobre a dificuldade que os jovens têm em transcreverem suas ideias por meio da norma culta da Língua Portuguesa. Pode-se afirmar que, no contexto escolar, é notável a presença de variedades linguísticas trazidas pelos alunos, gerando um grande conflito, o qual ocorre a partir do momento em que a escola possui uma língua e o aprendiz, outra. Dessa forma, este trabalho tem por objetivo analisar o processo de ensino-aprendizagem e o conflito linguístico apresentado, demonstrando aos alunos a importância da linguagem formal não apenas em sala de aula, mas em aspectos diversos do dia-a-dia. Para tanto, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, com consulta a livros, revistas e sites. Com base nessas informações, percebe-se que educando e educador se defrontam com uma problemática da educação: o ensino da norma padrão versus a variação linguística. Através da pesquisa, parcial, pode-se observar que, para um bom aproveitamento escolar, se faz necessário o trabalho pedagógico

das variações da Língua Portuguesa, de modo a respeitar a diversidade oral existente na sala de aula. O professor, munido de recursos educativos, deve integrar o aluno ao discurso do mundo globalizado, apresentando a norma padrão, na tentativa de fazer com que o discente seja capaz de identificar a diferença entre a linguagem culta e a popular, assim tornando-o competente para fazer uso das duas de acordo com o contexto em que o mesmo se encontrar.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Norma Culta. Variação Linguística.

UM CONTO E DUAS VERSÕES - CHAPEUZINHO VERMELHO DO CONTO ORIGINAL A ADAPTAÇÃO

Isabela Dario dos Santos; Isabella Unterrichter Rechtenthal

Iniciados com o clássico "Era uma vez..." e finalizados nos "Felizes para sempre", os contos maravilhosos - ou de fadas - são de origem popular europeia e foram coletados e publicados pelos irmãos Jacob e Wilhelm Grimm no início do século XIX em Contos maravilhosos infantis e domésticos. Transmitidas, a princípio, oralmente entre os povos, esses contos contam com estruturas semelhantes, porém possuem diversas adaptações que foram feitas no decorrer dos anos, sobretudo para o público infantil, o que fez com que os traços temáticos originais, muitas vezes, fossem alterados para adequar-se a essa faixa etária. Desse modo, tomamos como base o conhecido "Chapeuzinho Vermelho" para o desenvolvimento desse trabalho, a fim de identificar quais são as principais alterações feitas para o público infantil. Com base em estudos já realizados do conto em questão, propomos estabelecer uma análise comparativa entre o conto original, tal qual foi coletado e registrado pelos Grimm, e a adaptação infantil publicada em No país das maravilhas, de modo a verificar como o tema e a linguagem e até o final da estória foram adaptados para a apresentação do enredo para as crianças. O trabalho conta com pesquisa bibliográfica e análise textual para alcançar os objetivos propostos. Como resultado, verificamos que, para a adaptação, simplifica-se principalmente o tema e a linguagem, além do acréscimo de imagens como uma forma de atrair o público infantil, que são também consideradas nesse trabalho. A partir das leituras iniciais realizadas, notamos que há diferenças entre os contos originais e as adaptações, o que comprova a necessidade de se avaliar como se dá esse processo e o efeito que ele causa na transmissão do enredo entre as crianças.

Palavras-chave: Chapeuzinho Vermelho. Irmãos Grimm. Adaptação literária.

O ENSINO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E SUA IMPORTÂNCIA NA REINserÇÃO SOCIAL

Tamires Fernanda Baptista Frasson; Solimar Guindo Messias Bonjardim

Estudar é direito da população carcerária brasileira e a reinserção social dos detentos por meio do estudo é, na opinião de especialistas, fundamental para a mudança dessas pessoas. Em consonância com o movimento de universalização dos direitos humanos pós declaração de 1948, bem como com as Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária fixou, pela resolução nº. 14 de 1994, as Regras Mínimas para o Tratamento de Presos no Brasil, reservando capítulo específico para orientações quanto ao direito à assistência educacional de indivíduos privados da liberdade. Outro importante passo rumo a uma política de educação prisional nacional no Brasil foi o lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos em 1996. Dentre os objetivos a serem executados a médio prazo, o programa propõe "promover programas de educação, treinamento profissional e trabalho para facilitar a reeducação e recuperação do preso". A Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 02/2010, referente à educação nas prisões/Diretrizes Nacionais para oferta da educação nas prisões, fortalece o papel do Estado na promoção da oferta de Educação de Jovens e Adultos às pessoas privadas de liberdade. O Plano de Educação no Sistema

Prisional tem como diretriz básica a promoção da reintegração social da pessoa em privação de liberdade por meio da educação. Os presídios brasileiros, no entanto, violam o direito de acesso à educação pelas pessoas privadas de liberdade, apresentando dificuldades de implementação quando se trata do oferecimento do ensino, ou seja, muitos são os dispositivos legais existentes, porém, carecem de efetividade. Assim, este trabalho objetivou apresentar a realidade do ensino dentro no sistema prisional brasileiro, analisando os principais desafios e perspectivas, além de discutir a importância da educação na reinserção social dos detentos, através de dados obtidos pelas pesquisas bibliográfica e documental. Os resultados evidenciam o enorme abismo que as políticas de educação prisional no Brasil ainda precisam enfrentar, já que apenas um em cada dez detentos brasileiros (dos mais de 700 mil) participa de atividades educacionais oferecidas nas prisões, e também indicam que 53% da população presidiária não concluíram o ensino fundamental, 9% têm o ensino médio e a mesma proporção é analfabeta. Conclui-se que a oferta da educação escolar nas prisões, além de ser um direito humano fundamental garantido por lei, é um dos mecanismos que visa a possibilidade da reinserção social dos detentos. Neste sentido, a educação nas prisões, embora não seja o único caminho, tem importante papel a desempenhar, devendo ser alvo de investigações que ajudem a compreender quais as melhores alternativas e práticas a serem adotadas para tornar mais humana a permanência desses indivíduos nas prisões; ao mesmo tempo em que contribua para sua reabilitação, diminuindo os atuais índices de reincidência no sistema penitenciário.

Palavras-chave: Ensino, Sistema prisional, Reinserção social

TRÓILO E CRESSIDA: ELEMENTOS TRÁGICOS EM WILLIAM SHAKESPEARE

Osmarina Madonna da Silva; Isabella Unterrichter Rechtenthal

O dramaturgo inglês William Shakespeare é mundialmente conhecido por peças como Romeu e Julieta, Hamlet e Macbeth, marcadas pela estrutura e por enredos com tons trágicos que as aproximam da produção clássica grega. Além das obras de maior notoriedade, Shakespeare é autor de peças menos aclamadas pela crítica, entre as quais está Troilo e Cressida, corpus do presente trabalho, escolhida justamente pelo pouco estudo que lhe é dedicado no Brasil. As personagens do título - Troilo e Cressida - bem como outras que aparecem na história (Heitor, Aquiles, Ájax, entre outros) pertencem à literatura grega, despertando-nos o interesse em verificar como Shakespeare, no século XVII, buscou na tradição clássica elementos para a sua produção. A peça é ambientada durante a Guerra de Troia e inicia-se com o despertar do amor entre Troilo, um príncipe troiano, e Cressida, filha de um troiano que se aliara aos gregos durante a guerra. Após ficarem juntos por uma noite, o casal faz juras de amor eterno. Enquanto o pai de Cressida solicita aos gregos que troquem um de seus prisioneiros por sua filha, para que possa reunir-se a ela. Na manhã seguinte, a troca é realizada e Diomedes, um comandante grego, leva Cressida para o acampamento grego. Troilo, ao tentar visitá-la, avista-a flertando com Diomedes e, furioso, jura vingança aos dois. Concomitantemente, a peça narra os acontecimentos que antecedem a morte de Heitor, que aceita enfrentar os gregos contra a sua vontade. No campo de batalha, é acompanhado por Troilo que, mesmo furioso e com o coração partido, segue em defesa de seu rei, revelando traços do herói trágico na personagem. Assim, tida como pertencente ao gênero trágico, Troilo e Cressida apresenta traços estruturais da tragédia grega, permitindo-nos averiguar como esses traços se fazem presentes na produção shakespeariana em questão. Tomando como base teórica as considerações aristotélicas sobre a tragédia na Poética e de Harold Bloom sobre Shakespeare em Shakespeare: a invenção do humano objetivamos constatar, analisar e identificar, na peça, traços da tragédia grega presentes em sua composição. Como resultado, verificamos em Troilo e Cressida elementos trágicos, como a anagnórise e a hýbris propostas por Aristóteles, o que comprova a inspiração shakespeariana na tradição clássica ao produzir a peça em questão.

Palavras-chave: Troilo e Cressida. William Shakespeare. Tragédia Grega.

A DISTOPIA EM 1984 E FAHRENHEIT 451

Bruno de Oliveira Arantes; Isabella Unterrichter Rechtenthal

Os romances 1984 e Fahrenheit 451, do escritor inglês George Orwell e do americano Ray Bradbury respectivamente, têm como principal característica comum o tema da distopia, cabendo-nos verificar como cada autor desenvolve tal gênero em cada uma das obras e compará-las. A partir disso, objetivamos analisar as principais críticas sociais abordadas a partir da apresentação das sociedades distópicas criadas pelos autores em suas respectivas histórias, sobretudo as regras impostas pelos governantes e cada uma das esferas sociais presentes nos romances, desde as relações interpessoais das personagens até a maneira com que os Governos de ambas as histórias manipulam a massa. O gênero distopia vem cada vez mais se popularizando, tanto no meio literário quanto no cinematográfico, e seu sucesso vem chamando a atenção de pessoas de todas as idades, não somente pela idealização de uma sociedade completamente futurística, por personagens e histórias marcantes, mas também pelas fortes críticas sociais inseridas em seus enredos. Ao desenvolvermos o trabalho, percebemos que, apesar da abordagem temática ser a mesma, os autores possuem diferentes maneiras de desenvolver suas histórias. Enquanto Bradbury é mais otimista, com um final esperançoso não somente para seu romance, mas também para o mundo real, Orwell, através de uma escrita mais crua e densa, não nos deixa qualquer esperança de um final feliz em sua obra, afinal, fatores como o momento histórico em que foram escritos, sendo o romance de Orwell publicado em 1948 e o de Bradbury em 1953, podem ter influenciado no desenvolvimento do enredo e no processo de escrita de ambos os autores.

Palavras-chave: George Orwell. Ray Bradbury. Fahrenheit 451. Distopia.

O USO DO COMPUTADOR NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA: DESAFIOS E FACILIDADES

Vanessa Serinolli; Wanderlei Sebastiao Gabini

As novas tecnologias da informação e comunicação podem contribuir no processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, sendo utilizadas de acordo com os propósitos educacionais e com as ações estratégicas adequadas para propiciar avanços significativos aos alunos. O objetivo da presente pesquisa é analisar a influência do uso do computador no processo de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa, nos diversos níveis de formação, além de investigar o grau de utilização do computador e conhecer a formação do professor para o uso do equipamento, seja na graduação, seja na formação continuada. A metodologia adotada envolveu um estudo bibliográfico acompanhado de uma pesquisa de campo, realizada em uma escola da rede estadual, com os alunos do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos, bem como professores que ministravam aulas de Língua Portuguesa para as turmas envolvidas nesse processo. Os instrumentos utilizados na pesquisa de campo foram questionários e entrevistas, além da técnica de observação participante. Os resultados mostraram que a formação inicial do professor para o uso das tecnologias apresenta lacunas, sobretudo quanto àqueles que cursaram a universidade há mais tempo. Além desse aspecto, fica evidente que o uso do computador acaba se restringindo, muitas vezes, a atividades de pesquisa e digitação, e o uso, de fato, de programas e softwares acaba limitado às aulas daqueles que se sentem mais seguros para o emprego desses recursos. Ressalta-se a importância de que o professor reflita sobre as práticas de sala de aula para que perceba momentos e temas para os quais as novas tecnologias podem oferecer suporte para que o rendimento dos alunos alcance níveis mais desejados e efetivos. Nesse sentido, atuar como professor pesquisador de sua prática é condição essencial para o trabalho docente. O estudo trouxe, também, contribuições quanto ao fato de que o trabalho de sala de aula em Língua Portuguesa pode ser desenvolvido de forma a instigar os alunos e desafiá-los às propostas de construção de conhecimento, quando o emprego das tecnologias se faz de forma

integrada às estruturas cotidianas da escola e o professor assume seu papel de mediador da aprendizagem.

Palavras-chave: Língua Portuguesa, Novas Tecnologias da Informação e Comunicação, Formação Docente.

TRANSGÊNEROS NO BRASIL E A LUTA PELA IDENTIDADE E POR DIREITOS

Heloísa Levorato Grigolato; Solimar Guindo Messias Bonjardim

145

A concepção de transexualismo surgiu após as primeiras experiências da cirurgia da troca de sexo, em meados do século XX, mais precisamente na década de 50. O transexualismo é definido como patologia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), na Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento (CID 10) que o reconhece como um transtorno de identidade sexual desde 1993. É considerado uma anomalia da identidade sexual, onde o indivíduo se identifica psíquica e socialmente com a identidade de gênero distinta a do seu nascimento. Sabe-se que as pessoas trans sofrem um grande preconceito no cotidiano, como é relatado por diversas travestis e transexuais. O preconceito é demonstrando na falta de oportunidade no mercado de trabalho, agressividade com essas pessoas e, muito frequentemente, na violência física. Dados do relatório da ONG Internacional Transgender Europe, rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênero, indicam que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo: 40% dos assassinatos de pessoas LGBTs ocorreram no país. Dentro deste contexto, o objetivo desta pesquisa foi discutir a representação social de transexuais e travestis na mídia brasileira. A pesquisa baseou-se em pesquisa bibliográfica em artigos, teses e dissertações sobre o tema, e também no estudo de bibliografias, como o livro "Meu nome é Amanda", de Amanda Guimarães, onde foi possível encontrar relatos sobre o tema. Assim, analisou-se as histórias de algumas pessoas trans e a luta pela identidade e por direitos no Brasil, evidenciando que, apesar de algumas delas terem encontrado na mídia um "suporte" para enfrentar as barreiras sociais, a realidade é que ainda há muitos tabus a serem quebrados e que é preciso discutir isso cada vez mais para que essas pessoas não sejam excluídas da sociedade ou virem estatísticas.

Palavras-chave: Transgêneros. Identidade. Direitos.

A DIDÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA NA PREPARAÇÃO PARA O VESTIBULAR

Dara Fernanda Ribeiro, Lucia Helena Ormelese de Barros

Atualmente, é nítido perceber as dificuldades enfrentadas pelas escolas de ensino médio, quando se tem uma cobrança maior em relação aos vestibulares e o desejo de obter resultados satisfatórios. Sendo assim, torna-se importante, reavaliar o papel da escola, os meios usados pelos educadores e ressaltar a ideia de que o educando necessita organizar uma rotina de estudos e, principalmente, a rotina de revisões periódicas. Essa pesquisa tem como objetivo entender se a didática da Língua Portuguesa no ensino médio tem contribuído e preparado o educando para o vestibular. A metodologia usada foi pesquisa bibliográfica e artigos científicos. A escola que prepara exclusivamente para o vestibular, a aprendizagem se dá de forma mecânica, ou seja, os conteúdos são apenas transmitidos. Em decorrência, a escola de ensino médio prevê a formação e o aprimoramento do ser humano, incluindo a formação ética e a autonomia intelectual, além do conteúdo programático. Assim, o educador passa a ensinar não só para transmitir conhecimentos, mas oportunizar e mediar o conhecimento. Desse modo, os resultados insatisfatórios quanto à entrada dos educandos no ensino superior, chama-nos a atenção para a falta de leitura e estudos relativos, principalmente, em Língua Portuguesa. Isso faz com que os professores de ensino médio repensem sua metodologia de sala de aula e reflitam sobre as habilidades e as competências de sua área de ensino. No caso da disciplina de Língua Portuguesa as expectativas para os vestibulares deve partir do apoio dos conteúdos e inclui a

tarefa de repensar o papel do professor no Ensino Médio, capacitando-os cada vez mais. O professor deve oferecer aos seus alunos referências básicas do conhecimento e transmitir valores.

Palavras-chave: Ensino Médio. Didática. Vestibular. Língua Portuguesa.

INFLUÊNCIA DAS TRADIÇÕES GRECO-LATINAS NA SAGA HARRY POTTER

Julia Ravagnolli Caroso; Isabella Unterrichter Rechtenthal

146

A Antiguidade Clássica é responsável por apresentar, em crenças e produções artísticas, elementos míticos de representação da realidade, como seres fantásticos, deuses e heróis. A tradição greco-latina influenciou, desde então, variadas sociedades subsequentes, servindo de inspiração poética e literária em correntes que ainda estavam por vir, perpetuando-se até os dias atuais. Dado o interesse contínuo por essa produção, nota-se em literaturas contemporâneas, voltadas sobretudo ao público infanto-juvenil, a releitura de termos e mitos da era Clássica, que passam a ser aplicados em novos contextos e reinseridos na tradição popular. De tais produções, destaca-se a série Harry Potter que, em sete volumes, apresenta a saga do bruxo homônimo ao título em um universo permeado por magia e seres fantásticos, muitos dos quais são herança da tradição acima apresentada. Posto isso, tomamos como ponto de partida do presente trabalho, em fase inicial de desenvolvimento, o primeiro livro da saga "Harry Potter e a Pedra Filosofal" para verificarmos a presença da tradição clássica na configuração do enredo da obra. Para tal, basear-nos-emos, neste momento, na figura do Centauro, a fim de verificar como ele é construído na Antiguidade e sua incorporação na atualidade. Centauros são seres com busto humanoide e a parte posterior do corpo de cavalo e têm fama de serem extremamente brutos, segundo a mitologia grega. Além disso, eram muito representados em obras de arte na antiga Grécia, como em vasos de cerâmica e na literatura, por serem muito hábeis em batalhas e por terem extrema força física, o que lhes confere virtude e heroísmo. Em Harry Potter, por sua vez, o Centauro - presente na personagem Firenze - deixa de se destacar pela sua força e brutalidade, cabendo-lhe o papel de sábio e conselheiro às atitudes da personagem principal. Tais diferenças permitem o desenvolvimento da análise comparativa pretendida neste trabalho.

Palavras-chave: Literatura clássica. Harry Potter. Mitologia.



PEDAGOGIA

CAMINHOS PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES NO ENSINO FUNDAMENTAL

Caroline Pereira de Freitas; Ana Clara Garcia; Cintia Milene Favaro Bochembuzio

A leitura do texto literário é fonte de humanização e conhecimentos. Com base em uma revisão bibliográfica sobre mediação docente nas práticas de leitura, pretende-se refletir sobre possibilidades de alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental desenvolverem uma prática concreta da leitura de livros literários como parte do cotidiano. A leitura auxilia na formação do aluno como cidadão, porque contribui para que ele tenha uma visão crítica do mundo. Considerando conceitos de Paulo Freire, em relação à leitura do mundo anteceder a leitura da palavra, percebe-se que a compreensão vai além da escrita física e permite analisar a essência do mundo que se apresenta ao leitor de forma significativa. Compreendendo a literatura como um bem cultural, a leitura de livros literários na escola torna-se uma prática essencial ao conhecimento, embora desafiadora, pois os alunos demonstram interesses por leituras dinâmicas, como gibis e textos virtuais, dificultando ao professor a introdução de uma literatura clássica no conteúdo programático. Pretende-se destacar a importância da leitura fora do contexto escolar, pois essa prática faz com que o aluno se torne um leitor também em casa, percebendo que ler é uma habilidade a ser desenvolvida para a vida, não só para a escola. Os adultos são modelos de leitores às crianças, e o professor, trabalhando a diversidade de gêneros textuais, sem imposição de obras e temas, é mediador da prática da leitura. O professor precisa incentivar o estudante a interagir com o que lê. Com a mediação concreta e planejada, a leitura passa a ser uma prática transformadora, que pode despertar a sensibilidade e promover conhecimentos quando apresentada de forma ampla, possibilitando uma integração entre o aluno e a variedade de gêneros textuais, além de uma visão mais humanizada do mundo em que vive. A promoção da literatura em sua diversidade de contextos e sentidos é a base para que se construa um elo do aluno com a leitura. Essa prática pode tornar-se parte do seu cotidiano, dentro e fora do ambiente escolar, com uma mediação constante por parte do professor.

Palavras-chave: Leitura. Literatura. Gêneros textuais. Mediação.

BULLYING E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO ESCOLAR

Beatriz Rocha de Oliveira; Jocimara Aparicio Moraes; Daiane Natalia Schiavon

O presente estudo teve como tema central o bullying no contexto escolar e suas principais implicações para os alunos que sofrem por tal prática, visando conscientizar e promover reflexões para os professores. Este tipo de violência pode provocar muitas consequências, tanto psicológicas e

pedagógicas como sociais para o indivíduo que é acometido pela mesma. Por isso, torna-se de grande importância que toda a equipe escolar e o professor estejam preparados para lidar com tais situações e intervir de forma adequada, a fim de que a escola se torne um ambiente seguro onde que os alunos possam conviver harmonicamente. No entanto, tais profissionais encontram dificuldades em colocar em prática ações preventivas e combativas. Objetivamos neste estudo, identificar os problemas causados pela prática do bullying no contexto escolar e o papel do professor na contenção de tal violência por meio de uma análise do histórico do bullying no contexto escolar e sua influência no aspecto psicológico da criança, além de apontar estratégias para diminuir a ação desta prática. Para a realização do trabalho utilizamos a pesquisa bibliográfica, visando realizar um levantamento da bibliografia já publicada sobre o tema. Os resultados da pesquisa apontaram que, segundo a literatura referente ao tema, os atos violentos praticados no ambiente escolar trás sérias consequências para os alunos, por isso, cabe aos professores e demais envolvidos no processo educacional a busca de estratégias para combater esta prática, novas formas de pensar e reagir e novos caminhos e parcerias, a fim de proporcionar aos alunos a cooperação mútua visando uma cultura de paz e um ambiente escolar rico em oportunidades de interação. Ressaltamos também a importância da parceria entre escola e família uma vez que atuando de forma conjunta, as mesmas podem contribuir de maneira mais efetiva para o aluno que sofre este tipo de violência. Cabe a escola o incentivo às famílias no cultivo de atitudes de respeito, comunicação e resolução de conflitos de forma não violenta em suas casas, a fim de contribuir também para a diminuição e prevenção dos casos de bullying. Concluímos que este estudo nos permitiu refletir que as interações humanas, em especial no contexto escolar, sempre geram conflitos, mas que é possível um compromisso sério com valores de paz e com o respeito às diferenças entre os alunos, possibilitando assim uma formação mais humana aos indivíduos.

Palavras-chave: Bullying. Violência escolar. Trabalho pedagógico.

O BRINCAR HEURÍSTICO COM ELEMENTOS NATURAIS: DESCOBERTAS QUE ENCANTAM

Salette Rosemara Gazola; Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli

O presente estudo é decorrente de pesquisa em andamento e tem como tema o brincar Heurístico que faz uso de elementos da natureza. Segundo Goldschmied & Jackson (2006) o brincar Heurístico é uma importante modalidade do brincar, sendo mais utilizado nas creches e pré-escolas. Conforme Piorski (2016) os quatro elementos da natureza (terra, água, ar e fogo) estão para as crianças ligadas a tudo que existe na Terra, dos mistérios do nascimento e de morte, por isso o brincar livre com os elementos naturais, ou seja, o brincar telúrico, pode revelar a alma da criança. O livre explorar dos pequenos com os elementos telúricos torna-os mais imaginativos e brincantes. Porém padrões e ideologias das sociedades, através da escolarização, podem impedir o caráter criador e recriador da criança. Essa pesquisa tem como objetivo analisar as contribuições do brincar Heurístico com elementos da natureza para o desenvolvimento de habilidades infantis; discutir os benefícios da utilização dos elementos naturais para o brincar; discorrer sobre o papel do pedagogo como mediador da criança/natureza por meio do brincar. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e faz uso de levantamento bibliográfico, realizado a partir de livros e artigos científicos que embasam a Educação Infantil, a infância e o brincar. Percebeu-se até aqui que a natureza utilizada para o brincar, se torna ferramenta pedagógica de extrema importância do ensino na Educação Infantil. Os elementos naturais são tratados pelos pequenos com encantamento e as descobertas se tornam um tesouro para o imaginar infantil. Qualquer graveto se transforma em brinquedo pela imaginação da criança, quanto maior a simplicidade maior o simbolismo. O brincar telúrico leva a criança a uma repetição do que vive, é uma busca pelo seu autoconhecimento no espaço em que habita. Logo, considera-se a natureza estimuladora poderosa no desenvolvimento biopsicossocial do ser. Até o presente momento, foi possível perceber que a criança quer experimentar novas sensações táteis, gustativas, olfativas,

auditivas e visuais, o que ela deseja é o processo, não o fim em si, por isso, a aparência do brinquedo que ela constrói pode não ser a mais perfeita aos olhos dos adultos, mas o decurso foi mais prazeroso do que o resultado final. Ela sente a necessidade de pertencer à brincadeira, e, construir os brinquedos através da natureza representa ser parte do brinquedo e do mundo. Portanto, a criança é um ser único, indivisível e em desenvolvimento que precisa construir sua identidade. As escolas de Educação Infantil, por vezes, não percebem a magnitude do brincar transformando a criança em um receptor passivo de conteúdos não compatíveis à sua faixa etária. Estimular e acreditar na infância significa formar uma criança feliz e cidadãos participantes da sociedade em que se insere, que se tornará, futuramente, um adulto crítico, criativo e autônomo.

Palavras-chave: Educação Infantil. Brincar Heurístico. Brincar Telúrico.

AMOR NA ERA DA SOBRECARGA

Ana Clara Pinheiro Kataoka Magalhaes; Ana Vera Niquerito

Os valores e regras atuais que sustentam o equilíbrio do indivíduo na sociedade são constantemente negados e violados. A saúde mental é um dos elementos fundamentais para uma melhor qualidade de vida. Para que ocorre a formação de um indivíduo afetivo, a afetividade, o papel da família, da sociedade e da escola são condições fundamentais. É por meio da relação familiar que as pessoas se tornam mais humanas. Verifica-se a importância de referências positivas para estabelecer limites necessários no desenvolvimento saudável da personalidade. Diante disso, esse trabalho objetivou identificar quais as contribuições da afetividade na família, sociedade e escola. O trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que teve como critério a utilização de trabalhos publicados nos anos de 2010 a 2017 utilizando-se da base de dados eletrônicos, artigos, e livros de língua portuguesa. As palavras chaves utilizadas foram afetividade, sobrecarga e evolução. Materiais bibliográficos de anos anteriores também são citados, durante o decorrer do trabalho. A afetividade é extremamente importante para a formação do indivíduo, esta, influencia os comportamentos, sentimentos e a formação da personalidade. Quando a afetividade, durante principalmente a infância, foi insuficiente, pode aumentar a incidência de doenças psiquiátricas. A era da sobrecarga cobra em excessos, tem poucas garantias e muitas decepções, existindo um grande medo da perda de tempo e de vida, a indiferença é muito presente, o prazer sexual substituiu o afeto. Tendo referência o prazer e o imediatismo, ocorrendo o encantamento da morbidez e da autopiedade, as pessoas são objetos, mas não de amor, consideram-se vítimas. As contribuições da afetividade na vida humana são a formação do ser humano e sua personalidade. Tanto no âmbito familiar, quanto escolar, deve haver afeto, para que se construa um ser humano psicologicamente saudável.

Palavras-chave: Afetividade. Sobrecarga. Evolução.

A DEFICIÊNCIA VISUAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O CONTEXTO ESCOLAR

Juliana Fernanda Ditiglio; Laís Fabri de Nadai; Daiane Natalia Schiavon

A educação Inclusiva e, mais especificamente a educação de alunos com deficiência visual, é uma discussão que vem crescendo significativamente na sociedade contemporânea, uma vez que a demanda de crianças com deficiência matriculadas na rede regular de ensino também vem aumentando. A inclusão do aluno com deficiência visual levanta muitas questões em relação às práticas pedagógicas utilizadas pelos professores e as estratégias utiliza-las no ensino deste aluno. Quando o professor tem um aluno com deficiência visual em sua classe, a principal dificuldade é a falta de conhecimentos sobre esta deficiência e sobre as suas principais implicações para o processo de ensino e aprendizagem. Neste sentido, este trabalho visa propiciar conhecimentos ao professor

sobre esta deficiência e sobre práticas pedagógicas mais inclusivas para com este alunado. Este trabalho objetivou caracterizar a deficiência visual e verificar suas principais implicações para o contexto escolar. A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa se caracteriza como pesquisa bibliográfica e para isso, realizamos um levantamento da bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Os resultados apontaram a importância da formação e capacitação do professor frente à educação do aluno com deficiência visual, em especial ao que concerne à própria deficiência, a alfabetização destes alunos e as práticas pedagógicas mais adequadas a serem utilizadas com os mesmos. Indicaram ainda o sistema Braille como recurso primordial para a escrita e leitura por parte da pessoa ou aluno cego, bem como a importância da parceria entre a escolar, o professor e a família deste aluno, a fim de que juntos, possam oferecer uma educação e formação adequadas a esta criança. Concluímos que para que o educador possa exercer sua função, que é de extrema importância na formação da criança com deficiência visual, ele precisa compreender como a deficiência é, e quais as suas implicações para a mesma. Por isso, conhecer o deficiente visual, seu mundo, seus interesses, suas interações com o mundo que o cerca e seus referenciais de percepção, faz com que o educador se torne um dos principais instrumentos para sua emancipação.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Especial. Deficiência visual.

JOGOS E BRINCADEIRAS INDÍGENAS NO ESPAÇO ESCOLAR

Ana Camila Lupino; Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli

O presente estudo é decorrente de pesquisa em andamento e tem como tema os jogos e as brincadeiras presentes nas diversas culturas indígenas e suas possíveis utilizações como recurso metodológico na escola. Cuyabano (2010) define que os jogos indígenas simbolizam o corpo em movimento. A partir de uma dança, do riso, deste modo flui a alegria, a energia, enfim, a vida que pede passagem e lugar para todos na sociedade. Os jogos e brincadeiras de um determinado povo, mostram, ensinam e contam sobre suas histórias, costumes e tradições. Nos jogos e brincadeiras indígenas não há um vencedor, eles brincam sem desavenças, com brincadeiras junto à natureza. A educação indígena mostra por meio de jogos e brincadeiras, como superar as dificuldades do dia a dia, mostrando os valores da criança e a evolução social, os jogos e brincadeiras, tornam-se atraentes promovendo uma melhor aprendizagem e conhecimento. O objetivo desta pesquisa é analisar as possibilidades do uso de jogos e brincadeiras indígenas inseridos no processo educacional visando uma Educação Intercultural. Para atender aos objetivos apresentados foi feito uso de pesquisa bibliográfica com base em acervo de livros e artigos científicos bem como pesquisa documental com análises de documentos legais. Foi possível observar até o presente momento que ao inserir jogos e brincadeiras indígenas no processo educacional, tem-se uma diversificação das formas de aprendizagem, aceitação e respeito à cultura indígena. Para BROUGÈRE (1998) o jogo, é um lugar de enriquecimento da cultura lúdica, a mesma que torna o jogo possível e permite dialeticamente enriquecer progressivamente a atividade lúdica, para isso o jogador precisa partilhar e conhecer essa cultura para poder jogar. A lei 11.645/08 regulamenta a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em todos os níveis de ensino. Os jogos e as brincadeiras são essenciais para desenvolver a independência da criança, a socialização, a liberdade de expressão e a interculturalidade. De acordo com Grandó (2010), o jogo ajuda a criança a desenvolver as possibilidades de criar novas formas de compreender sua realidade sociocultural, a sociedade onde vive, outros povos e outras possibilidades de viver coletivamente. Portanto, a escola pode ser transformadora, tendo em vista uma melhoria da qualidade social. Os jogos contribuem para o desenvolvimento da motricidade, da sociabilidade, das emoções, da inteligência, e estão inseridos no processo sócio histórico da humanidade. A cultura corporal indígena, na forma de brincadeiras, tem a intenção de promover conhecimento e respeito às diferenças etno-culturais. Espera-se que este trabalho possa oferecer um suporte para professores que busquem fazer uso das práticas lúdicas indígenas de forma significativa e contextualizada.

Palavras-chave: Jogos e Brincadeiras Indígenas. Educação Escolar. Educação Intercultural.

A INCLUSÃO SOCIAL: UM DESAFIO NA ESCOLA

Kellen Priscila Faria; Taís Francisca da Silva Machado; Ana Vera Niquerito

A Inclusão Social tende a incluir, inserir, introduzir, desta maneira, adaptar as pessoas com necessidades especiais á sociedade, facilitando sua socialização com o próximo e assim, torna-la atuante não apenas socialmente, mas também econômica e politicamente, assegurando o respeito aos seus direitos de cidadão. Esta, tem como objetivo garantir uma participação igualitária de todos, independentemente da raça, classe social, condição física, entre outros na sociedade, com direitos e deveres iguais. Identificar as principais estratégias interventivas escolares para crianças com necessidades educativas especiais; descrever métodos e técnicas utilizados pelos profissionais em situações de inclusão social de portadores de necessidades especiais e identificar as principais contribuições do professor atuante na inclusão social de crianças com necessidades especiais. Metodologia: Utilizou-se de pesquisa bibliográfica da qual se obteve dados online no Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Scholar (Artigos, Dissertações e Teses), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic) , e revistas eletrônicas, tendo como critério de inclusão trabalhos publicados nos anos de 2012 à 2017. Materiais bibliográficos de anos anteriores são citados ou encontram-se na bibliografia, na medida de sua importância para o tema em questão. Conclui-se que com a educação inclusiva, as crianças terão a oportunidade de desafiar a exclusão desenvolvendo autonomia, a Inclusão Social tende a incluir, inserir, introduzir, desta maneira, adaptar as pessoas com necessidades especiais a sociedade, facilitando sua socialização com o próximo e assim, torna-la atuante não apenas socialmente, mas também econômica e politicamente, assegurando o respeito aos seus direitos de cidadão. A inclusão partindo de um caminho distinto para a inserção, diferente da integração, pois a inclusão significa deixar de excluir, no sentido que todos fazem parte da mesma comunidade, diferente da integração, que são grupos diferentes que interagem entre si, assim como a escola precisa estar capacitada para receber o aluno em um ambiente acessível, o professor/educador também precisa estar capacitado, através de uma formação continuada, pois para atender os avanços científicos e tecnológicos apenas a formação pedagógica e do magistério não tem sido suficiente para atender a demanda. Diante disso ressalta-se que dentro do ambiente escolar com o auxílio dos professores capacitados o aluno com necessidades especiais, adquire mais confiança em si mesmo e também autonomia para progredir em seus estudos além de interagir com os demais colegas, desta forma gerando um ambiente de inclusão. Palavras-chave: Inclusão Social. Professores. Educação. Deficiência.

ALUNOS COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE (TDAH) E SEU PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Thaiz Aparecida Bataiero; Jéssica Daiana Missassi; Daiane Natalia Schiavon

O estudo elaborado apresenta como tema central a inclusão escolar de alunos com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e seu processo ensino aprendizagem no ensino regular. O TDAH é um dos transtornos mais conhecidos na infância devido à baixa concentração, levando o aluno a ter falta de atenção em demasia, hiperatividade e impulsividade, ocasionando sérias dificuldades de aprendizagem. Contudo, existem várias formas de auxiliar o estudante com TDAH a obter sucesso escolar e tal ajuda por ser dividida por eixos, sendo eles: Didática em sala de aula, meios de avaliação e apoio organizacional. Estes meios favorecem a escolarização deste aprendiz e o trabalho do professor em sala de aula, bem como no planejamento de atividades para o mesmo. Em vista disso, objetivamos neste estudo caracterizar os alunos com TDAH e seu processo de aprendizagem na escola, além de analisar as principais características do mesmo apontadas pela literatura pertinente. A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa foi à pesquisa

bibliográfica, pesquisas em artigos científicos, produções acadêmicas e livros que abordam a temática. Por meio dos resultados podemos observar que muitas crianças são rotuladas por seus docentes, sem antes mesmo de serem diagnosticadas corretamente, apresentando assim um baixo rendimento escolar, ocasionando a repetência e sérios problemas de aprendizagem. Essas crianças possuem limitações e necessitam de um acompanhamento especial para a realização de atividades, para que seu aprendizado seja completo e, para isso, o professor ter conhecimentos e informações suficientes sobre este transtorno. Concluimos dessa maneira que diante deste público-alvo, o docente deve buscar atender as necessidades destes alunados, mas para isto torna-se importante conhecer tal transtorno e o que ele implica para o processo de ensino e aprendizagem dos mesmos. Ressaltamos ainda a importância de, por meio do conhecimento deste transtorno pelo professor, o mesmo aprimore sua prática pedagógica com estratégias diferenciadas e inclusivas.

Palavras-chave: INCLUSÃO. TDAH. PRÁTICA PEDAGÓGICA.

PEDAGOGIA SOCIAL: UMA TENDÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE VALORES

Andressa Cristina Magosso; Celia Regina Auler Pereira Furuta

A Pedagogia Social se apresenta como uma ciência em processo contínuo de (re) construção e se institui como base teórica para as práticas de Educação Popular, Educação Sócio comunitária e Práticas de Educação não formal. Esse novo paradigma pedagógico surgiu na Alemanha a partir do século XIX em momentos de rupturas sociais, no intuito de possibilitar a integração de indivíduos excluídos ou marginalizados na sociedade e defender os interesses sociais, para que estes possam viver de forma digna. Trata-se de uma pedagogia específica voltada para área social, que leva assistencialismo e integração aos cidadãos menos favorecidos socialmente. Sua proposta consiste em contribuir fundamentalmente para que o indivíduo construa uma representação de si mesmo e do mundo no qual está inserido, garantindo-lhes justiça e equidade, visando o pleno desenvolvimento político e social. Este trabalho tem por objetivo discorrer sobre a importância da Pedagogia Social destinada a construção de valores sociais e éticos, bem como para a formação nos campos cognitivo e afetivo. Para o desenvolvimento do mesmo, com característica teórica bibliográfico recorreu-se a informações contidas em livros, artigos científicos, teses e dissertações, além de materiais disponíveis em meio eletrônico. Nessas premissas, a Pedagogia Social, constitui uma complementação do sistema educacional relativo a aspectos preconizados pela Declaração dos Direitos Humanos, Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), no intuito de proceder tratamentos diferenciados às crianças e adolescentes, visando o atendimento aos direitos infanto-juvenis e melhoria das práticas sociais. Considera-se a Pedagogia Social como uma pedagogia humanística e libertadora, que busca encontrar alternativas para lidar com questões sociais cotidianas, presentes em diferentes classes sociais e culturais, no intuito de auxiliar os excluídos da sociedade a encontrar meios que preencha essa lacuna, possibilitando o crescimento pessoal e social, bem como o resgate de sua autoestima e aptos ao exercício da plena cidadania. De acordo com esses pressupostos, conclui-se que a ação educativa se institui num processo de criação e recriação do conhecimento que partindo da prática, elabora -se a teoria e num processo reflexivo, crítico e sistematizador volta à prática para transformá-la. Outro aspecto a ser considerado é que por ser uma ciência nova, a Pedagogia Social requer pesquisa na área na busca de conhecimento que contribua e estimule um paradigma de sociedade inclusiva, mais solidária, ética e justa política e socialmente.

Palavras-chave: Pedagogia Social. Valores sociais. Sociedade inclusiva.

A IMPORTÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Gabriela Hermenegildo; Monaliza Oliveira da Silva; Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli

Este trabalho é resultado de trabalho de conclusão de curso que se encontra em fase final e tem como tema a importância da psicomotricidade no desenvolvimento da criança na educação infantil. Para Oliveira (2015) o corpo deve ser instrumento mediador entre o meio e o objeto numa relação de convivência adequada, o movimento e o desenvolvimento estão relacionados na infância. A educação psicomotora é o começo do processo da educação infantil. Segundo a autora, a psicomotricidade tem como objetivo principal incentivar a prática do movimento em todas as etapas da vida de uma criança. Por meio de atividades, além de se divertirem, as crianças criam, interpretam e se relacionam com o mundo em que vivem. Tendo finalidade de auxiliar no desenvolvimento físico, mental e afetivo do indivíduo, como o propósito de um desenvolvimento sadio. As dificuldades de aprendizagem detectadas em uma criança podem ter como causa um desenvolvimento psicomotor defasado, por isso é importante assegurar o desenvolvimento funcional da criança e auxiliar na expansão e equilíbrio de sua afetividade, através da interação com o ambiente. Quando a criança apresenta uma dificuldade no seu desenvolvimento psicomotor ela pode ter problemas na hora de ler ou escrever, diferenciar letras ou organizar palavras, entre outras. Com o incentivo de atividades, aumentando seu potencial motor, os alunos podem vencer melhor estas dificuldades. A impossibilidade de mover-se ou de gesticular acaba dificultando o pensamento e a manutenção da atenção. O objetivo geral do estudo foi analisar a importância da psicomotricidade na aprendizagem da Educação Infantil. Para Gava e Jardim (2015), o estímulo da Psicomotricidade possibilita oportunidades para que as crianças desenvolvam suas capacidades básicas. A pesquisa foi realizada em bases on-line e em repositórios de universidades brasileiras. Os jogos e as brincadeiras são importantes no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, e essas atividades devem ser dadas sempre com algum objetivo e não apenas para passar o tempo. Os jogos devem ser entendidos como práticas que promovem a aprendizagem e desenvolvem vários aspectos do ser humano, como o motor, o psicológico, o social e o afetivo. Segundo Vigotski (1994) é com a brincadeira que a criança começa a dar significado as coisas de seu cotidiano. A ludicidade deve ser promovida através das atividades psicomotoras, em um ambiente agradável e motivador. Para uma boa aprendizagem, são necessárias condições mínimas que constituem entre outras, a estrutura da educação psicomotora. A escola que trabalha com a Psicomotricidade contribui para um melhor aprendizado de seus alunos e facilita o desenvolvimento global da criança.

Palavras-chave: Desenvolvimento psicomotor. Educação Infantil. Ludicidade.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA RESERVA ECOLÓGICA AMADEU BOTELHO NO MUNICÍPIO DE JAÚ

Gabriele Priscila Dias; Gabriela Betto Muzolon; Celia Regina Auler Pereira Furuta

Considerando a evolução histórica de nossa sociedade, ao chegarmos ao século XXI nos deparamos com uma grave crise civilizatória e planetária proveniente de processos de produção e consumo descontrolados e excessivos. Partindo desse pressuposto, a Educação Ambiental foi se constituindo como uma estratégia importante no intuito de otimizar uma relação homem-natureza de maneira sustentável, que o possibilite a sentir-se com parte integrante do meio e esteja conscientizado para o enfrentamento dos problemas ambientais tão agravantes e atuais na história da humanidade. Nesse sentido a escola pelo ensino formal é chamada a dar sua contribuição na busca de soluções para a crise ambiental, desempenhando um papel crucial para a formação de pessoas críticas, no que se refere a interações humanas com os demais seres do planeta. Todavia a Educação Ambiental envolve também um amplo conjunto de práticas sociais e educativas que ocorrem fora da escoladirecionadas para crianças e jovens, bem como para adultos, agentes locais, moradores e líderes comunitários. Tais práticas educativas são denominadas de Educação Ambiental não-formal e tem como intuito provocar processos de mudanças sociais e culturais que visam obter do conjunto da sociedade, o reconhecimento e a tomada de decisões a esse respeito, bem como a urgência em mudar os padrões de uso dos bens ambientais. Esse movimento busca produzir um ponto de equilíbrio, ou seja, uma

nova relação de reciprocidade, entre as necessidades sociais e ambientais. Nesse contexto a Reserva Ecológica Amadeu Botelho, situada no município de Jaú, constitui um espaço de educação não-formal, onde se desenvolvem ações educativas através do Projeto Curumim possibilitando aos visitantes uma aproximação da vida natural e a sensibilização para a preservação do meio. Partindo desses pressupostos, objetivou-se apresentar uma proposta de atividades lúdicas, relacionada a Educação Ambiental, de modo a dar suporte às visitas monitoradas que acontecem no local, utilizando os recursos naturais da reserva como ferramenta de ensino aprendizagem e embasados nos subsídios propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - Meio Ambiente. Essas atividades têm por desígnio estimular atitudes preservacionistas e a consciência ecológica dos visitantes. Para desenvolver o estudo foram realizadas visitas para análise do ambiente natural, bem como pesquisa bibliográfica baseada em livros, artigos, dissertações e teses disponíveis em meio eletrônico. Conclui-se que houve uma evolução com relação a legislação sobre Educação Ambiental e que esta deve ser desenvolvida pela educação formal em todos os níveis de ensino, em caráter permanente e de forma interdisciplinar, bem como pela educação não-formal e informal desenvolvidas pelos diferentes segmentos da sociedade. Os espaços naturais constituem-se como espaços educadores que contribuem para construção emocional e intelectual do indivíduo e favorece o processo de transformação social.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Práticas educativas. Relação homem-natureza.

DELEGAR NA GESTÃO ESCOLAR: UMA FORMA DE DESCENTRALIZAR O PODER NA BUSCA DA LIDERANÇA

Heloisa de Souza Santos; Giovana Volpatto Paleologo; Lucia Helena Ormelese de Barros

Essa pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de compreender a descentralização do poder na gestão escolar, buscando assim, uma liderança democrática. Utilizou-se para leitura a pesquisa bibliográfica e artigos acadêmicos. Frente ao desenvolvimento da função de gestor o ato de delegar chama a atenção para a questão do uso do poder na escola, pois a tomada de decisão, quando democrática e descentralizada, é praticada de forma coletiva. As ações participativas baseiam-se no conceito da autoridade compartilhada, cujo poder é delegado aos representantes da comunidade escolar e as responsabilidades são assumidas por todos. Nessa perspectiva, a gestão democrática desencadeia a participação social; a destinação e fiscalização dos recursos financeiros e as necessidades de investimento; a execução das deliberações coletivas e os processos de avaliação da escola. Outrora, não se praticava a democracia nas instituições de ensino, pelo fato das escolas tradicionais seguirem uma linha autoritária. Com o passar do tempo, foi-se buscando a liderança, considerando um novo meio de gerenciar a escola. A partir da década de 30 a administração na educação toma um novo rumo, imerso nos ideais progressistas e contra a educação tradicional. Por isso, buscaram-se novos métodos para ter uma gestão mais democrática e autônoma, com programas de formação continuada. Em função disso, lideranças comprometidas e profissionais focadas no sucesso escolar se fez necessário para dar continuidade a essa evolução. Isto ainda é um enorme desafio para a sociedade moderna, porém é necessário que se faça, para que todos os envolvidos tenham a oportunidade de colaborar com a instituição em prol da qualidade de ensino. Portanto, para que ocorra uma gestão democrática eficiente e participativa nos espaços escolares é preciso que todos os que a integram vejam-se como parte atuante e responsável do processo.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Delegar. Liderança. Democracia.

A PEDAGOGIA DIALÓGICA DE PAULO FREIRE EM RELAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA

Liliane Cristina Passaretti; Miquecielen Marinho; Lucia Helena Ormelese de Barros

O objetivo desta pesquisa é compreender a relação da família no ambiente escolar no sentido de

cumprir os deveres e usufruir dos direitos sociais. Para a elaboração desse trabalho foram utilizadas pesquisas bibliográficas e artigos científicos. Quando se fala em educação é salientada duas instituições de extrema importância nesse processo: família e escola. Nesse sentido, construiu-se no decorrer dos tempos a ideia de que a escola é responsável pela educação formal dos alunos, enquanto a família é pela educação informal. Tal ideia parece ser sustentada até hoje, mesmo com tantas mudanças políticas, sociais e educacionais. Percebe-se, então, que a família vem se distanciando cada vez mais da escola, trazendo sérios problemas para o desenvolvimento psicológico, social, cultural e de aprendizagem do aluno. Então, é preciso repensar, com urgência, sobre esse assunto, estudar cautelosamente os dois lados, da família e da escola, para encontrar caminhos que favoreçam um maior entrosamento entre ambas. Essa relação é complexa, mas é interessante entender que é com educação que se constrói e orienta a formação do caráter. Portanto, a participação da família na escola é valorosa, pois é a primeira instituição formadora e construtora da identidade do indivíduo. Dessa forma, salienta-se a presença dos pais na escola de forma efetiva e colaborativa na vida escolar de seus filhos, fortalecendo assim os espaços democráticos. Com isso, a parceria entre a família e a escola vem corroborar para a construção da autonomia e consciência social, sendo que a troca de informações e busca de ações conjuntas são condições necessárias para o sucesso escolar e social do indivíduo. Por fim, este desafio deve ser superado através da importância que a escola dá para a participação dos pais e implementar novas possibilidades de intervenção para causar mudanças significativas na relação família-escola.

Palavras-chave: Família. Escola. Participação. Relação.

O ENSINO DE LIBRAS PARA ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O AUXÍLIO DAS BRINCADEIRAS

Neiva Aparecida Medina Pury; Sabrina da Silva Nascimento; Daiane Natalia Schiavon

O tema central desta pesquisa refere-se à importância do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na educação infantil com o auxílio de brincadeiras, partindo do princípio que é por meio desta que a criança pode interagir e se expressar em seu meio social. A oficialização da Língua Brasileira de Sinais no Brasil - LIBRAS, pela Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 e o Decreto Federal nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, são exemplos de conquistas e resultados dos inúmeros movimentos e lutas das pessoas surdas brasileiras. A presença do tradutor/intérprete de Língua de Sinais em espaços sociais diversos, públicos ou privados é uma das garantias citada neste Decreto. Este trabalho tem como objetivo analisar o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para alunos surdos na Educação Infantil por meio de brincadeiras. Para este estudo utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, realizada por meio de um levantamento de fontes e argumentos que comprovam o assunto e a problematização da criança surda. Os resultados indicaram que, a educação infantil como etapa inicial da educação básica é de extrema importância para o desenvolvimento das habilidades que possibilitarão a compreensão e interiorização do mundo humano pela criança. A brincadeira, a música, o brincar e os jogos trazem o mundo para a realidade infantil, desenvolvendo assim potencialidades e inúmeras habilidades. As brincadeiras são fundamentais para o desenvolvimento da identidade de qualquer criança e, em especial, para as crianças surdas, porque estas as auxiliam na aquisição da LIBRAS e no aprendizado da língua portuguesa. Por isso, oferecer oportunidades de brincadeiras às crianças surdas é contribuir com o desenvolvimento de suas habilidades linguísticas - através da LIBRAS - e amenizar o atraso no desenvolvimento da formação de sua personalidade, seja ela de caráter psíquico, social, cultural, linguístico ou cognitivo. Concluímos que a criança surda necessita de propostas educacionais que possam atender suas necessidades e dessa forma, acredita-se que o uso do lúdico (brincadeiras) em sala de aula, pode contribuir de modo significativo para o aprendizado da língua de sinais por estas crianças e, assim, promover a comunicação entre os mesmos e as crianças ouvintes de maneira mais expressiva.

Palavras-chave: LIBRAS. Educação Infantil. Educação de surdos. Brincadeiras.

AS CONTRIBUIÇÕES DA MÚSICA NA ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Heloisa Fernanda Zanato; Daiane Natalia Schiavon

Os estudos realizados a respeito do ensino da música na Educação Infantil discutem sua relevância como ferramenta pedagógica e suas contribuições para o desenvolvimento das habilidades nesta etapa da educação. Destaca-se a música como alternativa para o trabalho dos professores no início da vida escolar das crianças como fonte de adaptação de rotinas e hábitos no cotidiano da escola. Todos os aspectos relacionados à utilização da prática musical escolar estão baseados no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), norteados as metodologias, conteúdos e atividades que podem ser desenvolvidas com as crianças. Dessa forma, o professor configura-se como principal agente para que as crianças possam desenvolver-se integralmente com a educação musical. O objetivo do trabalho foi analisar as contribuições da música como ferramenta no processo de escolarização de crianças da Educação Infantil, bem como investigar a importância da música nesta etapa educativa e analisar a mesma como forma de adaptação escolar para as crianças. Para levantamento de dados e informações no estudo deste tema, foram realizadas pesquisas de caráter bibliográfico, através de livros, artigos científicos, anais de congressos e revistas publicadas online. As informações obtidas auxiliaram na realização do trabalho. Os resultados da pesquisa indicaram que o ensino de música para as crianças proporciona o desenvolvimento de diferentes habilidades necessárias na Educação Infantil como a criatividade, raciocínio e a coordenação motora ampla, além do favorecimento das adaptações com as rotinas escolares que são essenciais nesta etapa. A importância de desenvolver essas habilidades trazem benefícios para o início da vida escolar da criança e, conseqüentemente, no processo de alfabetização das mesmas. Expressaram ainda a importância da prática do professor no tocante a este trabalho por meio da realização de cursos de formação continuada em música, buscando novas alternativas e aperfeiçoamento de suas técnicas pedagógicas. Concluímos que através da elaboração desse trabalho que a música aplicada às práticas escolares, em especial no contexto da Educação Infantil, contribui para que determinadas habilidades sejam desenvolvidas nas crianças por meio de atividades lúdicas, sendo também considerada como uma excelente ferramenta auxiliadora das técnicas pedagógicas do professor.

Palavras-chave: Música. Educação Infantil. Prática pedagógica.

A PRODUÇÃO DE TEXTO DURANTE O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Joelma Santana; Karina Fernanda da Silva Granço; Magda Cristina Scipioni Verissimo

Durante o processo de alfabetização o professor propõe diferentes estratégias para os alunos aprenderem a produzir textos: reescrita de textos conhecidos, produção coletiva, produção de textos em duplas, escrita de frases, etc. Essas estratégias são necessárias, pois o conteúdo produção de textos envolve conceitos e procedimentos, portanto, precisa ser ensinado. O processo de escrita de textos exige vários conhecimentos por parte de quem escreve e de quem ensina como por exemplo: o processo de aquisição da linguagem e da escrita alfabética; os gêneros textuais e suas características e os aspectos de revisão de textos que estão envolvidos no próprio processo de escrita, pois muitos alunos não produzem textos ou porque cometem muitos erros de escrita ou porque não dominam o gênero proposto pela comanda de produção. A importância dessa exigência está diretamente ligada à necessidade da formação do escritor competente, que tem como característica o indivíduo que sabe escolher o gênero no qual seu discurso se realizará selecionando o que melhor servir às suas necessidades de comunicação e depois de escolher gênero, planeja o discurso, elabora resumos, estrutura suas anotações e, finalmente, olha para o próprio texto conferindo se está confuso, ambíguo, redundante, obscuro ou incompleto, revisando e reescrevendo até achá-lo satisfatório. Esse trabalho

tem por objetivo analisar como os alunos pensam e aprendem a escrita e destacar como o professor pode intervir e ajudá-los a escrever textos no processo de alfabetização para o desenvolvimento deste perfil de escritor. Para a elaboração do mesmo foram utilizados, pesquisas bibliográficas em livros. Seu desenvolvimento divide-se em três capítulos. O primeiro conceitua o processo da aquisição da linguagem e da escrita no processo de alfabetização, o segundo mostra as tipologias textuais e suas características e por fim o terceiro traz as etapas da produção textual focando o antes, o durante e depois da elaboração de um texto. Conclui-se que é de extrema importância que no ambiente escolar o professor incentive e apoie os alunos a produzirem textos, pois, é através dessa prática que se formará no aluno o perfil de um escritor competente.

Palavras-chave: Linguagem. Aquisição da escrita. Produção de texto.

TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA O ENSINO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Gabriela Justulin; Gabriele de Freitas Padial; Daiane Natalia Schiavon

O tema central deste estudo refere-se à Tecnologia Assistiva no processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva. A tecnologia assistiva engloba recursos, metodologias e práticas na área educacional direcionado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, focando no objetivo principal que é auxiliar os deficientes, com a finalidade de proporcionar uma maior independência, autonomia, qualidade de vida e, especialmente, no processo de inclusão dos alunos no meio escolar e na sociedade. Por isso, a tecnologia assistiva torna-se uma ferramenta que auxilia na acessibilidade, neste caso dos deficientes auditivos, como, por exemplo, na comunicação e também combater o preconceito. Nesta pesquisa, objetivou-se identificar as possíveis tecnologias assistivas a serem adaptadas na inclusão dos deficientes auditivos e para melhor formação do professor. Para a construção da pesquisa, foi utilizado métodos de levantamento bibliográfico, por meio de análises de textos e artigos sobre o tema. Os resultados levantados nas pesquisas estudadas, mostraram que uma das formas de promover acessibilidade para aqueles que não a tem, em especial os alunos com deficiência auditiva, é, sem dúvidas, através da tecnologia. Por conta disso, para uma efetiva inclusão dos deficientes auditivos no meio escolar e no meio social, são utilizados o implante coclear, aparelhos auditivos, hearing loop (aro de indução magnética), closed caption (legenda oculta), telefones de texto, sinalizadores visuais de alerta, entre outros. Conclui-se, portanto, que se torna de grande importância o uso da tecnologia assistiva por parte dos professores, para a inclusão do aluno com deficiência auditiva no contexto escolar, pois a tecnologia assistiva aumenta ou restaura a função humana, proporcionando uma vida independente e produtiva aos deficientes auditivos. Enfatizamos assim que, a tecnologia assistiva torna as coisas possíveis, a fim de garantir a todos o direito de uma educação plena e de qualidade, que possibilite a formação de cidadãos críticos e participativos dentro da sociedade

Palavras-chave: Educação inclusiva. Acessibilidade. Tecnologia assistiva. Deficiência auditiva.

A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: PERSPECTIVA DO EDUCADOR SOBRE SUA PRÁTICA DOCENTE

Thaís Aparecida Bruno Zaneti; Lidiane Aparecida Kil; Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli

Este estudo, decorrente de trabalho de conclusão de curso que se encontra em fase inicial, tem como tema a Transição da Educação Infantil para o primeiro ano do Ensino Fundamental. A Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, altera a redação dos artigos 29, 30, 32, e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Com base nessa nova legislação as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

Infantil, aprovada em 2010 pelo Ministério da Educação (MEC), apontam a necessidade de que as instituições de ensino assegurem que essa transição ocorra de forma a dar continuidade aos processos de aprendizagem e de desenvolvimento das crianças. Para Wallon (1975) temos que olhar a criança de forma integrada. Contudo, a transição de um nível de ensino para o outro é marcada por experiências que atingem não só as crianças, mas também pais e educadores e, exige uma articulação efetiva no processo de ensino e nas práticas docentes. Diante de tais fatos, a presente pesquisa tem como objetivo analisar como na perspectiva dos educadores, essa transição pode afetar o processo de ensino aprendizagem dos educandos e que novas práticas são necessárias para assegurar essa transição. Para tanto, em um primeiro momento, estamos desenvolvendo um estudo teórico-bibliográfico, embasado da em livros, teses, artigos científicos. Em um segundo momento, pretende-se realizar uma pesquisa de campo, por meio de uma entrevista com questionário semiaberto, junto a professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da rede pública de ensino. Mascioli (2012) aborda o contexto do cotidiano escolar que se apresenta nos dois primeiros níveis da educação escolar pública à luz das orientações legais brasileiras que alteraram a duração do ensino fundamental de oito para nove anos, transformando o último ano da Educação Infantil no primeiro ano do Ensino Fundamental e confirma a necessidade de estudos como este. Até o presente momento esse estudo revelou as diferentes funções assumidas pelo docente e a necessidade dele em reconhecer cada indivíduo em suas múltiplas dimensões. Compreender a perspectiva da criança buscando sentidos próprios do contexto infantil é sem dúvidas um desafio, já que tem um risco de se atribuir uma visão mais equivocada do adulto. Pode haver distorções de uma "contaminação" dos sentidos do mundo adulto para os sentidos do mundo infantil. Para a criança, esse período de transição, no processo educativo, gera expectativas e inseguranças. Na visão de Kramer (2006), sempre teremos crianças ingressando na Educação Infantil e ingressando no Ensino Fundamental que precisam de conhecimentos, afetos, acolhimento, atenção, cuidados, e do brincar; essa é a criança em construção do seu conhecimento, da sua identidade que recebemos no contexto escolar atualmente. Deste modo devemos focar na formação do docente nessa etapa de transição escolar, enfatizando suas contribuições para o desenvolvimento global das crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil. Ensino Fundamental de nove anos. Prática Docente.

PEDAGOGIA E AFETIVIDADE: UMA CUMPLICIDADE NA AÇÃO EDUCATIVA

Ana Lia Dadamos; Thais Parro Costa; Lucia Helena Ormelese de Barros

É de suma importância a relação entre professor e aluno no processo de aprendizagem, pois todo conteúdo apreendido, seja ele teórico ou prático, deve haver uma interação afetiva entre quem explica o conceito e quem recebe a informação. Desse modo, a afetividade desempenha um papel fundamental na construção do funcionamento da inteligência, fazendo com que a pessoa se sinta confiante em si e em sua capacidade de aprender. Nesse processo evolutivo do homem as dimensões motora, afetiva e cognitiva coexistem de forma integrada para que a potencialidade se desenvolva. Desse modo, ao longo do processo, a afetividade e a inteligência reagem e se alteram, determinando assim a forma como cada um decodifica a aprendizagem. Frente a essas ideias, o objetivo da iniciação científica se concentra em identificar através da relação da pedagogia e da afetividade como ocorre o processo de aprendizagem. Para a elaboração desse trabalho foi utilizada pesquisas bibliográficas. No processo de aprendizagem as ações são efetivamente concretizadas também através dos sentimentos de cooperação, comportamento ético e confiança para uma melhor formação de alunos/profissionais mais humanos e solidários. Nessa perspectiva, a afetividade na ação educativa forma alunos capazes de decodificar o mundo, tornando-os elementos transformadores do contexto social. Com isso, a escola passa a ser um ambiente repleto de interações sociais, fundamentada na relação entre professor e aluno e com a influência da afetividade no processo de aprendizagem, torna-a um ambiente mais prazeroso e acolhedor. Conclui-se, então, que uma proposta de reorganização dos espaços educativos tendo como eixo a construção de valores e afetividade pode ser uma saída para uma escola de

qualidade. Ou seja, o conteúdo programático impregnado de emoção é aprendido de forma mais sólida, firme e prolongado. Mas, ao refletir sobre a afetividade no processo de aprendizagem percebe-se o quanto essa temática passa despercebida e ignorada por muitos professores.

Palavras-chave: Pedagogia. Afetividade. Processo de Aprendizagem. Relação professor/aluno.

A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Beatriz Ariane Ferreira; Daiane Natalia Schiavon

159

O tema central desta pesquisa refere-se à afetividade e sua importância para o desenvolvimento de crianças da Educação Infantil. A criança, ao entrar na escola, inicia uma nova experiência, para ela é um mundo novo e cheio de descobertas a se abrir. Psicologicamente, há uma necessidade de aceitação muito grande, visto que a criança deixa a família para ingressar num novo mundo social onde tudo é novo. Neste sentido, ela precisa se sentir acolhida ao ingressar na escola para que esta experiência, que para ela é tão nova e diferente, se torne agradável. A afetividade é um sentimento presente em todas as relações humanas, particularmente na educação infantil, ela é um dos elementos responsáveis pelo desenvolvimento integral da criança. O termo "afetividade" designa a aprendizagem como correspondente dos vínculos afetivos existentes entre professor e aluno, por isso, a mesma, nesta etapa escolar, funciona como suporte de aprendizagem para os alunos. Objetivamos neste trabalho analisar as contribuições da afetividade na educação infantil e como a mesma auxilia no processo de escolarização das crianças. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica, expressa pela análise e estudos de artigos e trabalhos sobre esta temática. Os resultados apontaram que o professor deve ter em questão que, além da prática pedagógica, do ensino e dos conteúdos a serem ministrados, é preciso que em todos estes âmbitos, os sentimentos como o afeto, amor, carinho, atenção e respeito, estejam presentes formando um conjunto de aprendizagem e o educando assim, sinta que o professor é alguém com quem ele pode contar e criar vínculos que propiciem um ensino aprendizagem mais significativo. Evidencia-se dessa forma, a importância do papel do professor, enquanto mediador dos vínculos afetivos. O elo de afeto entre professor e educando é estimulado através da vivência diária que garante um envolvimento maior e emocional, que favorece e possibilita maiores trocas com vistas à aprendizagem.

Palavras-chave: Afetividade. Educação Infantil. Aprendizagem. Prática pedagógica.

VISÕES CRÍTICAS SOBRE ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NA ESCOLA: PROPOSTAS PEDAGÓGICAS PARA UMA EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA E IGUALITÁRIA

Gislanny dos Santos Nunes; Grasiela Lima

Desde o nascimento, a criança tem contato com diversos valores e regras que são socialmente construídos e impostos, e que constituem a base para a formação de sua identidade. Existem, portanto, expectativas socioculturais que modelam padrões de comportamento masculino e feminino, aceitos e valorizados pela sociedade de acordo com a construção social de gênero. A reprodução desses papéis de gênero é mantida através de um longo processo histórico, que determina a desigualdade entre homens e mulheres. Dados divulgados por organismos internacionais nos últimos anos apontam que, em diferentes países do mundo, as mulheres estão excluídas do poder, vivem em situação de violência e constituem a maior parte da população pobre, fenômeno identificado como feminilização da pobreza. Grande parte dessas violações de direitos cometidas contra as mulheres é estimulada pela convivência ou indiferença social, tendo em vista a naturalização das desigualdades de gênero. Sendo assim, a educação é o caminho fundamental para a promoção da cidadania, da democracia e da justiça social. Nesse sentido, a práxis pedagógica deve voltar-se para a desconstrução de estereótipos de gênero e para a valorização de relações humanas baseadas nos princípios éticos da igualdade, do respeito mútuo, do diálogo e da solidariedade. A partir desses pressupostos, o objetivo do presente

trabalho é discutir como a escola atualmente tem realizado projetos voltados para a desconstrução dos estereótipos de gênero, e destacar as ações educativas desenvolvidas em instituições de ensino básico que buscam enfrentar o sexismo, o preconceito e a discriminação no ambiente escolar. Entende-se que os conhecimentos, as ideias e as práticas não sexistas devem ser aplicados, por exemplo, no âmbito dos conteúdos curriculares, nos projetos voltados para a utilização de brinquedos e brincadeiras que desconstruam os estereótipos de gênero e na formação continuada de professores. Para realização deste estudo, foi realizada pesquisa em fontes secundárias de base bibliográfica, através de livros, artigos, teses, dissertações, utilizando-se de uma abordagem qualitativa fundamentada em teorias críticas da educação. No que se refere aos resultados deste trabalho, destaca-se a necessidade da escola contribuir para a superação de preconceitos e desigualdades através da consciência dos educadores de que a educação formal deve ser um espaço de solidariedade, justiça e responsabilização mútua, de tolerância e respeito. Assim, a partir de uma mediação do professor reflexivo é que a práxis pedagógica pode promover a resistência e os questionamentos necessários em relação aos estereótipos de gênero, e construir efetivamente uma educação não sexista, igualitária e democrática, contribuindo assim para a transformação social.

Palavras-chave: Estereótipos de Gênero. Escola. Educação não sexista.

ENFRENTAMENTO DO LUTO E SUAS CONSEQUÊNCIAS EM SALA DE AULA

Juliane Ferrari Marostiga; Lucia Helena Ormelese de Barros

As perdas, seja ela por mortes ou não, estão muito presentes no cotidiano das pessoas. É uma experiência que todos, um dia, enfrentarão, mas cada um de seu modo, no seu tempo, conforme as características pessoais e sociais. Sendo interessante ressaltar que numa fase da vida em que a principal tarefa é a construção da própria identidade, a morte pode representar uma ruptura na narrativa do cotidiano. A reflexão dessa temática contribui para o trabalho do professor em sala de aula, quando o luto ocorre na vida do seu aluno, transformando a escola em um espaço acolhedor que educa os sentimentos durante esse período. O objetivo principal desta pesquisa é refletir o papel da escola e do professor no processo do enfrentamento do luto pelo aluno. A base da pesquisa se processou através de textos científicos e bibliográficos para a produção sobre o tema. O papel da escola em relação aos alunos em luto implica em enfatizar o afeto nas relações pedagógicas, pois seu papel não é unicamente transmitir conhecimentos, mas promover o desenvolvimento nas interações humanas. Para um melhor embasamento teórico sobre o tema foi preciso buscar desde a formação do homem até o papel da família para garantir os cuidados necessários para a sobrevivência e socialização, agregando cultura e valores. Dessa forma, o ensino passa a cumprir sua posição de socializar e humanizar o indivíduo, ajudando este a lidar com a morte e o luto, identificando as possíveis consequências que podem causar na aprendizagem. Portanto, professores e diretores devem desenvolver competências que lhes permitam apoiar efetiva e afetivamente um aluno em luto, respeitando a sua forma única de lidar com a dor. Só assim se consegue que a educação se assuma um campo no qual a dimensão ética, política, científica e emocional se articulam para dar condições de aprendizagem a aqueles que enfrentam o luto na escola.

Palavras-chave: Luto. Escola. Professor. Afeto.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR FRENTE À INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Pamela Simone Couto; Leticia Olaia; Daiane Natalia Schiavon

Este estudo teve como tema central a formação de professores mediante à inclusão de alunos autistas. Diante da inserção destes estudantes no ambiente escolar, estudos e debates atuais apontam a

importância de os educadores procurarem uma formação voltada à ampliação das habilidades pedagógicas, no ensino-aprendizagem de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Objetiva-se nesta pesquisa evidenciar os distintos diagnósticos do TEA, a relevância da formação do professor para melhor desenvolvimento das especificidades da pessoa autista. A metodologia aplicada é de caráter bibliográfico e por isso, analisamos trabalhos e artigos acadêmicos sobre o tema. Os resultados apontados, por meio destas pesquisas, demonstram a necessidade de um olhar cuidadoso e delicado do professor sob o aluno com TEA, beneficiando um melhor desenvolvimento das atividades em sala de aula, permitindo assim, a fluidez da aprendizagem como algo natural. Dessa forma, o professor, por meio de uma formação de qualidade e práticas pedagógicas realmente inclusivas, deve proporcionar a este aluno, a autonomia e o exercício de sua cidadania. Para isso, é importante que o educador adote práticas como a rigorosidade na rotina de um aluno autista, beneficiando sua evolução frente as propostas apresentadas no seu dia a dia e o trabalho visual, que se destaca como meio de compreensão facilitadora capaz de concretizar a figura abstrata. Também destacamos como positiva e importante, a parceria entre a escola e a família, entretanto cabe à gestão escolar oferecer aos seus educadores total assistência para promoção e melhoria das estratégias educativas, responsáveis por subsidiar o saber de todos os componentes do meio, seja ele deficiente ou não. Além disso, ressaltamos a orientação vinda de profissionais especializados na área da saúde, tais quais, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos e fisioterapeutas, que tornam o fardo mais leve para os envolvidos. Conclui-se que, dada à amplitude mundial que o Transtorno do Espectro Autista vem ganhando, o presente trabalho almeja ressaltar a importância da formação do professor e de práticas pedagógicas voltadas para a escolarização de alunos com TEA. A formação torna o professor melhor preparado para lidar com as adversidades que possam vir a surgir, daí que o incentivo e a busca pessoal tornam-se aspectos de extrema importância para efetivar o exercício de educar, que deve ir além dos paradigmas preestabelecidos por uma sociedade ingênua.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Formação do professor. Inclusão.

A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Sthéffani Fernanda de Oliveira; Daiane Natalia Schiavon

O presente trabalho teve como tema central a afetividade e inclusão escolar. Sabemos que para ensinar alunos deficiência é necessário ter uma pedagogia diferenciada para cada aluno, sempre respeitando seu ritmo e suas necessidades, além desempenhar uma prática permeada pela afetividade, visto que esta beneficia a todos os alunos. Dessa forma, o afeto com o aluno e o interesse do professor pelo aluno e em especial o aluno com deficiência, são de grande importância para a inclusão escolar e para seu processo de ensino e aprendizagem. Objetivamos neste estudo, caracterizar a importância da afetividade no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência. A metodologia desenvolveu-se a partir de pesquisas bibliográficas com base em materiais publicados em livros, artigos e rede eletrônica. Tal método para a realização deste estudo é compreendido como parte da resolução de um determinado problema e em nosso caso, a importância da afetividade no processo de inclusão escolar. Os resultados apontam que quando as necessidades afetivas não estão satisfeitas, estas resultam em barreiras para o processo ensino-aprendizagem e, portanto, para o desenvolvimento, tanto do aluno quanto do professor; faz-se necessário, proporcionar uma relação pedagógica interativa entre professor e aluno, estabelecendo uma confiança e segurança entre os sujeitos da educação. Os alunos deficientes, mesmo com suas diferenças, quando possuem uma boa autoestima tem motivação para aprender, sendo necessárias ações planejadas, formação teórica e sensibilidade de todos que fazem parte de seu ambiente. O que este estudo se preocupou em mostrar é que um ambiente de confiança e respeito mútuo, proporcionado por afeto e promoção da autoestima, criam condições favoráveis à aprendizagem, e que incluir o aluno com deficiência na escola é bem mais que promover sua inserção no convívio com outras crianças sem que haja trocas interativas com plena aceitação das diferenças.

Tais resultados reforçam a ideia de que é de fundamental importância que o educador tenha um olhar sensível, o incentivo para que o aluno aprenda é diretamente proporcional à crença do professor de que ele é capaz de aprender, dessa forma, para que a inclusão aconteça realmente, é preciso que todos os envolvidos no processo educacional desempenhem de maneira correta os seus papéis, tendo em vista que, antes de serem deficientes, esses alunos são seres humanos, dotados de sentimento, merecendo, por isso, o respeito de todos; ressaltando ainda que um olhar inclusivo é a porta para a construção de vínculos.

Palavras-chave: Afetividade. Educação inclusiva. Confiança. Olhar inclusivo.

A IMPORTÂNCIA DOS TRABALHOS COM HISTÓRIA E GEOGRAFIA NA ADAPTAÇÃO NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Nairiany Maria Capeloza; Jéssica Laís da Silva Bianchi; Solimar Guindo Messias Bonjardim

O presente trabalho de pesquisa objetivou discutir atividades relacionadas ao ensino de história e geografia no ensino fundamental como integrantes do processo adaptativo. Para a confecção da mesma primeiramente realizou-se uma pesquisa bibliográfica para discutir o processo de adaptação e as diretrizes do ensino de história e geografia, num segundo momento foi realizada uma pesquisa de campo com professores do primeiro e segundo ano do ensino fundamental para compreender as atividades que contribuem para o processo adaptativo. Nesse sentido, é necessário esclarecer que o termo adaptação é usualmente utilizado para designar um processo, um mecanismo necessário para enfrentar situações novas, como por exemplo, o período de ingresso numa nova etapa escolar. A fase que compreende a adaptação da criança à educação é de extrema importância na sua vida. Não tem como falar sobre um período tão presente na vida da criança, sem mencionar também que este envolve os sentimentos de toda a família, que completamente ligadas por laços afetivos agora necessitam vivenciar uma separação, mesmo que transitória. O início da vida escolar da criança é um processo contínuo de mudança, crescimento, desenvolvimento e amadurecimento. A partir de então acontecem novos relacionamentos, favorecendo que a criança construa um mundo social mais amplo (CASONATTO, 2017). Devido a esse processo acredita-se que atividades que incluam identidade, família, lugar, modo de vida da criança no processo de aprendizagem ajudam na adaptação da mesma com o novo ambiente, com os outros alunos e professores. Essas atividades desde 1996 constam nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História e Geografia do Ensino Fundamental. Os mesmos afirmam que no início do ensino destas disciplinas deve-se trabalhar com assuntos que façam parte do dia a dia da criança. Ao aproximar ensino e modo de vida a criança pode sentir-se acolhida, participante do novo ambiente. Ao relacionar adaptação com as práticas solicitadas no Parâmetro Curricular Nacional, percebe-se que a discussão da adaptação relaciona-se integralmente com as disciplinas. Na pesquisa constatou-se que raramente uma criança chega ao primeiro ano sem contato anterior com a escola, facilitando o processo adaptativo apenas em um novo ciclo, mas segundo os professores, esse sempre é um momento apreensivo e as atividades de história e geografia auxiliam nessa etapa, uma vez que, os conteúdos utilizados no primeiro e segundo ano relacionam-se com a cultura da criança ajudando a acomodação e a participação na sala de aula, aproximando o professor e os amigos. As atividades que as crianças mais se identificam são livro da vida, relatos de identidade pessoal, família, escola, localização da escola e da sua casa (rua, bairro, cidade), estilos de vida, cultura, passeios, ambientação escolar, rotina familiar, brincadeiras, entre outros. Baseados nos estudos e na pesquisa, conclui-se que as disciplinas de história e geografia contribuem para o processo de adaptação da criança, uma vez que, os conteúdos utilizados no primeiro e segundo ano estão relacionados com o dia a dia da criança.

Palavras-chave: Adaptação. História. Geografia. Ensino.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES COM ALUNOS AUTISTAS

Gabrielly Fernanda Moreira; Taila Fernanda Jesuino de Souza; Tainara Maria Galvao; Daiane Natalia Schiavon

163

O autismo apresenta-se como um distúrbio de desenvolvimento, com etiologias múltiplas e graus variados de comprometimento. É caracterizada por um conjunto de sintomas e costuma aparecer antes dos três anos de idade e, em sua maioria, em crianças do sexo masculino. Tem como característica sintomática a tendência ao isolamento, dificuldades de interação social, comunicação e de imaginação. Dessa forma, o aluno chega à sala de aula do professor, que por sua vez muitas vezes desconhece tal distúrbio e se perde em sua prática. Por isso, o objetivo deste estudo foi estudar o autismo enquanto fonte de informação para a prática pedagógica do professor. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica por meio da análise de textos e artigos sobre o tema. Como resultados, encontramos que além da importância do conhecimento deste distúrbio pelo professor, cabe a ele, usar modos de intervir na vida humana por meio da reflexão e da ação reflexiva, geradoras de estratégias pedagógicas mais inclusivas para o bem comum do educando. O professor deve estar sempre em busca de maneiras inovadoras e de um planejamento diferenciado para a construção de uma melhor qualidade de vida e aprendizagem para as pessoas com autismo. Assim, o aluno com autismo pode aprender a socializar-se, expressar-se e até mesmo tomar atitudes sobre algumas coisas do cotidiano, que para eles apresenta-se como difícil de fazer, como por exemplo, interagir com outras pessoas, permanecer sentado, ir ao banheiro e diminuir a ansiedade e agressividade (lembrando que os tipos de autismo são divergentes e variam de pessoa para pessoa). Concluímos que para isso é necessário um acompanhamento constante da escola, dos profissionais interventores e da formação continuada dos professores, além da parceria com a família, que é fundamental para estimulá-los. Ressaltamos a importância de os professores incentivarem esses alunos, mostrando que são capazes de superar suas dificuldades, de que podem fazer qualquer coisa, que podem progredir nos estudos, bem como sempre valorizando as suas particularidades e talentos. O aluno que tem esse apoio e dedicação do professor pode superar seus limites, alcançando os resultados e tendo uma vida normal como qualquer outro aluno.

Palavras-chave: Autismo. Prática pedagógicas. Planejamento diferenciado. Dificuldades.

PSICOLOGIA X PEDAGOGIA: DUALIDADE E CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALUNO REFLEXIVO

Natália Chiaratto Nunes; Celia Regina Auler Pereira Furuta

A educação é um dos fatores que contribuem para o desenvolvimento humano sendo considerado como um passaporte para compreender-se melhor a si mesmo e aos outros, além de favorecer a participação na vida em sociedade. Nesse sentido, a Psicologia e a Pedagogia trazem contribuições importantes para esse favorecimento, cada qual com suas indagações, porém com objetivo comum, ou seja, promover o desenvolvimento humano na sua integralidade, nos aspectos físico, social, cognitivo e afetivo do indivíduo. A epistemologia genética de Piaget indica que o desenvolvimento humano é determinado a partir de conceitos biológicos enquanto a teoria histórico-cultural de Vygotsky aborda que o desenvolvimento ocorre a partir de contato social, favorecendo a formação do pensamento, da linguagem e da aprendizagem da criança. Porém apenas considerar questões relativas aos aspectos psicológicos do indivíduo não são suficientes, pois há necessidade de reflexividade entre o pensar e o fazer, para promover a aprendizagem. Nesse sentido a Pedagogia traz aportes relativos a prática educativa envolvendo sistemas conceituais, valores e procedimentos

socialmente criados, sendo que através da reflexão, sistematização e produção de conhecimento deve estar conectada com os aspectos da sociedade e as normas educacionais. A partir desses pressupostos, surge o questionamento sobre como estimular a criança possibilitando-a a desenvolver ações reflexivas a partir do conteúdo conceitual, adquirir autonomia para resolução de problemas, bem como desenvolver um olhar diferenciado sobre o mundo que nos rodeia. A aprendizagem considerada como um processo de assimilação de conhecimentos que envolve ação física, intelectual e moral de estar orientada por uma produção autônoma de conhecimento e que possibilite os indivíduos a elaborar a crítica da realidade existente. Objetiva-se discorrer sobre a importância dos preceitos da Psicologia e da Pedagogia para o processo ensino aprendizagem, no intuito de possibilitar o desenvolvimento do aluno reflexivo, tendo como fundamento as Teorias de Piaget e Vygotsky. Para elaboração deste trabalho recorreu-se a pesquisa teórico-bibliográfica baseada em livros, artigos científicos, teses e dissertações, além de materiais disponíveis em meio eletrônico. Nesse contexto, a Pedagogia e a Psicologia em conjunto apresentam instrumentos que auxiliam na formação de competências e habilidades do indivíduo e, por conseguinte contribuem para a construção de uma prática social transformadora.

Palavras-chave: Aluno reflexivo. Desenvolvimento humano. Pedagogia. Psicologia. Ações reflexivas.

AS POSSIBILIDADES E DESAFIOS DO GESTOR ESCOLAR NA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Bruna Carneiro; Lucia Helena Ormelese de Barros

A educação sofre transformações decorrentes de momentos históricos, ou seja, está se reinventando cotidianamente. Desse modo, a formação do aluno como cidadão consciente de seu papel na sociedade depende principalmente de uma educação de qualidade e uma gestão democrática para caracterizá-la. Sendo assim, o gestor escolar possui um compromisso social importante no cenário educacional e no contexto atual e enfrenta as dificuldades para a realização de um trabalho de excelência. Apesar dos obstáculos que permeiam o cotidiano do gestor, suas ansiedades e dificuldades, mostram que contratempos, quando administrados de maneira correta, podem transformar o complexo trabalho em um efetivo, organizado e estimulante processo de ensino aprendizagem. Nessa premissa, o objetivo dessa pesquisa é identificar os desafios do trabalho de uma gestão escolar efetiva e participativa na mediação de conflitos. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo, envolvendo uma pesquisa bibliográfica. O estudo mostra as principais dificuldades na rotina dos diretores escolares e como deve ser a mediação de conflitos dentro da unidade escolar. Dentre os conflitos estão o trabalho administrativo e burocrático, a organização da equipe escolar e a interação da comunidade com a escola. Ficou evidente, que a ação do gestor traz elementos que organizam o trabalho na escola, busca uma parceria consciente com a família e com a comunidade, estimula a relação professor/aluno e media conflitos, tendo como finalidade a tomada de decisões para melhor convivência social. Isso integra o cotidiano da gestão escolar e destaca o papel do gestor como articulador das ações administrativas e pedagógicas da escola. Assim, pode-se concluir que a gestão escolar enfrenta desafios e conflitos que surgem à medida que a complexidade das tarefas e as relações se fazem presente. É essencial também que o gestor não distancie seu olhar da sala de aula, do processo de aprendizagem, bem como da comunidade na qual a escola está inserida.

Palavras-chave: Gestor Escolar. Gestão Democrática e Participativa. Mediação de Conflitos. Organização.

A MÁ FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Ana Vitória Auler Munerato; Amanda Gadiolli Calvo; Lucia Helena Ormelese de Barros

O atual cenário da educação em relação à formação acadêmica se torna uma questão a ser debatida, ao se notar a baixa qualidade do ensino e possível má formação dos docentes. Isso demonstra que a escola e o educando podem sofrer defasagem em sua formação. Essa temática possui uma série de situações que necessitam de discussão, reflexão crítica sobre a realidade, sobretudo de transformação e tem como objetivo refletir sobre a importância da formação docente para a educação básica do país. Para a elaboração desse trabalho foram utilizados, pesquisas bibliográficas, artigos e teses científicas. Nessa perspectiva, uma educação de qualidade se faz com profissionais bem capacitados para a atuação da docência, pois esse diferencial é fundamental quando recebido no ensino superior. Sendo assim, as falhas produzidas durante o processo de ensino pode comprometer a formação de futuros profissionais da educação e de outros que por eles forem formados. Os obstáculos encontrados no caminho e descaminhos daqueles que se decidem pela docência são muitos, os valores vão se perdendo diante das dificuldades encontradas, sendo preciso realmente ter vocação, coragem e muito amor pelo que se faz; além de dedicação em se aperfeiçoar e formar-se continuamente. O mercado educacional precisa de profissionais comprometidos com a educação do país, competentes tecnicamente para buscar ser mais e fazer melhor; não somente com a preocupação em atender o currículo vigente, mas em atuar, efetivamente, na prática cotidiana de sala de aula, formando educandos capacitados tanto para a entrada no ensino superior como para o exercício consciente da cidadania.

Palavras-chave: Educação. Má formação. Ensino Superior. Qualidade de Ensino. Profissionais.

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DE AUTOESTIMA DO ALUNO COM DISLEXIA

Isabella Helena Fuzel; Gabrielle Rodrigues Xavier; Daiane Natalia Schiavon

O tema deste estudo refere-se à importância da autoestima para o aluno com dislexia. A autoestima tem grande influência no desenvolvimento cognitivo do aluno disléxico, através desse estímulo o professor conseguirá trabalhar de maneira eficaz buscando resultados positivos que contribuam para esse processo. O aluno com distúrbio da dislexia apresenta grande dificuldade no processo de aprendizagem, já que seu nível de inteligência não acompanha sua capacidade de pensar e sua idade cronológica, além da dificuldade em se expressar através da fala. Tais comprometimentos causam a este aluno descontentamento escolar a nível cognitivo, pois não consegue aprender de acordo com o esperado, e afetivo, já que não acompanha a evolução acadêmica diante de seus colegas, com isso acaba por ser discriminado e sentindo-se incapaz de realizar as atividades. Por isso, objetivamos neste trabalho, analisar a importância do trabalho, por parte do professor, da autoestima com o aluno com dislexia. A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico de textos e artigos sobre o tema. Os resultados apontaram que é fundamental a função do professor quanto educador comprometido com o bem estar de seus alunos, em especial aquele com dislexia, bem como a presença e o companheirismo dos pais perante a escola, que devem trabalhar juntos com o aluno e os professores, os encorajando e aceitando suas peculiaridades. O professor irá conviver diariamente e acompanhará o desenvolvimento deste aluno, auxiliando tanto em sua vida acadêmica quanto em sua vida social, por isso, é importante explicar que a complexidade que ele possui na compreensão e na aprendizagem da leitura e escrita tem um nome: Dislexia. Cabe ao professor mostrar para este aluno que ele possui dificuldades, mas, que também tem qualidades que devem ser exaltadas através de atividades planejadas preferencialmente para este alunado, elevando sua autoestima e fazendo com que ele consiga perceber e entender que também é capaz de chegar ao sucesso. Concluímos que a escola e o seu corpo docente têm um importante papel na vida desses alunos, a fim de conscientiza-los que a combinação de seus pontos fortes e dificuldades é algo único, sendo que nem todos possuem esse distúrbio e por diversas vezes não sabem suas características e como lidar frente a este aluno, podendo se tornar cidadãos bem sucedidos apesar de seu comprometimento neurobiológico.

Palavras-chave: Dislexia. Estimulo. Aprendizagem. Dificuldade.

CRISE ESCOLAR: DO FRACASSO ÀS NOVAS METODOLOGIAS

Veronica Maria Gonçalves de Souza; Luana Vicente Martinez; Lucia Helena Ormelese de Barros

Esta pesquisa tem o objetivo de compreender as causas do fracasso que ocasiona a crise escolar. Sendo assim, com base na literatura sobre o tema se realizou essa pesquisa. Atualmente é vivenciado o insucesso da escola e tempos de grandes dificuldades enfrentadas em sala de aula como o desinteresse do aluno, as dificuldades de aprendizagem e o baixo rendimento escolar, sendo esses alguns dos fenômenos que desencadeiam uma crise nomeada de fracasso escolar. Assim, foi estudado o desenvolvimento humano e os fatos ocorridos em cada período histórico da educação brasileira, o que propõe uma mudança na forma de pensar, a fim de entender os motivos que ocasionam o fracasso. Partindo desse pressuposto, o docente do século XXI deve ter a postura didática relevante frente à sala de aula, voltada para novas metodologias, inovações e adequações de conteúdos programáticos de acordo com a necessidade e individualidade de sua clientela. As metodologias são usadas em sala de aula a fim de inovar e incentivar os alunos. O professor deve sair da sua zona de conforto, superar a crise da escola e o fracasso escolar, propondo novas metodologias e questionar: Como ensinar quando os alunos não têm interesse em aprender? Como agir perante o fracasso escolar? Diante da crise escolar é importante entender os por quês do fracasso escolar, levando em consideração a formação dos professores e sua postura em sala de aula, como também as relevâncias dos métodos de ações motivacionais. Mediante o exposto considera-se que para superar a crise escolar, cabe entender os motivos pelas quais os alunos fracassam e para obter o sucesso são necessárias intervenções e mudanças metodológicas, buscando sempre a motivação para que o aluno tenha prazer em aprender. Palavras-chave: Crise. Dificuldades de Aprendizagem. Fracasso Escolar. Metodologias.

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM AUTISMO EM CLASSES COMUNS

Bruna Firmino de Souza; Paloma Cristina Gonçalves; Daiane Natalia Schiavon

A temática central deste estudo envolve estudos sobre a inclusão escolar de alunos autistas. O autismo é uma síndrome comportamental, caracterizada por déficits de interação social, visualizado pela falta de interação com o outro. O autismo é classificado como transtorno global do desenvolvimento, possuindo afetos primitivos, tendo como problema central um prejuízo intrínseco no desenvolvimento de interação social recíproca e na linguagem, sendo que tais características variam na tipologia e na severidade com que se manifestam. As dificuldades na comunicação ocorrem em graus variados, tanto na habilidade verbal como na não verbal e algumas crianças não desenvolvem habilidades de comunicação. Contudo, há um despreparo por parte das escolas e dos professores para atender a estes alunos. Por isso, o objetivo principal desta pesquisa é analisar a importância da inclusão escolar do aluno com autismo em classes comuns de escolas regulares, possibilitando aos professores o conhecimento desta síndrome. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, realizada por meio da leitura de textos e artigos da área. Os resultados mostraram a importância de toda a equipe escolar conhecer as implicações do autismo e das melhores maneiras de se trabalhar com este aluno. Deve-se levar em conta que a escola é para o autista um preparo para a vida em comunidade, dando oportunidade a estas crianças de conviver com demais alunos. Não existe um teste para realizar o diagnóstico do autismo, são utilizados Manual Estatístico e Diagnóstico da Associação Americana de Psiquiatria. A educação inclusiva é uma política social que se refere a alunos com necessidades educacionais especiais. Há necessidade de orientar os professores, tornando-os capacitados a identificar corretamente as necessidades de seus alunos com autismo. Quando não há ambiente apropriado e condições adequadas à inclusão, a possibilidade de ganhos no desenvolvimento concede lugar ao prejuízo para todas as crianças. Concluímos a importância da inclusão do aluno com autismo na escola regular, uma vez que tal inclusão favorece tanto os autistas como os demais alunos. Dessa

forma, é preciso planejar uma estratégia educacional que minimize as dificuldades da criança de forma que ela possa se integrar e se desenvolver de acordo com suas possibilidades. O professor deve perceber tendência e focalizar os comprometimentos da criança em detrimento das habilidades que ela possui ou possa desenvolver. Por isso, ressaltamos a importância de incluir os alunos com autismo, visando possibilitar experiências de socialização das atividades diárias, tornando-os mais independentes possíveis.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão escolar. Aluno. Professor. Educação inclusiva.

A INSERÇÃO DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Salete de Souza Silva Tonsick; Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli

O presente trabalho faz uma reflexão acerca das contribuições da música na educação infantil. Como a música contribui para o desenvolvimento escolar e social da criança, visto que, conteúdos trabalhados em sala se tornam de fácil entendimento quando apresentados de forma lúdica. Para desenvolver uma prática pedagógica diferenciada é necessário que o professor busque novos recursos educativos e significativos aos alunos contemplando o seu desenvolvimento escolar. A linguagem musical estimula, desenvolve habilidades como a coordenação motora, socialização, concentração, criatividade entre outros, portanto a música pode ser um importante instrumento pedagógico a ser utilizado também pelos professores de ensino regular. A música como ferramenta de ensino e aprendizagem é um assunto que deve estar em pauta nas reuniões de planejamento pedagógico, não o bastante devemos considerar que agrega, como outras práticas de ensino, num aprendizado significativo, uma vez que unifica a ludicidade, criatividade, espontaneidade, entre tantos outros segmentos que estão presentes nas práticas docentes e de ensino. É a escola, no entanto, que tem esse papel muito importante no contato da criança com esse tipo de manifestação cultural. A ela, cabe garantir que se tome consciência dos elementos que fazem parte da linguagem musical. A inserção do lúdico na educação infantil vai além de estabelecer e implantar currículos ou aplicá-los para as crianças sem nenhum recurso que chama sua atenção, isso implica numa renovação da formação continuada do professor. E é por isso, que brincar é a melhor forma da criança aprender, porque quando brinca se diverte, e concentra maior atenção por aquilo que faz. Musicalizar é educar brincando.

Palavras-chave: Educação. Música. Escola. Criança. Aprendizagem.

CYBERBULLYING E AS CONSEQUÊNCIAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Luciana de Oliveira Risso; Vania Aparecida Borim Moretto Delpino

O presente trabalho aborda o fenômeno do cyberbullying e suas consequências no ambiente escolar, mais concretamente baseia-se na ameaça que tal comportamento acarreta aos propósitos educacionais, atingindo também a vida familiar e social do público estudantil. Busca enfatizar o papel do professor em relação às estratégias de prevenção e enfrentamento, visto que o fenômeno é marcado pela violência que rege as relações interpessoais nos grupos sociais, as quais se manifestam muitas vezes como normalidade no cotidiano dos alunos e de suas famílias. O cyberbullying é conhecido como um crime virtual e apresenta particularidades que o diferenciam do bullying convencional, o que o torna um fator de risco que requer prevenção e intervenção de forma ativa. Desse modo, se torna fundamental combater essa prática no meio escolar, contando para tanto, com a participação de todos envolvidos nesse contexto. O objetivo é refletir como a comunidade escolar pode lidar com o problema do cyberbullying, que é, sem dúvida, uma das práticas mais provocativas na sociedade virtual. Para a realização desse trabalho, foram utilizadas pesquisas bibliográficas, livros, teses, dissertações e artigos disponíveis em meio eletrônico. Como proposta de combate a essa prática

ênfatiza-se uma ação conjunta entre escola e família e uma educação para as mídias digitais no uso consciente das novas tecnologias na escola. De acordo com as conclusões do estudo, acredita-se que o melhor entendimento desse fenômeno possa contribuir para o questionamento da prática de crimes cometidos dentro da escola por meio de ambientes virtuais, visto ser essa instituição um local que se destina ao aprendizado e construção da cidadania, e não a práticas criminosas.

Palavras-chave: Violência. Cyberbullying. Escola.

SEXUALIDADE INFANTIL: DIÁLOGO ENTRE FAMÍLIA, ESCOLA E OS DIREITOS HUMANOS

Gelcilene Maria de Souza; Carolina Bacan Marinho; Celia Regina Auler Pereira Furuta

A sexualidade se faz presente durante o desenvolvimento físico e psicológico da espécie humana, e manifesta-se desde o seu nascimento até o momento de sua morte. É definida como algo complexo na vida dos indivíduos, representada por emoções, sentimentos, valores e crenças, influenciada pela interação de fatores biológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais. Ao final do século XIX, a concepção de sexualidade surge como marco de individualidade, relativo ao corpo e à vida da espécie, ou seja ao que há de mais íntimo nos indivíduos e aquilo que os define globalmente como espécie humana. Durante décadas, a sexualidade foi tratada como um tabu, uma temática de pouca relevância, ignorada, tanto pelos familiares, quanto pela escola. Porém, devido a mudanças na sociedade mundial, novas concepções surgiram e com relevância em nosso meio. Nesse sentido vários documentos internacionais como Declaração dos Direitos Humanos e nacionais como Constituição Federal, Leis das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, fazem referência ao tema, além dos Parâmetros Curriculares Nacionais que contemplam a sexualidade em todas as suas dimensões biológica, psíquica, política e sociocultural. Motivo pelo qual a responsabilidade da família e da escola desenvolverem a orientação sexual, com objetivo de orientar crianças e jovens, na formação de valores, atitudes e de como viver a sexualidade na atualidade. Objetivou-se discorrer sobre o papel da família e da escola na orientação das crianças sobre a sexualidade infantil, possibilitando que as mesmas tenham um crescimento fundamentado na valorização e respeito ao próprio corpo e aos demais. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, a partir de livros, revistas, artigos, dissertações e teses em meio eletrônico, para um aprofundamento sobre o assunto. Conclui-se que a família tem papel fundamental na orientação sexual da criança e que no contexto escolar o educador deve ser um facilitador para que a mesma possa reconhecer o desenvolvimento sexual como uma condição que lhe permite exercer a sua sexualidade de forma segura e responsável, fato que favorece a prevenção de questões como gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis. É pertinente ressaltar que a discussão sobre sexualidade está relacionada à vida, a saúde, ao bem-estar e a inclusão social. A interlocução entre família-escola torna-se fundamental para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social da criança. Essa parceria favorece que as crianças possam ter experiências saudáveis, positivas e de respeito com relação ao seu próprio corpo e ao do outro e contribui para uma concepção de sexualidade como um cabedal que faz parte da vida e não como algo que deve ser evitado, temido ou banalizado.

Palavras-chave: Sexualidade infantil. Orientação sexual. Família-escola.

EDUCAÇÃO DE SURDOS: COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM

Adrielle Fernanda Scarabello; Gabriela Rodrigues da Silva Santos; Talita de Fatima Cavalheiro; Daiane Natalia Schiavon

A trajetória da educação de surdos foi marcada, em grande parte de sua história, pelo fracasso escolar, uma vez que até meados do século XIV eram considerados incapazes de aprender. Somente no século

XV, surgiram registros de um surdo que aprendeu a ler satisfatoriamente, descrito pelo pedagogo holandês Rodolfo Agricola e seguido pelo intelectual inglês Dalgarno (1628-1687) que declarou que o potencial do surdo era igual ao do ouvinte, ou seja, ambos poderiam alcançar o mesmo nível de aprendizagem com a educação adequada. Para os dias atuais, embora pautados na Lei de Diretrizes e Bases, conforme o capítulo 5 da Educação Especial, a educação satisfatória para a maioria dos surdos ainda está em busca de uma metodologia e prática pedagógica adequadas para alcançar os mesmos níveis de aprendizagens para estes alunos. Para isto, é necessário que o professor compreenda as diferenças presentes entre alunos surdos e suas especificidades, considerando que os mesmos podem apresentar diferentes formas de comunicação como: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), oralidade e escrita, dentre outras. O objetivo desta pesquisa foi chamar a atenção dos profissionais da educação para os diferentes tipos de comunicação que os surdos podem apresentar e desenvolver e possíveis dificuldades que estes alunos poderão encontrar dentro da sala regular, necessitando de todo o apoio pedagógico para alcançar seu pleno desenvolvimento. O trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica. Os resultados encontrados mostraram que a comunicação efetiva entre aluno surdo e professor resulta em qualidade na aprendizagem e no desenvolvimento do mesmo. Expressaram ainda que em cada uma destas formas de comunicação é necessário que o professor repense sua prática e a metodologia de aplicação de seus conteúdos que melhor se adequa a este alunado. Concluímos que a falta de compreensão e conhecimento por parte do professor sobre a surdez e sobre suas implicações para o contexto educacional, interferem na forma de comunicação entre o professor ouvinte e o aluno surdo, afetando o desenvolvimento deste aluno em sala de aula. Dessa forma, faz-se necessário a qualificação do professor por meio de formação continuada para efetivar a comunicação através de uma metodologia adequada para que o aluno possa aprender de maneira satisfatória a língua portuguesa escrita e/ou falada e sua interação nos demais âmbitos da sociedade.

Palavras-chave: Inclusão, Educação de surdos, Comunicação.

INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS AUTISTAS: UM ESTUDO SOBRE INTERAÇÕES SOCIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR.

Gabrielle Aleixo Garcia; Ana Beatriz Forcin; Daiane Natalia Schiavon

Esta pesquisa teve como tema central a discussão sobre a inclusão escolar de crianças autistas e suas interações sociais na escola. De acordo com a Associação Brasileira do Autismo, o mesmo é considerado um transtorno comportamental com etiologias múltiplas, provocando alterações no desenvolvimento. As características são muito abrangentes, afetando os indivíduos em diferentes graus tanto nas áreas de interação social, como de comunicação e comportamento. Por isso, objetivamos neste estudo conhecer as principais características do autismo e sua influência nas interações escolares. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica através de artigos e trabalhos publicados sobre o tema. Os resultados encontrados expressaram que atualmente utiliza-se o termo “Espectro Autista” para essas crianças e tal termo aponta para os diferentes tipos de comprometimento. Na perspectiva da interação social desta criança autista, destaca-se a relevância dos aspectos sociais para o processo de aquisição de linguagem/comunicação e desenvolvimento, tendo em vista que estes aspectos são fundamentais para a escolarização do autista. Para uma aquisição de habilidades comunicativas, com o suporte do adulto ele adapta seu comportamento comunicativo para obter uma melhora no desenvolvimento das crianças, e é de suma importância que o diagnóstico seja precoce. Tendo em vista esse diagnóstico, entende-se que para as crianças terem uma boa interação os profissionais que trabalham com ela, têm que ter estratégias que se baseiam nesses resultados e que ajudam a criança se desenvolver. No contexto escolar, é importante integrar o aluno com a vivência de outras crianças, também o papel do professor que é trabalhar com as crianças a inclusão em sala de aula, e relações humanas, favorecendo tanto no desenvolvimento da criança autista, quanto com as demais, aprendendo a viver com as diferenças. A inclusão social é uma prática difícil, mas é realizável e possível, considerando as vivências escolares em termos de interação social, quanto do desenvolvimento de habilidades cognitivas nas crianças do aspecto autista.

Palavras-chave: Inclusão. Crianças Autistas. Interação Social.

EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE RESOCIALIZAÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL DOS APENADOS

Fernanda Goes Reis Gonçalves; Grasiela Lima

Nos últimos dez anos o número de presos no Brasil aumentou em 85%. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a população carcerária atual é superior a 700.000 pessoas e, segundo o Centro Internacional de Estudos Penitenciários (Universidade de Essex, Reino Unido), enquanto a média mundial de encarceramento é 144 indivíduos por 100 mil habitantes, no nosso país a média é de 300 encarcerados. Com todos esses dados, muito se discute sobre a ressocialização e as formas de reinserção social do apenado, tendo em vista a diminuição das taxas de reincidência que atualmente giram em torno de 70% no nosso país, considerado um dos maiores índices do mundo. A Lei de Execuções Penais (LEP) estabelece que as unidades prisionais devem ser locais propícios à reabilitação daqueles privados de liberdade, onde devem ser criadas condições efetivas para a reintegração à sociedade. A Constituição Federal de 1988 determina, no artigo 205, que a educação é direito de todos e tem como objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No caso do sistema prisional brasileiro, a LEP especifica a oferta de ensino como obrigatória, mas apenas 11% dos detentos têm acesso à educação, que muitas vezes é vista como passatempo ou uma maneira de remição de pena, visto que cada três dias de estudos equivale a um dia reduzido na pena. Ainda segundo o CNJ, 75% dos apenados são analfabetos ou não concluíram o ensino fundamental, os que possuem ensino superior são 1,4%. Países como a Noruega, onde existe uma política educacional consolidada, 38% dos presos estudam e a taxa de reincidência gira em torno de 20%. Assim, e levando-se em consideração que a finalidade das penas privativas de liberdade é ressocializar, recuperar e reeducar o apenado, a presente pesquisa tem como propósito discutir a importância de se consolidar o projeto educativo no sistema penitenciário, tendo em vista alcançar, efetivamente, os seus objetivos. A metodologia será fundamentada em estudo qualitativo, com revisão bibliográfica relacionada à produção acadêmica nas áreas de Educação e Direito. Pretende-se demonstrar que o atual fracasso na recuperação dos presos está diretamente ligado a fatores como a superlotação e às precárias instalações físicas dos presídios, somado à falta de um programa educacional que englobe a educação básica, a cidadania e a formação profissional. Portanto, uma educação que tenha como prioridade o desenvolvimento da capacidade crítica e criadora do educando, e cujo conteúdo englobe autoestima, autonomia, valores éticos e resgate da dignidade da pessoa humana. O sistema prisional, concebido como lócus de ressocialização, tem se constituído quase que exclusivamente como espaço de punição e privação de liberdade. A ideia fundamental que se pretende aprofundar neste trabalho é que quando o processo de ressocialização se concretiza, ganha o preso, a família e toda a sociedade.

Palavras-chave: Educação. Prisão. Ressocialização. Reinserção social.

ÉTICA E RESPEITO ÀS DIFERENÇAS NA ESCOLA: CAMINHOS PARA A CIDADANIA E A PRÁXIS TRANSFORMADORA

Laís Battocchio Milani; Raphaela Antonioli Sobrinho; Grasiela Lima

Introdução: O Brasil possui uma pluralidade cultural muito grande, contudo, essa questão não tem sido explorada de forma adequada por nossas escolas. Na verdade, tem se constituído grande desafio no âmbito da educação, a construção de conhecimentos e práticas que efetivamente reconheçam a diversidade como parte inseparável da identidade nacional, assim como o desenvolvimento de atividades pedagógicas que busquem a superação de qualquer tipo de preconceito ou discriminação em relação ao diferente. De um modo geral, as instituições de ensino se preocupam com a questão do

respeito à diversidade, mas têm encontrado muitas dificuldades e barreiras para criar um ambiente escolar que realmente promova a cultura da paz baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos e na noção de cidadania. Segundo as diretrizes e os parâmetros curriculares nacionais, o respeito às diferenças deve ser trabalhado desde as etapas iniciais do desenvolvimento infantil, em parceria com a família e a comunidade. A partir da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola, é fundamental que a comunidade escolar, democraticamente, procure enfrentar os desafios da convivência na diversidade de forma refletida, consciente e pautada pelos princípios éticos do respeito mútuo, do diálogo, da solidariedade e do senso de justiça. Objetivo: Realizar uma reflexão crítica sobre as práticas educativas das escolas de educação básica, tendo em vista a pluralidade cultural e o trabalho voltado para as diferenças étnicas, de gênero, religiosas, socioeconômicas, psicológicas ou físico-sensoriais, na perspectiva da educação inclusiva e do compromisso com a formação do cidadão ético e participativo. Material e Métodos: A metodologia desta pesquisa será embasada em pesquisa de natureza qualitativa, através da revisão bibliográfica de artigos teórico-científicos do Google acadêmico, Scielo, revistas eletrônicas e publicações periódicas especializadas em Educação. Resultado e Discussão: Espera-se, com este trabalho, construir propostas para instrumentalizar educadores no desenvolvimento de projetos voltados para o respeito ao diferente e o enfrentamento a todo tipo de preconceito, afastando do ambiente escolar as visões e atitudes pautadas pela exclusão, o desrespeito e a violência. As diferenças são constitutivas e intrínsecas às práticas educativas e é cada vez mais urgente e necessário reconhecê-las e valorizá-las na dinâmica das relações cotidianas das escolas. Conclusão: Dessa forma, busca-se fornecer subsídios para a superação dos obstáculos e desafios que se colocam no caminho daqueles que almejam construir uma educação para a cidadania, valorizando a pluralidade cultural e a diversidade humana, com objetivos de transformar a atual realidade violenta, intolerante, desigual e injusta. Palavras-chave: Pluralidade cultural. Educação inclusiva. Práxis transformadora.

A IMPORTÂNCIA DA MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Marina Fabiana Martins; Mariana Martins; Amanda do Nascimento; Daiane Natalia Schiavon

Esse trabalho relata a importância da música na educação infantil para o desenvolvimento psicológico, cognitivo e afetivo das crianças na educação infantil. Podemos definir musicalização como a pré-escola da música, um conjunto de atividades que visam à sensibilização e que buscam ampliar os conhecimentos musicais das crianças, a fim de proporcionar inúmeras oportunidades para aprimorem suas habilidades motoras, além de aprender a controlar seus músculos e tornar seus conhecimentos mais amplos. O objetivo deste estudo é demonstrar a importância da música na educação infantil como facilitadora da aprendizagem e da criatividade da criança. O método usado foi o levantamento bibliográfico, através de leituras de artigos sobre o tema referido. Os resultados que encontramos apresentaram que a educação musical pretende desenvolver na criança uma atitude positiva para a música e procura capacitá-la para expressar e captar sentimentos de beleza da criação artística. Através dela, podemos ver um novo método para educadores que trabalham com crianças em idade pré-escolar, possibilitando aos mesmos enxergarem a música como instrumento riquíssimo de formação integral do indivíduo. Para a criança, quanto maior a riqueza de estímulos que ela receber melhor será seu desenvolvimento intelectual. Nesse sentido, as experiências rítmicas musicais permitem uma participação ativa (vendo, ouvindo, tocando), além de favorecerem o desenvolvimento dos sentidos das crianças. Ao trabalhar com os sons ela desenvolve sua acuidade auditiva; ao acompanhar gestos ou dançar ela está trabalhando a coordenação motora e a atenção; ao cantar ou imitar sons ela está descobrindo suas capacidades e estabelecendo relações com o ambiente em que vive, ou seja, as atividades musicais oferecem inúmeras oportunidades para que a criança aprimore suas habilidades. Concluímos, que atividades envolvendo a música, como cantar fazendo gestos, dançar, bater palmas, são experiências importantes para a criança, pois permitem que desenvolvam o senso rítmico e a coordenação motora, fatores importantes para o processo de aquisição da leitura e escrita. Por isso, pode-se reconhecer que a utilização da musicalização nas escolas infantis, é muito

importante, pois auxilia seu desenvolvimento intelectual, auditivo, sensorial, da fala e motor, além de ser um elemento fundamental nessa primeira etapa da educação, pois ela começa a se expressar de outra maneira e é capaz de integrar-se ativamente na sociedade. Assim, a música ajuda a autonomia das crianças em suas atividades habituais a ampliar seu mundo de relações, oferecendo novos caminhos para aqueles alunos que enfrentam dificuldades na fala e na interação.

Palavras-chave: Musicalização. Educação Infantil. Dificuldades.

APRENDER BRINCANDO: O ENSINO DA MATEMÁTICA ATRAVÉS DOS JOGOS

Ana Carolina Goettlicher Di Chiacchio Nogueira; Celso Henrique Nicola

O ensino da matemática, desde os conteúdos mais básicos até os mais complexos, é muito sistematizado, fazendo com que os alunos considerem essa disciplina a mais difícil. A dificuldade em aprender matemática não se dá apenas por causa da complexidade da matéria, mas também por conta da metodologia de ensino que é utilizada para ensinar tais conceitos. Nesse contexto, pode-se notar que muitos professores ainda ensinam através de processos mecânicos de memorização e repetição, tornando a aula cansativa e desinteressante para os aprendizes. O objetivo é demonstrar por meio do trabalho realizado, a importância da utilização de jogos no contexto educacional, principalmente no ensino da matemática, elencando suas vantagens no processo de ensino-aprendizagem e de aquisição de conhecimentos gerais. O professor que possui uma prática pedagógica dinâmica (utilizando jogos), permite não somente que os alunos compreendam o conteúdo da disciplina, mas também que estabeleçam relações entre o conteúdo e a sua aplicação no cotidiano e desenvolva o pensamento abstrato e habilidades como a reflexão e investigação, fazendo com que o aprendiz reflita e construa seu próprio conhecimento. Dessa forma, a aprendizagem se torna significativa, gerando um grande avanço no desempenho de seus alunos. Para concluir, a inserção dos jogos no ambiente educacional faz-se necessária ao evidenciar que esse recurso desenvolve o interesse do aluno pelo conteúdo (que geralmente é rejeitado). Os jogos geram desafios, motivando a criança a superar os seus limites em busca da vitória, adquirindo confiança e "deixando de lado" as suas dificuldades e temores. Nessa perspectiva, o jogo propicia que o aprendiz se torne construtor do seu próprio conhecimento e possa adquiri-lo de forma tranquila e natural.

Palavras-chave: Jogos. Matemática. Aprendizagem significativa.

A REALIDADE DE NEGROS E BRANCOS NA EDUCAÇÃO: UMA COMPARAÇÃO INCÔMODA

Lizandra Larissa dos Santos; Wanderlei Sebastião Gabini

O processo histórico revela que o negro integra intimamente a construção da sociedade do Brasil. O que é preciso superar, no entanto, é o mito da democracia racial que ainda se faz presente. Afirmar, e querer acreditar, que hoje exista igualdade em comparação aos brancos, é comum, apesar de ser um discurso nitidamente equivocado e superficialmente amparado. Santos e Neto (2009), apontam que são escassos, no Brasil, estudos relacionados à educação quando se trata de questões raciais, faltando, segundo eles, uma "reflexão profunda" sobre o tema. Por conta do número reduzido de publicações na área, há uma grande dificuldade de entendimento sobre a questão. Este trabalho tem por objetivo discutir aspectos da realidade educacional enfrentada por aqueles que se autodeclararam negros, bem como analisar possíveis desigualdades enfrentadas em relação aos brancos, tanto nos aspectos de acesso, quanto ao contexto educacional e sua realidade efetiva. Para tanto, este trabalho estruturou-se a partir de uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se livros, artigos científicos e resultados de estudos estatísticos já consolidados. Com base no contido nessas fontes, é possível afirmar que a educação para negros e brancos, de fato, é desigual. Dados presentes em um estudo recente, realizado pelo movimento "Todos pela Educação", apontam que a população branca é a que mais vai à escola,

sendo esta, também, a que se sai melhor em avaliações nacionais. Além da desigualdade marcante vivida pelo negro em outros aspectos sociais (desemprego, menor renda em comparação ao branco) encontra-se, ainda, a educação. Segundo esse mesmo estudo, o negro convive com as piores estruturas de acesso e permanência, sendo que os brancos, na faixa de 15 a 17 anos, representam mais de setenta por cento dos estudantes, enquanto negros e pardos, cinquenta e cinco por cento. É reconhecível, portanto, que a efetividade educacional é baixa, ou quase nula, já que a desigualdade existente continua reforçando o que a história mostra como herança aos que, segundo os números, somam a maioria da população brasileira (cinquenta e dois por cento), ou seja, a injustiça social.

Palavras-chave: Desigualdade racial. Educação. Negros

O GESTOR FRENTE A INDISCIPLINA NA UNIDADE ESCOLAR

Franciele Marcela de Campos; Lucia Helena Ormelese de Barros

O presente trabalho destaca a importância da disciplina para uma eficiente gestão e mostra que a indisciplina no contexto escolar tornou-se um dos maiores obstáculos pedagógicos nos dias atuais, sendo apontada como uma das causadoras da falta de aproveitamento dos alunos. Dessa forma, o conceito de indisciplina não é estático, é um conjunto de valores e expectativas que variam ao longo da história e pode vir a apresentar diferentes sentidos, dependendo da vivência de cada um e do contexto. Muitas vezes a indisciplina em sala de aula sinaliza para questões pontuais como, por exemplo, uma aula mal planejada ou o tipo de metodologia não adequada. O objetivo da pesquisa é destacar o papel do gestor frente à indisciplina, a qual interfere no rendimento e na qualidade educacional. O trabalho foi desenvolvido através de pesquisas bibliográficas e artigos científicos. Com isso, se faz necessário levantar os fatores que contribuem para a ocorrência da indisciplina e assim buscar alternativas que possam vir a auxiliar a disciplina, tanto no aspecto escolar como social. A gestão participativa e democrática parece ser uma sugestão positiva contra a problemática instaurada pela indisciplina no ambiente escolar. Porém, quando a visão histórica da instituição escolar for marcada pelo excesso de poder e demonstra a não aceitação do autoritarismo pelos seus membros, leva a prática de atos indisciplinados. Isso demonstra que a escola é um ambiente de encontros de conflitos da sociedade, porém se existe uma organização comprometida e pautada na liderança do gestor escolar, no trabalho diário, quer pedagógico ou administrativo pode transformar o meio escolar. Então, as ações do gestor estão diretamente ligadas às escolas eficazes, àquelas voltadas para uma construção social na formação plena do ser humano, cidadão, autônomo e ético. O gestor escolar articula, incentiva e mobiliza na direção da conquista dos objetivos em prol de uma educação de qualidade. Também, é válido ressaltar que as mudanças devem ser propostas para além dos muros da escola, através de reflexões críticas da sociedade, da família e dos poderes públicos. Assim sendo, é necessário que o gestor tenha em mente que para disciplinar seus discentes, ele primeiramente precisa disciplinar-se a si próprio, impedindo-se de cair no excesso e no abuso de poder em seu modo de gerir uma instituição de ensino.

Palavras-chave: Indisciplina. Escola. Gestor. Gestão Democrática.

ALGUMAS OBRAS DE PAULO FREIRE QUE MEDEIAM A PRÁTICA EDUCATIVA

Tifany Marques Carriel; Lucia Helena Ormelese de Barros

Um novo olhar sobre as concepções da educação e da sociedade pode contribuir para a fundamentação teórica na constituição de uma proposta diferenciada que media a prática educativa. Pode-se ressaltar a importância do conceito de educação para conceber uma escola com sujeitos culturais e capazes de se posicionar no mundo em que vive. O objetivo desta pesquisa é fazer uma releitura de alguns pressupostos teóricos mediado nas obras de Paulo Freire, aproximando-os da educação cotidiana de

sala de aula. A metodologia utilizada baseou-se em pesquisas bibliográficas e artigos científicos. Freire possui estudos voltados para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e para uma Pedagogia da Libertação, que traz uma educação libertadora das classes populares, os oprimidos. A educação libertadora preconizada por Paulo Freire entende o ser humano como um ser inacabado, em constante processo de humanização na busca da superação do paradoxo das realidades sociais que oprimem e inibem a capacidade de agir com autonomia diante do mundo. No livro "A Educação na Cidade" é observada uma evidência do pensamento de Paulo Freire quando ele faz menção para a problemática sobre a evasão escolar. De acordo com Freire as crianças não deixam a escola porque querem, mas são expulsas através das dificuldades que o sistema educacional cria. Ele propõe uma escola popular que atenda aos interesses e respeite a forma de aprendizagem de cada um e a experiência dos educandos. Para isso, é necessário a reformulação do currículo escolar, no qual todos tem as mesmas condições de aprender e dessa forma oportunidades na sociedade. Outra obra "Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minhas práxis", Freire atribui grande importância a sua infância, na busca do ser e na construção de pressupostos teóricos que nesta fase se inicia com imaginário, concreto e abstrato. O educando deve estar vinculado no primeiro momento a situações concretas para que este tenha a oportunidade de compreender e se manifestar. Portanto, de acordo com as obras aqui citadas pode-se afirmar que para Freire a prática educativa na infância deve ser entendida como condição da existência humana, pois é o princípio da busca do ser a partir da sua curiosidade. Desse modo, a escola deve estimular a teoria/prática para aguçar a curiosidade, e a criança compreender-se como um sujeito que faz parte integrante do mundo que a cerca, sendo capaz de agir como um ser autônomo e transformador.

Palavras-chave: Paulo Freire. Educação. Ser. Obras.

PROGRAMA EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO: OPOSIÇÃO À AVALIAÇÃO CLASSIFICATÓRIA E EXCLUDENTE

Jonas Gabriel Lavelli; Otavio Jose De Oliveira; Vanessa Bueno Gurgel; Lucia Helena Ormelese de Barros

As avaliações escolares são sem dúvidas de extrema importância para o sistema educacional, elas permitem avaliar e classificar o desenvolvimento do conhecimento adquirido pelo educando, permitindo assim aplicar uma metodologia que melhor se adequa a cada situação. Porém, o sistema avaliativo atual visa não apenas avaliar o conhecimento, mas classificar de uma escala de zero a dez. Existe no campo acadêmico um debate que questiona a real necessidade e a precisão para avaliar o nível de desenvolvimento, sem levar em conta o estado psicológico e físico no momento da avaliação. Outro fator decisivo é a quantidade elevada de alunos por sala de aula, principalmente na educação pública, fazendo com que o professor elabore uma prova que avalia, de modo geral, o desenvolvimento da sala. O atual sistema de progressão continuada, que ressalta a importância de intervenções pedagógicas, com ações de reforço, recuperação e aprofundamento curricular, como mecanismos indispensáveis à obtenção de bons resultados de aprendizagem, mesmo buscando alternativas para avançar de série ou ano, a avaliação ainda é classificatória. O objetivo deste trabalho é demonstrar a relevância da reflexão sobre a avaliação classificatória e seu impacto no desenvolvimento e aquisição de conhecimentos. Foi realizado um levantamento de artigos para leitura desta iniciação científica. Portanto, o atual sistema avaliativo se encontra ultrapassado, pois a aquisição do conhecimento pelo educando não é avaliada de maneira precisa quanto as competências e habilidades singulares de cada indivíduo. Isso mostra que existe exclusão no interior da escola e que não se dá apenas pela avaliação e sim pelo currículo como um todo (objetivos, conteúdos, metodologias, formas de relacionamento). No entanto, além do seu papel específico na exclusão, a avaliação classificatória acaba influenciando todas estas outras práticas escolares.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Avaliação Classificatória. Conhecimento. Rendimento.

O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS COMO RECURSO PARA AS AULAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Jenifer Albuquerque Fernandes da Silva; Fernanda de Almeida Lins; Wanderlei Sebastiao Gabini

A era digital modificou o cenário educacional nas mais diferentes realidades. Tais mudanças não foram incorporadas de maneira uniforme em todas as escolas, existindo situações de uso mais intenso e outras de extremo distanciamento dessas ferramentas. As mudanças exigem que os professores e demais profissionais da educação, que atuam no ambiente escolar, tenham oportunidades de formação para que se sintam em condições de utilizar os recursos tecnológicos como parte integrante das aulas. Inicialmente, precisam incorporar essa ideia para depois empregarem-nas como recurso pedagógico. O objetivo do presente estudo é identificar as influências que o uso das novas tecnologias apresenta nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Como consequência, é possível analisar como os alunos estão fazendo uso desses recursos na escola, avaliando o nível de desempenho e desenvolvimento após o uso dos mesmos. Para realização desse trabalho a pesquisa bibliográfica foi o procedimento de pesquisa adotado, a partir de livros, artigos e outras publicações. A pesquisa bibliográfica centra-se em material publicado e ampara os estudos que embasam as novas propostas. As publicações existentes apontam que as novas tecnologias integradas aos anos iniciais apresentam resultados satisfatórios quando se retrata a aprendizagem de conteúdos e o rendimento escolar, com avanços significativos no nível de conhecimento dos alunos. A formação docente para o uso das novas tecnologias é essencial pois o docente atua como mediador da aprendizagem, e isso exige que algumas práticas de sala de aula precisam ser repensadas, sobretudo aquelas que estão centradas nas relações hierarquizadas e verticalizadas. Além desse aspecto, o professor tem papel fundamental no sentido de preparar o aluno para que ele perceba as fontes pesquisadas, sua confiabilidade, bem como os princípios éticos envolvidos. Nesse contexto, é possível concluir que o uso das novas tecnologias permite novo direcionamento no processo de ensino e aprendizagem dos alunos em diferentes áreas de conhecimento dos anos iniciais, ampliando a compreensão de conteúdos e estabelecendo relações mais efetivas entre educando e conhecimento.

Palavras-chave: Novas tecnologias. Formação de professores. Anos iniciais do Ensino Fundamental.

A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Ana Beatriz Ciamariconi; Larissa Bondezan; Lucia Helena Ormelese de Barros

A família é o primeiro local de aprendizado, onde acontece os primeiros contatos sociais e as primeiras experiências educacionais. Isso demonstra que o desenvolvimento da criança acontece a partir da relação família e escola. A parceria entre as duas instituições se faz necessário, pois a ausência da participação da família no ensino aprendizagem dos alunos podem ocasionar baixo desempenho e autoestima e até mesmo a repetência escolar. Frente a isso, o objetivo da pesquisa é identificar a influência da família no processo de aprendizagem. Para a elaboração do trabalho foram utilizados livros e artigos científicos. É na família que as transformações individuais e coletivas ocorrem de forma a desenvolverem-se nos padrões da sociedade em que está acontecendo o convívio. Com isso, a escola se organiza para atender os diferentes grupos, pois é através deles que se dá a evolução e a formação de novas bases e identificações. Nesse caso, a família está ligada às ações e atitudes do educando na escola, sendo assim, em sala de aula, os comportamentos dos valores ensinados em casa, muitas vezes, são acentuados. Nessa perspectiva, quando a família e escola são parceiras, consegue-se detectar quais são os anseios, angustias e necessidades vivenciadas pelos alunos, pois assim poderá compreender as dificuldades demonstradas no processo ensino aprendizagem. Conforme o artigo 205 da Constituição Brasileira de 1988, a educação é direito de todos e, o Estado e a família devem garantir o acesso a ela. Essa parceria forma cidadãos com a

perspectiva de um futuro melhor, pois se a família não oferecer a base necessária ao desenvolvimento a fragilidade se aflora, e este não vislumbra expectativas de crescimento e autonomia, indo buscar saídas em outros grupos. O apoio e atenção dos membros da família e da escola gera segurança e demonstra para o educando/filho a importância de ensinar os valores para a vida. A família sempre deve apoiar o trabalho da escola para que a criança possua discernimento e sabedoria ao lidar com as situações. Os pais quando acompanham tarefas, constroem uma rotina de estudos e participam da Associação de Pais e Mestres (APM), órgão colegiado da escola garante um suporte necessário à criança para que a escola também consiga transformá-la. Levando-se em conta o que foi pesquisado conclui-se que quando a escola ensina um saber sistematizado de qualidade e a família passa valores como respeito, responsabilidade e integridade, o sucesso é garantido.

Palavras-chave: Família. Escola. Educação. Desenvolvimento de Aprendizagem.

ALTAS HABILIDADES E AS DIFICULDADES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Victória Fernanda Maran; Ana Laura Americo Aureliano; Daiane Natalia Schiavon

As altas habilidades ou superdotação (AH/SD) caracteriza-se em crianças que apresentam uma potencialidade mais elevada em certas aptidões, talentos e habilidades evidenciadas no alto desempenho das diversas áreas do conhecimento. Por esse fato a AH/SD possui uma importante influência no processo de ensino aprendizagem, o que requer uma atenção especial do professor, que deve conhecer sobre a mesma e suas interferências na aprendizagem. O trabalho tem como objeto analisar as dificuldades dos alunos com Altas Habilidades no ambiente escolar. Para o desenvolvimento do estudo, foram utilizados textos e artigos científicos sobre o tema. Os resultados mostraram que alunos com superdotação, dentro do campo acadêmico, possuem algumas características destacadas, como: capacidade de atenção, concentração, memória, interesse e curiosidade, dentre outras. Segundo a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação inclusiva (2008), os alunos com AH/SD fazem parte dos estudantes público alvo da educação especial e enfrentam muitas dificuldades devido à falta de recursos para suprir suas necessidades e a falta de preparo por parte do professor. Concluímos, portanto que tais implicações podem ocasionar diversos danos para seu futuro, pois muito provavelmente o aluno pode vir a apresentar: indisciplina, ocasionada por falta de estímulo, intolerância com relação a críticas e a regras e desmotivação, por considerarem seus afazeres desinteressantes. Dessa forma, devido a estes motivos, o mesmo pode ser visto como hiperativo pela equipe escolar e ter uma relação desagradável com seu professor. Todavia para que esses conflitos sejam evitados é fundamental o papel do professor em relação a este aluno. O professor deve trabalhar por meio de práticas pedagógicas diferenciadas, que sejam promotoras de oportunidades enriquecedoras ao aluno. Cabe ao professor realizar adaptações curriculares, a fim de estimular a curiosidade e sua aprendizagem frente ao contexto de uma sala comum. Por isso, é necessário que o professor conheça este tipo de habilidade do aluno, tenha uma formação de qualidade e trabalhe rumo à inclusão de todos os alunos.

Palavras-chave: Superdotação/Altas Habilidades. Educação Especial. Prática pedagógica. Ensino aprendizagem.

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: UMA REFLEXÃO SOBRE AS RELAÇÕES QUE EMERGEM NO CONTEXTO ESCOLAR

Camila Batista Berlucchi; Ana Laura da Silva Avance; Vania Aparecida Borim Moretto Delpino

O presente trabalho toma como referência o conceito de violência simbólica, trazida por Pierre Bourdieu em suas obras e utilizada dentro do que se pode chamar de campo escolar. Por meio do estudo das relações contidas nesse campo específico, será analisada a reprodução das práticas de

violência, onde o sujeito a reproduz, de forma inconsciente, mas como participante ativo. Através dos conceitos apresentados pelo autor, será gerada uma discussão das práticas existentes dentro das relações no contexto escolar, que buscam uma homogeneidade de pensamentos e comportamentos, pois é uma facilitadora dos processos de dominação do sujeito, e como resultado, repelem qualquer ideia de pluralidade de pensamento. Esta obrigatoriedade de uniformidade traz, na ótica de Bourdieu, uma prática violentadora, e a reprodução dessa prática, leva a aceitação do que é imposto pelo social. Entretanto, o autor mostra que o sujeito não é responsável por essa reprodução de violência. Essa prática está embutida na essência do sujeito, no habitus, pois o homem é, de certa forma, produto, resultado das relações presentes em determinado campo. O trabalho tem como objetivo, discutir a violência simbólica no âmbito das relações escolares. Como material e método, foram usadas pesquisas bibliográficas, teses e artigos científicos. Como resultado da pesquisa, observou-se que a escola, através da ótica de Bourdieu, é vista como uma “micro sociedade”. Entender e analisar as relações existentes dentro desse campo, vislumbrar o professor como reproduzidor do conhecimento, e compreender essa reprodução para obter mudanças das práticas de violência, se resulta uma homogeneidade, torna essa discussão necessária para uma transmutação de postura da escola. Obtendo-se como conclusão, que ao realizar uma reflexão a partir das relações da escola, entende-se que as mesmas são responsáveis por incluir ou excluir o que é considerado correto ou incorreto perante a sociedade que detém o poder e o Estado, os quais são influenciadores da cultura valorizada para que o aluno obtenha o sucesso. O professor age de modo a sempre reproduzir a violência inferida contra o aluno, pois inconscientemente o mesmo não percebe ser apenas um mero reproduzidor da prática de dicotomia entre as culturas. Repensar as práticas que ocorrem no campo escolar é necessário para que exista uma valorização de todos os pensares, resultando em uma sociedade pensante e polivalente, livre da homogeneidade na qual nos obrigam a seguir para a facilidade de dominação. Palavras-chave: Pierre Bourdieu. Violência simbólica. Habitus. Contexto Escolar.

O TRABALHO PEDAGÓGICO DO PROFESSOR E A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Cibele Vaso Vasques; Bruna Carvalho Lopes; Fernanda Agostini Botter; Daiane Natalia Schiavon

A presença de alunos com deficiência intelectual nas escolas é um dos grandes desafios que os professores vêm enfrentando no dia a dia. Vítimas da diferença, esses alunos sofrem inúmeras formas de preconceito, visto que em tempos mais remotos eram excluídos da sociedade e das salas de aula, e tinham sua educação exclusivamente em instituições de reabilitação de forma segregada. Com o decorrer das lutas pelos direitos dos deficientes e do histórico educacional destas crianças, surgiram movimentos para mudanças no atendimento dessas pessoas. Em vista disso, com a valorização dos direitos humanos que visam à igualdade para todos os cidadãos, intensifica-se o novo paradigma educacional, a inclusão escolar. Dessa forma, o aluno com deficiência intelectual passou a ter acesso às salas de aula regulares. Objetivamos nesta pesquisa, analisar o trabalho pedagógico do professor frente à inclusão dos alunos com deficiência intelectual nas escolas regulares. Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática do assunto em bases de dados científicos e artigos relacionados à deficiência intelectual e o trabalho dos professores. Os resultados mostraram que de fato, ao pensarmos na proposta inclusiva, um dos principais personagens deste processo é o professor, uma vez que sua prática pedagógica favorece maiores oportunidades de aprendizagem ao aluno com deficiência intelectual. Muitas vezes, quando se deparam com um aluno com tal deficiência, os professores sentem-se despreparados. Sendo assim, apresentam uma prática pautada em sua precária formação. Para que o professor consiga lidar com as necessidades diferenciadas desses alunos, o mesmo precisa ter uma formação e capacitação adequadas, a fim de ter conhecimentos e práticas que o habilite a atender tais alunos. Concluímos que, com o movimento da inclusão, cabe a todo sistema educacional, em especial os professores, a conhecer a deficiência intelectual a fim de reestruturar suas práticas frente a estes alunos. Para isso, devem buscar uma formação de qualidade, por meio de

cursos, orientações com demais profissionais e a troca com seus pares para que assim, possam oferecer aos alunos um ensino de qualidade, permeado por um trabalho pedagógico consciente e significativo para o mesmo. Ressaltamos por fim, que a figura do professor para a inclusão desses alunos é de suma importância para o seu desenvolvimento e para sua aprendizagem.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual. Professores. Trabalho.

OS PILARES DA EDUCAÇÃO: UMA BASE TEÓRICA QUE TRANSFORMA

Giovana Stefani de Carvalho; Lucia Helena Ormelese de Barros

178

A pesquisa surgiu da inquietação em entender a base estrutural teórica do professor em sala de aula e o respeito do acompanhamento pedagógico. Assim, questionava-se: qual o sentido da educação? O que se leva em consideração no processo escolar? Os questionamentos foram sendo respondidos a partir do momento que Delors apresentou os quatro pilares básicos da educação: o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Esses conceitos foram fundamentados em 1990, na cidade de Jomtien, na Tailândia, na Conferência Nacional sobre Educação, patrocinada pela Unesco. Editado em 1999, o relatório foi transformado no texto "Educação: um tesouro a descobrir". Uma Educação baseada nesses pilares vai além da aquisição de conhecimentos, pois visa uma formação integral dentro dos contextos pessoal, social, intelectual e emocional dos envolvidos no processo de aprendizagem. Com base nesse pensamento, a sociedade do conhecimento tem como objeto de preocupação que quem ensina deverá dar lugar ao ensinar a pensar, saber comunicar-se e pesquisar, ter raciocínio lógico, fazer sínteses e elaborações teóricas, ser independente e autônomo; enfim, ser socialmente competente. O objetivo dessa iniciação científica é reconhecer que o trabalho do educador em sala de aula tem bases teóricas que o subsidia. Para sua elaboração foi utilizada uma pesquisa bibliográfica. Isso demonstra que o professor em sala de aula acompanha todo o processo escolar e tem o papel trabalhar os conteúdos em consonância com a metodologia adotada, almejando a aprendizagem dos educandos. Contudo, conforme os quatro pilares da educação, proposto por Delors, os conteúdos agregados através da cultura geral com os conhecimentos sistematizados fornecidos aos alunos na educação escolar, precisa estar vinculado à capacidade de lidar com as diversas situações encontradas no cotidiano. Portanto, o professor tem um novo e importante papel: ajudar ao aluno a compreender e organizar o conteúdo que recebe. Enfim, tem a função de inquietar seus alunos para a busca do conhecimento, em paralelo obter a autonomia, consciência e reflexão crítica sobre do mundo que os cerca. Desse modo o professor necessita de teoria para sustentação de sua verdade pedagógica.

Palavras-chave: Pilares. Conhecimento Teórico. Processo de Aprendizagem. Educação Escolar.



PSICOLOGIA

SUICÍDIO ASSISTIDO EM PACIENTES TERMINAIS: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA-EXISTENCIAL.

Camila Camargo; Mariana de Almeida Polli; Aguinaldo Jose Da Silva Gomes

O suicídio assistido é um tema importante de discussão, uma vez que envolve questões pertinentes à autonomia pessoal e valoriza a autenticidade de escolha de um indivíduo para dispor de sua própria vida. Diante disso, o presente estudo tem por objetivo discutir a questão da escolha que envolve o tema a partir da perspectiva fenomenológica-existencial. A elaboração da pesquisa teve como ferramenta embasadora material já publicado sobre o tema em artigos científicos, disponíveis na internet e catalogados pelo Google acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e livros. Considera-se que esta prática é aceita e realizada em alguns países, porém, em outros, colide com barreiras éticas, culturais e legais. Somado ao fato que o direito de decidir sobre o fim da vida e o valor atribuído à mesma são os principais questionamentos relativos a este tema, a concepção fenomenológica-existencial mostra-se de grande valia para enriquecer a discussão que envolve esta proposição.

Palavras-chave: Suicídio assistido. Fenomenológica-existencial. Autenticidade. Pacientes terminais.

FATORES MOTIVACIONAIS NO PROCESSO DE TRATAMENTO EM MULHERES DEPENDENTES QUÍMICAS

Isabela Franco De Camargo; Thainá Nunes de Avelar; Lívia Maria Lopes; Patrícia Pelegrina Rosseto

Dentro dos grupos de dependentes químicos as mulheres estão presentes e algumas razões dessa dependência são a baixa autoestima, frequência de sintomas de ansiedade e depressão, maior probabilidade de ter um companheiro dependente químico e maior probabilidade de terem sido física ou sexualmente abusadas na infância. Observam-se nelas características como a preocupação com o relacionamento interpessoal, com a criação de uma identidade independente e com a maternidade. O trabalho com fatores motivacionais no tratamento é essencial na melhoria, futura autonomia e ressocialização. O tratamento pode ser conduzido em Comunidades Terapêuticas que trabalham no intuito de criar um espaço protegido e preparado para auxiliar na recuperação da dependência química, restabelecendo e transformando o amadurecimento pessoal do indivíduo, como sua personalidade, e reinserção novamente à sociedade após concluir o período de tratamento. Tem como foco também abordar o aspecto da autoestima e de novos olhares para si e possibilidades de mudanças de vida, que é um fator motivacional essencial em sua recuperação. Durante o período de tratamento, o indivíduo pode atingir um amadurecimento psicológico e emocional fazendo com que o tempo que

os internos permanecem seja adequado para criar um autocontrole suficiente para concluir o tratamento, podendo voltar a sua rotina e ser reinserido na sociedade de forma segura e com mudanças saudáveis. É importante também que o indivíduo em tratamento tenha o apoio da família e amigos próximos, e deixem de lado preconceitos que podem intervir de forma negativa no tratamento, buscando informações sobre assuntos relacionados à patologia para, com isso, saber lidar melhor com o familiar dependente em tratamento. A pesquisa tem como objetivo ampliar o conhecimento sobre a importância dos Fatores Motivacionais no tratamento de mulheres dependentes químicas. Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizadas pesquisas bibliográficas, através de artigos científicos e sites na internet. Diante da pesquisa apresentada, pode-se concluir que os fatores motivacionais no tratamento de mulheres dependentes químicas é essencial. Quando existe um olhar diferenciado e acolhedor por parte da Comunidade Terapêutica, com a colaboração de equipe multidisciplinar e da família, o indivíduo se sente motivado buscando o tratamento necessário para a sua recuperação, minimizando os problemas enfrentados relacionados à dependência química e seu tratamento.

Palavras-chave: Mulheres. Dependência Química. Autoestima. Família. Recuperação.

AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE INFORMAÇÃO DE EDUCADORES DO ENSINO BÁSICO SOBRE A FUNÇÃO ATENCIONAL E ANOMALIAS CRANIOFACIAIS

Jhenifer Prescilla Dias; Roberta Aparecida Zotto; Ana Vera Niquerito Bozza

Compreender o funcionamento atencional e as anomalias craniofaciais são essenciais para que o professor, enquanto mediador do processo educativo, compreenda seu aluno em sala de aula e desenvolva estratégias de manejo em sala de aula, visando atuar de forma efetiva no processo de ensino-aprendizagem. A função atencional é fundamental para a adaptação e aprendizagem da criança, sendo extremamente importante que o professor possua ferramentas para desenvolver e aplicar estratégias de manejo em sala de aula focadas nos alunos que possuem déficits atencionais, anomalias craniofaciais e síndromes associadas. A atuação pedagógica exige um professor bem capacitado e preparado para trabalhar com os alunos e com as problemáticas emergentes. Nessa perspectiva, o papel do professor é o de estimular a busca constante do conhecimento, o que resultará no aprimoramento cognitivo do aluno. Diante disso, objetiva-se caracterizar o nível de informação do professor sobre a função atencional e anomalias craniofaciais, bem como o uso de estratégias educativas com a população alvo. A amostra foi composta de 129 professores de ensino regular, de ambos os gêneros. Após a aprovação do CEP e concordância dos participantes na pesquisa, foi aplicado o Protocolo de Investigação da Informação Atencional (PIIA) contendo questões referentes à caracterização da amostra e à identificação do conhecimento dos participantes sobre níveis de atenção infantil, anomalias craniofaciais e fissuras labiopalatinas e estratégias de manejo do professor para a sala de aula. Os dados foram analisados de forma descritiva e submetidos ao estudo estatístico para obtenção de níveis de significância. Foram evidenciados que 46% dos professores possuem noções básicas sobre o sistema atencional e anomalias craniofaciais (fissuras labiopalatinas e síndromes) e que 50,55% dos participantes apresentaram conhecimento sobre os aspectos cognitivos da aprendizagem, discriminação de estímulos, inteligência, aprendizagem acadêmica e funções executivas. Referente ao nível de informação sobre as estratégias de intervenção atencional, estratégias para estimulação da atenção em sala de aula, o processo de mediação na relação professor-aluno e atividades para estimular a atenção em crianças 56% dos participantes demonstraram conhecimento. Portanto, constatou-se que 46% dos professores possuem conhecimento prévio sobre neurodesenvolvimento, fissuras labiopalatinas, síndromes e função atencional e aos aspectos cognitivos da aprendizagem, o que demonstra que quase metade destes apresentam despreparo para lidar com as adversidades em sala de aula. O desconhecimento sobre as temáticas sugere intervenções em sala de aula pouco efetivas e, muitas vezes, inadequadas, ocasionando a desmotivação e baixo aproveitamento escolar dos alunos desatentos e/ou com anomalias craniofaciais.

Palavras-chave: Neuropsicologia. Atenção. Professor. Fissura Palatina. Síndrome.

FENOMENOLOGIA E OBESIDADE: UM ESTUDO DE REVISÃO

Elisandra Aparecida dos Santos; Rinaldo Correr

A obesidade é hoje considerada um problema de saúde pública no Brasil e no mundo por causa do aumento da sua prevalência. Esse aumento exponencial é multifatorial e, portanto seu tratamento precisaria obedecer a inúmeros fatores que atuam em conjunto. Por ser um assunto atual e relevante se faz necessário este estudo de revisão qualitativa, concomitantemente a uma revisão. Como referencial de análise será utilizado a abordagem Fenomenológica-Existencial, assim como contribuições do filósofo Maurice Merleau-Ponty como possível linha de atendimento psicoterápico. Nesse pressuposto teórico, na resignificação do paciente enquanto pessoa que sofre com o fenômeno obesidade, enquanto Ser-aí-no-mundo. Os resultados apontam que o ser humano, nessa linha de pensamento, não tem um corpo, mas ele enquanto ser é seu próprio corpo, numa interação de estar-no-mundo. Assim, em conclusão, compreender como as pessoas, em especial aquelas que experimentam essa condição, de um ser que sofre com as atribuições sociais, via de regra carregadas de preconceitos estigmatizantes, pode representar um caminho para processos de libertação de outras possibilidades de projetos existenciais. Por meio da consciência de como a pessoa obesa vivencia seu corpo, permitiria que ela própria se aproximasse do modo como elas se expressam frente a sua existência no mundo. Desta maneira, o estudo indica que, por meio do dispositivo grupal, é possível num contexto privilegiado de troca e aprendizado, conduzir as pessoas ao autoconhecimento para que a expressão do seu existir a partir de seu corpo possa superar a impessoalidade imposta pelas maneiras de ser e conviver observadas no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Psicoterapia. Obesidade. Fenomenologia.

A INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS DIGITAIS E DOS GAMES EM ADOLESCENTES

Ana Lia Cavassani Auler; Priscila Aparecida Almeida Barros Pepe; Ana Vera Niquerito Bozza

O presente estudo aborda as características da fase da adolescência e a sua relação com as exigências do mundo moderno. Serão abordadas as principais consequências negativas do uso crescente, e muitas vezes exagerado, das mídias digitais e games pelos adolescentes. Nesse sentido, objetiva-se descrever os danos físicos, psicológicos e sociais mais frequentes decorrentes da superexposição dos adolescentes às ferramentas tecnológicas, analisar os critérios que envolvem a dependência tecnológica e seus subtipos, além de identificar o papel e atuação do psicólogo neste contexto. O trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, que teve como critério a utilização de trabalhos publicados nos anos de 2010 a 2017 obtidos através de bases de dados eletrônicos como revistas, artigos e livros na língua portuguesa. As palavras chaves utilizadas foram "adolescência", "maturação cerebral", "tecnologia", "mídias digitais", "celular", "games", "dependência games" "cyberbullying", "baleia azul", "nomofobia", "sexting" e "psicologia". Materiais bibliográficos de anos anteriores também são citados, durante o decorrer do trabalho. Os resultados do estudo mostram que a adolescência é considerada o período de maior importância no desenvolvimento do indivíduo pois nesta época ocorre a formação de sua identidade. É uma fase marcada por conflitos e comportamentos de risco em busca de estímulos prazerosos. A busca por experiências novas e intensas torna o jovem bastante vulnerável à situações de dependência, sendo atualmente consideradas três formas distintas de dependência tecnológica: dependência em jogos eletrônicos e games, dependência em redes sociais, e nomofobia. Apesar não existirem critérios diagnósticos específicos para estes novos vícios, o DSM-5 incluiu este possível Transtorno do Jogo pela Internet (Internet Gaming Disorder) na seção de "Condições para Estudos Posteriores", com a finalidade de incentivar novas pesquisas na área e estruturar tratamentos terapêuticos adequados às necessidades atuais. De acordo com a literatura,

apesar do uso abusivo das ferramentas tecnológicas não configurar, até o presente momento, uma patologia, existe uma demanda crescente nos consultórios terapêuticos devido às consequências físicas e psicossociais decorrentes desta superexposição aos dispositivos tecnológicos, tais como: sedentarismo, obesidade, transtornos do sono, baixo rendimento acadêmico e profissional, violências virtuais como o cyberbullying, jogo da baleia azul, sexting, entre outros. Os estudos apontaram que a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) é a abordagem mais indicada devido aos resultados positivos nos casos de transtornos dos impulsos e dependência em substâncias que apresentam características similares às da dependência tecnológica.

Palavras-chave: Dependência tecnológica. Nomofobia. Vício em tecnologia. Games.

AS CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Jóice Eliza Santori; Marcel Henrique Bertozzin

Introdução: A ocorrência de abuso sexual intrafamiliar cometido contra crianças é muito frequente, e sua prática causa prejuízos ao desenvolvimento infantil. O referido abuso sexual pressupõe causas que precisam ser avaliadas numa perspectiva histórica, de maneira que as circunstâncias históricas influenciam na forma como é construído o próprio conceito de infância e o entendimento do que se constitui abuso sexual. O ambiente familiar é de extrema importância para o desenvolvimento da criança de um contexto geral, pois é neste ambiente que em regra a criança se sente segura e conseqüentemente se desenvolve. Além de resultar em conseqüências negativas para a criança, o abuso sexual intrafamiliar, afeta a própria entidade familiar como um todo. É no ambiente familiar que a criança aprende e desenvolve a sua sexualidade, portanto é seu dever proporcioná-la a devida segurança e proteção, entretanto a figura do abusador pode estar consubstanciada na própria pessoa responsável por proporcionar a segurança e proteção. É de extrema importância que a criança vivenciando esta situação receba todo o apoio necessário, e que medidas sejam tomadas a fim de prevenir a ocorrência do abuso. **Objetivo:** Diante disso o presente estudo aborda o tema do abuso sexual intrafamiliar contra crianças, bem como as suas conseqüências para o desenvolvimento infantil. **Método:** A metodologia da pesquisa baseou-se em um levantamento bibliográfico de artigos para verificar a relação do abuso sexual e as conseqüências no desenvolvimento da criança. **Conclusão:** A composição dos estudos já realizados aponta que as conseqüências no desenvolvimento da criança abusada sexualmente são intensas e podem se manifestar mediante mudanças comportamentais, sociais e psicológicas.

Palavras-chave: Abuso sexual. Crianças. Conseqüências do abuso.

ANSIEDADE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTE

Geane de Melo Bispo da Silva; Letícia Martins Moya; José Augusto Scudilio Junior; Ana Vera Niquerito Bozza

A ansiedade é um sentimento natural do ser humano, mas que em grandes proporções e durante um longo período pode se tornar patológica para a pessoa que a sente. A ansiedade seria então um sentimento desagradável de medo, incerteza, desesperança, desconforto, tensão que antecede algo desconhecido ou uma situação que a pessoa tenha que enfrentar e esteja insegura. Diante disso, objetivou-se verificar os prejuízos causados pela ansiedade em crianças e adolescentes. O trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que teve como critério a utilização de trabalhos publicados nos anos de 2010 a 2017 utilizando-se da base de dados eletrônicos, artigos, e livros de língua portuguesa. Materiais bibliográficos de anos anteriores também são citados, durante o decorrer do

trabalho. Como resultado constatou-se que a ansiedade apresenta manifestações físicas como, por exemplo, uma dor de cabeça, náuseas, tonturas entre outros. É muito comum crianças e adolescentes sofrerem de transtorno de ansiedade, isso ocorre em função do momento atual em que vivemos, no qual falta tempo e rejeições ao fracasso e ao medo. Nas crianças e adolescentes é mais comum que ocorram os sintomas fisiológicos da ansiedade por eles não quererem falar sobre o que lhes afligem ou não terem com quem falar. Na criança ou adolescente que sofre de câncer, os níveis de ansiedade são maiores que o normal, por estarem enfrentando uma situação desconhecida da qual podem não sair vivos, por terem que deixar suas casas, amigos e terem que passar um grande período no hospital se submetendo a vários tratamentos que causam dores e desconfortos. Eles também percebem a ansiedade e sofrimentos de seus familiares que acabam transmitindo esses sentimentos para as crianças e os adolescentes. Portanto, os aspectos supracitados contribuem para que a ansiedade infanto-juvenil aumente significativamente. Crianças e adolescentes ainda estão se desenvolvendo emocionalmente e muitas vezes não sabem lidar com todas essas emoções que estão surgindo, sendo necessário orientação psicológica para auxiliar no desenvolvimento de estratégias para o manejo da ansiedade.

Palavras-chave: Ansiedade. Crianças. Adolescentes.

A REINserÇÃO ESCOLAR DA CRIANÇA APÓS TRATAMENTO DE CâNCER

Leticia Verga Pereira do Amaral; Gislaine De Almeida; Elaine Cristina Gardinal Pizato

O presente trabalho trata da reinserção escolar da criança após o tratamento de câncer. Objetivou-se conhecer, por meio da literatura científica, a criança que passou pelo tratamento do câncer e assim pensar sua relação com o aprendizado pedagógico, bem como sua relação com a escola, e dessa forma caracterizar as necessidades dessa criança no retorno à escola e como esta pode colaborar na retomada acadêmica dessa criança. Para sua realização utilizou-se pesquisa bibliográfica exploratória com base em materiais já elaborados. Assim, constatou-se que o câncer é um desenvolvimento anormal de células que se dividem errado, podendo ser maligno ou benigno, e sua maior diferença para o câncer infantil é que o câncer adulto atinge tecidos epiteliais que revestem diversas partes do corpo e o infantil geralmente atinge mais o sistema sanguíneo e os tecidos de sustentação. O termo câncer por si só já vem revestido do medo e do temor e a descoberta da doença, abala toda a família e sua estrutura e faz com que ela precise se reestruturar para atender as necessidades da criança. Essa por sua vez vai sentir todas essas mudanças, além da mudança em sua rotina que agora conta com visitas frequentes a hospitais, exames, internações entre outros procedimentos e também os efeitos do tratamento como a perda de cabelo, de força física entre outros. Portanto, o acompanhamento psicológico se faz importante tanto para paciente quanto para cuidador, pois esse passa a viver em função da criança hospitalizada e necessita ser olhado e cuidado também. Sendo assim o psicólogo hospitalar pode trabalhar com os cuidadores em grupos para que eles tenham um espaço onde falar e conhecer pessoas na mesma situação, e com o paciente sustentando sua angústia que os outros profissionais e a família tentam reprimir ou fingir que não existe, compreendendo seus anseios e medos. Em relação ao aprendizado pedagógico o hospital faz um acompanhamento com a criança enquanto hospitalizada para que ela não fique totalmente alheio ao desenvolvimento escolar, servindo mais como um apoio para a criança. A escola por sua vez, tem a função de ajudar a criança a desenvolver sua identidade pessoal e social e, portanto, é uma fase deveras importante para a criança, sendo assim a retomada as aulas deve acontecer de uma forma suave, sendo que a escola deve estar apta a receber essa criança. Professores, funcionários, direção e demais alunos precisam estar preparados para recepcionar essa criança da melhor forma possível. Nesse quesito o psicólogo deve trabalhar dando esse suporte para ambos os lados, tanto ajudando a escola a se preparar para tal recepção, assim como estando ao lado da criança quando ela voltar.

Palavras-chave: Câncer Infantil. Reinserção Escolar. Tratamento.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL FRENTE O ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO

Ione Santos Aleixo; Maria Madalena Lazari Kawashima

As mudanças no mundo do trabalho e as transformações ocorridas nos direitos dos trabalhadores acarretam um novo modo de organizar e gerenciar os modos de produção e o capital humano. Esse novo mercado de trabalho pode instigar a ocorrência do assédio moral no trabalho visto que as relações humanas estão sendo rompidas neste processo, principalmente motivadas pela competitividade. O presente estudo oferece a hipótese de que, através do trabalho, o homem constrói a si mesmo e o mundo ao seu redor, mas que o trabalho também pode gerar adoecimento e sofrimento no trabalhador. Ao considerar o trabalho como fonte de satisfação e realização humana é fundamental compreender a relação entre saúde do trabalhador e o assédio moral no ambiente de trabalho. Nesse sentido, objetiva-se buscar maior conhecimento quanto ao assédio moral no trabalho ao compreender seu funcionamento e analisar como esse processo acontece no ambiente de trabalho; e identificar as possibilidades de atuação do psicólogo organizacional frente ao assédio moral nas empresas. O trabalho consiste em uma pesquisa de natureza qualitativa, realizada através da revisão bibliográfica, localizados nas bases eletrônicas do Scielo, Google Acadêmico, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Conselho de Psicologia, BVS/LILACS não houve delimitação de período. As palavras chaves utilizadas foram assédio moral no trabalho, saúde do trabalhador, psicologia organizacional. Assim, o que caracteriza o assédio moral no trabalho é a sua intencionalidade que se revela em uma frequência contínua no ambiente laboral. O assediador objetiva fragilizar a vítima para que esta não conseguir reagir, prejudicando o desenvolvimento satisfatório da sua função. Essa violência em longo prazo acarreta na queda da sua produtividade e, em casos extremos, as consequências são adoecimento e afastamento do trabalho. O psicólogo é um profissional que pode desenvolver na empresa um trabalho voltado para beneficiar a empresa e o trabalhador. No Brasil não há uma lei específica para punir o assédio moral no trabalho, entretanto há a reparação de bens, amparado pelos fundamentos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. De acordo com a literatura, o assédio moral causa diversos prejuízos para a empresa, deteriora o ambiente de trabalho, interfere na qualidade de vida do trabalhador, afetando a sua saúde mental, acarretando danos no âmbito profissional e pessoal da vítima. O trabalho de prevenção adotado pelas empresas para combater a ocorrência do assédio moral consiste em criar códigos de ética, elaboração de manual sobre o tema para conscientizar os trabalhadores e a disponibilidade de um espaço para a vítima denunciar o assédio que sofre. O psicólogo organizacional tem como diferencial de sua prática, dentro da empresa, o objetivo de proporcionar o respeito à dignidade e a integridade do ser humano. Palavras-chave: Assédio moral no trabalho. Saúde do trabalhador. Psicologia organizacional.

A INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA NA EQUOTERAPIA VISANDO A PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Jéssica Stringhetta; Liara Rodrigues de Oliveira

A criança com deficiência necessita de estímulos para seu desenvolvimento biopsicossocial, além de um acompanhamento adequado por profissionais de uma equipe multidisciplinar qualificada. Uma dentre as diversas ferramentas para complementar o trabalho com essas crianças é a Equoterapia, termo que vem ganhando destaque na atualidade, empregando o cavalo como motivador para proporcionar ganhos físicos e psicológicos ao praticante. Além disso, a terapia trabalha o indivíduo em sua totalidade, sendo um instrumento de reabilitação e reeducação nos aspectos motores, sensoriais, comportamentais e sociais. Nesse sentido, objetiva-se conhecer a atuação do psicólogo na prática da Equoterapia, além da história e conceitos relativos a esse contexto. Aprender sobre possíveis atividades que podem ser realizadas nesse campo e conhecer mais detalhadamente as

deficiências das crianças que a praticam. O presente trabalho foi realizado na forma de revisão bibliográfica de literatura científica através da base de dados online Scielo e Pepsic. Diante disso, identificou-se que o cavalo, inicialmente, é um novo problema com o qual a criança deverá lidar, contribuindo o progresso dessa relação para o desenvolvimento de sua confiança, autocontrole, afetividade, compreensão de seus limites e obediência a regras tendo, também, como ganhos proporcionados pela Equoterapia a melhora do ajuste muscular, postura e equilíbrio através dos movimentos tridimensionais do cavalo, a estimulação da aprendizagem, memorização, concentração, cooperação e socialização do praticante. No contexto da Equoterapia, em cada sessão/atendimento, busca-se a independência da criança, visando amenizar suas limitações. A obtenção de resultados é um processo longo, o qual exige dedicação e paciência de ambas as partes, tanto do aluno como do profissional, variando de acordo com cada deficiência e nível de comprometimento. A prática dessa terapia permite ao indivíduo vivenciar vários acontecimentos simultaneamente, sendo cada nova experiência rica e de extrema importância na contribuição da melhora de seu quadro e do aprimoramento de suas potencialidades. O trabalho multidisciplinar é fundamental, visto que é necessária a compreensão do quadro clínico do paciente e a análise sobre os benefícios e/ou malefícios que a atividade pode produzir destacando-se, em especial, a contribuição do psicólogo, profissional com competência teórico-técnica para realizar o acolhimento, a escuta e propor as atividades que melhor se adequem em cada caso, possibilitando a estimulação das áreas que mais necessitam de desenvolvimento nas atividades através de sua intervenção.

Palavras-chave: Equoterapia. Deficiência. Criança com deficiência. Terapia Assistida por Animais.

IMPACTOS DO CONSUMISMO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Aline Fernanda Tebaldi de Oliveira; Aline Cazusa dos Santos; Ana Vera Niquerito Bozza

A sociedade contemporânea é caracterizada por suas relações de produção e de consumo, influenciando os comportamentos, a formação de valores e da própria identidade do indivíduo. Nessa sociedade as relações entre adultos e crianças sofreram transformações e o mundo infantil passou a ser visto como um consumidor em potencial. Nesse contexto, a descoberta do potencial de consumo da criança despertou interesses comerciais das grandes indústrias que, visando a exploração comercial, fazem uso de diferentes estratégias de marketing para atingir essa parcela de mercado. É na infância que ocorre o desenvolvimento biopsicossocial e a formação da personalidade, período em que o indivíduo está mais vulnerável a moldar o seu comportamento e suas ações sociais com base no que é apresentado pela publicidade e pelo consumismo. Nesse sentido, objetiva-se identificar as consequências do consumismo no desenvolvimento infantil; analisar os hábitos de consumo durante a infância e descrever os fatores, relacionados ao consumo que influenciam o desenvolvimento infantil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que teve como critério a utilização de trabalhos publicados nos anos de 2010 a 2017 utilizando-se da base de dados eletrônicos, artigos, e livros de língua portuguesa. Materiais bibliográficos de anos anteriores também são citados, durante o decorrer do trabalho. A cultura do consumo está presente na vida das crianças desde o seu nascimento, sendo que a publicidade e os avanços tecnológicos se constituem como principais fatores relacionados ao consumo e que influenciam o comportamento infantil. A pesquisa demonstrou que as crianças têm apresentado hábitos consumistas, originados no que é transmitido pelas diversas mídias e no que é aprendido nas relações sociais e familiares e que refletem no seu desenvolvimento físico e cognitivo. As transformações na infância desencadeadas pelo consumismo têm um impacto considerável no desenvolvimento da criança, tanto em aspectos considerados positivos quanto negativos. Os fatores relacionados ao consumismo e que influenciam o desenvolvimento infantil estão relacionados às possíveis frustrações dos desejos criados pela mídia que podem ocasionar na criança problemas relacionados à sua satisfação pessoal e autovalorização. O desejo de consumo cria ansiedades, que podem influenciar na capacidade emocional e de reflexão da criança.

Palavras-chave: Consumismo. Desenvolvimento. Infância. Psicologia.

A ADOÇÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Samanta Klein Pires; Tatiane da Silva Flauzino; Vania Aparecida Borim Moretto Delpino

Historicamente, a infância foi sendo concebida como um período que impera a necessidade de cuidados e proteção. O abandono de uma criança a coloca numa situação de risco e a adoção representa um dos recursos para garantir sua proteção e o seu desenvolvimento. A origem da palavra adoção vem do adoptare, que significa escolher, perfilhar, dar o seu nome a, optar, juntar, desejar, e se define como a aceitação voluntária e legal de uma criança como filho; perfilhação, perfilhamento. No Brasil, a legislação sobre adoção começou a se estruturar no início do século XX com o Estado Moderno. Em 2014, foi sancionada a Lei nº 12.955, que estabelece prioridade de tramitação para os processos de adoção de crianças ou adolescentes com necessidades especiais ou com doença crônica. Em 2016, foram adotadas 1.226 crianças e adolescentes em todo o país por meio do Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Hoje ainda há mais de 8 mil crianças aptas à adoção e 42 mil pessoas interessadas em adotar. Porém, sabendo que dentre essas crianças, 8,59% possuem algum tipo de deficiência mental e 3,76%, deficiência física, este trabalho questiona-se quais as medidas a serem tomadas e projetos a serem criados para que essa situação seja revertida, já que esse perfil não atinge os quesitos exigidos pela maioria das pessoas aptas a adotar. O presente trabalho teve como objetivos analisar a importância da adoção de crianças com necessidades especiais; discutir a realidade do processo de adoção no Brasil e investigar as principais dificuldades e desafios dos pais adotantes de crianças com necessidades especiais. Dessa forma a pesquisa permite compreender o processo de adoção no Brasil, as necessidades especiais, como a carência ou deficiência de uma ou mais capacidade próprias do nível de desenvolvimento de um indivíduo, além de também sugerir que outras pesquisas sejam iniciadas com o intuito de discutir e aprofundar esse tema.

Palavras-chave: Adoção. Necessidades especiais. Crianças.

O PAPEL DO PSICÓLOGO NO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS

Brena Leandra dos Santos Gonçalves; Vania Aparecida Borim Moretto Delpino

Este trabalho procura abordar o abandono de crianças desde os primórdios da civilização até os dias atuais e o acolhimento das que foram esquecidas de alguma forma. O abandono pode variar no tempo ou espaço, pois a maternidade e abandono são conceitos que podem se modificar em função do modelo vigente, ligado a mecanismos ideológicos e culturais dominantes em determinado período histórico. A presente pesquisa traz uma reflexão sobre o papel do psicólogo em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes que apresentam algum problema familiar ou judicial e em situação de vulnerabilidade social. De fato, o papel do psicólogo junto às instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em situações de risco social, contribui de forma substancial ao enfrentamento de situações que são inerentes as condições de abrigo. No entanto, tendo em vista que as crianças e adolescentes em instituições de acolhimento, em sua grande maioria, sofriam maus-tratos e conflitos dentro do ambiente familiar, outra dificuldade encontrada são as condições físicas e psíquicas de total abandono, agressão, desnutrição, falta de higiene, abuso sexual, além de outros aspectos, que acabam dificultando a vinculação na instituição de acolhimento. Para a realização desta utilizou-se procedimentos metodológicos como pesquisas bibliográficas, consulta de livros, teses, monografias, com as palavras-chave: Psicólogo, Instituições de acolhimento; vulnerabilidade social foram utilizadas. Os resultados demonstram que a presença do profissional psicólogo dentro da instituição de acolhimento, juntamente com uma equipe multidisciplinar possibilita as crianças e adolescente indicativos de sucesso e bem estar. O acolhimento envolve a atenção do psicólogo que se destaca como um dos profissionais mais adequados para o atendimento da criança ou adolescente em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Psicólogo. Instituição de acolhimento. Vulnerabilidade social.

A ADULTIZAÇÃO INFANTIL NO SÉCULO XXI

Ana Laura Buzato dos Santos; Leticia Maria Cocia; Renata Ribeiro Lozada Correa Pinto; Karina Ferraz Tozze

A adultização infantil caracteriza-se como a manifestação de comportamentos adultizados em crianças, cujas ações e questões não correspondem à sua faixa etária. Tais comportamentos podem ser claramente identificados em crianças no cotidiano, visto que essas, cada vez mais, entram em contato com as redes e as mídias sociais, que causam grande impacto em sua realidade e desencadeiam, de forma mais intensa, a adultização. Com base nessas observações, o presente projeto de pesquisa, ainda em fase inicial, visa esclarecer como se dá esse processo e como ele se manifesta no século XXI. A presente pesquisa visa, portanto, esclarecer o processo de adultização e evidenciar as diferenças entre o comportamento infantil adultizado e o comportamento natural da criança, considerando que esse é resultado da interação entre criança e sociedade sob influência das mídias. Dessa forma, é essencial a tentativa de se compreender a que tipos de interações as crianças estão expostas para que haja, portanto, a intervenção do Psicólogo junto ao comportamento adultizado da criança. Através dos estudos sobre os estágios do desenvolvimento, é possível identificar, no século XXI, a adultização no processo de crescimento da criança, sendo necessário abrir a discussão sobre tema e as suas causas, destacando como o meio social pode interferir no comportamento da criança. Diante disso, nota-se a relevância de se analisar os canais e programas televisivos voltados ao público infantil e investigar quais atrações acabam exercendo um papel de influência e que contribuem para que as crianças substituam a perspectiva infantil por uma imitação de vida adulta inadequada para a sua fase do desenvolvimento. Outro ponto a ser discutido envolve o consumo de produtos, pelas crianças, que não são adequados para as suas idades, além de abrir caminho, em alguns casos, para a erotização, fator que pode contribuir diretamente no desenvolvimento da criança.

Palavras-chave: Adultização Precoce. Desenvolvimento Infantil. Mídias.

187

BULLYING E CYBERBULLYING: UM FATOR DE RISCO PARA O SUICÍDIO

Antônio Marcos Vanzeli, Osvaldo Antônio Tonsick Junior, Patrícia Pelegrina Rosseto

O fenômeno bullying sugere atos de violência física ou verbal, que ocorrem de forma repetitiva e intencional contra uma ou mais vítimas, sendo que esse fenômeno pode ser praticado no âmbito escolar por alunos e professores. As consequências do bullying são muitas para todos os envolvidos, mas principalmente para as vítimas. Nos casos mais graves as vítimas atacam outras pessoas e/ou cometem o suicídio. O suicida demonstra, através de seu ato, seu desespero diante da situação. O bullying é praticado em escolas públicas e particulares de todo o globo terrestre e infelizmente é uma experiência comum para crianças e adolescentes. A prevenção para que haja a redução do bullying é uma questão que deve envolver toda a sociedade. A coletividade toda é afetada, sendo importante uma discussão que englobe a todos, seja no ambiente escolar ou fora dele. Ao psicólogo cabe realizar um trabalho multidisciplinar, nas escolas, para amenizar o sofrimento das vítimas e promover a orientação e educação dos agressores quanto ao respeito pelo outro. Esse trabalho científico tem como objetivo geral investigar a ocorrência e os motivos relacionados com a prática do bullying no contexto escolar e sua relação com o suicídio, bem como apresentar o papel do psicólogo escolar para o desenvolvimento de estratégias de prevenção a esse fenômeno. A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico de investigação, buscando encontrar na literatura existente, nos últimos vinte anos, as definições e as possíveis implicações do que se convencionou denotar "fenômeno bullying e o cyberbullying". O resultado das pesquisas demonstrou que existe uma relação do bullying

e sua forma cyberbullying com o suicídio, bem como a importância da presença do psicólogo no âmbito escolar, pois ele é o profissional habilitado para treinar toda a equipe de colaboradores presentes na escola, oferecendo contribuições para melhorias nos processos de ensino e de aprendizagem e, principalmente, possibilitando a identificação e o combate ao fenômeno bullying. Palavras-chave: Bullying. Cyberbullying. Psicólogo escolar. Suicídio.

O PAPEL DO PSICÓLOGO HOSPITALAR NOS CUIDADOS PALIATIVOS

Elizandra Natalia da Silva; Ana Carolina Munhoz de Souza; Adriana Campos Meiado

188

O cuidado ao outro no momento de adoecimento tem grande importância, bem como o papel do profissional da psicologia hospitalar que se coloca como mediador nesse momento de fragilidade. O cuidado paliativo oferece ao paciente uma alternativa humanizada de cuidado mediante a doença cuja cura é inviável, propondo medidas de conforto oferecidas por uma equipe de saúde com o objetivo de amenizar sintomas desagradáveis da doença e do sofrimento acometido pela mesma. Mediante tantos momentos vividos, o adoecimento pode tornar-se uma fase intensa de mudanças físicas, emocionais e também relacionais. Esse processo de adoecimento envolve perdas e ganhos, isto é, perda da autonomia, do tempo, do recurso financeiro além de outras perdas. Enquanto ganhos, podemos apontar a atenção e o cuidado de outras pessoas. Autocomiseração são exemplos das relações que surgem nesse processo. Buscou-se nesse trabalho verificar o papel do psicólogo hospitalar junto ao paciente terminal em cuidados paliativos, e também compreender suas contribuições e intervenções. Tal estudo pautou-se na metodologia da pesquisa bibliográfica e para realiza-lo utilizou-se as seguintes bases de dados para coleta, BVS-Psi, Scielo, Google Acadêmico e LILACS. O resultado do estudo apontou, por meio dos dados coletados, que é de suma importância o auxílio do psicólogo hospitalar junto ao paciente em cuidados paliativos, que diante desse processo desenvolvem constantes mudanças devido a sua hospitalização e os seus sentimentos e sintomas desencadeados pela doença. O estudo possibilitou concluir que é necessário um cuidado humanizado para promover qualidade de vida mesmo diante das fragilidades ocasionadas pela doença, onde o psicólogo hospitalar poderá proporcionar ao paciente possibilidades de alívio dos sintomas e oportunidades de vivenciar a humanização dentro do hospital, isto é, o direito de falar e ser ouvido do paciente. A escuta empática e o acolhimento no processo do adoecimento são fundamentais para a promoção de qualidade de vida. Esse espaço de cuidado paliativo ao paciente no processo de finitude da vida deve ser um direito a ser resguardado e viabilizado no contexto do cuidado. Palavras-chave: Cuidados paliativos. Psicólogo hospitalar. Hospitalização Paliativa. Família.

JUSTIÇA TERAPÊUTICA E CONFLITOS ÉTICOS DO PSICÓLOGO

Gersislei Antonia Salado; Anaedi Nogueira Patriota; Marcel Henrique Bertozzin

O Programa Justiça Terapêutica é um conjunto de medidas cuja finalidade é de que dependentes de drogas infratores, possam ser tratados sem a necessidade de penalidades aplicadas pela justiça, desde que permaneçam em tratamento em clínicas especializadas, pelo tempo necessário para que possam voltar à sociedade. O objetivo foi descrever aspectos desse programa, criado no Brasil com a finalidade de reprimir ao máximo a criminalidade, especialmente atos cometidos por usuários de drogas ilícitas, e as questões éticas enfrentadas pelos profissionais de psicologia. A pesquisa bibliográfica foi feita com bases de dados: BIREME, Scielo, sites de Tribunais de Justiça do país, Conselhos Regional e Federal de Psicologia, e as Leis 6368/1976 e 11343/2006. O programa Justiça Terapêutica foi criado por um grupo de profissionais de Porto Alegre e depois adotado por todos os estados, sendo realizado pela atuação conjunta de Juízes de Direito, de Promotores de Justiça, de Advogados, de Defensores Públicos e de profissionais da área da saúde. Quando o infrator é apreendido, o Poder Judiciário o encaminha para a rede pública ou privada de saúde, ligada à

prevenção e tratamento, devendo permanecer sob custódia durante o tempo necessário. Esse movimento denominado Justiça Terapêutica foi alvo de muitos elogios, mas também de muitas críticas, especialmente por profissionais da área da saúde e da justiça. Foram também criadas as comunidades terapêuticas, que funcionam como clínicas de recuperação, a regulamentação destas, para funcionar como instituição de tratamento de usuários de drogas se dá pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, através da Resolução - RDC nº 101 (2001). O convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS) como serviço de atenção da rede pública aconteceu a partir de 2011. Pela sistemática adotada, o membro do Ministério Público propõe ao infrator que seja avaliado por equipe de saúde, interdisciplinar e receba a atenção terapêutica necessária ao seu caso. A justiça terapêutica objetiva evitar a prisão e seus efeitos nefastos, o que também representa um menor custo social e financeiro para o Estado. O Conselho Federal de Psicologia, e as Comissões de Saúde e de Direitos Humanos, mostraram preocupação quanto à proliferação maciça de comunidades terapêuticas, colocadas em funcionamento sem estrutura adequada de tratamento, e que parece indicar insuficiente expansão, organização e capacitação das redes de saúde e assistência social para o cuidado de pessoas que usam drogas. Os tratamentos devem garantir os direitos humanos fundamentais, além de reconhecer a dignidade inerente a todos os indivíduos, o que implica no direito de receberem as mais modernas e eficazes formas de tratamento desenvolvidas, bem como no direito ao bem estar e a não discriminação, além de assegurar um tratamento digno e sendo também contrário às internações arbitrárias. Assim sendo os psicólogos reconhecem a necessidade de tratamento em espaços específicos, porém como enfatizado pelo Conselho Federal de Psicologia: "Tratar sim, trancar jamais."

Palavras-chave: Justiça terapêutica. Usuários de crack. Comunidades terapêuticas. Conflitos éticos.

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL.

Priscila Minzon; Edinéia de Sousa Ferreira; Grasiela Lima

Pesquisa divulgada pela ONU Brasil, em 2014, aponta que acontece um estupro a cada 11 minutos no nosso país, e que 33% da população brasileira considera a vítima culpada pela violência sofrida. Apesar do grande número de casos, os dados também destacam que a maioria das vítimas não registra denúncia na polícia. Sendo assim, a violência sexual contra as mulheres apresenta-se como um grave problema social na atualidade, que pode acarretar consequências médicas, psicológicas e sociais, demandando ações urgentes e multiprofissionais para o seu enfrentamento. A cultura sexista que ainda impera na nossa sociedade infringe visões preconceituosas em relação à mulher, resultando, entre outros aspectos, na objetivação do corpo feminino e na culpabilização da vítima em casos de estupro. A partir daí, o presente estudo pretende discutir as causas e as contradições da prevalência da violência sexual no contexto atual, caracterizado como a era dos direitos humanos, da liberalização dos costumes e, contraditoriamente, do avanço de ideias e movimentos conservadores e retrógrados. O desenvolvimento deste trabalho foi pautado por teorias do campo histórico-crítico e por conceitos fundamentais como gênero, dominação masculina e violência simbólica. A metodologia foi embasada em pesquisa de natureza qualitativa, através da revisão bibliográfica de artigos teórico-científicos do Google acadêmico, Scielo, revistas eletrônicas e publicações periódicas. Os resultados das análises apontaram que a violência sexual contra a mulher ainda se mantém por meio da estrutura social desigual, machista e patriarcal, que se utiliza de recursos que sustentam o poder masculino. Sendo assim, a violência sexista é entendida como um fenômeno reproduzido e legitimado por representações sociais de gênero, onde as mulheres são reprodutoras e vítimas desse sistema que as colocam como objetos sexuais, submissas a vontade masculina. As mulheres, portanto, internalizam concepções da ideologia patriarcal. Esta realidade dificulta o empoderamento feminino e não permite o pleno exercício da sua sexualidade e do seu desenvolvimento social e pessoal. Sendo assim, o trabalho do psicólogo social é de extrema importância nestes casos, visto que sua atuação se dá em contextos comunitários, portanto próximos à realidade das mulheres vitimizadas, e a partir de

conceitos centrais como processo de conscientização, representação social e alteridade. A intervenção no campo da Psicologia Social não se realiza de forma meramente clínica, mas social e comunitária. Portanto, nos casos de estupro, as terapias devem acontecer na perspectiva de gênero e viabilizar a troca de vivências e sofrimentos, a desconstrução de sentimentos de culpa, inquirindo sobre as causas da opressão e formas de empoderamento das mulheres como possibilidade de enfrentamento à violência sexual. Assim, com a participação da comunidade, o psicólogo buscará promover mudanças políticas e sociais no que se refere à igualdade de gênero, com respeito à mulher como dona do seu corpo e sujeito de sua sexualidade.

Palavras-chave: Violência Sexual. Dominação Masculina. Objetificação. Psicologia Social.

ASPECTOS PSICOLÓGICOS DE PACIENTES COM INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA

Angélica Cristina Pontalti; Lucas Fernando Rossi Lajara; Ana Vera Niquerito Bozza

A insuficiência renal crônica (IRC) é caracterizada pela perda progressiva e definitiva das funções renais, com grande índice de morbidade e mortalidade, sendo um dos principais problemas de saúde pública no Brasil e que impõe limitações na vida do paciente. A cronicidade e o estresse gerado pelo tratamento podem ter como consequência a depressão grave do paciente e uma maior dificuldade deste em lidar com a nova vida, além de diversos outros problemas psicológicos. O transplante de órgãos pode ser considerado a melhor opção terapêutica, tanto do ponto de vista médico quanto social e econômico, no entanto há também a grande responsabilidade e os cuidados rigorosos necessários após este procedimento. O objetivo foi avaliar o nível de sintomas ansiógenos e depressivos em pacientes portadores de IRC participantes do programa de hemodiálise e candidatos ao transplante renal (G1) e pacientes participantes do programa de hemodiálise, não candidatos ao transplante renal (G2), bem como o significado atribuído à hemodiálise e ao transplante e comparar possíveis diferenças. Trata-se de método de estudo descritivo-comparativo, com abordagem quanti-qualitativa dos dados. Utilizou-se as escalas Beck de ansiedade e depressão e questionário com questões abertas a fim de alcançar os objetivos, os participantes foram divididos em dois grupos, e os instrumentos foram aplicados durante a realização da hemodiálise. Os resultados obtidos permitiram verificar que não houve discrepância entre os níveis de ansiedade e depressão em ambos os grupos. Houve discrepância em relação às idades e tempo de tratamento, sendo o G2 com maior faixa-etária e tempo de tratamento. O G1 apresentou-se bem emocionalmente, sem sintomas depressivos e ansiógenos e com discurso otimista e realista em relação à hemodiálise e ao transplante. O G2 apresenta discurso otimista em relação à hemodiálise, porém percepção distorcida sobre o transplante, com a expectativa que o procedimento cirúrgico será a solução de todos os problemas. Observou-se que não há discrepâncias entre os desempenhos de G1 e G2 no que se refere à ansiedade e depressão apenas nas percepções sobre transplante e hemodiálise.

Palavras-chave: Aspectos psicológicos. Hemodiálise. Transplante.

COMUNIDADE, JUVENTUDE E SUPORTE PSICOSSOCIAL: INTERVENÇÃO JUNTO AOS USUÁRIOS EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE NO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL (CAPS) DO MUNICÍPIO DE PEDERNEIRAS/SP

Felipe Henrique dos Santos; Claudia Cristina Iquiene Moreira; Rinaldo Correr

O CAPS é um serviço oferecido a partir de um dispositivo originário das políticas públicas. Nesta proposta o município oferece um aparato para o atendimento a indivíduos que estão em situações de vulnerabilidade. As equipes multiprofissionais e interdisciplinares envolvem psicólogos, profissionais de serviço social, enfermeiros, terapeutas ocupacionais, médicos (especificamente

psiquiatras), por meio de projetos delineados na esfera federal, estadual e municipal, que atuam no sentido de identificar as demandas locais e intervir para a garantia de saúde e qualidade de vida das populações, especificamente aquelas menos favorecidas. O serviço integra um Sistema Único de Saúde (SUS). O município de Pederneiras, SP, por meio da Secretaria da Saúde, possui uma estrutura montada a partir do princípio estrutural do CAPS e, no núcleo central, coordena as atividades de assistência a famílias em situação de vulnerabilidade, que abarcam também outro dispositivo, em nível federal, o Programa Saúde da Família (PSF), que possui oito polos, distribuídos em diversos bairros. Com base na estrutura da saúde no município citado, buscou-se a criação de um projeto para intervenção em nível primário, no PSF do bairro Estevan Maturana Alcarrea, no qual ocorreria à criação de um grupo, promovendo ao estudante de psicologia estágios desenvolvimentais e o exercício de habilidades e competências específicas por meio de um suporte teórico metodológico para aplicar ações de fundo interventivo e preventivo buscando atender as necessidades das comunidades envolvidas. Com a condução de uma psicóloga já inserida no contexto daquele bairro, foi realizado um mapeamento para estabelecer a população alvo e as necessidades específicas. A partir das informações adquiridas, percebeu-se uma maior demanda de pessoas do sexo feminino com idades variadas. Decidiu-se então a formação de um grupo de mulheres para a promoção da saúde, no qual seriam discutidos questões como a vida cotidiana, identidade, autonomia, estrutura familiar, entre outros. Pretende-se realizar atividades com duração média de 2 horas, com periodicidade semanal. A metodologia utilizada será apoiada na psicologia institucional, com ênfase nas técnicas de ampliação das possibilidades de autonomia, elevação da autoestima e fortalecimento da identidade. A intervenção seguirá sempre em grupo, buscando uma conversa informal e descontraída acerca dos temas de interesse do próprio grupo, promovendo a troca de experiências, a elaboração de temas conflitantes, o incentivo do autoconhecimento, o favorecimento do vínculo comunitário e a promoção da autonomia, saúde e bem-estar.

Palavras-chave: Promoção da Saúde. Autonomia. Bem-estar. Mulheres.

A IMPORTÂNCIA DO OLHAR DO OUTRO E DE OLHAR PARA O OUTRO: ESCUTA E ACOLHIMENTO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Natália Cristina Nabarro; Samara Fernanda da Silva Bueno; Ana Paula Szpaller Pacheco; Maria Madalena Lazari Kawashima

Para classificar um indivíduo em condições de rua é necessário que o mesmo não tenha lugar destinado a moradia, ou endereço fixo e pernoite em logradouros, como: prédios abandonados, calçadas ou albergues temporários. De acordo com o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, parágrafo único, é considerado morador em situação de rua: grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. O objetivo é analisar o papel da escuta e do acolhimento na população em situação de rua, abordando questões a partir de um olhar livre de preconceito, auxiliando nos contextos necessários de acordo com a realidade de quem vive na rua. Metodologicamente foi realizada uma pesquisa bibliográfica para criar maior embasamento sobre o tema em questão. No resultado observou-se que os indivíduos que estão sujeitos a tais condições, dispõem dos vínculos sociais extremamente frágeis e interrompidos, devido ao acúmulo de experiências desestruturantes e humilhantes que sofrem ao longo da vida. Em casos como esses é importante estabelecer uma relação de empatia, no qual possamos nos colocar no lugar do outro sem julgamentos pré-estabelecidos ou cercados de preconceito. A empatia nesse caso se expressa frente à presença de fatores de risco. O risco tem um potencial para predispor pessoas e populações a resultados negativos e podem estar presentes tanto em características individuais como ambientais. A questão de olhar para o outro de maneira livre e sem julgamentos proporciona a quem

fala uma maior probabilidade de reintensificar os vínculos e buscar ajuda independente da demanda vivenciada. Apostando na empatia em se colocar no lugar do outro e participando de algumas vivências, um aspecto importante foi detectado, de que esses indivíduos tem a extrema necessidade em relatar sobre as experiências, mesmo que ruins, para amenizar a angústia que isso remete. Palavras-chave: Empatia. Vínculos interrompidos. Escuta. Acolhimento.

A INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR COM PACIENTE AMPUTADOS

Pryscila dos Santos Moreira; Ligia Pereira Bueno; Liara Rodrigues de Oliveira

192

O presente estudo discorre acerca do trabalho do psicólogo hospitalar com pacientes amputados. Para cumprir o objetivo buscou-se discorrer sobre a história do desenvolvimento da psicologia hospitalar brasileira para poder compreender a configuração atual dessa área de atuação. Buscou-se também caracterizar a cirurgia de amputação, bem como investigar os aspectos psicológicos envolvidos quando há a necessidade de ter um membro corporal amputado. Além disso, discorreu-se acerca do trabalho do psicólogo hospitalar com pacientes amputados, familiares e equipes de saúde envolvidos. Trata-se de um estudo de natureza teórica, baseado na consulta à literatura da área. Foi possível averiguar que a progressiva inserção dos psicólogos nos hospitais vem ocorrendo em paralelo ao processo de humanização das instituições de saúde no país e representa uma maior preocupação em promover o bem-estar dos indivíduos que necessitem passar algum período de suas vidas em uma instituição. O paciente que se encontra em um hospital e se depara com a necessidade de ter um membro amputado, encontra-se exposto a consequências psicológicas que vão além das já inerentes à hospitalização. Dessa forma, a atuação do psicólogo hospitalar vai ao encontro das necessidades do paciente amputado, promovendo o apoio, auxiliando em seus medos, ansiedades e fantasias, a fim de facilitar a aceitação da nova condição física, assim como elaborar a perda da condição anterior. Também foi verificada a necessidade de o psicólogo também atue junto aos familiares, bem como à equipe de saúde. Pôde-se perceber que a presença do psicólogo no âmbito hospitalar é de grande importância para o paciente amputado, que experimenta a dor e o sofrimento da hospitalização, bem como da amputação de parte de seu corpo. Conclui-se que apesar da presença do psicólogo não ser obrigatória nas instituições de saúde brasileiras, a inserção do profissional da psicologia nas equipes tem crescido cada vez mais.

Palavras-chave: Amputação. Psicologia hospitalar. Aspectos psicológicos.

OS ESTILOS PARENTAIS E SUAS INFLUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO ADOLESCENTE EM FASE ESCOLAR

Hugo de Souza Amaral Netto; Lillian Cristina Scarpin Sartori; Vania Aparecida Borim Moretto Delpino

O desempenho escolar do adolescente pode estar relacionado com os estilos parentais vivenciados dentro do seu contexto familiar. Tendo em vista que a família é o centro mediador para todos os demais contextos sociais, ela é responsável por criar os valores que esses indivíduos irão utilizar para estabelecer relações sociais. Na escola o adolescente vai atuar de acordo com o que internalizou em casa, já que esse é um ambiente onde será proporcionado diferente convívio social. Ambiente esse que será, também, capaz de ser responsável por auxiliar na aplicação do seu aprendizado em atividades que despertem a autonomia como indivíduo criador e transformador de ideias (DESSEN; POLONIA, 2007). O instrumento utilizado para o embasamento do estudo é uma revisão bibliográfica, que consiste em um trabalho descritivo, incluindo teses, livros, dissertações, artigos científicos e dados da APA (American Psychological Association). O trabalho visa mostrar a relação existente entre os estilos parentais, suas práticas e consequências e o desempenho acadêmico do

adolescente no contexto escolar. De acordo com os autores utilizados e diante de todo embasamento dissertado, pode-se dizer que cada adolescente, de acordo com o estilo parental vivenciado, tenderá a emitir resposta diferenciada para as situações vividas. Essas respostas podem ser variadas e refletem no comportamento adolescente, de forma internalizante ou externalizante, acarretando ou não, problemas no ambiente escolar, prejudicando ou estimulando o seu desenvolvimento acadêmico. Palavras-chave: Desempenho escolar. Adolescência. Estilos parentais. Práticas parentais.

BURNOUT E ESTRESSE: DEFINIÇÃO, CONSEQUÊNCIAS E O PAPEL DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO

Ana Carolina José Massaroto; Mariana Tureta Rodrigues; Maria Madalena Lazari Kawashima

Independentemente da profissão exercida, o estresse é presente no dia-a-dia dos trabalhadores, sobretudo na atualidade, em que os sujeitos vivem inseridos em contextos competitivos e são submetidos a altos níveis de estresse. Nesse cenário, destaca-se a Síndrome de Burnout, que é basicamente o esgotamento profissional e consequência de um estilo de vida estressante no trabalho. O objetivo do presente trabalho é compreender a Síndrome de Burnout, as consequências do estresse ocupacional no desenvolvimento profissional do trabalhador, sua sintomatologia e as possíveis intervenções do psicólogo organizacional e do trabalho. Além disso, propõe-se a expor formas de melhorar a qualidade de vida do trabalhador, levando em consideração a indispensabilidade e a necessidade do trabalho na vida das pessoas. O embasamento teórico é feito a partir de pesquisas bibliográficas em plataformas como Scielo e Google Academic. A Síndrome de Burnout e o estresse ocupacional afetam não só quem sofre com a mesma, mas também quem convive com a pessoa portadora, devido a um elevado nível de estresse e fadiga pelo qual a pessoa é atingida. O Burnout e o estresse ainda afetam diretamente o desempenho profissional do indivíduo. No que diz respeito a prevenção e ao tratamento desses problemas, foi possível concluir que o psicólogo organizacional e do trabalho tem o papel não só de atuar nos processos básicos de gestão de pessoas, mas também de auxiliar no encontro de políticas e estratégias de intervenção para o melhor funcionamento organizacional, criando a necessidade de uma reflexão sobre o trabalho, aumentando a autoestima dos funcionários, e buscando influências positivas sobre a saúde do trabalhador.

Palavras-chave: Síndrome de Burnout. Estresse ocupacional. Saúde mental. Psicologia organizacional

A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Léia Conceição Turatti; Siomara Carinhato Comar; Raquel Aparecida de Paula; Liara Rodrigues de Oliveira

O conceito de inclusão pode ser considerado recente diante da trajetória secular de exclusão construída pela humanidade. Desde a antiguidade, na qual as pessoas com deficiência eram exterminadas, pois eram consideradas amaldiçoadas, passando pela Idade Média, que pela influência da Igreja passaram a ser vistas como "criaturas de Deus" (mas sendo deixadas a própria sorte, a mercê da pena e caridade alheia), e chegando a tempos mais recentes com o modelo de Integração, na qual a pessoa com deficiência deveria se adequar a normalidade da sociedade. O conceito de inclusão engloba todas as áreas e fases da vida de uma pessoa. Através do aprendizado, o ser humano é capaz de desenvolver as potencialidades que já possui e desenvolver tantas outras. É através do estudo, por exemplo, que as oportunidades são ampliadas, novas são criadas e o indivíduo aumenta suas chances de desenvolvimento. O direito a educação em todos os níveis de aprendizado é garantido na recente Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), no artigo 27, e a presença desses alunos é crescente dentro das universidades. No entanto, pouco tem se documentado através de estudos e

estatísticas a respeito da inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior. Busca-se com esse trabalho de pesquisa, através da revisão bibliográfica, a abordar os percalços e êxitos do ainda em construção, processo de inclusão do aluno com deficiência no ensino superior. Na elaboração deste trabalho foi utilizada pesquisa em meio eletrônico através de busca realizada no site Google acadêmico, que resultou em onze artigos, com datas de publicação entre 1990 e 2015. Conclui-se que a inclusão da pessoa com deficiência é ainda, para algumas instituições, um desafio sob os pontos de vista arquitetônicos e de acessibilidade, do livre acesso aos conteúdos das matérias, do preparo dos professores e da aceitação dos colegas. Contudo, a movimentação em favor da igualdade de condições e oportunidades existe e apresenta resultados positivos. Com base nos resultados obtidos foi possível averiguar que o aluno com deficiência conhece seus direitos e é agente atuante na construção de uma realidade que se desenha aos poucos. Ele próprio e a rede de apoio que o cerca servem de válvula propulsora para as melhorias necessárias na sociedade, que aos poucos passa a entender sua participação no processo de inclusão da pessoa com deficiência, em diferentes contextos.

Palavras-chave: Inclusão no Ensino Superior. Lei Brasileira de Inclusão. Rede de Apoio à Pessoa com Deficiência.

RESGATANDO MEMÓRIAS COM IDOSOS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

Patricia Gomes Torensan; Ana Gabriela Salviato Rett; Maria Renata Machado Vaz Pinto Coelho Borrego

A dinâmica do mundo contemporâneo traz mudanças nunca antes vividas pela humanidade, surgindo a necessidade de realizar inovações e adaptações para dar conta de atender a estas novas demandas. Entre as mudanças de maior impacto, destaca-se o aumento da expectativa de vida da população mundial, apresentando novos desafios à sociedade para o atendimento das necessidades destes novos idosos. A criação de políticas públicas de cuidado e amparo voltadas a este público é uma das formas que a sociedade tem encontrado para atender a esta demanda. No Município de Jaú/SP, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social criou o Centro de Convivência do Idoso "Alencar Cachulo" - CCI, campo em que se desenvolveu o presente projeto de estágio básico, com o objetivo de atender aos idosos do Município que não apresentam comprometimento grave de saúde e não demandam de atendimento especializado. O objetivo principal do CCI é promover a interação com outras pessoas, pois, em geral, são viúvos e moram sozinhos, passando a maior parte do dia afastados do convívio social. O CCI é frequentado por idosos a partir de sessenta anos, em dias úteis, das 8h às 15h. Os assistidos realizam atividades diárias, fazem refeições e, principalmente, interagem entre si e com os profissionais e voluntários. Por meio do Estágio Básico em Psicologia Social e Comunitária desenvolveu-se o projeto "Oficina da Memória", cujo foco principal é mobilizar memórias afetivas positivas relacionadas aos cinco sentidos humanos através da interação e dinâmica do grupo. Buscou-se propiciar espaço de acolhimento, trocas de experiências, culturas e conhecimento entre o grupo de idosos de diferentes contextos socioculturais, a partir de relatos de experiência de forma lúdica. O projeto possui um caráter preventivo e de valorização da autoestima, identidade, história de vida e autonomia. O presente trabalho utilizou-se de artigos acadêmicos para embasamento teórico e atividades lúdicas práticas na forma de imagens, textos, objetos, vídeos e músicas, que envolveram os sentidos remetidos nas rodas de conversa e que favoreceram a imersão de lembranças relacionadas à temática proposta. Identificou-se que a atuação do profissional da psicologia em um espaço de convivência para idosos pode contribuir para a melhoria de sua qualidade de vida e o fortalecimento de importantes questões inerentes à pessoa. O projeto "Oficina da Memória" contribuiu para a interação entre os idosos, o compartilhamento de lembranças e o resgate das memórias afetivas positivas, proporcionando reviver momentos importantes de sua história que, não raro, estavam adormecidos em sua memória. Conclui-se que a sociedade contemporânea gera novas demandas, com destaque para o envelhecimento da população. Deste modo, voltar a atenção das ciências humanas e,

particularmente, da psicologia para este público torna-se necessário, constituindo-se como um novo espaço de atuação profissional de pesquisa. A intervenção realizada neste projeto de estágio buscou resgatar e re-significar importantes aspectos da vivência psicológica, com destaque para a história de vida, a identidade e a autoestima.

Palavras-chave: Envelhecimento. Memória. Identidade.

RELACIONAMENTO INTERPESSOAL E FAMILIAR DE MULHERES QUE SOFREM DE ANOREXIA E BULIMIA

Caroline Moreira dos Santos; Michele dos Anjos de Oliveira; Karina Ferraz Tozze

Os Transtornos Alimentares (TA) são definidos pelo DSM-5 (2014) como quadros psicopatológicos que tem uma crescente escala, especificamente Anorexia Nervosa (NA) e Bulimia Nervosa (BN), que afetam na maioria das vezes, adolescentes e adultos do sexo feminino. Essa pesquisa tem como objetivo compreender a Anorexia e a Bulimia como um Transtorno Alimentar e discorrer sobre o desencadeamento desse Transtorno a partir de fatores como, baixa autoestima, agressividade, medo mórbido de ganhar peso, relacionamento afetivo familiar disfuncional, dificuldades no relacionamento interpessoal, entre outros fatores. A partir dos estudos realizados, percebeu-se que existem dois tipos de Anorexia: o restritivo- com a maior perda de peso em pouco tempo- e o purgativo-com restrição alimentar intensa seguida de vômitos, laxantes e outros remédios para eliminar o alimento. A Anorexia Nervosa faz com que o indivíduo tenha um medo extremo de ganhar peso, desenvolvendo um mecanismo de defesa obsessivo-compulsivo, para se sentir protegido de pensamentos como inferioridade, julgamento, insegurança, isolamento, entre outros. Já, os indivíduos com Bulimia Nervosa, comem compulsivamente e a insegurança pessoal faz com que os mesmos, se preocupem com o padrão de beleza, fazendo assim, uma auto avaliação rígida, seguida de autoindução de vômitos, exercícios em excesso e remédios. Diversos fatores contribuem para essa predisposição, como o meio sociocultural, o funcionamento da personalidade e a dinâmica familiar. Um estudo qualitativo evidenciou que os próprios pacientes reconhecem a importância desses fatores na etiologia da sua enfermidade. A base familiar de pessoas que sofrem esses Transtornos Alimentares normalmente é disfuncional, com problemas na relação pais e filhos, com falta de diálogo, de compreensão, dificuldades na expressão de conflito e também na consistência de respostas. Nota-se o isolamento com as outras pessoas, até mesmo em redes sociais, encontrando-se poucos amigos, pois o medo de interagir e de sofrer certo tipo de preconceito faz com que a pessoa opte por ficar sozinha para evitar julgamentos. Com a autoestima afetada, a ajuda de outras pessoas não é vista de boa forma, fazendo com que se sintam incapazes, frustradas e depressivas, então escolhem viver no seu próprio mundo. Percebeu-se até aqui que os indivíduos com diagnóstico de Anorexia e Bulimia, sofrem nos relacionamentos interpessoais e com ajuda de tratamentos com profissionais e acompanhamento psicoterapêutico é possível melhorar os padrões relacionais com familiares e amigos, contribuindo para redução dos sintomas dos transtornos.

Palavras-chave: Anorexia. Bulimia. Relacionamento Interpessoal. Famílias.

HABILIDADES SOCIAIS NA SEGUNDA INFÂNCIA: LIDANDO COM A DIVERSIDADE E PROMOVEDO A INCLUSÃO

Juliana Lotto de Almeida Souza; Elaine Cristina Gardinal Pizato

A sociedade contemporânea mostra-se cada vez mais heterogênea. Não obstante a crescente necessidade de inclusão social, há um impacto causado pelo surgimento de classes minoritárias e o direito a diversidade. A presente pesquisa, cuja metodologia empregada foi revisão de literatura, visa o estudo sobre a importância de trabalhar habilidades sociais na segunda infância, em crianças com idade entre três a seis anos, com o objetivo de descrever conceitos de HS verificando a influência de

prática dos pais sobre os comportamentos dos filhos, assim como identificar quais classes de HS relacionadas ao desenvolvimento de comportamentos que contribuam para o respeito ao próximo e às diferenças, o que possibilita a convivência com a diversidade, facilitando o processo de inclusão. Considerando a necessidade de mensurar o quanto as crianças são habilidosas no processo de inclusão, o presente trabalho buscou métodos validados para intervenção de HS na segunda infância. Comprovou-se neste trabalho que os pais possuem uma significativa influência sobre os comportamentos dos filhos, através de fatores como a modelagem comportamental. Identificou-se que HS como a empatia, autocontrole e expressividade emocional, e assertividade, contribuem para melhorar a qualidade das relações interpessoais, promovendo a inclusão social. Encontrou-se a partir da Escala de Comportamento para Pré-escolar e Jardim da Infância (PKBS) e Escala de habilidades sociais, comportamentos problemáticos e competência acadêmica (SSRS-BR), as quais permitem ao psicólogo analisar a maneira como a criança interage com o meio, possibilitando intervenções. Palavras-chave: Habilidades Sociais. Segunda Infância. Inclusão Social.

OS SENTIMENTOS DO PACIENTE ONCOLÓGICO A PARTIR DO DIAGNÓSTICO: APOIO FAMILIAR E ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO

Thais Pereira da Silva; Katia Leticia Mangini; Maria Renata Machado Vaz Pinto Coelho Borrego

Câncer é a desregulação na formação normal das células do organismo humanos, que podem ocorrer devido à fatores múltiplos. Palavra de difícil compreensão no momento do diagnóstico, sendo que a partir dele, o paciente vivencia vários tipos de sentimentos, como o medo da morte, a raiva, a negação e isolamento, tendo que se reorganizar perante as novas vivências. O objetivo foi identificar os principais sentimentos manifestados no paciente oncológico e sua família a partir do diagnóstico, apontando estratégias de acompanhamento psicológico durante o tratamento da doença, que podem proporcionar melhoria da qualidade de vida desses pacientes, bem como de sua família. O presente estudo, por meio de levantamento bibliográfico realizado através de consultas as plataformas Scielo, Lilacs, Google Acadêmico, identificou os sentimentos presentes no paciente oncológico e em sua família, desde o recebimento do diagnóstico, no percurso do adoecimento, e durante as fases terminais de câncer. Além disso, o presente trabalho ressalta a importância do acompanhamento psicológico durante todas as fases acima citadas. Conclui-se que o câncer é uma doença que vem crescendo, onde as principais fases manifestadas pelo paciente oncológico são: a negação e isolamento, a depressão, a barganha e a raiva. Tais sentimentos indicam que a pessoa tem que se reorganizar perante à nova situação de vida, a resistência diante de determinados tratamentos/notícias/situações, a perda do prazer nas atividades diárias, a ansiedade, às possíveis perturbações de conduta dentre outros aspectos. A psicoterapia ou mesmo o acolhimento da equipe de saúde na assistência ao paciente oncológico, são de extrema importância, pois a humanização garante além do acesso à informações, a busca por soluções que promovam o auto cuidado do paciente, potencializando o sucesso terapêutico do mesmo.

Palavras-chave: Câncer. Sentimentos do paciente oncológico. Psico-oncologia. Cuidados paliativos no câncer.

COMPORTAMENTOS AUTODESTRUTIVOS NA ADOLESCÊNCIA: UMA REVISÃO LITERÁRIA SOBRE A AUTOMUTILAÇÃO E O SUICÍDIO

Patrícia Alves de Oliveira; Sarah do Amaral Campos; Elaine Cristina Gardinal Pizato

O indivíduo é considerado um ser único e complexo, com características variáveis que fazem parte da sua personalidade e que são importantes para a construção do eu, possuindo então, suas especificidades e tornando-o único no mundo. Essas características contam com o desenvolvimento humano que se subdivide em fases, sendo que cada fase possui sua particularidade. O presente

trabalho aborda contextos relacionados ao período da adolescência e descreve os principais aspectos dessa fase em meio ao desenvolvimento humano, já que a adolescência é caracterizada por ser um período vulnerável, sujeito à instabilidade emocional, impulsividade e existe uma série de conflitos internos e externos que o adolescente poderá vir a passar durante esse processo. O objetivo foi verificar na literatura as possíveis causas que levam o adolescente a praticar comportamentos autodestrutivos como a automutilação e o suicídio, além de identificar as formas de prevenção e tratamento dos comportamentos de risco por meio da Terapia Cognitiva-Comportamental. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica nas bases de dados do Scielo, LILACS, Google Acadêmico e BSV-Psi (Biblioteca Virtual em Saúde/Psicologia). Foi possível verificar que por ser uma fase delicada, os jovens estão sujeitos a se envolverem em comportamentos autodestrutivos como a automutilação e o suicídio devido às dificuldades que ocorrem diante do enfrentamento de problemas dos conflitos internos e externos que vão surgindo ao longo dessa fase. Os problemas encontrados foram: baixa autoestima, insegurança, sensação de vazio, culpa, raiva, vergonha, dificuldade na formação da identidade, dificuldade na regulação da emoção, dificuldade na resolução e enfrentamento de problemas. Os transtornos psicológicos são a depressão e ansiedade, além dos fatores externos, como conflitos familiares, briga ou problema com os pais, abuso físico, emocional e sexual, traição de amigos e namorados, sentimento de desproteção, questões financeiras e bullying. Essas foram as características ressaltadas em relação as possíveis causas que levam o jovem a praticar os comportamentos de automutilação e suicídio. Formas de prevenção e tratamento pautam-se na abordagem Terapia Cognitiva-Comportamental, especialmente diante dos transtornos mais comuns, nesse caso, como o Transtorno Depressivo Maior e o Transtorno de Ansiedade Generalizada. A Terapia Cognitiva-Comportamental propõe o tratamento por meio da reestruturação cognitiva e da mudança de comportamentos. Ademais, o psicoterapeuta poderá trabalhar junto ao adolescente, a mudanças de crenças, por meio das estratégias de enfrentamento, regulação do afeto e/ou emoção e resolução de problemas para que o mesmo possa enfrentar de maneira mais adaptativa os problemas que surgirem ao longo do seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Adolescência. Comportamentos Autodestrutivos. Automutilação. Suicídio. Terapia Cognitiva-Comportamental.

DIAGNÓSTICO DA PSICOPATIA INFANTIL

Erica Valvasori Gonçalves; Erika Gabrielle Richieri; Marcia Gabriela Gonçalves Pereira; Isabella Unterrichter Rechtenthal

O presente trabalho é voltado para a área da patologia e psicopatia, tendo como enfoque o diagnóstico da psicopatia em crianças. Visamos aprofundar os estudos relativos a esse distúrbio que, na sociedade, é visto com certo tabu, embora trate-se de uma doença psicológica tão comum quanto a depressão. Os pressupostos teóricos que foram tomados como base permitem que tal estudo seja aprofundado, partindo-se da ideia de que comportamentos incomuns na infância, como a indisposição à interação social, podem estar encobrindo ou gerando um distúrbio grave como a psicopatia. No desenvolvimento serão abordados estudos sobre como a doença psicológica possui origem genética, como agem os psicopatas na infância e o que pode ocasionar psicologicamente a psicopatia, baseando-se na ideia de que os comportamentos antissociais que ocorrem na infância são protótipos de comportamentos delinquentes que poderão se manifestar só mais tarde vindo a assumir, inclusive, a forma de transtorno de personalidade. Sendo assim, a criança desenvolve essa patologia ou transtornos psíquicos graves como forma de defesa, por terem sido abusadas, rejeitadas e terem tido uma difícil história desde muito novas, por exemplo. Além disso, visamos aprofundar os estudos quanto às formas de lidar e/ou tratar a psicopatia. Portanto, o trabalho pretende ficar na área da psicologia infantil e proporcionar, se possível, a conscientização para pais sobre a importância do cuidado primário para com a criança e da atenção aos seus comportamentos. Pretende-se aprofundar esse estudo a fim de impulsionar o campo investigativo na área da psicologia infantil.

Palavras-chave: Psicopatia. Infância. Psicologia Comportamental.

OS LUTOS E PERDAS DAS FAMÍLIAS DESTITUÍDAS DO FILHO PARA ADOÇÃO

José Duarte das Neves Neto; Daiane Fernanda de Godoy; Maria Renata Machado Vaz Pinto Coelho Borrego

A destituição do poder familiar apresenta-se como algo complexo e não pode ser entendido de tal modo que não seja sistêmico. Este trabalho tem o objetivo de verificar os conflitos psicológicos e sociais que um sistema familiar é exposto diante desse episódio e quais iniciativas sociais são direcionadas a estas pessoas, ressaltando a importância da Assistência Psicológica nesse processo. Sendo assim, pretende identificar o sofrimento psíquico e emocional que os membros desse sistema familiar desenvolvem ao confrontarem-se com tal evento significativo. Destacar o papel do psicólogo no acompanhamento dessas famílias, e refletir sobre as políticas públicas e sociais que as envolvem se faz necessário. A maioria das iniciativas estão voltadas apenas à criança que foi destituída, no sentido de assegurar-lhe proteção e cuidado, tanto na disponibilidade de um abrigo, quanto na possibilidade da adoção, sendo assim, as famílias que foram destituídas acabam marginalizadas quando necessitam de apoio. Neste cenário, encontramos famílias denominadas resilientes e algumas outras em situação de vulnerabilidade, e ambas possuem em comum a exposição aos fatores de risco provocando a perda e provocado a partir da perda, que, as fazem responder segundo suas especificidades. Alguns estudos enumeram os principais fatores de risco que estas famílias vivenciam, são eles: baixo nível socioeconômico; discórdia conjugal severa; criminalidade paterna; famílias numerosas; institucionalização da criança; doença mental materna. Projetos sociais e leis constitucionais visam amparar a família, e quando essas leis e orientações não são cumpridas ocorre então a destituição do poder familiar. Diante dessa realidade, as famílias sofrem em diversos âmbitos, por isso, é imprescindível que o amparo social e psicológico seja realizado. Em muitos casos, as famílias deixam de cumprir seus papéis de protetores, educadores e são levados a tomar outras atitudes, sejam elas por escolha própria ou imposta pela Justiça. A família sofre o luto da perda, sofrem devido à destituição, com sentimentos de vergonha, culpa, entre outros, e sentem-se estigmatizadas. Importante lembrar que essas famílias possuem direitos que também precisam ser preservados e garantidos. O olhar do profissional de Psicologia precisa ser complexo, não se limitando a relação entre genitores e filhos, outrossim, deve-se ter uma visão mais ampla que também contemple as gerações anteriores (valores e costumes), além das redes de apoio. Enfim, entende-se que as iniciativas do Estado em auxiliar tais famílias, bem como garantir os meios básicos de subsistência, em muitos casos, encontram-se deficientes e contribuem para segregação e rompimento de vínculos familiares que são prejudiciais à saúde emocional das famílias nestas condições.

Palavras-chave: Famílias de risco. Adoção. Destituição. Lutos e perdas.

A ATUAÇÃO DO IDOSO NA SOCIEDADE E NA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

Claudenice da Silva Cardozo; Dimpna Sobrinho de Oliveira; Maria Renata Machado Vaz Pinto Coelho Borrego

O envelhecimento é um processo dinâmico e progressivo, em que ocorre modificações funcionais, bioquímicas e psicológicas. A família passa a ser responsável pelo cuidado com o idoso como forma de garantir-lhe qualidade de vida quando necessário, pois o envelhecimento está ligado à perda de autonomia e independência, limitando a habilidade de autocuidado do indivíduo. Envelhecer é uma ação natural que abrange uma das etapas da vida em que acontecem muitas mudanças psicológicas, físicas e sociais que atingem, de maneira particular, cada pessoa com sobrevivida prolongada. É uma fase em que, avaliando a própria existência, o idoso conclui que alcançou muitos objetivos, mas que também sofreu várias perdas, sendo a saúde destacada como um dos aspectos mais afetados. O

objetivo deste trabalho é analisar os papéis desempenhados pelo idoso nas novas configurações da família, apresentando as dificuldades envolvidas bem como cuidados e necessidades para manter a qualidade de vida no processo de envelhecimento. Para tal, o presente trabalho foi desenvolvido através de pesquisa teórica a fontes bibliográficas, livros, teses e dissertações, bem como pesquisas em fontes paralelas, revistas, Internet, mostrando o histórico do envelhecimento no decorrer dos anos. Assim, a psicologia percebe a família como um grupo, que tem características próprias, habilidade e competência para dar forma e significado às interações entre seus membros, além de se prolongar no tempo, construindo uma história que tem sequência a cada geração. Diante do que se apresentou até o momento, um grande grupo de idosos tem se mostrado ativo e o que podemos ver é a importância da família para que eles continuem com essa disposição, além da importância no papel de avós. Palavras-chave: Envelhecimento. Família. Qualidade de vida.

SUORTE PSICOSSOCIAL À JUVENTUDE EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE: INTERVENÇÃO JUNTO AOS USUÁRIOS DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL (CAPS) DO MUNICÍPIO DE PEDERNEIRAS/SP

Vanessa Laura Momesso; Elis Jordany Moraes Guimarães; Rinaldo Correr

Atualmente as questões relacionadas à juventude envolvem uma compreensão ampliada dos processos relacionados ao desenvolvimento, saúde e qualidade de vida. Na visão geral que ampara o olhar para os problemas que envolvem a população jovem, o discurso aponta para o conceito de sujeito de direitos, que está garantido pelos tratados internacionais, pela Constituição Brasileira e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em oposição às visões reacionárias que colocam as crianças e adolescentes como objeto de intervenção dos vários setores sociais e estatais. Nesse universo, este projeto está direcionado para a intervenção junto a este segmento populacional, que se encontra em condição de vulnerabilidade e risco, e que estão sendo vitimados pela negligência de cuidado e privação dos seus direitos básicos de vida com qualidade, educação, saúde, cultura e lazer (ECA). Como Objetivo geral este estudo buscou possibilitar ao estudante de psicologia o desenvolvimento e o exercício de habilidades e competências específicas por meio de um suporte teórico metodológico para aplicar ações de fundo interventivo e preventivo, buscando atender as necessidades das comunidades envolvidas. Nos Objetivos Específicos a meta foi: a) Identificar e trabalhar as necessidades de cada comunidade assistida pelo CAPS (Centro de Atenção Psicossocial); b) Possibilitar vivências e situações de escuta e interação; c) Avaliar resultados obtidos por meio da reflexão das dificuldades e dos avanços obtidos com o processo interventivo. Desta forma, foi analisado o contexto psicossocial no qual o indivíduo está inserido, para que as intervenções grupais ocorressem de acordo com a demanda atendida no território, sanando dúvidas, ressaltando o período do desenvolvimento do adolescente e promovendo a prevenção. Como metodologia, adotamos os seguintes passos: a) Definição dos grupos e dos locais para a formação de um espaço na comunidade para que, por meio da convivência semanal, os jovens convidados possam participar de atividades em grupo, com duração média duas horas e periodicidade semanal. Cada formação grupal oferecerá 15 vagas, que deverá ser preenchida de maneira voluntária, a partir das indicações feitas pela psicóloga responsável. As atividades com duração média de 2 horas, com periodicidade semanal, totalizaram de 4 encontros. Apoiada na psicologia institucional, os resultados parciais apontam para a ampliação das possibilidades de autonomia, elevação da autoestima e fortalecimento da identidade do público-alvo atendido. A intervenção ocorre sempre em grupos e segue uma rotina informal, semelhante a eventos do cotidiano vivido pelos participantes. Os resultados parciais deste estudo indicam que: a) o projeto em desenvolvimento é de fundamental importância para a formação profissional do psicólogo; b) a presença desta modalidade de intervenção psicológica, com ênfase na Psicologia Comunitária, é importante na oferta dos serviços que integram as Políticas Públicas de Assistência Social. Palavras-chave: Juventude; Psicologia; Vulnerabilidade.

O CUIDADO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR E EQUIPE COM FAMILIARES DE PACIENTES EM ESTADO TERMINAL: UM ESTUDO DE LUTO ANTECIPATÓRIO

Daiana Sousa Santos; Leonice Braga; Maria Renata Machado Vaz Pinto Coelho

O presente trabalho abordou o cuidado do psicólogo hospitalar e equipe com familiares de pacientes em estado terminal: um estudo de luto antecipatório, discutindo a atuação do psicólogo junto à equipe multidisciplinar na orientação e acolhimento dos familiares no enfrentamento das fases do luto. As fases são: a) choque, em que familiares não esboçam reação mediante ao recebimento do diagnóstico; b) a negação, em que esperam que os exames, por exemplo, possam estar errados e que o paciente não esteja doente; c) a ambivalência que neste momento significa que tanto a família quanto o paciente oscilam entre os sentimentos de aceitar ou continuar a negar a doença; d) revolta, manifestando um momento de agitação e raiva; e) negociação, quando procuram, através de promessas a Deus, por exemplo, a busca pela cura ; f) a depressão, que é um estágio de tristeza e isolamento por um período e g) aceitação e adaptação quando começam a perceber que não há mais o que ser feito, aceitando e procurando estar mais próximos reforçando o vínculo que existe entre eles. Com isso objetivamos compreender o papel do psicólogo hospitalar e a equipe multidisciplinar, agindo como mediador entre os familiares e/ou cuidadores e o paciente, assim como a maneira que o psicólogo aborda as necessidades no acolher, orientar, ouvir, e compreender este momento delicado, e doloroso. O trabalho se baseia em referencial bibliográfico coletado em artigos, revistas e livros, tendo como fonte de pesquisa as plataformas Google acadêmico, Lilacs e Scielo. O estudo apontou a necessidade da presença do psicólogo hospitalar em cuidados paliativos na orientação da equipe multidisciplinar, para o acolhimento dos familiares e/ ou cuidadores, para o alívio da dor e enfrentamento do luto antecipatório.

Palavras-chave: Luto antecipatório. Família. Cuidados paliativos. Psicólogos hospitalares. Borrego

A COMPULSÃO POR COMPRAS: ORIGEM, CAUSAS, FATORES E A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO TRATAMENTO

Luana Mariano; Patrícia Pelegrina Rosseto

A Compulsão por compras, também chamada Transtorno de Compras Compulsivas (TCC) caracteriza-se por provocar no indivíduo um impulso que ocorre de forma repetida e descontrolada levando o sujeito a fazer compras. Na sociedade moderna cada vez mais cresce o número de pessoas que adquirem objetos e depois os descarta, demonstrando assim que a relação do homem para com o consumo mudou. O ato de consumir é uma necessidade vital do homem, de modo que se torna um problema, quando foge dos limites e se torna um consumismo desenfreado, acumulando de forma exagerada grandes quantidades de bens materiais supérfluos causando dor e sofrimento ao comprador compulsivo. Ao longo dos anos a psicologia vem fazendo diversos estudos sobre o tema, e maneiras de lidar com o problema, levando em conta o crescimento do distúrbio. O presente trabalho objetiva conhecer a origem da compulsão por compras, suas causas e fatores, identificar as características do comprador compulsivo e compreender de que forma a psicologia pode colaborar no tratamento de compradores compulsivos. O trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisas em artigos científicos disponíveis em bancos de dados digitais, tais como Google Acadêmico, Scientific Electronic Library (SciELO), além de livros, revistas, periódicos e publicações acadêmicas. Após a pesquisa bibliográfica, todo material coletado foi selecionado e organizado de acordo com os objetivos. Os resultados mostraram que a Oniomania apresenta-se em comorbidade com a depressão, ansiedade e baixa estima. Foi possível notar fatores externos, como a influência da sociedade consumista, as estratégias de marketing das empresas, que atraem cada vez mais novos compradores e a falta de orientação a respeito do tema, como sendo elementos formadores de um conjunto de fatores que levam a compulsão por compras. Pode-se também compreender como a psicologia atua no tratamento dessa

patologia. De acordo com as pesquisas realizadas, apesar da Oniomania não ser descrita no Manual Diagnóstico e estatísticas de transtornos mentais (DSM-5), a psicologia vem buscando compreender os processos que antecedem as compras. O ato compulsivo de comprar afeta o indivíduo psicologicamente e socialmente gerando grandes danos pessoais e sociais. Dessa forma fica cada vez mais evidente a necessidade de informar a população a respeito das causas e tratamentos indicados para esse distúrbio. Palavras-chave: Compulsão por compras, Consumo. Comportamento compulsivo, Psicologia.

O PAPEL DO PSICÓLOGO JURÍDICO NOS CASOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL

Jéssica Rossi Roque; Fernanda de Araujo Melo; Vania Aparecida Borim Moretto Delpino

O processo de separação conjugal é um fator marcante na vida de uma família, especialmente, quando ocorre a alienação parental gerando um grande sofrimento aos filhos e muitos problemas para todos os envolvidos. Sendo assim o presente trabalho busca conhecer a atuação do psicólogo jurídico no envolvimento dos casos relacionados à separação conjugal, nos quais existem indícios de alienação parental, bem como analisar o conceito de família e suas transformações no que diz respeito à separação conjugal, apresentando a atuação do psicólogo jurídico e a síndrome de alienação parental e identificar as consequências da alienação parental na criança e no adolescente vitimado. A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa apresenta caráter descritivo, baseada em uma revisão bibliográfica por meio de artigos científicos, de banco de dados como Scielo, Google acadêmico, revistas eletrônicas, além de sites de grande relevância no quesito de pesquisas sobre o tema abordado. A seleção do material considerou como critério a área de atuação jurídica, trabalhos que apontavam as consequências da alienação parental e artigos na língua portuguesa. A partir desse estudo, foi possível verificar que, nesses casos, é necessária a inserção de profissionais qualificados para atuar e acompanhar de forma interventiva as famílias nos processos jurídicos. Diante dessas situações, e por meio das pesquisas desenvolvidas, vê-se a importância da inclusão e intervenção do psicólogo nos casos de Direito da Família, para amenizar consequências e promover o bem-estar da criança, que ao ter seus direitos infringidos, será a que mais irá sofrer com a situação. Apesar dos inúmeros materiais encontrados para a realização do trabalho, ainda existe a necessidade de mais pesquisas a fim de aprofundar melhor o tema, pois observou-se que o psicólogo jurídico contribui não só para a resolução do problema, mas também para a melhoria das condições psicológicas da criança, visto que enfatizará todos os seus direitos e qual a melhor medida a ser tomada frente a toda essa situação.

Palavras-chave: Alienação Parental. Psicólogo Jurídico. Famílias. Separação.

COMUNIDADE, ENVELHECIMENTO E SUPORTE PSICOSSOCIAL: INTERVENÇÃO JUNTO AOS IDOSOS INTERNOS DO ABRIGO PARA VELHOS DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SP

Luan da Silva Inacio; Tamiris Cristina Destro; Barbara Romano Guermandi; Rinaldo Correr

A expectativa de vida aumentou com o advento da tecnologia, e isto implicou em uma nova transformação, organização e reestruturação da sociedade. O envelhecimento não é caracterizado apenas por um processo, mas sim por vários processos de envelhecimento, sendo influenciado pelas especificidades do sujeito e do contexto em que este vive (gênero, etnia, nível social e cultural etc.). O presente trabalho teve o intuito de articular os conhecimentos teórico-metodológico à prática num espaço institucional, por meio de uma intervenção planejada, sistemática e amparada em procedimentos científicos. A instituição selecionada foi o Lar São Vicente de Paulo de Barra Bonita, situada na cidade de Barra Bonita/SP, cuja atuação é voltada a assistência social, material, intelectual, social e espiritual, em condições de liberdade e dignidade, a pessoas idosas, preservando a saúde física e mental dessas. Como objetivo geral, o projeto buscou analisar e compreender as diversas

situações vivenciadas pelos internos da entidade. A metodologia usada foi a entrevista individual e os dispositivos de dinâmica grupal. Observou-se que, dos 26 internos da instituição, 1 não se encontra em idade avançada (está na instituição somente para tratamento de uma doença), 1 frequenta o local apenas no período de tarde (mora com a família), 1 possui esquizofrenia e 11 possuem Alzheimer (de diferentes graus e complicações). Os processos interventivos apontam para a necessidade de se trabalhar o resgate dos vínculos familiares. Nos resultados, identificou-se que, nos internos que não recebem (ou recebem pouca) visita dos familiares, a demanda mais imediata é de acolhimento e interação social. A elevação da autoestima, e a expressão dos sentimentos de desamparo e abandono se apresentam como prioridade na intervenção psicológica. Nos internos que recebem satisfatoriamente a visita dos familiares, observou-se boa autoestima, facilidade em se comunicar e se expressar e autonomia da gestão dos próprios afetos e necessidades. Como conclusão, este estudo indicou que a interação, o apoio e a relação íntima familiar são de grande importância à qualidade de vida dos idosos, principalmente os que estão em instituições asilares. Assim, a reflexão e o autoconhecimento acerca da identidade, da autoestima e da história de vida (resgate bibliográfico), por meio de uma escuta empática e de atividades em grupo, além da autonomia, na qual, os próprios idosos estabeleçam uma rede social entre si, promovendo apoio mútuo, acolhimento, proteção, compartilhamento de experiências, representam o grande desafio para futuras intervenções. Palavras-chave: Idoso. Psicologia. Qualidade de vida. Abrigo para idosos.

PRINCIPAIS TRANSTORNOS DEPRESSIVOS NA ADOLESCÊNCIA E A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO

Guilherme Henrique de Oliveira; Adriana Campos Meiado

Os transtornos depressivos constituem um grupo de patologias com alta e crescente prevalência na população geral, sendo um grave problema. Conforme a Organização Mundial da Saúde, haverá, nas próximas duas décadas, uma mudança dramática nas necessidades de saúde da população mundial, pois doenças como depressão ou cardiopatias estão substituindo as doenças tradicionais. O interesse por investigar a relação entre jovem e depressão é novo, porque na década de 70 acreditava-se que fosse rara ou inexistente; só foi realmente reconhecida a existência da depressão na adolescência por volta de 1975. O presente trabalho objetiva apresentar os principais transtornos psicológicos na adolescência e a atuação do psicólogo neste processo, enfatizando a depressão nesse período. Esse estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica exploratória em que foram utilizadas as bases de dados Google Acadêmico, Scielo, com as seguintes palavras chaves: transtornos depressivos, depressão, adolescência. A manifestação dos transtornos psiquiátricos em adolescentes pode apresentar os mesmos sintomas que nos adultos, como humor irritado, perda de energia, empatia e desinteresse, retardo psicomotor, sentimento de culpa, perturbações no sono, principalmente hipersonia, alterações de apetite e peso, isolamento, uso abusivo de drogas ou álcool e dificuldade de concentração. Há diferenças nas manifestações entre adolescentes masculinos e femininos: as garotas relatam mais sintomas subjetivos, como sentimento de tristeza, vazio, tédio, raiva e ansiedade (elas costumam ter também, mais preocupação popularidade, menos satisfação com a aparência), enquanto os garotos relatam mais sentimentos de desprezo, desafio e desordem, e demonstram problemas de conduta como fugas de casa, violência física, roubos e abusos de substâncias. Pode-se concluir que os transtornos depressivos em adolescentes sofreram um aumento significativo nos últimos anos, tendo origem em variados fatores, sejam eles hereditários, ambientais, psicológicos, bem como abusos sexuais ou físicos. O psicólogo é de extrema importância no tratamento de transtornos depressivos, e a psicoterapia cognitiva comportamental focada nas causas cognitivas, procurando resolver o problema em si e não só os sintomas é essencial. A atuação do psicólogo nessa abordagem visa corrigir pensamentos distorcidos, irrealistas e automáticos, propondo que sejam substituídos por pensamentos saudáveis. Caso seja necessário, o tratamento também irá contar com uma ajuda psiquiátrica.

Palavras-chave: Transtornos depressivos. Depressão. Adolescência.

PSICOEDUCAÇÃO E JUVENTUDE: INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL JUNTO A PESSOAS QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL

Djnefer Borges dos Santos; Maria Antonieta Roselli Marson; Rinaldo Correr

203

A revisão da literatura especializada e as observações empíricas apontam para a correlação entre condições que envolvem pobreza material em comunidades periféricas e risco e vulnerabilidade apresentado pelas pessoas, especialmente aquelas mais jovens. Os recursos escassos e limitados, as condições econômicas, sociais e psicológicas representam indicadores que contribuem para a precarização da vida cotidiana e da diminuição das perspectivas de romper um ciclo de perpetuação da situação adversa, que envolveu também a geração precedente dessa juventude. A Constituição Brasileira e Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) responsabilizam o Estado e a Sociedade para a garantia dos direitos assegurados nas áreas de educação, saúde, trabalho e assistência social. No entanto, esse discurso legal e regulador das relações entre os indivíduos e a sociedade ainda estão muito distantes de uma aplicação efetiva e sendo negligenciados pela sociedade. Assim, este trabalho tem por objetivo intervir junto à comunidade jovem de um bairro do município de Pederneiras/SP para: a) oferecer um dispositivo de encontro e diálogo para a conscientização dos direitos e/ das possibilidades de transformação das condições postas; b) refletir sobre os limites e as possibilidades de uma ação transformadora para a diminuição da deterioração das condições de vida que se encontram atualmente. Como metodologia, utilizou-se o dispositivo grupal como estratégia de levantamento das necessidades e manejo das atividades para trabalhar nas temáticas emergentes entre os participantes. Desta forma, o grupo foi formado por 25 integrantes, direcionados pelo psicólogo local e pela equipe escolar, tendo 2 alunos de psicologia para intervenção. Com atividades de duração média de 2 horas, e os encontros ocorreram com periodicidade semanal e duração de quatro encontros. Os resultados demonstram que existe uma abertura do público jovem para o trabalho desenvolvido e a temática que se destaca é a da sexualidade. O envolvimento dos diversos serviços oferecidos pelas políticas públicas de assistência social (Programa Estratégias de Saúde Família, CAPSI, CRAS, CRES) favoreceram o acolhimento e bem estar entre o público atendido. Os processos grupais revelaram um aumento da consciência, que apontam para estereótipos menos cristalizados. Como conclusão este trabalho caracteriza-se como importante contribuição na formação de uma juventude mais consciente e autônoma, capaz de superar os limites objetivos de uma sociedade desigual e injusta, e vislumbrar caminhos que possam concretizar as possibilidades de viver com saúde, qualidade de vida e felicidade.

Palavras-chave: Psicologia Comunitária. Vulnerabilidade. Juventude.

O IMPACTO PSICOLÓGICO DA INFERTILIDADE FEMININA E O PAPEL DO PSICÓLOGO

Jéssica Corrêa Pinto; Débora Gomes dos Santos; Adriana Campos Meiado

A infertilidade feminina pode ocorrer por vários fatores e é necessária uma investigação para verificar a verdadeira causa do problema, podendo ocorrer devido a fatores genéticos, psicológicos e sociais. A questão da infertilidade pode causar um impacto na vida pessoal, social e relacional da mulher infértil, portanto faz-se necessário estudá-la. O presente trabalho tem como objetivo verificar o impacto psicológico da infertilidade feminina na vida pessoal, social e relacional da mulher, bem como identificar o papel do psicólogo frente a doença. Este estudo trata-se de uma pesquisa

bibliográfica pautada nas bases de dados Google Acadêmico e Scielo. A partir da literatura, foi possível verificar que o impacto psicológico da infertilidade feminina podem trazer a compreensão de que fatores psicológicos oriundos do estresse provocado pela infertilidade pode desencadear algumas comorbidades como a ansiedade, depressão e o estresse. Pelo fato de serem inféteis, essas mulheres se sentem incompletas, injustiçadas, e excluídas do meio social, pela inabilidade de não conseguirem realizar seu desejo, o de ser mãe, causando sofrimento a esta mulher, que via a gravidez como uma forma de realização de sua feminilidade. Através do estudo percebe-se que a ansiedade, o desgaste emocional e casos em que esta mulher desenvolve depressão na infertilidade tem uma merecida atenção especial, na qual é indicada a busca por ajuda com um profissional da saúde, no caso o papel do psicólogo para um trabalho de escuta e acolhimento psicológico diante deste problema.

Palavras-chave: Papel do psicólogo. Infertilidade feminina. Sexualidade. Maternidade.

ALUNOS E COLEGAS DA ESCOLA: OS PROTAGONISTAS DA INCLUSÃO

Bruna Michele de Godoy; Carla Aparecida Zotto dos Santos; Jéssica Stringhetta; Liara Rodrigues de Oliveira

Ao longo da história da humanidade preconceitos e discriminações balizaram a vida de pessoas com deficiências, sendo um enfrentamento presente na sociedade até a atualidade. Essas pessoas já foram classificadas como doentes, pecaminosas e indesejáveis até que a concepção de integração social e educacional ganhou destaque, evoluindo para a perspectiva da inclusão social, buscando uma sociedade e um sistema único de educação para todas as pessoas, independentemente de suas particularidades e singularidades. Na escola, a inclusão exige a transformação desse ambiente para que a pessoa com deficiência possa ter uma educação de qualidade, assegurando seu pleno desenvolvimento e aprendizado, além da socialização com os demais colegas da escola, visto que, só se pode falar de inclusão quando realmente existir uma efetiva interação entre pessoas deficientes e não deficientes. Além disso, apesar de os pais serem os principais agentes promotores da socialização primária de seus filhos, na maior parte das situações eles não protagonizam efetivamente esse papel, desencadeando ou acentuando a desagregação da pessoa com deficiência nos espaços sociais. Posto isso, o presente trabalho visa ressaltar a importância da inclusão de crianças com deficiência em escolas regulares e a aceitação desses alunos por seus colegas, favorecendo o processo de socialização e desenvolvimento tanto dos alunos com deficiência como, também, dos alunos não deficientes, além da eliminação de preconceitos e discriminações até então apresentados na sociedade. A pesquisa foi realizada na forma de revisão bibliográfica de literatura científica através da base de dados online Scielo e Pepsic. Identificou-se que a criança não aprende apenas com os pais mas, através da observação e da imitação, aprende na interação com as demais crianças, assim como a televisão, tornando-se, portanto, fundamental a participação dos alunos da escola e colegas de classe nesse processo de inclusão. Porém, nem sempre essa interação é aceitável por todos, inclusive pelos pais que, em alguns casos, apresentam preconceitos e preferem mudar seu filho considerado normal para outra escola a permitir a socialização deste junto a uma criança com deficiência. Assim, considerando as atitudes dos pais, talvez seja normal o estranhamento de seus filhos, visto que é um comportamento que pode ser observado e aprendido pela criança. É necessário aceitar e reconhecer a diversidade na vida e na sociedade, isto é, identificar que cada indivíduo é único, com suas necessidades, desejos e peculiaridades próprias, e reconhecer a escola como um espaço pluralizado que reflete e reproduz essa sociedade, pois é nesse lugar que os alunos entram em contato com a diversidade onde se estabelecem as relações humanas, a construção do olhar do eu, do outro e do mundo. Sendo assim, o cotidiano escolar pode favorecer ou inviabilizar o processo de respeito às diferenças e consideração ao outro, de modo a consolidar-se como inclusivo, ou ao menos aproximar-se dessa inclusão.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência. Criança com deficiência. Colegas da escola. Socialização.

SUBJETIVIDADE ASSEXUAL

Jackeline de Oliveira Fornaroli; Vinícius de Sousa Gomes; Isabella Unterrichter Rechtenthal

No decorrer das duas últimas décadas, o ser humano, inserido no mundo globalizado e afetado por esse, teve maior acesso a informações e contato com perspectivas distintas acerca de variados temas, entre eles a sexualidade. A distinção genérica inicial pautada apenas em masculino e feminino, bem como a orientação sexual, entre heterossexualidade e homossexualidade, sofreu transformações a partir do desenvolvimento e apresentação a novas formas de comportamento, orientação e relação entre sexos, vindo à tona a discussão a respeito da assexualidade, tema hoje conhecido pela sociedade, porém tratado ainda com tabu e ignorado por parte da população. Desse modo, este trabalho visa apresentar informações a respeito da assexualidade, abordando desde as definições necessárias para a compreensão geral do assunto, assim como a definição do que é ou não a assexualidade, considerando que a população ignora, geralmente, temas relacionados a essa questão. O projeto tomará como base de pesquisa perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas, abordando também a visão do senso comum perante o assunto, de forma que delimite claramente o aspecto científico a respeito da orientação sexual conhecida como assexualidade. O foco da pesquisa se direciona a uma forma de expor o conceito de uma das orientações sexuais, de modo que amplifique a compreensão da pluralidade da diversidade humana. A pesquisa busca também, apresentar de forma diversificada características a respeito de pessoas que se autodenominam como assexuais. Por fim, utiliza-se dos conceitos sexuais e de gênero para, de certa forma, demonstrar como a sociedade acaba pré definindo padrões para o comportamento humano.

Palavras-chave: Subjetividade Assexual. Libido. Assexualidade. Disfunção Sexual.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NOS DIAS ATUAIS

Pamela Carolina Ferreira Fernandes; Rosangela de Oliveira Raimundo; Vania Aparecida Borim Moretto Delpino

Violência vem do latim *Violentia*, que significa caráter violento ou bravio, ou seja, violência é o vigor, potência e impulso que traz a ideia de excesso e de destemor. Mais que uma simples força, pode ser conceituada como próprio abuso da força. Segundo a Organização Mundial de Saúde, a violência doméstica pode acontecer em diferentes espaços da sociedade, independente da etnia da pessoa, da condição social que ela possui, idade e nível de desenvolvimento do país. No Brasil, 175 mil mulheres são espancadas por ano, quatro a cada minuto e uma a cada 15 segundos. Na maioria dos casos, o agressor dessa mulher é a pessoa com a qual ela mantém vínculo afetivo e que mora com ela. A violência doméstica vem sendo construída historicamente dentro das famílias e da sociedade, pois sempre se viu a mulher como uma figura frágil e submissa ao homem e que teria que obedecê-lo por ser ele quem provia o sustento da casa e dos filhos. Com o avanço dos anos, o papel da mulher na sociedade mudou, mas o conceito que foi construído sobre ela historicamente, de frágil e submissa, ainda vem sendo utilizado. Assim, objetiva-se obter conhecimento sobre o aumento do índice de agressões e homicídios contra a mulher nos dias atuais. O trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica e leitura de artigos relacionados ao tema. A violência cometida contra a mulher é um fenômeno histórico que dura milênios, pois a mulher era tida como um ser sem expressão, uma pessoa que não possuía vontade própria dentro do ambiente familiar. Nos dias de hoje já houve um grande avanço, inclusive com a implementação da Lei Maria da Pena que protege a mulher contra a violência. Segundo a Lei, existe cinco tipos de violência: sexual, moral, psicológica, patrimonial e física. O

psicólogo tem papel fundamental para ajudar essa mulher a conseguir sair desse relacionamento abusivo, pois é esse profissional que vai fazer o acolhimento dessa e escuta sua história de maneira neutra e sem julgá-la, e que também pode orientá-la sobre o que se pode fazer para que a pessoa que a agride se mantenha afastada, bem como quais locais que podem lhe oferecer ajuda.

Palavras-chave: Violência doméstica. Mulher. Direitos.

INTERVENÇÃO NO PROCESSO DE APRIMORAMENTO EM LIDERANÇA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Helena Trevisanuto Lucatto; Sandra Correia Nunes; Angélica Cristina Pontalti; Maria Madalena Lazari Kawashima

A vitalidade de uma empresa está nas pessoas que lá trabalham, pois são elas quem refletem e estabelecem procedimentos e objetivos, tomam decisões, inovam. Desta forma, compreende-se a importância da gestão de pessoas dentro de uma organização, valorizando o processo de formação de líderes para proporcionar maior desenvolvimento intelectual e um ambiente de trabalho mais fértil e harmonioso. Esses profissionais enfrentam diversas barreiras para evitar conflitos, podendo priorizar um ambiente acolhedor e propício para desenvolver a criatividade e habilidades de todos os membros da equipe. Sendo assim, uma boa liderança gera desenvolvimento para toda a empresa, neste sentido, as grandes organizações buscam líderes eficientes. A liderança na atualidade não é mais vista como algo inato, mas algo que pode ser desenvolvido através de treinamento, por exemplo, pois o que fará um líder competente é um excelente treinamento e sua disposição para tal. Objetiva-se explorar a prática da psicologia organizacional dentro de uma empresa de médio porte, através da realização de treinamento de liderança, buscando auxiliar o desenvolvimento desta empresa e de seus líderes. Para o desenvolvimento foi realizado um treinamento de liderança com todos os líderes de uma metalúrgica do interior do estado de São Paulo. O treinamento foi dividido em cinco encontros nos quais foram discutidos temas pertinentes ao ser líder, tendo duração de 40 a 50 minutos. Primeiramente, nos encontros, foram apresentadas diversas teorias pertinentes aos temas relacionados à liderança, juntamente com dinâmicas que proporcionaram diversas discussões aos participantes. Ao final do treinamento, foi realizado um questionário de satisfação. Durante o treinamento, foi perceptível grande interesse dos líderes, bem como a disposição e mobilização de toda empresa para que os treinamentos ocorressem. As dinâmicas causaram grandes discussões, possibilitando a identificação dos líderes mais retraídos e os mais extrovertidos. Foi identificado também que a questão de comunicação necessita de aprimoramento dentro da empresa. Os resultados da avaliação do treinamento foram de grande valia para as estagiárias, visto que houve algumas críticas e sugestões para melhorias, bem como a maior parte dos líderes acreditaram que o treinamento foi de grande valia para todos. Conclui-se que há sempre a necessidade de treinamento para obter-se líderes eficientes, bem como para desenvolver algumas de suas habilidades.

Palavras-chave: Psicologia organizacional. Treinamento. Liderança

A AUTOESTIMA DA MULHER E A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

Maria Tereza Biazetti; Vania Aparecida Borim Moretto Delpino

O presente estudo constitui-se de uma pesquisa bibliográfica em torno de autores clássicos e contemporâneos, além de revistas e artigos sobre a temática da autoestima feminina e as suas relações com a violência intrafamiliar, buscando entender as implicações presentes e que interferem no processo de construção de autoimagem e autoestima da mulher, sua subjetivação ao longo da história e na atualidade, bem como suas especificidades. Desta forma, objetivou-se dar maior visibilidade ao

tema, tendo em vista a forte presença dessa forma de violência que se abate sobre a mulher. Objetivamos identificar o processo de construção da autoestima e auto imagem humana e, em especial, a feminina, e os diferentes fatores que a constituem e a caracterizam. Além disso, buscamos aprofundar os conceitos teóricos acerca da família ao longo do processo histórico e identificar os diferentes tipos de violência que se desenvolveram ao longo do tempo e nas sociedades contemporâneas, em especial a violência psicológica e a negligência intrafamiliar e suas possíveis implicações no processo de construção da autoestima feminina, assim como as consequências negativas que dela advêm. Este trabalho será desenvolvido através de pesquisa e estudo do tipo exploratório e bibliográfico, com análise integrativa e qualitativa da literatura disponível em bibliotecas convencionais e virtuais com compilação da bibliografia já publicada sobre o assunto, em forma de livros, revistas e artigos já escritos sobre o tema escolhido.

Palavras-chave: Autoestima. Mulher. Família. Violência intrafamiliar.



ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA

AS CONTRIBUIÇÕES DA LINGUAGEM MUSICAL PARA O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Michelle Delfito; Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli

O presente trabalho tem como tema apresentar as contribuições da linguagem musical para o processo ensino-aprendizagem, sendo que música afeta cada indivíduo de forma singular e em vários âmbitos, que por sua vez faz o próprio indivíduo se apropriar da melhor forma que lhe convém, isto é, a música pode ser explorada das mais diversas formas e sentidas por meio de diferentes emoções (ABREU, 2007). Na atualidade, certos autores como Ferreira (2007), Santos (2014), Ciniro (2015), entre outros discutem sobre como a linguagem musical pode estar atrelada ao processo de ensino-aprendizagem, para que esse se torne um recurso mais explorado no universo escolar. Partindo do questionamento sobre as contribuições que a linguagem musical pode trazer para o processo de ensino-aprendizagem, percebe-se que através dessa linguagem trabalhamos outras habilidades nos alunos, como comunicação e criatividade e isso pode beneficiar o processo de ensino-aprendizagem. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar os meandros da linguagem musical e suas possibilidades de utilização no contexto escolar e objetivo específico, verificar como a linguagem musical pode ajudar a tornar mais dinâmico o processo de ensino e aprendizagem. Para a elaboração desse trabalho foi realizada revisão sistemática bibliográfica por meio de bases de dados de caráter qualitativo, foram obtidos para uma primeira revisão artigos de periódicos e livros por meio de bases de dados Scielo, Pepsico e Bando de teses Capes, sendo considerados artigos publicados na língua portuguesa, neste sentido, este estudo visa constatar como a linguagem musical pode contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, fazendo com que esse processo se torne mais eficiente e dinâmico. Os resultados permitiram entender que através dessa linguagem trabalhamos outras habilidades nos alunos, como comunicação e criatividade além dos conteúdos e isso pode beneficiar o processo de ensino-aprendizagem. A música traz consigo uma linguagem que é muito eficaz para ser utilizada no aprendizado, porém como sugere Cardoso (2013) o profissional que irá aproveitar desse recurso tem que estar preparado para lidar com as situações que a música traz para a sala de aula, já que através da música as emoções se tornam mais evidentes. Quando a linguagem musical é trazida para o processo de ensino-aprendizagem, o conteúdo que está sendo passado se torna interdisciplinar, pois a música trabalha variados aspectos do ser humano, trabalha a subjetividade de cada um (CORREIA, 2009). Constata-se uma contribuição significativa da linguagem musical para a aprendizagem, pois ficou evidenciado que a linguagem musical não trabalha somente a dimensão acadêmica dos alunos, mas sim outras habilidades que podem ajuda-los nesse processo de ensino-aprendizagem onde haja mais interação, onde as crianças aprendam os conteúdos acadêmicos e também habilidades que irão ajuda-las no decorrer da sua vida, tornando assim uma melhor e mais completa e ampla aprendizagem, nunca deixando para traz os conteúdos essenciais para as crianças e sempre desenvolvendo a criatividade e as relações sociais.

A IMPORTÂNCIA DA PSICOPEDAGOGIA NA AVALIAÇÃO E MANEJO DO TRATAMENTO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH)

Lucimara Barbosa; Fabio Henrique Pinheiro

Devido à recente proliferação de diagnósticos de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), os critérios diagnósticos têm sido revisados frequentemente, bem como os processos avaliativos têm se tornando cada vez mais rigorosos a fim de fornecer maior eficácia e exatidão (ROCHA; ROCHA, 2017). Ainda que atualmente se fale muito acerca do TDAH, o diagnóstico costuma suscitar muitos receios e dúvidas quanto ao manejo adequado nas famílias, bem como no desenvolvimento escolar. O diagnóstico e o tratamento da criança com esse transtorno é sempre realizado de forma multidisciplinar, com a participação de profissionais da medicina, psicologia, fonoaudiologia e psicopedagogia (CORREIA; LINHARES, 2014). Este trabalho tem como objetivos caracterizar o TDAH e discorrer acerca das possíveis intervenções psicopedagógicas com o aluno, família e escola. Pretende-se também proporcionar informações e orientações acerca do TDAH e de estratégias de manejo para famílias e profissionais da educação. Para se atingir os objetivos pretendidos, procedeu-se à consulta à literatura da área, em bases de dados científicas, Scielo e Bvspsi. Dessa forma, conclui-se que o TDAH se não for tratado adequadamente pode ser prejudicial para a vida do indivíduo acometido pelo transtorno, bem como para de seus familiares, causando prejuízos nos aspectos cognitivos, psicológicos e sociais. Atualmente, com a tendência à medicalização excessiva, o primeiro, e às vezes único, tratamento a que se recorre é o farmacológico. Apesar da medicação em muitos casos de TDAH ser necessária, há outros tipos de intervenções fundamentais para o manejo do transtorno, como o tratamento psicoterápico, fonoaudiológico e psicopedagógico.

Palavras-chave: Psicopedagogia. TDAH. Diagnóstico.

A RELAÇÃO ENTRE DESENHO E LINGUAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Caroline Ninno Tumiotto; Elaine Cristina Gardinal Pizato

Antigamente o desenho já fora utilizado como uma forma de comunicação para os homens de Neandertal, através de pinturas rupestres encontradas nas paredes das cavernas. Após longos anos, este mesmo instrumento passou por importantes transformações contribuindo de maneira expressiva na construção da linguagem e na evolução do tempo, tanto no mercado de trabalho, quanto na formação pessoal da cidadania no mundo todo. Na Educação Infantil, assim como na história da humanidade o desenho é visto como requisito necessário nas mãos dos educadores, os quais são capazes de estimular e mediar de forma lúdica e significativa, o desenvolvimento da linguagem nos alunos desde os primeiros rabiscos produzidos por eles. Este caminho levará o indivíduo a perpetuar o seu futuro de forma qualitativa, tornando-se um cidadão compreensivo de seus direitos e valores perante a sociedade. O presente estudo visa analisar a contribuição e a importância do desenho na construção da linguagem na Educação Infantil. Para desenvolver a pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica, através de livros e artigos científicos. A busca de material na área demonstrou que este trabalho será coerente se os professores permanecerem sempre atualizados, buscando novos métodos de contribuição para que o processo de ensino e aprendizagem, tendo o desenho como base, além da comunicação, atendam as necessidades dos estudantes. Revelou também que sempre quando necessário à escola terá como principal papel encaminhar estes alunos para o tratamento especializado, dentre eles o psicopedagógico, o qual deverá estar atrelado a uma equipe

multidisciplinar, a fim de facilitar o desenvolvimento de cada indivíduo em todas as suas especificidades. Portanto, deve-se reconhecer que as políticas públicas, instituições escolares, profissionais especializados e familiares devem permanecer sempre unidos, a fim de que, juntos consigam observar a criança e o seu processo de desenvolvimento, buscando formas de avaliação como o desenho, qualificando assim o futuro deste indivíduo.

Palavras-chave: Desenho. Linguagem. Educação Infantil. Psicopedagogia.

A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS NO APRENDIZADO DE CRIANÇAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Tamires Daiane da Silva; Elaine Cristina Gardinal Pizato

Os jogos e brincadeiras estão presentes em nossa sociedade desde os primórdios, sendo que cada sociedade interpreta e as transmite de formas diferentes, isso acontece devido à diferença cultural que há nelas. Representa-se aqui a importância que os jogos têm frente ao aprendizado de alunos do ensino fundamental, bem como sua contribuição para o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças. Para isso, investigou-se a evolução no ensino como um todo no Brasil a partir da década de 70, até os dias atuais; o que mudou e melhorou na transmissão do conhecimento, e a importância das ferramentas lúdicas aliadas ao processo de ensino e aprendizagem. O objetivo do estudo é fortalecer o processo de ensino e aprendizagem entre alunos do ensino fundamental, por meio de atividades lúdicas, como jogos e brincadeiras. Para a elaboração do presente projeto, recorreu-se a endereços eletrônicos tais como a BVS-PSI e o Google Acadêmico; recorreu-se também a livros com a temática em questão. Ao realizar este estágio, e utilizar várias atividades de cunho lúdico com jogos e brincadeiras, pode-se identificar vários resultados positivos como o fortalecimento do trabalho em grupo; compreender, lidar e se adaptar ao meio social; o desenvolvimento do raciocínio lógico; aprendizagem e internalização de regras; aprender ou lembrar nomes de formas geométricas; realizar operações matemáticas; e o engajamento de alunos considerados com dificuldades ou desmotivados. É notável a influência positiva que os jogos têm sobre o processo de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento físico e cognitivo infantil. Devido aos achados, salienta-se a importância dos jogos não só no desenvolvimento infantil e na transmissão do conhecimento, mas também para detectar possíveis dificuldades e em casos mais extremos, como um transtorno de aprendizagem.

Palavras-chave: Desenvolvimento humano. Ensino fundamental. Jogos. Brincadeiras.

A IMPORTÂNCIA DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Kátia Silvana Ferreira Marmontel Voltolim; Fabio Henrique Pinheiro

O processo de desenvolvimento da leitura e da escrita é complexo e requer um conjunto de conhecimentos que deve ser adquirido gradativamente pela criança. Muitas vezes esse processo é prejudicado, seja pela forma de pronúncia das palavras, seja pela efetiva falta compreensão vocabular. A consciência fonológica é um dos meios que podem ser utilizados na construção da aprendizagem. Resta comprovado por especialistas e estudiosos que quando a criança tem a pronúncia comprometida, sua leitura e escrita sofrem prejuízos, o que pode retardar o amadurecimento e a aprendizagem de habilidades importantes neste processo. É preciso perceber se a criança conhece o som do fonema para fazer a leitura e nesta fase do aprendizado é necessário dedicar cuidado especial à atenção que a criança dispensa, pois cada indivíduo tende a demonstrar atenção para fatos que lhes são significativos, pois desde tenra idade a criança apresenta curiosidades e preferências. É importante enfatizar que mesmo sendo comum a criança aprender a ler antes de escrever, a reciprocidade neste

processo é preponderante, pois embora a criança consiga desenhar as letras só conseguirá dar sentido à sua escrita quando souber ler o que escreveu. A estimulação da capacidade de percepção fonética tende a obter melhor resposta à medida que a atividade tenha sentido e desperte a curiosidade da pessoa em acompanhamento. Diante das dificuldades de muitas crianças, inúmeros estudiosos pesquisaram e desenvolveram atividades as mais diversas, para trabalhar a consciência fonológica de modo eficaz, bem ainda desenvolver e ajudar nas dificuldades diagnosticadas. Relevante, sempre, que todos os profissionais envolvidos no processo estejam em sintonia para realizar um tratamento coerente e eficaz.

Palavras-chave: Consciência fonológica. Alfabetização. Aprendizagem.

DISLEXIA, INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA E EM SALA DE AULA

Glaucia Eugenio Lages; Fabio Henrique Pinheiro

Diante das diversas causas do baixo rendimento escolar se encontram os transtornos e as dificuldades de aprendizagem, os quais têm sido confundidos, quanto ao seu significado. Dentre os transtornos de aprendizagem se encontra a dislexia, que tem sido alvo de pesquisas e discussões com professores e psicopedagogos, sendo analisadas desde as dificuldades próprias desta condição, até as orientações referentes ao trabalho em sala de aula com escolares disléxicos. O objetivo deste estudo é apresentar aspectos da identificação e intervenção precoce de crianças com risco à dislexia e a importância da equipe multidisciplinar para o diagnóstico e intervenção, provendo posteriormente orientações psicopedagógicas para o trabalho com estes escolares. Sua metodologia baseia-se em uma revisão bibliográfica de estudos sobre a dislexia, partindo da definição desse transtorno, sinais precoces que merecem atenção, os critérios para o diagnóstico descritos no DSM-V e procedimentos e intervenções comumente utilizadas. São analisadas as potencialidades desses escolares assim como os fatores que prejudicam seu desenvolvimento, tal como estratégias ou metodologias ineficientes utilizadas em sala de aula. Busca-se assim instrumentalizar o professor para que este possa adequar sua atuação conforme o diagnóstico e as dificuldades apresentadas pelo escolar, visto que os métodos utilizados com disléxicos auxiliam também outros alunos que estão iniciando a alfabetização ou apresentam risco para dislexia, possibilitando a redução dos prejuízos relacionados a dislexia ou até mesmo das dificuldades de aprendizagem. Nessa perspectiva o psicopedagogo institucional pode junto ao professor realizar esse trabalho de prevenção no ambiente escolar, o instruindo para que a aprendizagem realmente aconteça.

Palavras-chave: Dislexia. Intervenção. Aprendizagem.

O JOGO COMO INSTRUMENTO MEDIADOR EM INTERVENÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS VOLTADAS PARA A MATEMÁTICA

Bruna Mendes Gerotti; Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli

Esta pesquisa tem como tema principal o jogo como instrumento mediador para a superação das dificuldades matemáticas, utilizados nas situações de intervenções psicopedagógicas. Trata-se de uma pesquisa que caracteriza-se como bibliográfica e exploratória, realizada a partir de livros e artigos científicos. Tem como objetivos específicos: analisar o ensino tradicional da matemática; discutir a importância do jogo no ensino da matemática; investigar o uso do jogo nos atendimentos psicopedagógicos como um recurso para a superação das dificuldades matemáticas; e apresentar algumas sugestões de jogos como auxílio na construção do saber matemático. Na primeira sessão, foi visto que o ensino tradicional da matemática traz consigo a concepção que é um saber pronto, cujo ensino ocorre pela memorização, repetição mecânica de exercícios e que privilegia o uso de regras. Ocorrendo de tal maneira, a matemática deixa de ter seu papel primordial, que é o desenvolvimento

das estruturas do raciocínio lógico-matemático. Esse ensino tradicional da matemática, que podemos defini-lo como impessoal, tem-se apresentado ineficiente. Em um segundo momento, pensando em práticas que dinamizem o ensino-aprendizagem da matemática, o jogo mostra-se como uma ferramenta interessante para romper com o caráter rígido, assustador e selecionador que a matemática se mostra aos escolares. O uso de jogos no ensino da matemática permite o aluno deixar de ser um simples receptor de conteúdos e passa a ser um sujeito ativo, pois interage e participa do próprio processo de construção do conhecimento. Na terceira sessão, foi investigado o uso do jogo nos atendimentos psicopedagógicos como um recurso para a superação das dificuldades matemáticas. Utilizando o jogo como recurso, as sessões psicopedagógicas podem se tornar mais prazerosas e produtivas. Isso ocorre pelo fato de que, no ensino da matemática, é primordial que o escolar esteja envolvido no processo de maneira ativa, com recursos diversificados que despertem o interesse pelo conhecimento. Se o aluno tiver interesse, esse é o primeiro passo para a criação de vínculo entre o escolar e o conhecimento, essencial para que o indivíduo com dificuldades de aprendizagem reverta essa situação. Com o desenvolvimento da pesquisa, percebeu-se que a utilização de jogos no ensino da matemática rompe com a ideia de um escolar passivo que recebe os conteúdos e memoriza, para um sujeito ativo e protagonista, visto que ele interage e participa do próprio processo de construção do conhecimento. Sabendo-se que o grande desafio do psicopedagogo é promover ou resgatar o vínculo do sujeito com o aprendizado, o jogo apresentou-se como um mecanismo útil para mediar os atendimentos psicopedagógicos com enfoque na matemática. Desfrutando dos jogos como recurso, as sessões psicopedagógicas se distanciam dos padrões escolares e a aprendizagem se torna algo prazeroso. Para finalizar, mas não concluir, foi selecionado alguns jogos para instigar nos psicopedagogos a vontade de utilizá-los como auxílio na construção do saber matemático. Em síntese, defendemos nesta pesquisa que é premente resgatar nos alunos o desejo de aprender (aqui, mais especificamente o desejo de aprender matemática), e tomamos como grande aliado nessa tarefa o uso de jogos, essencialmente porque propicia a motivação.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Jogos. Matemática.

POSSÍVEIS TÉCNICAS PARA A PSICOPEDAGOGIA CLÍNICA

Aline de Lima Ramos da Silva; Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli

A Psicopedagogia, segundo Bozza (2000) é uma ciência que surgiu há pouco tempo e que procura ajudar pessoas com dificuldade de aprendizagem, utilizando os conhecimentos da Psicologia e a Pedagogia e outras ciências, que se uniram para entender os problemas de aprendizagem, atuando dentro e fora da escola, auxiliando a pessoa, a família e a escola a trabalharem no sentido de minimizar os problemas de aprendizagem e ajudando a pessoa em seu desenvolvimento integral. Barbosa (2001) afirma que o processo de aprendizagem não acontece em linha reta, mas é um traçado acidentado, no qual se encontram picos de alturas variadas, com pontos positivos e negativos. Assim, a Psicopedagogia oferece suporte para a família e para a escola a fim de ajudar no desenvolvimento da pessoa. Santos (2016) afirma que para conseguir sucesso o psicopedagogo deve construir projetos para a prática clínica individual e grupal e desenvolver projetos institucionais relacionados à escola. No campo clínico, o trabalho do psicopedagogo é cuidar de um problema que já está instalado ou de forma preventiva, quando atua no sentido de impedir que um problema se instale ou impedindo que ele aumente. Uma das técnicas utilizadas para ajudar nesse processo são as atividades lúdicas. Vygotsky (1991) defendia a utilização dos jogos na vida da criança, por ajudarem a desenvolver a capacidade da imitação e da criatividade. O objetivo do trabalho é analisar o que é a aprendizagem, os fatores que prejudicam esse processo e as técnicas que podem ajudar no atendimento da Psicopedagogia Clínica. O trabalho é uma pesquisa bibliográfica que utiliza livros e artigos científicos publicados em revistas e sites especializados. Os resultados aos quais se chega com a pesquisa é que a família e a escola precisam do apoio do psicopedagogo para ajudar as pessoas que apresentam dificuldade de aprendizagem. A partir do diagnóstico deve ser elaborado um programa de trabalho,

utilizando atividades lúdicas para ajudar a criança em seu desenvolvimento. A conclusão após a realização da pesquisa é que as pessoas que sofrem com as dificuldades de aprendizagem podem melhorar seu desempenho através das atividades propostas e da parceria entre família, escola e psicopedagogo. Assim, conclui-se que a aprendizagem se torna mais eficaz quando todos os envolvidos no processo utilizam as técnicas corretas para ajudar a pessoa com dificuldade de aprendizagem.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Multidisciplinaridade. Aprendizagem. Técnicas.

CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DO PSICOPEDAGOGO INSTITUCIONAL

Karina Aparecida Ramos da Silva; Fabio Henrique Pinheiro

Muitos são os fatores que influenciam na aquisição de conhecimentos, principalmente durante o processo de alfabetização. Contudo essa apropriação de conhecimentos nem sempre ocorre de maneira linear e durante processo de alfabetização as dificuldades podem se fazer presentes. Em ambiente escolar muitas vezes o docente se encontra em meio a inúmeras dificuldades no que se refere ao aprendizado dos educandos, diante disto, um trabalho multiprofissional se faz de fundamental importância para lidar com as possíveis lacunas existentes em âmbito escolar. Dessa forma o trabalho psicopedagógico em cunho institucional se faz pertinente, pois este profissional embasado em métodos e técnicas específicas pode oferecer orientações adequadas aos docentes e contribuir de maneira preventiva para a superação de dificuldades de aprendizagem e resgate do vínculo com o ambiente escolar e com a aprendizagem, contribuindo efetivamente para o êxito educacional desses escolares. Muitos estudos destacam a consciência fonológica com uma das bases essenciais para a alfabetização pois esta, possibilita a percepção e reflexão sobre a estrutura da língua favorecendo e estimulando a aprendizagem em pré escolares. Mediante a isto, este artigo que se apresenta procura investigar a importância do estímulo a consciência fonológica na Educação Infantil, enfatizando que este trabalho de estimulação da consciência fonológica na Educação infantil deve preconizar a utilização do lúdico, condizendo com a faixa etária deste público alvo em questão, tornando-se um recurso prazeroso e valioso na aprendizagem durante a Educação Infantil. Por meio de estudo bibliográfico percebeu-se uma relação de reciprocidade entre o estímulo da consciência fonológica e o aprendizado da leitura e escrita nas séries subsequentes.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Consciência fonológica. Ludicidade.

O OLHAR PSICOPEDAGÓGICO PARA O ENSINO E O GRAU DE COMPRESSÃO DA LEITURA PARA O PORTADOR DE TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA

Analucia Neves Santana Foganholi; Fabio Henrique Pinheiro

A aprendizagem da leitura e compreensão de textos das crianças portadoras do TEA é uma tarefa difícil para elas. Os procedimentos interativos e de desenvolvimento da linguagem se distanciam de suas necessidades, por outro lado as práticas psicopedagógicas dão maior visibilidade e apoio nas condições dos processos de ensino/aprendizagem e das particularidades de desenvolvimento cultural dessas crianças, pois o autista requer uma análise básica multidisciplinar e ações específicas por parte de cada profissional envolvido com suas intervenções e aprendizado, justamente por depender de fatores relacionados ao comportamento e sociabilidade, aspectos cognitivos e afetivos. A interpretação de texto, em especial, exige um grau de entendimento sobre o que se lê, seja o texto verbal ou não verbal, por isso a Psicopedagogia tem também a finalidade de agenciar, mediar e facilitar tal aprendizagem desses indivíduos, para que o artifício do ensino da leitura e sua compreensão nos portadores do Espectro obtenham resultados positivos de caráter prático.

Palavras-chave: Autismo. Psicopedagogia. Leitura. Compreensão.

A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Alessandra de Lima Ramos Souza; Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli

O presente estudo e pesquisa constituem uma ferramenta para o trabalho psicopedagógico institucional na comprovação de que não há dicotomia entre cognição e afetividade, sendo possível compreender que estes dois elementos são indissociáveis na apropriação do conhecimento pelo sujeito. Este trabalho apresenta uma reflexão teórica sobre a relação entre afetividade e aprendizagem no processo de desenvolvimento infantil a partir das contribuições dos estudos realizados por Wallon. e também visa elucidar no conceito geral de como se dá o desenvolvimento infantil, como também reiterar que os desenvolvimentos intelectuais e afetivos estão intimamente interligados a experiências afetivas que são vivenciadas pelo sujeito com o objeto de conhecimento e no espaço onde estas se efetivam e serão fatores determinantes para possibilitar o pleno desenvolvimento da sua aprendizagem promovendo-as ou configurando as dificuldades e impedimentos à este processo, no momento que essas experiências forem negativas. Desta forma, pode-se afirmar que as relações de mediação a serem realizadas pelo professor, durante as atividades pedagógicas, devem ser sempre permeadas por sentimentos de acolhimento, simpatia, respeito, carinho e apreciação, além de compreensão, aceitação e valorização do outro. Tais sentimentos não só marcam a relação do aluno com o objeto de conhecimento, como também afetam a sua auto imagem, favorecendo a autonomia e fortalecendo a confiança em suas capacidades e decisões. Concluindo este, se compreendeu que o ato de ensinar e o de aprender envolvem certa cumplicidade do professor a partir do planejamento das suas aulas e ainda do seu compromisso com ato de educar hoje para não punir amanhã. Palavras-chave: Desenvolvimento Infantil. Aprendizagem. Afetividade.

AMBIENTE ESCOLAR E TDAH: ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM

Maria Caroline Serrano de Miranda; Elaine Cristina Gardinal Pizato

O transtorno de déficit de atenção /hiperatividade (TDAH), é o transtorno mental mais diagnosticado em crianças, estima-se que está presente em 7% das crianças no Brasil, é considerada, junto com a dislexia, a principal causa de fracasso escolar. Neste meio, pode-se considerar que há poucos profissionais qualificados para diagnosticar e identificar os sintomas do mau comportamento dos portadores de TDAH, as dificuldades que as crianças apresentam como falta de atenção dificuldade em seguir ordens e ainda podendo apresentar esquecimento. O presente estudo tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica para demonstrar as dificuldades enfrentadas por crianças e adultos com Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) na escola, família e sociedade. O que verdadeiramente é sabido dizer, é que há anos se vem estudando sobre esse assunto e que são poucas as pessoas que sentem a necessidade de conhecer se aprofundar sobre o significado do TDAH, fazendo assim, com que tal transtorno seja negligenciado por muitos, e deixando também o preconceito arraigado em nossa sociedade a respeito do conhecimento verdadeiro sobre o Transtorno acometido. Durante o processo de aprendizagem o educador deve realizar atividades menos complexas e adaptadas à capacidade de cada aluno. Essa pesquisa mostra que a família tem um papel muito importante na formação do indivíduo que apresenta TDAH/transtorno de déficit de atenção/Hiperatividade sendo vital para o relacionamento pessoal e social tendo peso significativo na formação do indivíduo.

Palavras-chave: Transtorno de Déficit de Atenção. Escola. Psicopedagogia.

O PSICOPEDAGOGO COMO ALIADO NAS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS: A APRENDIZAGEM COMO DIFERENCIAL MERCADOLÓGICO E DE DESENVOLVIMENTO

Ana Paula Ruiz Gabriel; Adriana Campos Meiado

Num mercado cada vez mais competitivo, as empresas procuram diferenciais para se destacar e, dentre estes, está o investimento no seu capital humano; aprimorar as competências sejam elas técnicas ou comportamentais dos seus colaboradores. Para tal, elas estão investindo, cada dia mais, na aprendizagem de seus colaboradores, pois perceberam a importância do aperfeiçoamento ou treinamento para que todos estejam preparados para o atual Mercado de Trabalho, fazendo com que a Organização continue a evoluir sempre da melhor maneira possível, pregando pela sua excelência empresarial. Ter profissionais bem treinados traz o desenvolvimento de novas habilidades e formas de exercerem suas funções e de se integração com gestores e demais colaboradores, o que interfere diretamente na produção, logística e custeio da organização. A valorização se dá, não somente para o colaborador como também à organização que terá em seu corpo profissionais diferenciados. Mas, para que tais habilidades surtam os efeitos esperados, é preciso que o treinamento seja correto e adequado ao público a que se destina, caso contrário, além de não gerar os efeitos necessários, irá gerar um custo financeiro desnecessário à empresa e conseqüentemente, não alcançará os objetivos necessários ao bom desenvolvimento mercadológico da organização. O psicopedagogo focado nas atividades de Treinamento e Desenvolvimento dos colaboradores tem as funções de avaliar, formar, desenvolver e treinar da melhor maneira a colaborar com os objetivos da Organização. A metodologia aplicada a este estudo foi baseada em pesquisas bibliográficas e artigos publicados sobre o assunto nas bases de dados Bireme, Lilacs e Google Acadêmico, utilizando-se como palavras-chave: Psicopedagogia, Empresa, Aprendizagem, Mercado e Treinamento; refletindo sobre as atuações do psicopedagogo em vários âmbitos, sua atuação específica na Organização Empresarial e o papel do Psicopedagogo Empresarial, o qual está conquistando seu espaço no Mercado de Trabalho e tornando aliado fundamental diante do cenário empresarial atual. Este artigo pretende mostrar a importância e as possibilidades de atuação do profissional Psicopedagogo dentro de Organizações junto ao setor de Recursos Humanos, focado em Treinamento e Desenvolvimento dos colaboradores. O profissional psicopedagogo proporciona condições de aprendizagem aos profissionais que fazem parte da empresa, levando em conta suas habilidades e competências e assim, destacando e exaltando tais habilidades a favor da organização.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Empresa. Aprendizagem. Mercado. Treinamento.

A IMPORTANCIA DO PSICOPEDAGOGO NA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Silvia de Almeida da Silva; Adriana Campos Meiado

A Educação Infantil é a primeira porta de acesso da criança à sociedade, onde ela tem a oportunidade de construir sua personalidade e absorver as aprendizagens sobre o mundo. Dentre os muitos benefícios que uma educação infantil de qualidade estão os ganhos na capacidade de compreensão, a melhora nos níveis de aprendizado a médio prazo e a melhora na escolaridade da criança a longo prazo. Porém, nessa trajetória, muitas crianças apresentam dificuldades na construção e absorção do conhecimento, fazendo-se necessário não só o profissional professor para sanar tais arranjos no processo de ensino aprendizagem. Nesse momento, a figura do profissional psicopedagogo é necessária para dar o suporte necessário à solução destas dificuldades e aliar seus conhecimentos ao desenvolvimento do corpo discente. Demonstrar a importância que tem o psicopedagogo nas Instituições de Educação Infantil é o foco do presente estudo e o mesmo pautou-se na modalidade de pesquisa bibliográfica. Para tanto, buscou-se artigos e relatos referente à temática nas bases de dados Bireme, Lilacs e Google Acadêmico, utilizando-se como palavras chave: Psicopedagogia, Educação

Infantil, Crianças e Aprendizagem, e assim relatar a suma importância do profissional desta área, onde se relatará um pouco da história da educação, posteriormente discorrendo também sobre a educação infantil, passando pelas dificuldades de aprendizagem nesta fase e finalizando com o relacionar da educação infantil com a psicopedagogia. As necessidades encontradas pelos psicopedagogos voltados para a educação são tamanhas, já que estes tendem a prevenir e/ou solucionar problemas futuros que possam surgir no desenvolvimento das crianças e no decorrer de seu amadurecimento. Dificuldades de aprendizagem apresentam-se na infância podendo ter um grande impacto na vida da família, e prejudicar as áreas de desenvolvimento, e sua participação social. Tais dificuldades podem inclusive tornar sintomas mais aflorados na criança, tais como agressividade, ansiedade, timidez e mau relacionamento com os colegas. Foi possível verificar que o trabalho do psicopedagogo é procurar compreender, ajudar e orientar o aluno diante de sua realidade, motivar, estimular, criar interesse, orientar, despertar a curiosidade, desenvolver o espírito crítico a fim de ajudá-los em suas dificuldades e fraquezas. Conclui-se que, o papel do psicopedagogo é vir auxiliar na formação das crianças, propiciando assim um forte e robusto "alicerce" para o restante da vida desses pequenos, mediante ações que visem corroborar para a formação dos mesmos, auxiliando no processo de ensino/aprendizagem e, sanando da melhor forma possível possíveis incorreções, propiciando assim resultados positivos.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Educação Infantil. Crianças. Aprendizagem.

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS SÉRIES INICIAIS

Angelica Martini Carlos; Adriana Campos Meiado

A Instituição Familiar passa por mudanças na atualidade e pensar no papel da família no processo de aprendizagem nos anos iniciais é algo desafiador. É importante que a família sempre esteja em interação com a escola, pois esta, sozinha não consegue assumir a função de educar e ensinar. Os responsáveis devem participar de reuniões escolares, auxiliarem nos deveres de casa, reservando tempos para os estudos, participando ativamente na vida dos filhos e contribuindo na construção do conhecimento. Para alcançar o sucesso no processo educativo é necessária uma ação conjunta com os pais, portanto, o presente estudo tem como objetivo demonstrar a importância da família no processo de ensino aprendizagem nas séries iniciais. O estudo pauta-se na modalidade de pesquisa bibliográfica, para tanto buscou-se artigos referentes a temática nas bases de dados Bireme, Lilacs, Google Acadêmico, utilizando como palavra-chave: família, processo ensino-aprendizagem e escola. Há anos vem se estudando sobre esse assunto e foi possível verificar a melhor forma de criar um ambiente acolhedor entre família e escola que possa contribuir para o processo de ensino aprendizagem mais satisfatório, como também propiciar meios para a ação integrada na escola, através da afetividade e autoestima. Essa pesquisa mostra que é possível manter parceria entre família e escola, e ambos têm um papel muito importante na formação do indivíduo e visam transformar as crianças imaturas em cidadãos conscientes, crítico e autônomo desenvolvendo valores éticos e espírito empreendedor capaz de interagir no meio em que vive.

Palavras-chave: Família. Processo Ensino-Aprendizagem. Escola.

AÇÃO PSICOPEDAGÓGICA: UM ESTUDO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DO APRENDER

Débora Poloniato Soares Sant Anna; Wanderlei Sebastiao Gabini

A área da educação tem vivenciado, no momento atual, diferentes propostas e reformas visando à melhoria da qualidade da aprendizagem, dados os resultados observados na escolarização. Para se

medir e analisar essa qualidade faz-se necessário utilizar algumas avaliações externas que, através do desempenho dos alunos, norteiam e auxiliam na tomada de decisões e na utilização de novas metodologias, além de identificar e sanar possíveis problemas no processo de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, a psicopedagogia surgiu diante da necessidade de uma melhor compreensão de como se dá o processo de aprendizagem, em toda a sua complexidade. Através de uma ampla análise sobre como o ser humano aprende, quais são os fatores que influenciam essa aprendizagem e quais são as habilidades necessárias para atingir o sucesso desse processo, foi possível melhor compreender as diversas dificuldades e transtornos de aprendizagem. Diante disso, no campo da educação, é sabido que cada indivíduo é único e carrega consigo as peculiaridades da aquisição de diferentes saberes. Cabe ao professor saber utilizar toda a bagagem de cada aluno, colocando-o como centro do processo de aprendizagem. O presente estudo busca, então, através de uma pesquisa bibliográfica utilizando livros e artigos científicos, analisar alternativas para minimizar as dificuldades do desenvolvimento do ato de aprender, tendo como objetivo identificar a importância da ação psicopedagógica para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem dos escolares. Isso demonstra que é impossível pensar na construção da aprendizagem humana sem considerar as dificuldades que esse processo envolve. Para tanto, é necessário que a escola esteja preparada para receber os alunos com suas particularidades, e a psicopedagogia vem, através dos estudos das dificuldades de aprendizagem, oferecer diagnóstico e a intervenção necessária para que ocorra uma aprendizagem com resultados efetivos.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Aprendizagem. Dificuldades de aprendizagem. Intervenção.